

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA E SOCIEDADE
LINHA DE PESQUISA: TECNOLOGIA E TRABALHO

NATÁLIA PEREIRA MARINELLI

**TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA CRIAÇÃO DOS CURSOS TÉCNICOS DE
ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

CURITIBA
2020

NATÁLIA PEREIRA MARINELLI

**TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA CRIAÇÃO DOS CURSOS TÉCNICOS DE
ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

**HISTORICAL TRAJECTORY OF THE CREATION OF NURSING TECHNICAL
COURSES AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF PIAUÍ**

Tese de doutorado apresentada como requisito à obtenção do título de Doutora em Tecnologia e Sociedade, na Área de concentração Tecnologia e Sociedade - Linha de Pesquisa Tecnologia e Trabalho - do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Mário Lopes Amorim

CURITIBA
2020



<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. As fotografias deste trabalho não estão sob a licença da CC, sendo expressamente proibida suas reproduções ou inclusões em outros trabalhos.



**Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Câmpus Curitiba**



NATALIA PEREIRA MARINELLI

**TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA CRIAÇÃO DOS CURSOS TÉCNICOS DE ENFERMAGEM DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

Trabalho de pesquisa de doutorado apresentado como requisito para obtenção do título de Doutora Em Tecnologia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).
Área de concentração: Tecnologia E Sociedade.

Data de aprovação: 10 de Dezembro de 2020

Prof Mario Lopes Amorim, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.a Benevina Maria Vilar Teixeira Nunes, Doutorado - Universidade Federal do Piauí (Ufpi)

Prof Domingos Leite Lima Filho, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof Gilson Leandro Queluz, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.a Maria Belen Salazar Posso, Doutorado - Universidade de Taubaté (Unitau)

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 10/12/2020.

AGRADECIMENTOS

Não estamos sozinhos nesta caminhada. Sou grata por isso, e não poderia deixar de mencionar algumas pessoas que foram essenciais para que eu pudesse concluir este trabalho e amadurecer como ser humano e como profissional.

Em primeiro lugar, e sempre, a Deus, por permitir os caminhos até aqui, dando o suporte necessário para que o equilíbrio se mantivesse mesmo com todos os percalços que apareceram nesta etapa tão importante.

À minha família pela compreensão, apoio e torcida, neste momento peculiar. Um agradecimento em especial ao meu esposo Flávio por todo suporte e apoio, e aos meus filhos, Ítalo, Maria Angélica e Andreas, obrigada pela compreensão e amor incondicional. Não poderia deixar de agradecer a minha mãe Ideni, o meu pai Tarciso, e o meu irmão Tarciso Filho, que estão sempre na torcida, mesmo de longe. Agradeço também à minha tia Ivani, minhas primas Alana, Juliana e Isa, pelo amor de tia-mãe e irmãs e à minha avó Neusa (In Memoriam).

Meus sinceros agradecimentos ao meu orientador, professor Dr. Mário Lopes Amorim, pela generosidade e paciência com que me acompanhou, além do grande aprendizado que pude ter com ele. O senhor tornou a caminhada mais branda, e nos momentos de dificuldade pude contar com seu apoio. Aprendi muito. Obrigada!

Agradeço aos meus colegas de trabalho no CTT, que sempre buscaram me apoiar durante todo esse processo; vocês são verdadeiros amigos. Destaco aqui três amigas que foram meu alento em alguns momentos difíceis: Concita, Malvina e Nayra. Agradeço também aos colegas técnicos e demais profissionais que compõem o nosso ambiente de trabalho.

Aos meus companheiros dessa jornada e colegas de turma do DINTER Ana Lúcia, Cristiane, Nívea, Soraia, Ricardo, Everardo, Maurício e Martten.

Aos meus queridos alunos que são e sempre serão grande parte do meu ânimo para me especializar e aprender a cada dia.

Sou grata aos membros da banca, professor Dr. Domingos Leite, Dr. Gilson Queluz, Dra. Benevina Maria que aceitaram avaliar e contribuir com este trabalho, e à professora Dra. Maria Belén, que sempre me apoia e colabora com os meus projetos, e gentilmente aceitou participar desta banca.

Ao Reitor da UFPI, professor Dr. José de Arimatéia, o professor Dr. Francisco de Assis Sinimbú Neto, superintendente do Ensino Básico Técnico e Tecnológico, ao

professor Dr. Mousinho e professor José Bento (atual e anterior diretores do Colégio Técnico de Teresina respectivamente) pelo apoio e resolutividade de sempre.

Ao corpo docente da UTFPR, em especial, ao professor Dr. Domingos Leite, que não mediu esforços para que este sonho (doutorado) acontecesse. À professora Glória Moura pelo apoio dispensado ao curso durante as aulas em Teresina.

Agradeço aos colaboradores deste estudo, os professores e professoras Lígia, Anátalia, Iracema, Martha, Keila, Sinimbú, Rita, Conceição de Maria, Raimundo Falcão, Majací e Maria Angélica.

Agradeço aos profissionais das áreas de português (Camila), inglês e metodologia científica (Joyce) que revisaram este trabalho.

Estendo meus agradecimentos aos meus amigos Kelvya, Cinthia, Layana, Eliel, Rochelly, Maria da Cruz e Ross.

A todos aqui citados e aos que foram esquecidos somente nestas linhas, muito obrigada! Vocês estão no meu coração!

Dedico este trabalho à minha bisavó, Angélica (In Memoriam), pelo conselho dado que estou seguindo à risca: “minha filha, faça seu Doutorado”. Lembrando-me das suas palavras encontrei motivação para continuar.

O Senhor é meu pastor e nada
me faltará.”
(Salmo 23)

RESUMO

O interesse pelo estudo de fatos históricos é antigo. Estudar a trajetória histórica é muito importante, pois permite-nos conhecer o passado, as diferentes relações entre os grupos sociais, bem como compreender a forma de transformação do ser humano em seus mais diversos contextos. A Universidade Federal do Piauí possui três Colégios Técnicos vinculados: Colégio Técnico de Teresina, Colégio Técnico de Floriano e Colégio Técnico de Bom Jesus. Não existem registros suficientes, estudos científicos e pesquisas que abordem a trajetória histórica da criação dos cursos técnicos em enfermagem da Universidade Federal do Piauí, retratando as dificuldades, conquistas e fatos que impulsionaram ou retardaram esse processo. O objetivo geral do estudo é analisar a trajetória histórica de criação do curso técnico de enfermagem nas três escolas da Universidade Federal do Piauí. Trata-se de uma pesquisa sócio-histórica de caráter qualitativo, utilizando-se da análise documental e pesquisa de campo por meio da técnica de entrevistas, com os envolvidos no processo de criação dos cursos técnicos da UFPI, tendo como base os recursos oferecidos pela História Oral Temática para sua execução. Fizeram parte do estudo os primeiros coordenadores dos cursos técnicos de enfermagem, membros das comissões designadas para a criação dos cursos e para a elaboração do Projeto para sua criação, os primeiros docentes, os diretores das escolas da ocasião e alguns docentes dos cursos da época da criação, totalizando 11 colaboradores. O produto da análise resultou em quatro categorias: O prelúdio dos cursos técnicos de enfermagem da UFPI; Estrutura física e condições de trabalho; Relação com a comunidade, reitoria e demais cursos; e Relação aluno-professor. No que se diz respeito aos fatores que impulsionaram a criação e a origem do curso, descobriu-se que, além da demanda local, estão os interesses políticos da própria instituição e a solicitação por parte da comunidade. O primeiro Curso Técnico de Enfermagem da UFPI foi idealizado para se instalar em Floriano. Os recursos físicos e materiais para o início das aulas eram satisfatórios para a época e a relação entre os professores e os alunos ocorria de maneira afetuosa, com respeito, confiança e cumplicidade. Os resultados desta pesquisa trouxeram informações relevantes para o conhecimento da origem dos cursos técnicos de Enfermagem da referida Universidade. Dessa maneira, reconhecendo a importância do resgate histórico para a consolidação do curso e da profissão, é que se corrobora o valor desse estudo para a preservação da memória dos profissionais da enfermagem, tornando-se também um componente importante da história dos discentes e docentes deste curso.

Palavras-chave: Curso Técnico de Enfermagem; História do Ensino Técnico de Enfermagem; História da UFPI.

ABSTRACT

The interest in the study of historical facts is old. Studying the historical trajectory is especially important because it allows us to know the past, the different relationships among social groups, as well as to understand the way of transformation of the human being in its most diverse contexts. The Federal University of Piauí has three linked Technical Colleges: Technical College of Teresina, Technical College of Floriano and Technical College of Bom Jesus. There are not enough registers, scientific studies and researches that approach the historical trajectory of the creation of the nursing technical courses of the Federal University of Piauí, portraying the difficulties, conquests and facts that impelled or delayed this process. The general objective of the study is to analyze the historical trajectory of the creation of the nursing technical course in the three schools of University Federal of Piauí. It is a socio-historical research of qualitative character, using the analysis of documents and field research through the technique of interviews, with those involved in the process of creating the technical courses of UFPI, based on the resources offered by the Thematic Oral History for its implementation. The first coordinators of the technical nursing courses, members of the commissions designated for the creation of the courses and for the elaboration of the Project for its creation, the first teachers, the directors of the schools of the occasion and some teachers of the courses of the time of creation were part of the study, totaling 11 collaborators. The product of the analysis resulted in four categories: The prelude of the technical nursing courses at UFPI; physical structure and working conditions; relationship with the community, rector and other courses; and student-teacher relationship. Regarding the factors that drove the creation and origin of the course, it was discovered that, besides the local demand, there are the political interests of the institution itself and the request by the community. The first UFPI Technical Nursing Course was designed to be installed in Floriano. The physical and material resources for the beginning of the classes were satisfactory for the time and the relationship between teachers and students occurred in an affectionate way, with respect, confidence and complicity. The results of this research brought relevant information to the knowledge of the origin of the technical courses of nursing of the referred University. In this way, recognizing the importance of the historical rescue for the consolidation of the course and the profession, it is that corroborates the value of this study for the preservation of the memory of nursing professionals, becoming also an important component of the history of students and teachers of this course.

Keywords: Nursing Technicians; History of Nursing; Professionalization of Nursing.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Colaboradores do estudo.....	25
Quadro 2	Orientações para a organização do material coletado para análise	29
Quadro 3	Principais legislações na área da Enfermagem de 1970 a 2017	50

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Diagrama das etapas da pesquisa.....	31
Figura 2	Colégio Técnico de Teresina.....	71
Figura 3	Colégio Técnico de Floriano.....	71
Figura 4	Colégio Técnico de Bom Jesus.....	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABED	Associação Brasileira das Enfermeiras Diplomadas
ABEn	Associação Brasileira de Enfermagem
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CABJ	Colégio Agrícola de Bom Jesus
CAF	Colégio Agrícola de Floriano
CAT	Colégio Agrícola de Teresina
CBO	Código Brasileiro de Ocupações
CCA	Centro de Ciências Agrárias
CCE	Centro de Ciências da Educação
CCHL	Centro de Ciências Humanas e Letras
CCN	Centro de Ciências da Natureza
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CJ	Campus do Junco
CNCT	Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos
CNS	Conselho Nacional de Saúde
COFEN	Conselho Federal de Enfermagem
COREN	Conselho Regional de Enfermagem
CT	Centro de Tecnologia
CTBJ	Colégio Técnico de Bom Jesus
CTF	Colégio Técnico de Floriano
CTT	Colégio Técnico de Teresina
DNSP	Departamento Nacional de Saúde Pública
EAT	Escola Agrotécnica de Teresina
EEAN	Escola de Enfermagem Ana Nery
EEAP	Escola de Enfermagem Alfredo Pinto
FUFPI	Fundação Universidade Federal do Piauí
HGV	Hospital Getúlio Vargas
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
IHB	<i>International Health Board</i>
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PI	Piauí
PPC	Plano Pedagógico do Curso
PPGTE	Programa de Pós Graduação em Tecnologia
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
RS	Resolução

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	17
2.1	Referencial teórico e metodológico.....	17
2.1.1	História.....	17
2.1.2	Memória.....	18
2.1.3	História oral e História oral temática.....	19
2.2	Percurso Metodológico.....	21
3	O ADVENTO DA ENFERMAGEM NO BRASIL.....	33
3.1	A enfermagem moderna.....	33
3.2	A Enfermagem no Brasil.....	37
3.3	A profissionalização da Enfermagem no Brasil.....	39
3.4	O perfil profissional do técnico em enfermagem.....	55
4	A ENFERMAGEM NO PIAUÍ.....	57
4.1	O prelúdio da enfermagem moderna no Piauí.....	57
4.2	A profissionalização da enfermagem no Piauí.....	59
4.3	A escola de enfermagem Maria Antoinette Blanchot.....	61
5	O CURSO TÉCNICO DE ENFERMAGEM DA UFPI: NARRATIVAS DE UMA TRAJETÓRIA.....	67
5.1	Os Cursos Técnicos de Enfermagem da UFPI nos três colégios: CTF, CTT e CTBJ.....	67
5.2	O perfil profissional do técnico de enfermagem da UFPI.....	73
5.3	O prelúdio do curso técnico de enfermagem da UFPI.....	74
5.4	Estrutura física e condições de trabalho.....	88
5.5	Relação com a comunidade, reitoria e demais cursos.....	94
5.5	Relação aluno-professor.....	99
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
	REFERÊNCIAS.....	107
	APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	113
	ANEXO A- LEI Nº 755.....	114
	ANEXO B- RESOLUÇÃO Nº 003/13.....	117
	ANEXO C- MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA UFPI.....	118
	ANEXO D-TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS DOS COLABORADORES.....	119
	ANEXO E- DIÁRIO OFICIAL Nº 109.....	178
	ANEXO F- ATO DA REITORIA REFERENTE AO EDITAL Nº2/2005	180
	ANEXO G- JORNAL DIÁRIO DO POVO.....	181
	ANEXO H- NOMEAÇÃO PARA COORDENAÇÃO.....	182

1 INTRODUÇÃO

A história permite auxiliar a compreensão dos processos que levaram à situação presente, especialmente pela forma como as profissões vêm se construindo ao longo do tempo, bem como pela maneira como o conhecimento prático e teórico foram se aproximando. A relação entre o passado e o presente é feita na busca por conhecimento, de modo a se indagar o passado em uma série de questões que são o “hoje”. Esse “hoje”, indubitavelmente, influenciará o futuro (PADILHA; BORENSTEIN, 2006).

A aceitação do que pode ser a consequência da produção do conhecimento e do valor daquilo que foi produzido sofre alterações. Percebe-se que realizar a pesquisa histórica para compreender os caminhos percorridos é um desafio a ser enfrentado. Para tanto, o registro sistematizado da história nas diversas faces e fases poderá ser um exercício de autoconhecimento com consequente esclarecimento da própria identidade (PADILHA; BORENSTEIN, 2006).

Oguisso (2001) afirma que “o estudo da história é importante para descobrir caminhos percorridos pelas gerações passadas e entender as razões que motivaram a escolha de determinados percursos”, que podem ter reflexos em conjunturas presentes. O tema central desta pesquisa é a história da criação do curso Técnico de Enfermagem da Universidade Federal do Piauí nos três colégios vinculados, em Floriano, em Teresina e em Bom Jesus.

A justificativa para a realização deste estudo adveio de minha própria trajetória profissional, à medida que me aproximei do resgate histórico como forma de entendimento de vários contextos atuais da profissão. Como docente do Curso Técnico de Nível Médio em Enfermagem da UFPI, em Teresina, percebi a necessidade de aprofundar o conhecimento do processo histórico que levou à criação e ao desenvolvimento do curso técnico de enfermagem na instituição, considerando seus limites e possibilidades nos diferentes contextos que perpassaram sua existência, a fim de compreendê-los em sua concretude.

As inquietações manifestaram-se desde as primeiras experiências como docente da disciplina História da Enfermagem, em 2008, em cursos de graduação e em nível técnico em outras instituições. Com o passar dos anos, o conhecimento sobre a história da profissão foi aprimorado, e vários questionamentos surgiram, instigando a busca por outras perspectivas para a sua compreensão. Ao se refletir sobre o

contexto histórico da enfermagem, percebe-se que, no próprio convívio laboral, a história dos primórdios do curso Técnico de Enfermagem da UFPI é pouco conhecida. A partir desta reflexão, enquanto enfermeira e docente, nota-se o quanto o estudo da história da profissão é deixado em segundo plano, quando se compara às demais disciplinas eminentemente “práticas”.

Destaca-se também que o conhecimento sobre o passado esclarece a compreensão do presente, e hoje é necessário que os valores históricos referentes à profissão sejam repassados como estímulo para os futuros profissionais (NEIVA, 2013). Dessa maneira, como conhecedora da importância do resgate histórico para a consolidação do curso e da profissão, é que se reitera o interesse de desenvolver esse estudo para a preservação da memória da construção do curso Técnico em Enfermagem da Universidade Federal do Piauí (UFPI), tornando-se também um componente importante da história dos discentes e docentes deste curso.

O Colégio Técnico de Teresina (CTT) foi instalado em 10 de maio de 1954, por iniciativa do Governo do Estado e Federal. Até o ano de 1976, o colégio permaneceu sob controle direto do Ministério da Educação e Cultura (MEC), quando o Governo Federal, pelo Decreto nº 78.672, de 05 de novembro de 1976, vinculou o referido Colégio à Universidade Federal do Piauí (UFPI, 2015).

Posteriormente, foi criado o Colégio Técnico de Floriano (CTF) pela resolução nº 01/79, do Conselho Universitário da UFPI, iniciando suas atividades em 19 de março de 1979, com o curso Técnico em Agropecuária. O CTF está situado no Campus Amílcar Ferreira Sobral. Em seguida, o Colégio Técnico de Bom Jesus (CTBJ) foi criado mediante a Resolução nº 02/81, do Conselho Universitário da UFPI, e deu início às suas atividades em 22 de março de 1982 (UFPI, 2015).

Em março de 1981, foi implantado o primeiro curso Técnico de Enfermagem da UFPI, no Colégio Técnico de Floriano, em regime de externato, que funcionava de modo integral e tinha duração de três anos (ROCHA; NOGUEIRA; ZEITOUNE, 2005).

Somente 25 anos depois, em 2006, o curso técnico em enfermagem do Colégio Técnico de Teresina foi criado, e, posteriormente, em 2010, o curso foi implantado no Colégio Técnico de Bom Jesus. Existem pouquíssimos estudos científicos que abordem a trajetória histórica da implantação e consolidação do curso Técnico de Enfermagem da Universidade Federal do Piauí, retratando as dificuldades, conquistas e fatos que impulsionaram ou retardaram esse processo.

No Brasil, a Lei 74.986/86 regulamenta o exercício da enfermagem e determina

que a profissão seja exercida privativamente pelo enfermeiro, pelo técnico de enfermagem, pelo auxiliar de enfermagem e pela parteira, respeitados os respectivos graus de habilitação. Historicamente, os cursos técnicos de enfermagem surgiram no país como uma forma de preparação rápida de mão de obra para cuidar de outras pessoas, e, atualmente, junto com a categoria auxiliares de enfermagem, representam 80% da formação na categoria (BRASIL, 2005; MANZATO; RIBEIRO; ARAÚJO, 2012; COFEN, 2015).

Acredita-se que revisitar a trajetória histórica da criação do curso Técnico de Enfermagem da UFPI é rememorar todos os profissionais que colaboraram e se dedicaram para que o curso pudesse existir, colaborando com o desenvolvimento profissional no estado do Piauí. Portanto, o objeto de estudo do presente trabalho é o percurso histórico do Curso Técnico de Enfermagem nos três colégios técnicos vinculados à Universidade Federal do Piauí.

Silva (2009) ressalta que, para se analisar, questionar e interpretar o percurso histórico, é necessário refletir sobre a produção de conhecimento relacionada à história e à memória, nas suas mais diversas dimensões. A procura pela preservação da memória e da história do ensino da enfermagem no estado do Piauí é de fundamental importância e é determinante para os questionamentos, análises e descobertas sobre o desdobramento e o desenvolvimento deste ensino (BASÍLIO; FERRO, 2012). O recorte histórico tem como marco inicial a implantação do primeiro curso Técnico de Enfermagem da UFPI, que ocorreu no Colégio Técnico de Floriano, em 1981, seguindo até a criação do curso em Bom Jesus, no ano de 2010.

Considerando então a importância do objeto de estudo para o conhecimento da história do curso Técnico de Enfermagem da UFPI, surge a seguinte questão: Como ocorreu a trajetória histórica da criação do curso técnico de enfermagem nas três escolas da Universidade Federal do Piauí?

A partir da questão de pesquisa, surgiram os seguintes questionamentos: Quais os motivos que levaram à criação do curso Técnico de Enfermagem da UFPI? Quais as circunstâncias históricas à época de sua criação? Quais as demandas sociais para a criação do curso? Como se deu o processo de criação do curso Técnico de Enfermagem da UFPI? Quais dificuldades ocorreram para a implantação do curso? Como se deu o apoio da Reitoria e dos demais cursos existentes para a criação do curso técnico de enfermagem? Como era o relacionamento entre os alunos e os professores?

Com base nestes questionamentos, formulou-se a hipótese de pesquisa, qual seja, a de que os cursos Técnicos de Enfermagem da UFPI tiveram seu processo de criação impulsionados por interesses políticos, pela demanda local relacionada a profissionais capacitados na área da enfermagem e pela solicitação por parte da comunidade.

O objetivo geral do estudo é analisar a trajetória histórica de criação do curso técnico de enfermagem nas três escolas técnicas da Universidade Federal do Piauí. Já os objetivos específicos são: investigar os motivos que levaram à criação do curso Técnico de Enfermagem na Universidade Federal do Piauí; descrever a conjuntura histórica para o início do curso; identificar as dificuldades encontradas para a criação dos referidos cursos.

Ao se fazer uma tese no campo da história, é preciso saber o que se busca, definindo a situação histórica que se caracterize na possibilidade da realização de uma pesquisa. O ponto de partida do trabalho é a problematização, que tem a ver com o presente que queremos compreender. A pesquisa histórica tem “por metodologia o modo pelo qual são enfocados os problemas e se buscam as respostas. O campo da história é um campo de possibilidades em que vai ser trabalhado com “os agoras” a serem investigados” (PADILHA; BORENSTEIN; 2005, p.577).

Diante deste cenário, o estudo proposto trata-se de uma pesquisa sócio-histórica, com abordagem qualitativa, utilizando-se da análise documental e pesquisa de campo, por meio da técnica de entrevistas com os envolvidos no processo de criação dos cursos técnicos da UFPI. A enfermagem na qualidade de profissão da área da saúde tem uma historicidade que necessita ser revisitada, pois a “busca das evidências no olhar instigante do historiador na leitura dos materiais de conteúdo histórico possibilita recuperar a visão do período em todas suas dimensões, revistando de forma crítica o passado e seus discursos”. O fortalecimento de metodologias de investigação da pesquisa histórica é primordial para a construção crítica e de inferência historiográfica. As ideias estabelecidas neste cenário traçam estratégias e técnicas da pesquisa histórica e sua importância para estudos históricos na área de conhecimento da saúde e da enfermagem. Ademais, a enfermagem se consolida a partir de estudos históricos, tendo em vista que eles trazem à luz toda a historicidade, conferindo novas perspectivas dos saberes e práticas, com diversificadas dimensões da ciência e do mundo (PADILHA et al., 2017, p.9).

Durante algumas pesquisas preliminares à elaboração deste estudo, observou-

se que existem poucas pesquisas que abordam a trajetória de criação do curso Técnico de Enfermagem da UFPI. Relacionado ao curso Técnico de Enfermagem de Floriano, encontrou-se um estudo publicado que trata, de maneira superficial, o prelúdio do curso; teve-se acesso, também, uma dissertação, indisponível para consulta nos meios digitais, que aborda questões relacionadas ao curso, mas a história não é o foco da pesquisa. Sobre o curso em Teresina e em Bom Jesus, não há nada publicado. Há muitas lacunas na produção científica sobre a história da criação do curso técnico de enfermagem nas três escolas vinculadas à UFPI.

Além da Introdução, este estudo compõe-se de mais quatro capítulos, no intuito de efetivar a trajetória proposta.

O Capítulo 1, “Procedimentos metodológicos”, traz o percurso metodológico da pesquisa. Neste último capítulo, apontam-se os principais conceitos utilizados, como também os procedimentos metodológicos propriamente ditos de coleta e de análise de dados, finalizando com o diagrama do estudo.

O Capítulo 2, intitulado “O advento da Enfermagem no Brasil”, registra o surgimento da enfermagem no país; aponta, ainda, como o ensino da enfermagem aconteceu no Brasil e as principais legislações referentes a esse processo.

O Capítulo 3, “A Enfermagem no Piauí”, destaca o contexto histórico da profissionalização da Enfermagem no estado do Piauí, os acontecimentos que tiveram a maior visibilidade, e os caminhos que levaram à criação da primeira escola técnica de enfermagem do estado, e os motivos que levaram a sua extinção.

O Capítulo 4, denominado “O curso Técnico de Enfermagem da UFPI: narrativas de uma trajetória”, aborda a criação dos cursos técnicos de enfermagem da instituição. O Capítulo realça a criação dos cursos nas três cidades onde eles existem, fazendo uma caracterização da situação dos cursos, assim como a legislação que os autorizou e o cenário em que tudo ocorreu. Mais adiante, é abordado todo conteúdo extraído dos discursos dos colaboradores, expressando os fatos ocorridos desde o prelúdio da criação do curso técnico de enfermagem no CTF, CTT e CTBJ.

Portanto, espera-se que este trabalho possa configurar-se em fonte para novas pesquisas referentes à História do Curso Técnico em Enfermagem da UFPI. Pretende-se, também, que este estudo possa representar uma contribuição para registro da história da enfermagem profissionalizante no Piauí.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente capítulo visa a apresentar os procedimentos metodológicos necessários para a realização desta pesquisa. Inicialmente, o referido tópico traz à luz a discussão acerca de alguns conceitos que servirão de pressupostos teóricos, amparando os debates propostos pelo estudo. Em seguida, aborda-se o percurso metodológico utilizado.

2.1 Referencial Teórico e Metodológico

Para a execução do estudo proposto, foram utilizados recursos fornecidos pela História oral temática, empregando os conceitos na perspectiva de Meihy (1996). Para a produção dos dados, fundamentou-se, ainda, no método de história oral híbrida que, segundo Meihy e Ribeiro (2011), destaca-se por “ir além do uso exclusivo das entrevistas, além das gravações, e por promover a mescla de análises derivadas das entrevistas cruzadas com outros documentos” (p. 16). Assim, podem unir-se às entrevistas outros documentos, como os cartoriais, reportagens, escritos, dados estatísticos, literatura, etc.

Tem-se, como referencial teórico, os pressupostos de Cardoso (1983) e Le Goff (2003), acerca do conceito da história e da pesquisa histórica. A pesquisa histórica tem alguns propósitos como: demonstrar os sucessos, os fracassos, as ocorrências de eventos no âmbito de interesse geral ou do historiador (PADILHA; BORENSTEIN, 2005).

2.1.1 História

O termo “História” possui vários significados, a depender do contexto do seu uso. O que diferencia o profissional desta área é a sua preocupação principal com o tempo, com a própria mudança ou a resistência a ela, com as transformações e aquilo que permaneceu ou sobreviveu (CARDOSO, 1983).

O diálogo da história com a filosofia, com a ciência, e com experiências individuais e coletivas tende a introduzir imagens mensuráveis do tempo histórico, a noção de tempo percorrido, de duração, de diversos tipos de tempo, os múltiplos e relativos, os subjetivos ou simbólicos. O tempo histórico situa, em um patamar muito

sofisticado, o antigo tempo da memória, que atravessa a história e a nutre (LE GOFF, 2003).

O historiador deve tomar algumas precauções, por conta dessa dependência da história do passado em relação ao presente. Ela é inevitável e válida, de maneira em que o passado não deixa de viver e de se tornar presente. Esta maior duração do passado não deve, entretanto, impedir o historiador de se distanciar desse passado, uma distância ao qual seja necessária para que se evite o anacronismo (LE GOFF, 2003).

Segundo Cardoso e Miranda (1996, p. 108):

[...] seja como for, mesmo quando analisa processos estritamente atuais, o historiador o faz com a preocupação de situá-los numa perspectiva de temporalidade, e em especial no quadro de longa duração, o que lhe permite atingir um conhecimento diferente em muitos aspectos.

2.1.2 Memória

Quem conta uma história faz, necessariamente, apelo a sua memória, e a trabalha para dar inteligibilidade à experiência e para ressignificar o vivido, conferindo-lhe uma logicidade que constrói, organiza e justifica seu ponto de vista. Ao relatar sua história de vida, o narrador concatena parte dos fatos e eventos que a constituíram de acordo com a situação e com as relações que ocorrem durante a própria narrativa (SILVA; BARROS, 2010).

No entanto, nem sempre tal processo é consciente, ele contém continuamente dimensões que escapam ao próprio narrador. A memória é processual e situada, ela vai construindo-se e desenhando sentidos (sempre parcelares) na relação que estabelece entre experiência passada, presente e projeção de futuro (desejo) e, igualmente, com a subjetividade daquele que escuta, num processo dialético entre a subjetividade do ouvinte e a do narrador (SILVA; BARROS, 2010).

Matos e Senna (2011) afirmam que a história oral se reúne na memória humana e em sua capacidade de recordar o passado enquanto espectador do vivido. Assim:

[...]Podemos entender a memória como a presença do passado, como uma construção psíquica e intelectual de fragmentos representativos desse mesmo passado, nunca em sua totalidade, mas parciais em decorrência dos estímulos para a sua seleção. Não é somente a

lembrança de um certo indivíduo, mas de um indivíduo inserido em um contexto familiar ou social, por exemplo, de tal forma que suas lembranças são permeadas por inferências coletivas, moralizantes ou não. (MATOS; SENA, 2001, p. 96).

2.1.3 História oral e História oral temática

Também conhecida como a *história viva*, a história oral é um recurso utilizado para elaboração, arquivamento e estudo de documentos escritos e oficiais referentes à vida social das pessoas (MEIHY, 1996). É uma opção para a percepção e interpretação da história, no intuito de trazer, para o hoje, a experiência de um evento plasmado em fontes documentais oficiais, vivida no ontem, tornando-a ininterrupta e contemporânea.

O termo história oral foi oficializado por Allan Nevins, em 1947, na Universidade de Colômbia, em Nova York. No Brasil, a história oral tardou em se desenvolver, pois instituições não acadêmicas não se empenharam em desenvolver projetos registradores de histórias, de locais, além da inexistência de vínculos universitários com as particularidades locais e cultura popular (MEIHY, 1996).

Uma possibilidade de sistematização das lembranças, como indicadores e referenciais para múltiplos estudos, são os registros da oralidade. O que conhecemos como história oral é uma prática muito antiga, intimamente ligada aos contos populares, ao universo da comunicação humana (MATOS; SENNA, 2011).

A História surgiu contada, até constituir-se na escrita do depoimento realizado, das impressões registradas, da legislação disciplinada em sólidas escritas que a legitimam. Tudo isso numa nítida vontade de perpetuar, de maneira mais segura e perene, nosso passado. Como procedimento metodológico, a história oral busca registrar – e, portanto, perpetuar – impressões, vivências e lembranças daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade e, dessa forma, permitir um conhecimento do vivido muito mais rico, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, não conheceríamos (MATOS; SENNA, 2011).

Meihy (1996) ainda reforça que o depoimento gravado é base da existência da história oral, sendo o entrevistador, o entrevistado e a aparelhagem de gravação os três elementos que constituem a condição mínima da história oral:

A história oral pretende ser um campo multidisciplinar onde, independentemente das várias tradições disciplinares, diferentes

linhas de trabalho tenham um território para o diálogo sobre maneiras de abordagem das entrevistas e campo de troca de experiências. Diante da realidade, existe, por outro lado, uma nova postura que modifica as antigas formas de realizar as entrevistas. Combinando tecnologia com sua necessária aplicação à cultura acadêmica, museológica e arquivística, novas práticas são exigidas de estudiosos que tem de aliar suas técnicas de investigação às possibilidades oferecidas pelos tempos modernos. (MEIHY, 1996, p.27).

A entrevista é utilizada por diversas áreas do conhecimento humano, tais como a sociologia, a história, a antropologia, o jornalismo, a psicologia, que têm levado em consideração os depoimentos, testemunhos e entrevistas como maneira de análise social e registro. A história oral mantém respeito a todos esses critérios de captação de experiências, mas propõe-se a ser mais.

História oral é um conjunto de procedimentos que iniciam com a elaboração de um projeto e continuam com a definição de um grupo de pessoas (ou colônia) a serem entrevistadas, com o planejamento da condução das gravações, com a transcrição, com a conferência do depoimento, com a autorização para o uso arquivamento e, sempre que possível, com a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas. (MEIHY, 1996, p.15).

O autor classifica a História Oral em três categorias: Tradição Oral, História de Vida e História Oral Temática. A Tradição Oral está relacionada à permanência dos mitos e remete a questões de um passado longínquo, manifestados pelo que chamamos de folclore, passados de geração para geração. A História Oral de Vida é a verdade na versão oferecida pelo narrador, em que o depoente tem maior liberdade para dialogar e expressar a sua experiência pessoal. Optou-se, neste estudo, pela utilização da história oral temática. Esse tipo de estudo é o que “mais se aproxima das soluções comuns e tradicionais de apresentação dos trabalhos analíticos em diferentes áreas do conhecimento” (MEIHY, 1996, p. 41).

A História Oral Temática tem o intuito de analisar um tema, tendo, como base, uma questão central, sendo utilizada, na maioria das vezes, como técnica, pois articula documentos com diálogos e equipara o seu uso. É realizada com um grupo de pessoas específico. Nela, o entrevistador possui um papel mais ativo, isto é, existe um controle do entrevistador quanto ao assunto abordado pelo depoente, de modo que suas falas sejam articuladas ao tema tratado. De certo modo, o pesquisador apresenta uma questão específica e, mediante depoimentos de pessoas, procura

entender o problema. A História Oral Temática busca saber o que entrevistado considera como verdade do fato presenciado por ele, ou que pelo menos tenha uma versão que se possa discutir (MEIHY, 2005).

Como a verdade no caso é um elemento externo, o entrevistador pode e deve apresentar outras opiniões, contrárias, e discuti-las com o narrador. Tudo com a finalidade uma versão que é contestada [...] Detalhes da história pessoal do narrador interessam apenas na medida em que revelam aspectos úteis à informação temática central (MEIHY, 2005, p. 163).

Os três tempos principais e nítidos da história oral são: o da gravação, o da produção do documento escrito e o da análise do mesmo. O primeiro consiste em materializar o documento inicial. Em seguida, a produção do documento escrito consiste em proceder todo o processo de transcrição do documento; e a terceira etapa é a análise do arquivo transcrito (MEIHY, 1996, p.41).

O autor sobredito declara que uma das principais características da História Oral Temática é possibilitar ao entrevistador uma maior objetividade. Tendo como ponto de partida um determinado assunto específico e estabelecido previamente, o compromisso da História Oral Temática é esclarecer determinado assunto, atrelada à versão de quem a presenciou. Nesse caso, o entrevistador pode e necessita manifestar opiniões e discuti-las com o colaborador, a fim de explicar uma narração que é questionada.

Os estudos em história oral instigam uma discussão interdisciplinar entre diversos estudiosos de diferentes áreas, divulgando seus achados. Logo, os historiadores da oralidade possibilitam a ampliação de conhecimentos acerca das relações entre história e memória, assim como do imaginário e da mente dos indivíduos. “A história oral, enquanto método e prática do campo de conhecimento histórico, reconhece que as trajetórias dos indivíduos e dos grupos merecem ser ouvidas, também as especificidades de cada sociedade devem ser conhecidas e respeitadas” (MATOS; SENNA, 2011, p.107). Esse tipo de estudo permite a apreensão e a compreensão do fenômeno justamente como se apresenta nos relatos e interpretações dos atores que o vivenciaram (MINAYO, 2016).

2.2 Percurso Metodológico

Trata-se de um estudo de natureza sócio-histórica com abordagem qualitativa. Esse tipo de pesquisa compreende os estudos dos grupos humanos no seu espaço temporal e se preocupa em discutir os variados aspectos do cotidiano das diferentes classes e grupos sociais (PADILHA; BORENSTEIN, 2005). Também foi realizada a análise documental como técnica inicial de coleta de dados. O estudo, como dito anteriormente, foi realizado nos três Colégios Técnicos da Universidade Federal do Piauí, no espaço temporal de 1981 a 2010. Os Colégios Técnicos situam-se em Teresina (Colégio Técnico de Teresina – CTT), em Floriano (Colégio Técnico de Floriano – CTF) e em Bom Jesus (Colégio Técnico de Bom Jesus – CTBJ).

O recorte temporal inicial é justificado por ser o ano de criação do primeiro Curso Técnico de Enfermagem da UFPI, que ocorreu no Colégio Técnico de Floriano, em 1981, seguindo até a criação do curso em Bom Jesus, no ano de 2010, justificando, então, o recorte final.

A análise documental é uma técnica de abordagem de dados qualitativos muito importantes, pois permite acrescentar informações que foram obtidas com outras técnicas, além de revelar outros aspectos de um tema ou problema. Os documentos devem ser selecionados e guiados por hipóteses e propósitos, não sendo apenas uma fonte contextualizada de informações (LÜDKE; ANDRÉ, 1986; MINAYO, 2016).

A utilização de documentos em pesquisa deve ser apreciada e prestigiada. A grandiosidade de informações que deles podemos coletar e resgatar evidencia o seu uso em várias áreas, pois possibilita melhorar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural, por exemplo, na reconstrução de uma história vivida (SÁ - SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). À medida que o pesquisador faz o uso de documentos com a finalidade de extrair informações, já o faz investigando, observando, utilizando técnicas apropriadas para o seu manejo e análise. Além disso, segue etapas e procedimentos, a fim de organizar as informações que serão categorizadas e, posteriormente, analisadas. Finalmente, elabora síntese, ou seja, na verdade, as atividades dos investigadores – do qual os objetos são documentos – estão incutidos de aspectos metodológicos, técnicos e analíticos (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) ressaltam que as pessoas, as quais trabalham com documentos, precisam superar alguns obstáculos, desconfiando de determinadas armadilhas, como por exemplo, a credibilidade e representatividade do texto, antes de estar habilitado a realizar uma análise de seu documento propriamente

dito. Ainda sobre pesquisa documental, afirmam esses autores:

Apresenta-se como um método de escolha e de verificação de dados; visa ao acesso às fontes pertinentes, e, a esse título, faz parte integrante da heurística de investigação. Deve muito à História e, sobretudo aos seus métodos críticos de investigação sobre fontes escritas. Isso porque a investigação histórica ao pretender estabelecer sínteses sistemáticas dos acontecimentos históricos serviu, sobretudo, às ciências sociais, no sentido da reconstrução crítica de dados que permitam inferências e conclusões. [...] Portanto, a pesquisa documental, bem como outros tipos de pesquisa, propõe-se a produzir novos conhecimentos, criar novas formas de compreender os fenômenos e dar a conhecer a forma como estes têm sido desenvolvidos (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p.13-14).

Para a presente pesquisa, utilizaram-se fontes primárias (documentos oficiais da instituição e história oral dos precursores do curso) e secundárias (artigos e livros produzidos sobre os Colégios Técnicos, bem como a legislação que autoriza a criação do curso de enfermagem em nível técnico), todas anexas ao final deste texto, e serão descritas à medida em que vão sendo citadas durante as discussões das categorias.

A coleta de dados compreendeu as seguintes etapas: pesquisa em fontes documentais (livros-ata, portarias, resoluções, registros isolados, fotografias etc.), e entrevistas com colaboradores (ANEXO E). Inicialmente, foram realizadas as buscas de fontes documentais escritas que disponibilizaram informações pertinentes ao estudo, existentes na Universidade Federal do Piauí e nos três colégios técnicos, orientando assim o trabalho. A análise historiográfica foi realizada estabelecendo-se ordem cronológica nas fontes documentais, o que permitiu uma melhor visão e interpretação dos dados encontrados, constituindo uma ligação entre o período histórico estudado e seus vários contextos. Foram encontrados os seguintes documentos:

- Leis que regulamentaram o ensino técnico de enfermagem no Brasil;
- Projeto Político Pedagógico do curso Técnico de Enfermagem, elaborado pelos docentes das escolas.
- Histórico escolar das primeiras turmas das escolas vinculadas à UFPI.
- Plano de Curso dos cursos Técnicos de Enfermagem da UFPI.
- Publicações do Diário Oficial da União e Portarias com a autorização do funcionamento dos cursos.
- Resoluções do Conselho Universitário determinando a alterações dos nomes das

escolas vinculadas à UFPI.

- Exemplos do jornal Diário do Povo, onde noticiava o edital do concurso público para professores efetivos do curso Técnico de Enfermagem da UFPI.
- Boletins de Serviço com Atos da Reitoria referente à constituição de comissões de seleção de professores para os cursos técnicos de enfermagem e nomeação dos professores aprovados.
- Ofícios e memorandos relacionados à criação dos cursos técnicos de enfermagem da UFPI.

As fontes documentais serviram para auxiliar esta pesquisa, de maneira a contribuir na organização e complemento das informações obtidas por intermédio das fontes orais, subsidiando a análise e a interpretação dos resultados.

A entrevista, por seu turno, é o ponto central do estudo, a qual deve ser caracterizada por um ambiente afável, de modo que a pessoa possa narrar sua história sem constrangimentos. Ainda que em interação, as interferências do(a) pesquisador(a) precisam ser mínimas. É a hora e a vez do(a) colaborador(a) expressar-se, o qual deve estar em condições para abordar situações pessoais, para falar de seus sentimentos, seus sonhos e seus desejos. Nesse momento, é fundamental esclarecê-lo(a) sobre a importância de sua contribuição, bem como explicar as etapas do projeto e os cuidados éticos adotados. É igualmente essencial dar continuidade ao processo, oferecendo constantes devolutivas às pessoas envolvidas na pesquisa. Por fim, tem-se a pós-entrevista, que é o trabalho do(a) pesquisador(a) de organizar e realizar o tratamento das entrevistas registradas (SILVA; BARROS, 2010).

Quem narra a trajetória histórica é um interlocutor, com quem se estabelece uma relação de cooperação, em que se cria uma possibilidade de um diálogo. Adota-se o termo colaborador(a), pois existe a busca na construção de uma relação de colaboração, substituindo o termo entrevistado, pois o mesmo conduz, juntamente com o pesquisador, o registro da história, deixando de ser considerado um objeto de conhecimento (SILVA; BARROS, 2010).

Antecedendo a entrevista, ocorreu a pré-entrevista, momento de contato com os colaboradores para um entendimento prévio sobre o projeto. As pré-entrevistas foram realizadas por meio de comunicação com as colaboradoras por telefone, pessoalmente e/ou por correspondência eletrônica (e-mail), oportunidade em que se explicou o projeto, convidando-as a participar do estudo. As entrevistas foram

realizadas pela própria pesquisadora, com horários e locais previamente agendados e de acordo com a disponibilidade dos colaboradores. As entrevistas ocorreram nos meses de maio de 2018 a outubro de 2019, com duração, em média, de 45 min, e realizadas, pessoalmente, na cidade de Floriano e Teresina, exceto uma, que foi realizada via telefone, em acordo com o colaborador.

As entrevistas foram executadas utilizando-se uma ficha contendo dados de identificação e um roteiro semiestruturado (APÊNDICE A), de maneira a norteá-las. Entretanto, optou-se por deixar que os colaboradores relatassem, de forma livre, as suas memórias, cujo foco foi a trajetória histórica dos cursos técnicos em enfermagem da Universidade Federal do Piauí, obedecendo-se a dois procedimentos: a gravação e a transcrição. Os depoimentos foram gravados em um aparelho celular *iPhone* modelo XS®, e, por tratar-se de relatos importantes, foram transferidos em seguida para o computador, para que esses não fossem perdidos.

Os colaboradores foram intencionalmente selecionados, por terem feito parte do processo de criação dos referidos cursos supracitados. Fizeram parte do estudo os primeiros coordenadores dos cursos técnicos de enfermagem, membros das comissões designadas para a criação dos cursos e para a elaboração do Projeto para sua criação, os primeiros docentes, os diretores das escolas da ocasião e alguns docentes dos cursos da época da criação. Todos eles docentes dos três colégios vinculados, na ativa ou já aposentados, totalizando 11 colaboradores de acordo com o Quadro 2.

Quadro 1- Colaboradores do estudo

NOME	FUNÇÃO EXERCIDA	SITUAÇÃO ATUAL
Anatália de Almeida Reis	Um dos primeiros docentes do CTF.	Professora aposentada do CTF.
Conceição de Maria Franco Sá Nascimento	Um dos primeiros docentes do CTT.	Professora do curso técnico de enfermagem do CTT.
Iracema Ferreira de Almeida Carvalho	Um dos primeiros docentes do CTF.	Professora aposentada do CTF.
Francisco de Assis Sinimbú Neto	Diretor do CTT na época da criação do curso em Teresina - PI e membro da comissão de criação do curso técnico de enfermagem do CTT.	Superintendente do Ensino Básico Técnico e Tecnológico.

Keila Rejane Oliveira Gomes	Um dos primeiros docentes do CTF.	Professora aposentada do curso técnico de enfermagem do CTT.
Lígia Beatriz da Costa e Silva Ribeiro Santos	Primeira coordenadora do curso técnico de enfermagem do CTF.	Professora aposentada do curso técnico de enfermagem do CTF.
Maria Angélica Piauilino da Cruz	Primeira coordenadora do curso técnico de enfermagem e membro da comissão de criação do curso técnico de enfermagem do CTBJ.	Professora do Ensino Médio do CTBJ.
Maria Majací Moura da Silva	Membro da comissão de criação do curso técnico de enfermagem do CTBJ.	Professora do Ensino Médio do CTT.
Martha Fonseca Soares Martins	Um dos primeiros docentes do CTT.	Professora do Curso técnico de enfermagem do CTF.
Raimundo Falcão Neto	Diretor do CTBJ na época da criação do curso em Bom Jesus – PI.	Diretor do CTBJ.
Rita Magalhães Mendonça	Primeira coordenadora do curso técnico de enfermagem e membro da comissão de criação do curso técnico de enfermagem do CTT.	Professora aposentada do curso técnico de enfermagem do CTT.

Fonte: Autoria própria (2018)

A seguir, a biografia resumida de cada um dos entrevistados é apresentada:

Anatália de Almeida Reis - Graduada em Enfermagem pela Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (1971). Graduada em Licenciatura em Enfermagem pela Universidade Alfredo Pinto (1974). Possui especialização em Saúde Pública (1972), em Metodologia do Ensino (1996) e em Educação profissional na área da Saúde (2004). Foi professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da Universidade Federal do Piauí em Floriano (1981- 2005). Atuou como enfermeira do Instituto Nacional de Assistência e Previdência Social (1975 - 1990) e da Secretaria Municipal de Saúde de São Francisco do Piauí (2003-2007). Atualmente, é professora aposentada do Colégio Técnico de Floriano, vinculado à UFPI.

Conceição de Maria Franco Sá Nascimento - Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal do Maranhão (1978). Mestre em Enfermagem pela Universidade federal do Piauí (2008). Especialista em Enfermagem Médico- cirúrgico (1995) e em Educação Profissional (2003). Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da Universidade Federal do Piauí, em Teresina (2006 - atual). Atuou como

enfermeira da Secretaria de Saúde do Estado do Piauí (1978- 1998) e da Fundação Municipal de Saúde de Teresina - PI (2004 – 2011). Atualmente, é professora do Colégio Técnico de Teresina da UFPI, em regime de dedicação exclusiva.

Iracema Ferreira de Almeida Carvalho - Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal do Maranhão (1977). Especialista em Gerenciamento dos Serviços de Saúde (1996) e Educação Profissional (2002). Foi professora da Faculdade de Ensino Superior de Floriano – PI (2004 – 2012) e da Universidade Estadual do Piauí (2004 – 2006). Foi professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da Universidade Federal do Piauí (1981- 2004). Atualmente, é enfermeira da Secretaria Municipal de Saúde de Barão de Grajaú – MA.

Francisco de Assis Sinimbú Neto - Graduado em Agronomia pela Escola Superior de Agricultura de Mossoró (1984). É doutor em Agronomia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2010) e Mestre em Agronomia pela Universidade Federal do Ceará (1995). Possui especialização em Agricultura Tropical (1993). Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da Universidade Federal do Piauí, em Teresina (1989 - atual), sendo diretor da escola no ano de criação do curso técnico de enfermagem no CTT. Atualmente, é Superintendente do Ensino Básico Técnico e Tecnológico - Universidade Federal do Piauí.

Keila Rejane Oliveira Gomes - Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí (1986), especialista em Enfermagem Obstétrica e Obstetrícia Social pelo Departamento de Enfermagem da Unifesp/Escola Paulista de Medicina (1989), mestre (1994), doutora (1999) em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo e pós-doutora (2007) em Saúde Pública pela School of Public Health of University of North Carolina (EUA). Foi professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da UFPI, em Floriano (1987 – 2016) e Teresina (2015 -2018). Elaborou o projeto de criação do Mestrado em Saúde e Comunidade, do Centro de Ciências e Saúde da UFPI, aprovado pela Capes para a área de Saúde Coletiva, sendo a primeira coordenadora do curso (2015 - 2016). Realiza pesquisas com ênfase em Saúde da Mulher e Saúde Reprodutiva na Adolescência. Atualmente, é professora aposentada do Colégio Técnico de Teresina, vinculado à UFPI.

Lígia Beatriz da Costa e Silva Ribeiro Santos - Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal do Maranhão (1979). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará (2005). Especialista em Saúde Pública (1983) e Educação (1996). Foi supervisora da 10ª Diretoria Regional de Saúde do Piauí (1979-

1980). Foi professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da Universidade Federal do Piauí, em Floriano (1980- 2006), sendo a primeira coordenadora do curso técnico de enfermagem. Atualmente, é enfermeira plantonista do Hospital Universitário de Teresina - PI.

Maria Angélica Piauilino da Cruz – Graduada em Letras pela Universidade Federal do Piauí (1991). Especialista em Educação e Metodologia do Ensino Superior (1996). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí (2017). Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (1996 - atual). Atualmente, é professora do Colégio Técnico de Bom Jesus da UFPI, em regime de dedicação exclusiva.

Maria Majací Moura da Silva - Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI (1997). Possui doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2013), Mestrado em Educação pela UESPI (2000), Especialização em Microbiologia (1996) e em Turismo e Desenvolvimento Sustentável (2001). Atualmente, é professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da Universidade Federal do Piauí em Teresina (2006 - atual), professora no curso de especialização em Gestão Ambiental e avaliadora Institucional INEP MEC.

Martha Fonseca Soares Martins - Possui graduação em Enfermagem pela Universidade de Fortaleza (1990), Mestrado em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará (1997) e especialização em Administração e Gerenciamento dos Processo de Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1996). Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da Universidade Federal do Piauí em Floriano (1992 - atual). Atualmente, continua como professora do Colégio Técnico de Floriano da UFPI, em regime de dedicação exclusiva.

Raimundo Falcão Neto - Graduado em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal do Ceará (1988). Possui mestrado em Solos e Nutrição de Plantas (2010) e especialização em Metodologia do Ensino (1996) pela Universidade Federal do Piauí. Exerceu a função de engenheiro agrônomo na Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Piauí (1988-1993). Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da Universidade Federal do Piauí, em Teresina (1992 - atual). Foi diretor do Colégio Técnico de Bom Jesus, na época da criação do curso técnico de enfermagem no CTBJ. Atualmente é Diretor do CTBJ.

Rita Magalhães Mendonça - Graduada (1984) e mestre em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí (2009). Especialista em Saúde Pública (2001). Foi

professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da Universidade Federal do Piauí, inicialmente em Bom Jesus – PI (1985- 1989), sendo transferida para Teresina em 1989, e permaneceu até 2019, quando se aposentou. Foi primeira coordenadora do curso técnico de enfermagem no CTT. Atualmente é empresária.

A pós-entrevista é a etapa que se segue à efetivação da entrevista, que é realizada mediante os agradecimentos, que podem ser feitos por meio de cartas, de e-mail ou telefonemas, com o intuito de estabelecer a continuidade dos procedimentos metodológicos (MEIHY; RIBEIRO, 2011).

Para a análise de dados de todo o material coletado nesse tipo de pesquisa, é necessário, primeiro, a organização do mesmo. Guerra (2014) sugere algumas etapas que podem facilitar esta organização, expressas e adaptadas no quadro 3, a seguir:

Quadro 2 - Orientações para a organização do material coletado para análise

ETAPA	ORIENTAÇÕES DE ORGANIZAÇÃO DO MATERIAL COLETADO
1	<ul style="list-style-type: none"> • Transcrição de materiais gravados: no documento escrito, inserir um cabeçalho identificando o material com o nome do entrevistado, da instituição, a data da entrevista e a forma como ele será tratado no texto final de sua pesquisa, (codinome para garantir o sigilo da mesma) e forma de contato com o mesmo (e-mail, telefone, etc.);
2	<ul style="list-style-type: none"> • Registrar sempre a pergunta feita, tópico ou variável observada e a resposta dada ou informação coletada. Sugere-se pergunta/tópico em negrito e resposta/informação sem destaque gráfico.
3	<ul style="list-style-type: none"> • Registrar o comentário anotado pelo pesquisador durante a coleta de dados. Usar algum recurso gráfico para que estes comentários não sejam confundidos com perguntas, respostas ou registros. Eles poderão ajudar na correção de distorções, na validação ou não de uma anotação na análise dos dados;
4	<ul style="list-style-type: none"> • Separar o que será relevante para a análise. De maneira geral, ele deve organizar o material por palavras, temas, tópicos ou até categorias analíticas, caso estas já estejam definidas. Maiores informações sobre esta fase serão repassadas a seguir;

5	<ul style="list-style-type: none"> Organizar o material, separando as informações que serão consideradas relevantes a partir de tópicos ou as categorias analíticas definidas para a análise do mesmo;
6	<ul style="list-style-type: none"> Caso deseje, conforme natureza do material e demanda do paradigma teórico-metodológico escolhido, o pesquisador pode usar um registro quantitativo para organizar as respostas qualitativas. Trata-se de levantar a distribuição de presença e não propriamente de frequência, o que pode facilitar a análise.

Fonte: Adaptado de Guerra (2014).

Após a entrevista, ocorreu a transcrição, que é caracterizada pela passagem da gravação oral para o texto escrito digitado, momento em que as entrevistas serão transcritas na íntegra. No primeiro momento, foram mantidas as palavras e as expressões a partir da transcrição fiel da entrevista gravada, para, posteriormente, se fazer a edição, substituindo os vícios de linguagem, sem alterar o sentido da frase. A transcrição corresponde à versão final do texto oriundo das entrevistas, com uma redação elaborada para a utilização científica.

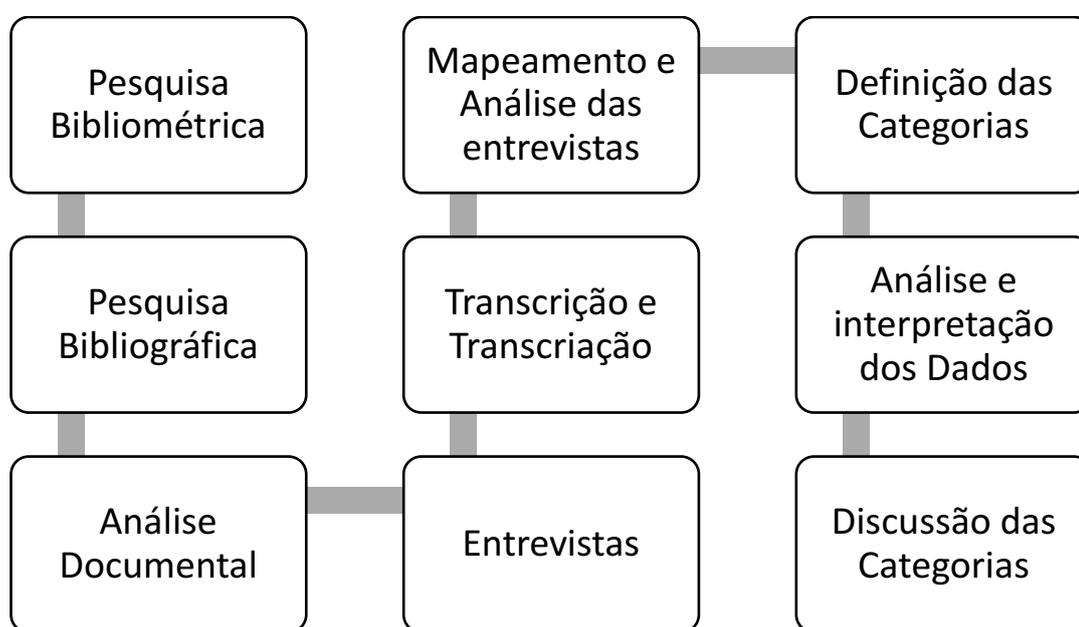
Após a transcrição, ocorreu a fase de transcrição. A leitura de um conteúdo simplesmente transcrito não possibilita a exaltação de sentimentos que um texto literário, por exemplo, pode manifestar. Verdadeiramente, o pesquisador tem a posse do material que foi gravado, podendo reproduzir diversas vezes o áudio. Porém, é necessário o registro das impressões, sensações, dos detalhes que somente outros sentidos permitem verificar, daí surge o texto transcrito (EVANGELISTA, 2010).

O trabalho transcriativo se aproxima do artesanal. Isto se dá, pois a possibilidade de transcrição somente é viabilizada quando aquele que escreve o texto final está envolvido em todas as etapas do trabalho, desde a elaboração do projeto de pesquisa. O envolvimento direto com o tema e com o documento vivo materializado pelos entrevistados é insubstituível na composição no texto final [...] tal qual o produto do artesão, o texto transcrito é o resultado de uma série de etapas criativas que vão contornando um produto sempre inédito (EVANGELISTA, 2010, p.180).

A análise foi realizada após o mapeamento das entrevistas e das fontes documentais. Foram levados em consideração as falas, as ideias, os sentimentos, os pensamentos e as ações vivenciados pelos colaboradores. A princípio, foram extraídas as evidências e as falas de acordo com o tema proposto, agrupando-as em

dois lados e comparando-as em uma sequência cronológica de acontecimentos, para a análise temática sobre a criação do curso técnico em enfermagem da UFPI. A interface entre o produto das entrevistas e os registros documentais promove o entendimento de como esse contexto histórico foi determinante para a consolidação do curso técnico em enfermagem da UFPI. Para facilitar a visualização das etapas que a pesquisa seguiu, a Figura 1 apresenta um diagrama simplificado dessas fases.

Figura 1- Diagrama das etapas de pesquisa



Fonte: autoria própria (2018)

O produto da análise resultou em quatro categorias. A primeira categoria, denominada “**O prelúdio dos cursos técnicos de enfermagem da UFPI**”, aborda o processo de criação dos cursos nas três escolas - como ocorreu a implantação, motivações, dificuldades e limitações para que de fato os cursos acontecessem, e está descrito na ordem cronológica em que os fatos ocorreram. A segunda categoria, cognominada “**Estrutura física e condições de trabalho**”, versa sobre os aspectos das condições de trabalho, bem como a estrutura física que os docentes dispunham para a implementação dos cursos técnicos de enfermagem nos respectivos colégios. A terceira categoria, chamada “**Relação com a comunidade, reitoria e demais cursos**”, retrata como a comunidade acadêmica, a administração superior e a sociedade receberam os cursos técnicos de enfermagem na sua criação. E a quarta

categoria, “**Relação aluno-professor**”, retrata como se dava a relação entre os docentes e discentes nas escolas.

Respeitando os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), do Ministério da Saúde, que dispõe sobre pesquisa envolvendo seres humanos (BRASIL, 2012), o projeto foi submetido à apreciação do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Piauí – UFPI, sendo aprovado através da CAAE (Certificado de Apresentação para Apreciação Ética): 80596017.7.0000.5214. O projeto foi, previamente, avaliado e autorizado pela Superintendência do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da UFPI, cujo termo consta no ANEXO B. Em relação aos colaboradores, após serem esclarecidos sobre os objetivos da pesquisa e os procedimentos utilizados, eles assinaram o termo de consentimento livre esclarecido (TCLE) (APÊNDICE B). Além disso, as entrevistas foram validadas pelos colaboradores para a publicação, através da assinatura do Termo de Cessão de Entrevista (APÊNDICE C). O referido documento tem a finalidade de garantir o uso legal da entrevista como um todo ou suas partes para a publicação, conforme o acordo feito entre pesquisador e colaborador (MEIHY; HOLANDA, 2013).

3 O ADVENTO DA ENFERMAGEM NO BRASIL

Este capítulo visa à apresentação de uma contextualização histórica sobre como a enfermagem moderna foi desenvolvida enquanto profissão ao longo do tempo no Brasil. Tem-se como finalidade auxiliar a compreensão do surgimento da enfermagem na prática do cuidar, proporcionando uma visão do panorama geral da enfermagem moderna e seus principais representantes. O capítulo a seguir trata-se de um elemento valoroso para o entendimento do objeto do estudo, pois faz um resgate, de maneira sucinta, sobre como a enfermagem foi se consolidando com o passar dos séculos no país.

3.1 A Enfermagem Moderna

Ao se retomar aspectos sócio-históricos, pode-se afirmar que a enfermagem se origina como um serviço organizado pela instituição das ordens sacras. Associado à figura da mulher e da mãe, que detêm um saber informal de práticas de cuidados com a saúde, coexistindo com o cuidado doméstico dos filhos, dos enfermos e dos velhos, repassado em cada geração, de mulher para mulher. “É a condenação desses saberes, especialmente para o controle social e religioso da sexualidade e da reprodução, que impõe questionamentos a sua legitimidade e mudanças no seu livre exercício” (LOPES; LEAL, 2005, p.109). Durante muitos anos, as ordens religiosas impuseram à enfermagem seu exercício institucional exclusivo, ou, em sua grande maioria, feminino e caritativo (LOPES; LEAL, 2005).

Vale destacar que o estereótipo de enfermeira retratava uma mulher carinhosa, caridosa, bondosa, obediente e subserviente, características estas que também começaram a ser exploradas no trabalho institucionalizado da enfermagem e que, por sua vez, reportavam às características sociais do papel da mulher (esposa e mãe), aspiradas pelos homens e, também, aos valores religiosos que eram associados a sua história. Estendia-se, assim, o caráter patriarcal de subordinação feminina da esfera privada/doméstica para a esfera pública/profissional. A enfermagem foi institucionalizada, conseqüentemente, como uma profissão eminentemente feminina, visto que as atividades profissionais se assemelhavam às atividades realizadas pelas mulheres em sua esfera familiar, como a limpeza e a organização da casa, bem como o cuidado das necessidades dos entes sob sua responsabilidade (WAINBERG, 2004;

LOPES; LEAL, 2005). A enfermagem moderna nasce dentro desse contexto, onde, ao se executarem procedimentos previamente definidos e estabelecidos pelos médicos, se origina como uma profissão complementar à prática médica, isto é, subordinada ao trabalho médico.

As estruturas hierárquicas entre homens e mulheres dependiam do entendimento generalizado das chamadas relações “naturais” entre ambos. Frequentemente, a atenção dada ao gênero não é explícita, porém, constitui uma parcela crucial da organização da igualdade e da desigualdade. “O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece” (PEREIRA, 2011, p.92). Gênero, então, se apresenta como um conceito que não leva em consideração a explicação biológica das diferenças entre mulheres e homens, mas começa a percebê-las como fruto de uma construção social e cultural, conectadas, sobretudo, com as relações de poder (PEREIRA, 2011).

Isto posto, o trabalho da enfermagem foi sendo desenvolvido, ao longo da história, em sua grande maioria, por mulheres. Na ótica do processo do desenvolvimento do processo de cuidar, à mulher foi designada a função de realizar o trabalho de cuidado aos doentes, às crianças, aos jovens, aos adultos e aos idosos. Esses trabalhos classificados como femininos requerem paciência, delicadeza, atenção, sendo componentes da prática do cuidar; portanto, a enfermagem foi sendo considerada uma profissão feminina (LOPES; LEAL, 2005).

Florence Nightingale possibilitou um novo caminho ao exercício da enfermagem, por meio da criação de uma escola com currículo regular e de seus escritos em relação a maneira de cuidar do outro, que até naquele momento era realizada apenas por algumas pessoas que faziam parte de grupos específicos, na maioria das vezes grupos religiosos, com aptidão vocacional ajudar ao outro por amor a Deus, e não por aptidão profissional (PADILHA; MANCIA, 2005). Ainda segundo estes autores:

O momento em que Florence Nightingale cria a profissão de enfermagem na Inglaterra coincide com as transformações evidenciadas por Michel Foucault no ambiente hospitalar, estabelecendo o vínculo entre o saber de enfermagem e o saber médico, numa situação de subordinação, considerando que, até o século XVIII, quem dominava o espaço hospitalar eram as irmãs de caridade. Quando o médico percebe que o hospital é um campo de

saber e, conseqüente, de poder, ele assume este espaço e as irmãs de caridade o cedem passivamente, porém continuam assegurando-o através do poder silencioso do cuidar e do domínio do ambiente e das chaves. (PADILHA; MANCIA, 2005, p. 726)

A enfermagem profissional no mundo foi sendo ressignificada por intermédio das bases científicas apresentadas por Nightingale, considerada a “Dama da Lâmpada”¹, sendo ainda influenciada, de modo direto, pela sua estadia nos locais onde se realizava o cuidado de enfermagem leigo e fundamentado nos conceitos religiosos como: amor, caridade, doação, humildade, mas também pelos ensinamentos de valorização da adequação do ambiente para a prestação do cuidado, divisão do trabalho de enfermagem e autonomia sobre o cuidado a ser prestado (PADILHA; MANCIA, 2005).

É necessário considerar a influência de Florence Nightingale ao institucionalizar, na Inglaterra Vitoriana (1862), uma profissão para as mulheres, para a qual elas são “naturalmente preparadas”, a partir de valores que se consideravam femininos. Ao longo do processo de profissionalização, esses valores e atributos serão diferentemente explorados no trabalho institucionalizado. (LOPES; LEAL, 2005, p. 110)

Os princípios fundamentais que Florence pregava baseavam-se na formação técnica de enfermeiras em hospitais organizados, além do fortalecimento do caráter moral e da disciplina das alunas de enfermagem; para tanto, elas seriam admitidas em residências agregadas ao ambiente hospitalar. Isto se deu, também, por conta do seu processo de formação de cunho religioso, relatado em suas biografias. Florence inclusive, em algum momento de sua vida, pensou em adotar a vida religiosa, mas seus pais a impediram (OGUISSO, 2007; GEORGE, 2000).

Não se pode dizer que Florence Nightingale militou em favor do direito das mulheres da época, tampouco que ela se identificava com o feminismo e seus propósitos como são compreendidos hoje. Sua intenção era transformar a enfermagem em um campo de atuação profissional feminina, socialmente reconhecido. Florence lutou, a seu modo, pela causa feminina, utilizando como estratégia outras possibilidades às mulheres que não fosse o casamento e a

¹ Dama da lâmpada - Florence caminhava pelas enfermarias durante a noite sob a luz de uma lamparina para observar os feridos da guerra, e, por isso, ficou conhecida como a “dama da lâmpada. A “lâmpada de Nightingale” tornou-se o emblema da profissão. (HADDAD; SANTOS, 2011; ATTEWELL, 1998).

maternidade, “negando a compulsoriedade de tais práticas” (FONSECA; GUEDES; ANDRADE, 2011, p.159).

Como pode se perceber, mesmo sem deixar de lado os valores religiosos, Florence apresentou uma possibilidade de abertura para uma atividade laboral relacionada ao papel social estabelecido para as mulheres, fora do âmbito doméstico, o que não rompia a normalização do ideal de vida das mulheres da época – limitado a função reprodutora feminina - pois ela, mesmo pertencendo à uma família da classe nobre, resolveu se inserir no mercado de trabalho e reorganizar a enfermagem em seu país.

Com o desenvolvimento científico e tecnológico ditado pela revolução industrial, a assistência à saúde foi aos poucos sendo transferida para os hospitais, considerados os ambientes mais seguros e adequados para a prestação dos serviços aos que deles necessitavam; entretanto, os serviços hospitalares se tornaram cada vez mais caros, o que inviabilizava o acesso da população carente, continuamente desassistida (OGUISSO; CAMPOS; MOREIRA, 2011). Florence Nightingale, com seus diversos conhecimentos e convicção de que a enfermagem poderia ser um ofício reconhecido, valorizado e executado por mulheres de diversas classes sociais, sugere a retomada dos hospitais no sentido de prestar assistência de saúde à população necessitada (PADILHA; MANCIA, 2005).

Na América Latina, a Argentina foi o primeiro país a fundar uma escola de enfermagem, em 1886, sendo considerada a primeira da América do Sul, pela médica Cecília Grierson, e, em 1890, já introduziu o sistema *nightingaleano* de ensino. Esse sistema tratava da difusão das ideias de Nightingale, bem como seu sistema de treinamento para a categoria da enfermagem na época. Assim, progressivamente, todos os países foram aderindo a esse modelo, ocorrendo essa implantação, na grande maioria dos casos, na primeira metade do século XX (OGUISSO, 2007).

À proporção que se retoma o processo histórico da enfermagem, observa-se que Florence Nightingale surge no primeiro momento dessa história como fundamental para a comprovação da profissão, sendo esta orientada a “o que fazer”. Posteriormente, com um domínio técnico maior, buscou definir “como fazer”; e, em seguida, tentou alicerçar suas atividades por meio do domínio científico da técnica do cuidado, com o seguinte questionamento: “por que fazer?”. Nos dias atuais, a enfermagem tem se dedicado à pesquisa científica, de maneira a tentar trazer à luz a

seguinte questão: “qual de fato é o papel próprio da enfermagem?” (OLIVEIRA, et al., 2007; SILVA et al., 2015).

Oguisso e Freitas (2015) corroboram essa ideia, quando afirmam em seus estudos que o processo do cuidar como campo específico da Enfermagem passou por transformações históricas, desde o cuidado instintivo e caritativo nos seus primórdios, às transformações desenvolvidas por Florence Nightingale e seu progresso, até os dias atuais.

Uma categoria profissional indiferente à compreensão do seu passado e de sua história tem dificuldade de edificar o seu futuro, pois a valorização desse contexto histórico possibilita uma melhor fundamentação da enfermagem enquanto profissão. É importante ressaltar que as fases do processo histórico supracitadas não ocorreram necessariamente nesta ordem cronológica, e, por diversas vezes, uma sobrepôs-se à outra.

3.2 A Enfermagem no Brasil

Durante o período colonial, as ações de saúde, inicialmente, estavam vinculadas aos preceitos religiosos das populações nativas e seus costumes, realizados pelos pajés e, também, às práticas domésticas que eram realizadas pelas mulheres índias para o cuidado de idosos, de crianças, e de pessoas doentes (GEOVANINI et al., 2010).

Com a chegada do colonizador europeu e do negro africano, doenças infectocontagiosas, como a tuberculose, a febre amarela, a varíola, a lepra, a malária e as doenças sexualmente transmissíveis, então denominadas doenças venéreas, passaram a compor o cenário nosológico brasileiro, tendo início o percurso macabro das epidemias e a extinção dos nativos. (GEOVANINI et al., 2010, p. 31)

A situação da Medicina era dramática, e, mais ainda, a dos serviços de assistência e cuidado aos enfermos. Os indivíduos doentes, em sua grande maioria, ficavam sob a responsabilidade das próprias famílias, na figura da mãe; ou de iniciativas das instituições de caridade da época, como as Santas Casas de Misericórdia e as ordens religiosas, seguindo o modelo português (KLETEMBERG; SIQUEIRA, 2003).

No ano de 1549, chegaram ao Brasil os primeiros jesuítas. Atracaram na Bahia e depois seguiram para o Sul, para o Norte e para o interior do país. Um dos pioneiros e mais dedicados à catequese foi José de Anchieta (1534-1597), que chegou ao Brasil em 1553. Em seus escritos, encontram-se informações que possibilitam o levantamento do quadro nosológico do Brasil à época (GEOVANINI et al., 2010).

Assim, a primeira forma de assistência aos doentes após a colonização foi estabelecida pelos padres jesuítas que aqui vieram em caráter missionário, para assumir a tarefa de doutrinação cristã da população colonial. Possuidora de enorme poder político, esta sociedade era uma forte organização econômico-social sob controle direto da Igreja, não sendo apenas a simples catequese doutrinária o seu real objetivo. Nesse contexto, a assistência aos doentes é, então, prestada pelos religiosos em enfermarias edificadas nas proximidades dos colégios e conventos. Posteriormente, voluntários e escravos também passam a executar essa atividade nas Santas Casas de Misericórdia, fundadas a partir de 1543, nas principais capitâneas brasileiras. A primeira foi a de Santos, sendo edificadas posteriormente as do Rio de Janeiro, Vitória, Olinda e Ilhéus. Todas atendiam precariamente aos doentes pobres e aos soldados. (GEOVANINI et al, 2010, p. 32-33).

A Santa Casa de Misericórdia de Santos foi o primeiro hospital brasileiro criado, em 1543, por Brás Cubas. Neste hospital, as pessoas enfermas eram cuidadas por religiosos da Companhia de Jesus ou da Ordem dos Jesuítas, criada em 1534. Nos séculos XVI e XIX, foram criadas outras Santas Casas, como a de São Paulo (1560), reformada e finalizada em 1884, a de Minas Gerais (1735), a de Santa Catarina (1789), a de Angra dos Reis (1824) e de Juiz de Fora (1854), respectivamente. Não existem registros relevantes a respeito de como era praticada a enfermagem nas primeiras Santas Casas, porém, supõe-se que os jesuítas responsabilizavam-se pelos trabalhos gerais de enfermagem, fazendo-se auxiliar pelos índios e africanos escravizados, a quem ensinavam como cuidar dos enfermos e outros ofícios em torno do próprio cuidado, como limpeza, ordem, entre outros. Este cenário é retratado até o século XVIII (OGUISSO; CAMPOS; MOREIRA, 2011; FRANCO; 2014; COMERALATO; 2003).

No decorrer do século XIX, as variações no cenário econômico e político no Brasil tiveram implicações diretas no setor de saúde. A ocorrência frequente de doenças epidêmicas no país prejudicava as negociações dos produtos brasileiros, que eram destinados à exportação. Tal situação levou a uma política de controle dessas

doenças epidêmicas, à necessidade de profissionais capacitados e preparados para a prestação de cuidados, à vigilância sanitária dos portos, e à atenção com os doentes. E são nessas circunstâncias que ocorre a institucionalização da educação de enfermagem no Brasil (KLETEMBERG; SIQUEIRA, 2003).

O nome de maior destaque dentre os precursores da enfermagem brasileira é o de Anna Justina Ferreira Nery, baiana, filha de Luisa Maria das Virgens e José Ferreira de Jesus. Anna Nery nasceu em 13 de dezembro de 1814, em Cachoeira, e faleceu em 1880. Quando o Brasil entrou na Tríplice Aliança, juntamente com o Uruguai e a Argentina em 1865, os filhos de Anna Nery partiram para servir na guerra contra o Paraguai. Na ocasião, ela escreveu uma carta ao Presidente da Província da Bahia, Manuel Pinto de Souza Dantas, oferecendo-se para servir aos feridos de guerra. No dia 13 de agosto de 1865, Anna Nery embarcou para os campos de batalha, e, mesmo com a morte do filho mais velho e de um sobrinho, Anna Nery continuou atuando na guerra junto aos feridos, fazendo de sua casa em Assunção um abrigo para eles. Voltou ao Brasil em 1870 e foi recebida com muitas homenagens e reconhecimento. (OGUISSO; CAMPOS; MOREIRA, 2011; CARDOSO; MIRANDA, 1999).

Anna Nery deixa o espaço privado do lar para assumir um papel importante no espaço público. A solicitação de Anna Nery é puramente afetiva e não pediu para ser intitulada enfermeira. Anna Nery atendia às exigências que elevariam o status social e moral da enfermeira do século XX e tornou-se símbolo da enfermagem brasileira. (CARDOSO; MIRANDA, 1999, p. 339).

3.3 A profissionalização da Enfermagem no Brasil

Em novembro de 1852, foi inaugurado, no Rio de Janeiro, o Hospício Pedro II, vinculado à Santa Casa de Misericórdia. Também trabalharam nesta instituição as Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo. Porém, o final do século XIX trouxe diversas mudanças sociopolíticas, e, com a Proclamação da República, em 1889, houve a separação entre Estado e Igreja. O decreto nº 142 de 11 de janeiro de 1890 desmembrou o Hospício da Santa Casa, modificando seu nome para Hospício Nacional de Alienados (MOREIRA; OGUISSO, 2005).

Na chamada Primeira República (1889 - 1930), o Brasil era governado pelas oligarquias dos estados mais ricos, especialmente São Paulo, Rio de Janeiro e Minas

Gerias (BERTOLLI FILHO, 1996). Em 1890, a saída das Irmãs de Caridade do Hospício Nacional de Alienados ocasionou uma séria crise: não havia quem cuidasse das pessoas com transtornos mentais. Então, os médicos e/ou psiquiatras tiveram a iniciativa de fundar uma escola que pudesse preparar indivíduos para cuidar dos enfermos (MOREIRA, 2007).

Apesar das precárias condições para o funcionamento daquele hospital e para a assistência que era realizada por pessoal ainda não qualificado, surgiu a ideia de criação de uma escola para preparar a equipe de enfermagem não apenas para o Hospício Nacional de Alienados, mas também para os hospitais militares e civis da República recém-instalada. Essa ideia referida anteriormente foi realizada pelo Marechal Deodoro da Fonseca, chefe do governo provisório da República, que, através do Decreto n. 791/1890, de 27 de setembro, fundou no Hospício Nacional de Alienados a “Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras”, sendo oficialmente instituído o ensino de enfermagem no Brasil (MOREIRA, 2007; MONTEIRO; OGUISSO, 2015), bem como o preparo para o profissional exercer um cargo público e a obtenção de um saber mais especializado.

A Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras denomina-se atualmente como EEAP – Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, pertencendo à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Os moldes de formação desta escola eram os mesmos estabelecidos nas Escolas de Salpêtrière, na França; o curso tinha a duração de 2 anos e o seu currículo tratava de aspectos básicos da assistência hospitalar, predominantemente curativa (GEOVANINI et al., 2010). Stutz (2010) destaca que o perfil do aluno admitido à escola de enfermagem foi voltado às classes sociais menos favorecidas. Não interessava à elite social do período nenhum desses serviços de alojamento, alimentação e muito menos gratificações mensais, pois tudo isso já possuíam - e bem mais-, e, também, não era interessante prestar serviços que considerava inferiores.

Ainda que o Decreto n° 791/1890 tenha representado um avanço para a regulamentação e valorização da prática da enfermagem no Brasil, é perceptível que o seu enfoque é prioritariamente biologista, visando formar profissionais capacitados para prestar a assistência, o cuidado com o indivíduo hospitalizado e a integração no serviço, sempre respeitando a hierarquia da instituição. Esta perspectiva também traz consigo a ideia dos detentores do poder em relação à formação da categoria, dando destaque ao saber-fazer, sob a autoridade de uma hierarquia, subordinada aos

demais profissionais e serviços. E mais: “esta visão do profissional da enfermagem ainda permanece cristalizada em determinados centros e serviços, subjugando a enfermagem à medicina e às instituições empregadoras” (KLETEMBERG; SIQUEIRA, 2003, p. 67).

Em 1894, foi fundado, em São Paulo, o Hospital Samaritano, por causa dos esforços de homens e de mulheres da comunidade evangélica, estrangeiros e brasileiros, em sua maioria, residentes em São Paulo. As ações de enfermagem eram realizadas por enfermeiras estrangeiras, principalmente inglesas. A partir do ano de 1896, a instituição começou a receber alunas em regime de internato. Esse curso é considerado o primeiro no Brasil a adotar o sistema de ensino *nightingaleano* (OGUISSO, 2007). Nesse mesmo ano, instituições privadas juntaram-se a esse esforço oficial do governo, criando escolas e cursos abertos, como os realizados pelo Hospital Samaritano, na cidade de São Paulo. A essa tarefa juntou-se a Cruz Vermelha Brasileira – Filial Estado de São Paulo, em 1912. Esta mesma escola, em 1914, ofertou curso para enfermeiras voluntárias, e, no ano de 1916, curso para enfermeiras profissionais, ambos na cidade do Rio de Janeiro (OGUISSO; CAMPOS; MOREIRA, 2011).

O Regulamento do Hospital Geral do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) foi aprovado pelo Decreto n. 15.799, de 10 de novembro de 1922, e também previa a fundação da escola de enfermeiras desse Departamento. Faria (1994); Geovanini, et al. (2010) relatam que a Comissão da Fundação Rockefeller (1915) pertencente ao *International Health Board* (IHB) recebeu a solicitação de suporte financeiro da parte do dr. Carlos Ribeiro Justiniano Chagas, então diretor do DNSP, para contribuir com o projeto de organização do serviço de Enfermagem de Saúde Pública, no Brasil, sob a supervisão de enfermeiras norte-americanas. É assim que a referida Fundação custeava a vinda da enfermeira Ethel Parsons, cuja missão era de organizar, chefiar um Serviço de enfermagem e analisar as condições da enfermagem brasileira. Assim, uma das suas primeiras ações foi implantar o Serviço de Enfermagem do Departamento Nacional de Saúde Pública com o mesmo poder e autoridade dos demais serviços e a criação de uma Escola de Enfermagem, com a colaboração de mais 13 enfermeiras vindas dos Estados Unidos da América do Norte (GEOVANINI et al., 2010). Em dezembro de 1923, passado um ano, o Decreto n. 16.300 de 31/12/1923 regulamentou, de fato, a escola para enfermeiras nesse departamento, no momento presente denominada Escola de Enfermagem Anna Nery,

da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (FREITAS, 2007).

A Escola de Enfermagem Anna Nery redimensionou o modelo da enfermagem profissional no país, seguindo os padrões estabelecidos pelo modelo *nightingaleano*. Ao escolher para os seus quadros moças de classes sociais mais elevadas, com a ajuda de uma política interessada em apoiar o desenvolvimento da profissão, passou a ser padrão para as demais escolas, atendendo diretamente ao projeto então estabelecido (GEOVANINI et al., 2010).

Vale destacar que diferentes escolas e cursos antecederam a fundação da Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, em 1923, que, em 1926, passou a ser denominada Escola de Enfermeiras D. Ana Néri, atualmente Escola de Enfermagem Anna Nery, da UFRJ. Espaço de formação profissional, implantou oficialmente o sistema de ensino anglo-americano, a versão americana do Modelo Nightingale, pois o sistema inglês, considerado puro, havia sido implantado por enfermeiras inglesas no Hospital Samaritano, na cidade de São Paulo, em 1895. Nesse sentido, cabe destacar a diferença entre o sistema Nightingale anglo americano e o sistema Nightingale puro, pois a versão americana sempre buscou alocar o ensino em universidades e o sistema inglês alocava dentro de hospitais (OGUISSO; CAMPOS; MOREIRA, 2011, p. 72).

Na escola Anna Nery, a maioria das candidatas eram moças de classe média alta, pois duas das exigências eram: saber ler e escrever, e apresentar atestado de bons costumes; características relacionadas ao perfil desejado, sendo diversas delas recrutadas por médicos sanitaristas do DNSP (Departamento Nacional de Saúde Pública). Ao determinar como ideal a mulher “com conhecimentos básicos e que estivesse de acordo com a normatização social”, os médicos afastavam a “empregada analfabeta” do trabalho das instituições de saúde, ao passo que agraciavam as mulheres de “bom costume”, abonadas pela convivência privada e adequadamente aprovadas socialmente para a circulação em ambientes públicos (SANTO; 2012 p. 313).

A Era Vargas (1930 - 1945) representou o auge do sanitarismo campanhista, compreendendo a conjuntura de ascendência e de hegemonia do Estado populista. Em relação às políticas de saúde, instalou-se um processo de centralização dos serviços que objetivava dar um caráter nacional à tal política. Nesse período, uniformizou-se a estrutura dos departamentos estaduais de saúde do Brasil, com um crescimento dos serviços de saúde, inclusive para o interior (CUNHA; CUNHA, 1998).

Foi promulgado o Decreto nº 20.109, em 1931, determinando que a Escola de Enfermagem Anna Nery fosse a escola oficial padrão para o ensino no Brasil. Em outras palavras, a partir daquele momento, as escolas de enfermagem, oficiais ou particulares, que desejassem equiparação, deveriam atender a requisitos básicos, no modelo da escola padrão, que incluía tudo o que dizia respeito à direção, às condições para o ingresso, à duração do curso, à composição do programa e às condições do próprio hospital para o ensino prático de enfermagem. A finalidade dessa determinação teve a justificativa de assegurar um alto nível de formação profissional de enfermeiras no Brasil (MONTEIRO; OGUISSO, 2015).

A escola era considerada como formadora de grupos de elite e tornou-se tradicional no cenário educacional brasileiro, sendo suas enfermeiras conceituadas como padrão, durante muito tempo; elas representaram a imagem da autêntica enfermeira brasileira. Para diversas pessoas, ser enfermeira estava diretamente ligado ao fato de ser formada pela Escola Anna Nery. A contar deste momento em que as outras escolas deveriam seguir os padrões da Escola Anna Nery, o que foi definido por lei (Decreto nº 20.109, de 15/06/1931), pode-se concluir que o perfil exigido para a enfermeira brasileira passou a ser idealizado de acordo com os critérios estabelecidos pela Escola considerada modelo (GEOVANINI et al, 2010).

É necessário destacar, em 1926, a fundação da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras, hoje, Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), que foi realizada pelas primeiras enfermeiras formadas na Escola Anna Nery. Em 1928, este órgão foi juridicamente registrado e filiado ao Conselho Internacional de Enfermagem em julho do ano seguinte. Essa entidade tem por finalidade congregar os profissionais de enfermagem, dentre eles, enfermeiros, obstetrizas, técnicos, auxiliares de enfermagem e acadêmicos de enfermagem; promovendo o desenvolvimento técnico-científico, cultural e político, possibilitando a pesquisa e o intercâmbio com outras organizações nacionais e internacionais, além de divulgar as ações de enfermagem (FREITAS, 2007).

A Lei nº 775, do dia 6 de agosto de 1949 (ANEXO A), foi a primeira legislação a dispor sobre o ensino de enfermagem no Brasil. Segundo a lei, o curso de enfermagem deveria durar 36 meses, e o curso de auxiliar de enfermagem deveria ser realizado em 18 meses, além de exigir que a educação em enfermagem fosse centralizada nos centros universitários. De acordo com o art. 5º desta lei, para poder ingressar no curso de enfermagem, os pretendentes, a partir de então, deveriam

apresentar o certificado de conclusão do curso secundário, e para o curso de auxiliar de enfermagem, o certificado de conclusão do curso primário (MONTEIRO; OGUISSO, 2015).

Em seguida, a Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1955, tratava do exercício da enfermagem, determinando as categorias que poderiam atuar nessa profissão: enfermeiro, obstetrix, auxiliar de enfermagem, enfermeiros práticos ou práticos de enfermagem e parteira. Naquele tempo, existiam diversas categorias dentro da enfermagem, como enfermeiros práticos, práticos de enfermagem, enfermeiros assistentes, assistentes de enfermagem, enfermeiros militares, atendentes e outras tantas denominações (FREITAS, 2007). Com a Lei nº 2995/56, todas as escolas de enfermagem passaram a exigir curso secundário completo ou equivalente de seus candidatos, contudo, apenas no ano seguinte, a enfermagem iniciou seus passos em direção ao ensino de nível superior (GEOVANINI et al, 2010).

No final da década de 50 início da década de 60, havia muitas discussões, favoráveis e desfavoráveis, acerca do preparo diversificado dos profissionais de enfermagem. Nessa época, já existia a sugestão da criação de uma categoria intermediária entre o enfermeiro e o técnico de enfermagem, com a função de exercer atividades de assistência aos pacientes (ROCHA, 1999).

Matsui, Cruz e Oguisso (2015, p. 49) relatam em suas pesquisas sobre a legislação que “a Lei nº 4.024/61, primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Ministério da Educação organizou o ensino de enfermagem, tendo em vista que até aquele momento os cursos e escolas eram criados isoladamente”. De acordo com os autores, a lei supracitada estabelecia que o ensino médio seria ofertado em dois ciclos (ginasial e colegial), incluindo, dentre outros cursos, os de formação técnica. O ensino técnico de grau médio tinha como princípio o atendimento das seguintes áreas: industrial, agrícola e comercial, nas quais não era abrangida a enfermagem. A partir dessa lei, ficou estabelecido que aqueles cursos técnicos de nível médio que não estavam ali especificados seriam regulamentados pelos diferentes sistemas de ensino, ou seja, pelas secretarias estaduais de educação.

Em 1962, o Parecer CFE nº 271/62 reduziu para 3 anos (24 meses acadêmicos) a duração do curso de enfermagem que, tradicionalmente, desde a década dos anos vinte, tinha duração de mais de 32 meses (mais de 4 anos acadêmicos), através da exclusão do ensino da Saúde Pública da programação do

Curso Geral. “A reivindicação para a duração de quatro anos do curso geral de enfermagem permeou todas as discussões posteriores ao Parecer n. 271/62” (GALLEGUILHOS; OLIVEIRA, 2001, p. 83).

Uma das primeiras providências da ditadura militar, instaurada a partir de 1964, em relação à saúde foi a diminuição das verbas do Ministério da Saúde destinadas à saúde pública (BERTOLLI FILHO, 1996). No Brasil, na década de 60 e 70, fortalecia-se o modelo assistencial médico privatista, com centralidade no saber unidirecional biomédico, curativo, individual e hospitalar, manifesto por processos de trabalho segmentados e centrados nos procedimentos. Diante desse cenário, a enfermagem replicava essas condições ao se concentrar na esfera dos serviços privados e hospitalares (PEREIRA et al, 2009).

Oguisso (1977) afirma que, desde a década de 1970, a legislação sobre o curso de Auxiliar de Enfermagem, regulada por força da Lei nº 775, de 6 de agosto de 1949, vinha passando por sucessivas alterações, confundindo as diretoras das escolas ou dos cursos, ou forçando-as a contínuas adaptações. Nas Escolas de Enfermagem Anna Nery e Luiza de Marillac, o Curso Técnico de Enfermagem foi instituído em 1966, através dos Pareceres do Conselho Federal de Educação 171/66 e 224/66, respectivamente. Os cursos nas duas escolas eram operacionalizados com base em legislação própria, desvinculada do sistema de educação nacional (OGUISSO, 1977).

Com efeito, a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, somente previa no art. 47 em seu parágrafo único que "o ensino técnico de grau médio abrange os seguintes cursos: a) indústria; b) agrícola; c) comercial. Os cursos técnicos de nível médio não especificados nesta lei serão regulamentados nos diferentes sistemas de ensino". A Portaria do Ministério da Educação e Cultura nº 106, de 28 de abril de 1965, ainda vigente, dispõe sobre o curso de Auxiliar de Enfermagem, mas não fixa carga horária. Estabelece a idade mínima de 16 anos para matrícula, discrimina as disciplinas e estágios específicos e fixa a duração do curso em dois anos letivos, de 180 dias cada um, trazendo como consequência grande diversidade no nível de ensino e, conseqüentemente, no preparo de profissionais. (OGUISSO, p.169, 1977)

O Conselho Federal de Educação instituiu o curso intensivo de Auxiliar de Enfermagem, em 1970, através do Parecer 75/70, em onze meses de duração, determinando, como requisito para a admissão dos candidatos, a idade mínima próxima aos 18 anos e a conclusão do curso ginasial. Entretanto, antes mesmo que

este novo sistema pudesse ser implementado e efetivado por algumas escolas e pudesse ser avaliado, sobreveio uma nova lei de ensino, a de nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que, mais uma vez, modificou a sistemática do curso de Auxiliar de Enfermagem, fixando as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus (OGUISSO, 1977). Com tantas indefinições, na época, a autora já indagava: “Haverá distinção entre o Auxiliar de Enfermagem e o Técnico de Enfermagem?” (OGUISSO, 1977, p. 173).

Na esfera do sistema escolar como um todo, mediante essa Lei 5.692/71, o governo militar foi protagonista de um projeto de reforma do ensino fundamental e médio no país. A lei estabeleceu a profissionalização universal e compulsória, para o ensino secundário, equiparando os cursos secundário e técnico. Os cursos técnicos passaram a ser ofertados na categoria de habilitação profissional, concomitante ao ensino médio, cognominado de ensino de segundo grau. No campo da enfermagem, foram criadas quatro escolas técnicas em caráter experimental (MANFREDI, 2002; MANZATO et al., 2012).

É importante salientar que essa ideia de profissionalização universal e compulsória ocorreu em um momento em que o país objetivava participar da economia internacional e, nesse sentido, delegou (entre outras coisas) ao sistema educacional a atribuição de preparar os recursos humanos para absorção pelo mercado de trabalho. (MANFREDI, 2002, p.105)

Em 28 de janeiro de 1972, o Conselho Federal de Educação aprovou o parecer da Comissão Central de Revisão de Currículos e o projeto de Resolução (CFE 163/72), que fixava os mínimos de conteúdo e duração do Curso de Graduação em Enfermagem e Obstetrícia. Em seu artigo 1º, o currículo mínimo dos cursos de Enfermagem e Obstetrícia compreendia (três) 3 partes sucessivas: a primeira sendo a pré-profissional; a segunda, o tronco profissional comum, que levava à graduação do "Enfermeiro" e o habilitava ao acesso à etapa seguinte; e, a terceira, de habilitações, conduzindo, pela seleção de matérias apropriada, à formação do Enfermeiro Médico-Cirúrgico, da Enfermeira Obstétrica ou Obstetritz, e do Enfermeiro de Saúde Pública, respectivamente. De acordo com o art. 9º dessa proposta, na modalidade geral de formação de Enfermeiro e em todas as habilitações, surgiu termo Estágio Curricular Supervisionado (ECS), sendo, a partir de então, considerado exigência para a formação. Esta atividade deveria transcorrer em hospitais e em

outros serviços de saúde, com carga horária superior a um terço da carga horária profissionalizante do currículo, sendo distribuída durante o decorrer do período da referida formação (BRASIL; 1972; GALLEGUILHOS; OLIVEIRA, 2001).

No dia 12 de julho de 1973, através da Lei nº 5.905, foram criados os Conselhos Regionais de Enfermagem (CORENs), entidades de fiscalização do exercício profissional da enfermagem, em nível federal e estadual. De acordo com os preceitos dessa lei, o Conselho Federal de Enfermagem organizou três quadros diferentes para fins de inscrição: quadro I (enfermeiros), quadro II (técnicos), quadro III (auxiliares de enfermagem, práticos de enfermagem e parteiras práticas) (FREITAS, 2007).

O papel dos CORENs está voltado, principalmente, à fiscalização e ao registro profissional, não atuando em áreas de competências de outros órgãos, por exemplo, as condições sanitárias, de trabalho, bem como de formação educacional são de competência específicas dos Ministérios e Secretarias da Saúde e da Educação. Os Conselhos de Enfermagem são órgãos de direito público e sua missão é regular o exercício profissional, possuindo legislação específica da área de enfermagem, mas, também, obedecem à legislação da área da saúde e correlatas.

O sistema de disciplina e fiscalização do exercício profissional da enfermagem é constituído dos seguintes objetivos:

- Área disciplinar normativa: estabelece critérios de orientação e aconselhamento para o exercício de enfermagem, estabelecendo normas que visam ao exercício da profissão, bem como à atividade na área de enfermagem nas empresas, nos consultórios de enfermagem, observando as peculiaridades referentes à classe e a situação de saúde do país.

- Área disciplinar corretiva: instaura processo em casos de infrações ao código de ética de enfermagem, cometidas pelos profissionais inscritos, bem como processos administrativos, no caso das empresas, dando prosseguimento aos respectivos julgamentos e aplicações das penalidades cabíveis; encaminhando às repartições competentes os casos de sua competência.

- Área fiscalizatória: realiza procedimentos e atos para a prevenção de ocorrências de infrações à legislação que regulamenta o exercício da enfermagem, inspecionando e examinando os locais públicos e privados, onde a enfermagem é praticada, registrando as irregularidades e infrações verificadas, orientando sua correção e coletando dados para a instauração dos processos de competência do COREN, além de encaminhá-los às repartições competentes (COREN SP, 2018).

No final da década de 1970, configurava-se, no Brasil, um processo de sucateamento de ações preventivas, vinculado à deterioração das condições de vida da maioria da população, com baixa cobertura assistencial do setor público e por um modelo de saúde, predominantemente, individual e curativo. “Neste contexto, a enfermagem respondia e conformava-se nessas condições: concentrando-se no âmbito dos serviços privados e hospitalares (especialmente a mão de obra não qualificada, que aumentava a lucratividade desses estabelecimentos)” (PEREIRA et al, 2009, p. 773). Ainda, o plano de assistência do trabalho da enfermagem “se dá de forma a subsidiar a atenção médica. Isso se relaciona à divisão técnica e social do trabalho, cabendo a esse agente o fazer intelectual e, aos demais trabalhadores, os fazeres técnico e de assistência direta” (PEREIRA et al, 2009, p. 773).

Na década de 1980, a reorganização do Brasil em direção a um Estado de direito aconteceu de maneira lenta e conflituosa. Já no início dessa década, manifestou-se uma corrente que preconizava, como proposta para a melhoria da assistência à saúde no país, a descentralização, vinculada à regionalização e à hierarquização dos serviços de saúde, bem como à democratização do sistema. O movimento sanitário tinha como proposta a ênfase nos cuidados primários e criticava o modelo hospitalocêntrico. É no final dessa década que o Congresso Nacional Constituinte, diante de diversos embates relacionados ao setor saúde, aprovou, com a Constituição Federal de 1988, a criação do Sistema Único de Saúde (FRANÇA, 1998; CUNHA; CUNHA, 1998).

Freitas (2007) afirma que apenas na Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986 (com Decreto regulamentador n. 94.406, de 08 de junho de 1987), é que cada categoria de enfermagem é discriminada de acordo com suas atribuições específicas, incluindo a do técnico de enfermagem. Desta forma, o artigo 7º destaca quem são os técnicos de enfermagem e o artigo 12 determina quais as atividades de sua competência. As ações de enfermagem foram classificadas em atividades complexas e elementares pela primeira vez.

Além de definir quem são cada um dos profissionais antes mencionados, o Decreto 94.406/87 descreve as atribuições para cada uma dessas categorias do pessoal de enfermagem. Para o enfermeiro são descritas as atividades privativas e as que deve realizar como integrante de equipe de saúde. Portanto, aquele que não possui um desses títulos também não pode, legalmente, exercer a enfermagem. (OGUISSO, 2001, p. 2002).

A Lei que trata sobre o exercício profissional da enfermagem no Brasil é a de nº 7.498, do dia 25 de junho de 1986, regulamentada pelo Decreto nº 94.406, do dia 8 de junho do ano seguinte (BRASIL, 1986).

Alguns artigos da lei supracitada foram vetados e, além disso, houve outros dispositivos que não haviam sido incluídos, por exemplo, alguns dispositivos arrojados que os líderes de enfermagem da época tentaram assegurar aos enfermeiros (OGUISSO, 2001).

Barros e Herold Júnior (2013) ressaltam que, em relação à educação, a década de 1980 foi fortemente marcada por debates sobre a recriação do sistema educacional brasileiro público e democrático, sendo de responsabilidade do poder público ofertá-la, de maneira gratuita e igualitária, a todos os brasileiros. De acordo com os referidos autores, as ideias discutidas na década de 1980 foram deferidas pela Constituição de 1988 e, em seguida, defendidas pela LDB nº 9.394/96. A nova LDB, juntamente com o Decreto nº 2.208/97, constituíram as bases para a reforma da educação profissional no país, significando que todas as instituições de educação profissional deveriam ajustar-se às diretrizes estabelecidas pela lei em vigor. Com essa nova LDB, o ensino médio tem uma trajetória única, promovendo conhecimentos e competências para a cidadania e para o trabalho, não sendo profissionalizante. Já a Educação Profissional, de caráter complementar, conduzindo ao desenvolvimento das aptidões para a produtividade, destina-se aos alunos advindos do ensino fundamental, médio e superior, como também ao trabalhador em geral, independente da sua escolaridade (MANFREDI, 2002).

O Decreto nº 5.154 do dia 23 de julho de 2004 regulamentou o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394/96. Em seu primeiro artigo, normatiza que a educação profissional (prevista no artigo 39 da Lei nº 9.394/96) será desenvolvida através de cursos e de programas de qualificação profissional, de educação profissional técnica de nível médio e de educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação (BRASIL, 2004).

No artigo 4º do Decreto sobredito, o parágrafo 1º determina que a articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de três formas: I - integrada, ofertada a quem já tenha concluído o ensino fundamental, de maneira que o curso conduza o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio na mesma instituição de ensino, existindo uma única

matrícula; II - concomitante, oferecida a quem concluiu o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, em que a complementação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio presume a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ser realizada ou na mesma instituição ou em instituições distintas; e, ainda, III - subsequente, ofertada a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL, 2004).

Em relação ao desenvolvimento da educação profissional de nível médio, Matsui, Cruz e Oguisso (2015) destacam, ainda, que o Decreto nº 5.154/04, ao revogar o Decreto nº 2.208/97, permite a integração da educação profissional de nível técnico com o ensino médio, o que, no decreto anterior, não era possível. Os autores evidenciam também que:

A Resolução CNE/CEB nº 3/2008, com base no Parecer CNE/CEB nº 11/2008, institui o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, separando os cursos por eixos tecnológicos e não por área profissional, conforme previsto na Resolução CNE/CEB nº 4/99. Houve uma atualização do catálogo, descrita na Resolução 4. O catálogo mantém as 1.200 horas de carga horária para o curso Técnico de Enfermagem, apresenta um descritor da profissão e sugere temas a serem abordados na formação, bem como uma infraestrutura recomendada para o funcionamento do curso. (MATSUI; CRUZ; OGUISSO, 2015, p. 61)

Dentro desse cenário de ordenamentos legais, as escolas que ofertavam cursos de enfermagem procuraram ajustar os currículos dos cursos Técnicos de Enfermagem e de Auxiliares de Enfermagem. Aquelas instituições que mantinham apenas cursos isolados de Auxiliar de Enfermagem, precisaram instalar a habilitação profissional de Técnico em Enfermagem. Os cursos de qualificação profissional só poderiam ser ofertados por instituições de ensino que tivessem a respectiva habilitação profissional técnica autorizada. Assim, os cursos foram organizados em duas etapas: a primeira (ou 1º módulo) corresponde à qualificação profissional, oferecendo o certificado de Auxiliar de Enfermagem, e a 2ª etapa (ou 2º módulo) corresponde à habilitação profissional, fornecendo o diploma de Técnico em Enfermagem ao final (MATSUI; CRUZ; OGUISSO, 2015).

De maneira sintética, segue, no Quadro 1, os principais acontecimentos na área da enfermagem, nas décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000.

Quadro 3 – Principais legislações na área da Enfermagem de 1970 até 2017

Ano	Legislação
1972	<ul style="list-style-type: none"> Resolução do Conselho Federal de Educação nº. 4, de 25 de fevereiro de 1972, estabelece novo currículo mínimo para os cursos de graduação em Enfermagem no Brasil;
1970 a 1978	<ul style="list-style-type: none"> Resolução do Conselho Federal de Enfermagem 11/1975: aprovado o brasão do Conselho Federal de Enfermagem.
1977	<ul style="list-style-type: none"> Lei nº.6.494, de 7 de dezembro de 1977: Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e profissionalizante e dá outras providências;
1979 a 1984	<ul style="list-style-type: none"> RES.COFEN 71/1981: Institui o Fundo para Estudos, Aperfeiçoamento e Aprimoramento Profissional na Área de Enfermagem e dá outras providências. RESOLUÇÃO 74/1982: Dispõe sobre a criação e a distribuição de honorarias na área de Enfermagem.
1985 a 1988	<ul style="list-style-type: none"> LEI 7.498/86: Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem; a Enfermagem é exercida privativamente pelo enfermeiro, pelo técnico de enfermagem, pelo auxiliar de enfermagem e pela parteira, respeitados os respectivos graus de habilitação. Estabelece as responsabilidades de cada integrante da enfermagem, delineando ações privativas do enfermeiro.
1989 a 1993	<ul style="list-style-type: none"> RS COFEN 146/1992: Normatiza a obrigatoriedade de haver enfermeiro em todas as unidades de serviço onde são desenvolvidas assistência de enfermagem. RS COFEN 157/1992: Institui o Fundo de Apoio à Fiscalização do Exercício Profissional na Área da Enfermagem. RS COFEN 159/1993: Dispõe sobre a consulta de Enfermagem. RES.COFEN 162/1993: Dispõe sobre a administração da Nutrição Parenteral e Enteral.
1994	<ul style="list-style-type: none"> RS COFEN 172/1994: Normatiza a criação de Comissão de Ética de Enfermagem nas instituições de saúde.
1995	<ul style="list-style-type: none"> RS COFEN 185/1995: Dispõe sobre a autorização para a execução de tarefas elementares de Enfermagem pelo pessoal sem formação específica regulada em lei e estabelece critérios. RS COFEN 186/1995: Dispõe sobre a definição e especificação das atividades elementares de Enfermagem executadas pelo pessoal sem formação específica.
1996	<ul style="list-style-type: none"> RS COFEN 191/1996: Dispõe sobre a forma de anotação e o uso do número de inscrição ou da autorização, pelo pessoal de Enfermagem.
1997	<ul style="list-style-type: none"> RS COFEN 195/1997: Dispõe sobre a solicitação de exames de rotina e complementares por Enfermeiro. RS COFEN 197/1997: Estabelece e reconhece as Terapias Alternativas como especialidade e/ou qualificação do profissional de enfermagem.

	<ul style="list-style-type: none"> • RS COFEN 200/1997: Dispõe sobre a atuação dos profissionais de enfermagem em hemoterapia e transplante de medula óssea.
1998	<ul style="list-style-type: none"> • RS COFEN 209/1998: Aprova o Código Eleitoral dos Conselhos de Enfermagem e dá outras providências. • RESOLUÇÃO COFEN 211/1998: Dispõe sobre a atuação dos profissionais de enfermagem que trabalham com radiação ionizante. • RS COFEN 214/1998: Dispõe sobre a instrumentação cirúrgica.
1999	<ul style="list-style-type: none"> • RS COFEN 218/1999: Aprova o regulamento que disciplina sobre juramento. • RS COFEN 219/1999: Cria corpo de voluntários. • RS COFEN 223/1999: Dispõe sobre a atuação de enfermeiros na Assistência à mulher no ciclo gravídico puerperal.
2000	<ul style="list-style-type: none"> • RS COFEN 226/2000: Dispõe sobre o registro para especialização de técnicos e auxiliares de enfermagem. • RS COFEN 234/2000: Atualiza a utilização do Fundo de Apoio à Atividade Administrativa (FUNAD) dos CORENs. • RS COFEN 236/2000: Dispõe sobre normas para estágio de estudantes de enfermagem de nível técnico e de graduação. • RS COFEN 237/2000: Considera relevante o serviço prestado aos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem. • RS COFEN 238/2000: Fixa normas para qualificação em nível médio de Enfermagem do Trabalho e dá outras providências. • RS COFEN 240/2000: Aprova o Código de ética dos profissionais de enfermagem e dá outras providências. • RS COFEN 244/2000: Dispõe sobre a consolidação das normas para o Registro de título, tipos de inscrição profissional, concessão, transferência, suspensão. • RS COFEN 245/2000: Dispõe sobre a autorização de estágio extracurricular para estudantes de enfermagem de nível técnico e graduação.
2001	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução Conselho Nacional de Educação, nº. 3 de 07 de novembro de 2001, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Enfermagem. • RS COFEN 252/2001: Aprova o Código de Processo Ético. • RS COFEN 256/2001: Autoriza o uso do título de doutor, pelos enfermeiros. • RS COFEN 264/2001: Atualiza os valores mínimos da tabela de honorários de serviços de enfermagem. • RS COFEN 266/2001: Aprova atividades de enfermeiro auditor. • RS COFEN 267/2001: Aprova atividades de Enfermagem em domicílio <i>homecare</i>. • RS CNE/CES nº 3, 9 de novembro de 2001: Leia na íntegra

	a Resolução CNE/CSE nº 3, 09 de novembro de 2001 que institui diretrizes curriculares nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem.
2002	<ul style="list-style-type: none"> • RS COFEN 270/2002: Aprova a regulamentação das empresas que prestam serviço de enfermagem domiciliar – <i>homecare</i>. • RS COFEN 272/2002: Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) nas instituições de Saúde Brasileiras.
2004	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução do Conselho Nacional de Educação nº. 1, de 21 de janeiro de 2004, estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos.
2005	<ul style="list-style-type: none"> • RS COFEN nº. 299, de 16 de março de 2005, dispõe sobre indicativos para a realização de estágio curricular supervisionado de estudantes de Enfermagem de graduação e do nível técnico.
2010	<ul style="list-style-type: none"> • RS COFEN nº. 371, de 8 de setembro de 2010, dispõe sobre a supervisão do enfermeiro em estágio ou quaisquer atividades práticas.
2013	<ul style="list-style-type: none"> • RS COFEN nº. 441, de 15 de maio de 2013, dispõe sobre a participação do enfermeiro na supervisão de atividade prática e estágio supervisionado de estudantes dos diferentes níveis da formação profissional de Enfermagem.
2017	<ul style="list-style-type: none"> • RS COFEN nº. 539, de 07 de abril de 2017, revoga o inciso II, do artigo 1º, da Resolução Cofen nº. 441/2013.

Fonte: Adaptado de Geovanini et al (2010) e Esteves et al (2018).

A Resolução COFEN n.º 276/2003 estabeleceu o prazo máximo de cinco anos para a autorização da inscrição provisória no COREN, para Auxiliar de Enfermagem. De acordo com essa resolução, o Auxiliar não recebe daquele órgão o registro definitivo para atuar nesta categoria profissional. A concessão é oferecida e efetivada pelo conselho, caso o indivíduo comprove que está dando continuidade aos estudos para Habilitação em Técnico de Enfermagem, ou, ainda, cursando a graduação em Enfermagem (CAVERNI; OGUISSO, 2005).

Stutz (2010) também menciona que registros históricos exibem uma problemática comum às escolas de enfermagem no Brasil, e que ainda persiste no cotidiano de muitas delas: o ensino da enfermagem exige um aprendizado para além de conteúdos apurados em sala de aula, de experiências proporcionadas na rotina

diária de instituições de saúde, em especial nas instituições hospitalares. Dessa maneira, existe a necessidade de se conquistar um espaço para inserção e acolhimento dos alunos de enfermagem na rotina das instituições hospitalares, o que se torna, muitas vezes, um desafio para as instituições educacionais da área (STUTZ, 2010).

Mesmo não sendo foco deste estudo, é necessário, ainda, um breve comentário sobre o cuidado enquanto objeto de trabalho da enfermagem. A Enfermagem é uma profissão da área da saúde que estuda o cuidado humano e que se concretiza enquanto trabalho exercido em sociedades históricas. Os diversos cenários político-institucionais e o modelo predominante de ciência delimitam “as condições de trabalho, as possibilidades do exercício da autonomia e de aproximação do cuidar de seres humanos considerando sua individualidade, complexidade e possibilidades concretas de viver saudável” (PIRES, 2009, p. 744). O sujeito é autônomo em suas ações e na maneira de agir consigo. Portanto, o corpo não deve ser entendido apenas como biológico, “mas como fruto das relações vivenciadas pelo próprio sujeito e de processos educativos que possam propiciar a formação de uma corporeidade significativa, através de relações de si para consigo e nas relações socializadas entre sujeitos” (BOLSONI, 2012, p.15).

Nesse segmento, é a partir do compromisso ético despertado pelo cuidado de si nas relações dos sujeitos que Foucault mostra um sujeito ético-político, de postura ativa, cujas ações são esquemas que este mesmo sujeito depara em sua cultura,

práticas e discursos políticos que recheiam nosso cotidiano de dispositivos de verdade e de biopoder, e têm como principal objetivo manter controladas as práticas dos sujeitos, restringindo suas vidas a escolhas (ou falsas liberdades) “previamente demarcadas”, [...] - o que caracteriza, assim, um processo engessador de práticas e saberes, e normalizador da vida subjetiva dos indivíduos. (GOMES, 2018, p. 190)

Mesmo considerando tais práticas como tecnologias de poder, com o objetivo de controlar os indivíduos pela produção de verdades embasadas na ciência, com seus efeitos normalizadores, há que se levar em conta que o cuidado apresenta um lado benéfico, e que medidas de saúde pública são necessárias para o bem-estar da população. Assim, enquanto profissão, é fundamental que a enfermagem tenha entidades fortes, para que seja representada na sociedade com aparatos legais e éticos para o exercício profissional. Enquanto campo do trabalho na área da saúde,

necessita defender um modelo de organização do trabalho que leve também em consideração o direito da população à saúde, que possibilite a expressão da subjetividade e do prazer criativo no trabalho, considerando os múltiplos sujeitos, com diferenças individuais e culturais, que estão envolvidas no trabalho coletivo em saúde (PIRES, 2009).

3.4 O perfil profissional do técnico de enfermagem

O Decreto nº 94.406, de 1987 (BRASIL, 1987), que dispõe sobre o exercício da enfermagem, no seu artigo 10, determina que o técnico de enfermagem exerça as atividades auxiliares, de nível médio técnico, atribuídas à equipe de enfermagem, cabendo-lhes assistir o enfermeiro nas seguintes tarefas:

- Planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem;
- Prestação de cuidados diretos de enfermagem a pacientes em estado grave;
- Prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral em programas de vigilância epidemiológica; prevenção e o controle sistemático da infecção hospitalar, e de danos físicos que possam ser causados a pacientes durante a assistência de saúde;
- Execução dos programas referidos nas letras *i* e *o* do item II do art. 8º.

O referido decreto ainda determina que este profissional pode executar atividades de assistência de enfermagem, excetuadas as privativas do enfermeiro e as referidas no art. 9º do documento, além de integrar a equipe de saúde (BRASIL, 1987).

O CNCT (Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos) foi instituído pela Portaria MEC nº 870, de 16 de julho de 2008, baseado no Parecer CNE/CEB nº 11/2008 e na Resolução CNE/CEB nº 3/2008; é considerado um referencial para subsidiar o planejamento dos cursos e suas respectivas qualificações profissionais, como também especializações técnicas de nível médio (BRASIL, 2016).

O CNCT (BRASIL, 2016) inclui o profissional técnico em enfermagem no eixo Ambiente e Saúde, descrevendo o seu perfil, definindo que, ao concluir o curso, o profissional deve estar apto a:

- Administrar medicamentos e vacinas;

- Realizar curativos, nebulizações e banho de leito;
- Verificar sinais vitais e medidas antropométricas;
- Auxiliar a promoção, prevenção, recuperação e reabilitação no processo saúde-doença;
- Preparar o paciente para os procedimentos de saúde;
- Prestar assistência de enfermagem a pacientes clínicos e cirúrgicos e gravemente enfermos;
- Aplicar as normas de biossegurança.

O catálogo supracitado define, ainda, que o profissional técnico em enfermagem pode atuar em diversos campos, tais como: hospitais; Unidades de Pronto Atendimento; Unidades Básicas de Saúde na estratégia Saúde da Família, clínicas e *homecare*; centros de diagnóstico por imagem e análises clínicas; consultórios e ambulatórios; além das instituições de atendimento pré-hospitalar e de longa permanência, como também em organizações militares (BRASIL, 2016).

De acordo com o CBO (Código Brasileiro de Ocupações), o profissional técnico em enfermagem, que é descrito pelo código 3222, desempenha atividades técnicas de enfermagem em instituições públicas ou privadas, como hospitais, clínicas e outros estabelecimentos de assistência médica, embarcações e domicílios. Podem atuar em cirurgia, terapia, puericultura, pediatria, psiquiatria, obstetrícia, saúde ocupacional e outras áreas da saúde. Desenvolvem a assistência ao indivíduo, zelando pelo seu bem-estar e conforto; administram diversos medicamentos e desempenham funções de instrumentação cirúrgica, posicionando de forma adequada o instrumental e o paciente. Devem organizar o ambiente laboral e dar continuidade aos plantões. Trabalham de acordo com as normas e os procedimentos de biossegurança, bem como com suas boas práticas. Realizam anotações e elaboram relatórios técnicos. Desenvolvem atividades e desempenham ações para promoção da saúde da família (BRASIL, 2017).

4 A ENFERMAGEM NO PIAUÍ

A elaboração deste capítulo tem como objetivo auxiliar a compreensão sobre o processo de instituição da enfermagem enquanto profissão no estado do Piauí. Este processo, assim como no restante do país, ocorreu de maneira lenta, sustentando-se frente a diversos desafios e limitações. O trabalho realizado pela Irmã Abrahide Alvarenga, frente à profissionalização da enfermagem do estado, foi um elemento determinante para a percepção acerca do contexto em que está inserido o objeto do estudo.

4.1 O prelúdio da enfermagem moderna no Piauí

A primeira instituição de saúde no Piauí que se tem registro foi o Hospital Milícia, datada do ano de 1803, em Oeiras, na época, capital do Piauí, entretanto, existem poucas informações sobre seu funcionamento (SAMPAIO; FRANCO, 2015).

A Instituição funcionava em condições precárias, era estabelecida em duas casas em péssimas condições estruturais, nas quais se ajuntavam todos os enfermos. Lá eram tratados os pobres, os escravos, os presos e, também, os soldados. A precária enfermaria era chamada de Hospital Militar. Em 1833, foi aprovada a construção do primeiro hospital público do estado do Piauí, tendo início apenas em 1846, e posterior inauguração em 1849. O Hospital de Caridade funcionou em Oeiras, na época ainda capital do estado, por pouco tempo, em 1852; posteriormente, ficou funcionando em condições precárias uma enfermaria, e, em 1860, foi desativada (NOGUEIRA, 1996; RAMOS, 2003).

O Hospital de Caridade foi instalado em Teresina, já capital do estado, por meio da Resolução nº 361, de 15 de setembro de 1853 (NOGUEIRA, 1996; RAMOS, 2003; SILVA, 2009). Um pouco antes disso, foi criada, também em Teresina, a Santa Casa de Misericórdia, em 1852, inaugurada, posteriormente, em 1860, nas mesmas instalações que outrora havia sido o Hospital da Caridade. A Santa Casa de Misericórdia atendia de acordo com as características de cada classe social, existiam cômodos separados, cobrados por diárias, distintos dos cômodos das pessoas não pagantes, que utilizavam as enfermarias gratuitas. Vale ressaltar que, naquela época, os enfermos cuja família pertencia à classe social mais privilegiada, eram tratados em

seus domicílios, apenas aqueles que não dispunham de recursos recorriam a Santa Casa de Misericórdia (NOGUEIRA, 1996).

Ressalte-se que nos registros encontrados sobre o início da institucionalização da saúde no Piauí, constam dados sobre a criação, construção e inauguração das instituições. Dados relativos aos cuidados prestados nessas casas são escassos. (SAMPAIO; FRANCO, 2015, p. 279).

Naquela época, na maioria das Instituições de saúde do país, os cuidados de Enfermagem eram executados pelas Irmãs de caridade, como também as direções dos Estabelecimentos de ensino da profissão. As irmãs de caridade que chegaram em Teresina para organizar e estruturar estes serviços pertenciam à Congregação das filhas do Coração Imaculado de Maria, também chamadas de Cordimarianas (SILVA, 2009). A enfermagem, desde seus primórdios, era exercida por religiosas, sendo os hospitais conduzidos por elas, locais ideais de propagação de seus preceitos cristãos.

O “Compromisso da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Teresina”, aprovado por Decreto nº 25, de 22 de abril de 1890, é o registro mais antigo encontrado referente à institucionalização da Enfermagem no estado do Piauí, em que é determinada a estrutura gerencial da Santa Casa de Misericórdia de Teresina, destacando as responsabilidades da enfermeira supervisora: serviço econômico, que incluía, dentre outras funções, a responsabilidade pela cozinha, lavanderia, limpeza e conservação do ambiente e dos utensílios, cumprir as determinações médicas, além da fiscalização do trabalho dos ajudantes bem como dos visitantes. No documento supracitado, além das atribuições dos enfermeiros, estão dispostas as atribuições da categoria de ajudantes (NOGUEIRA, 1996).

Na década de 40, a situação de saúde achava-se desorganizada. A ausência de normas e padrões de higiene e assepsia no ambiente hospitalar, aliados à falta de conhecimento, contribuíram para que o Estado providenciasse alguma solução imediata, em caráter de urgência. Quando o Hospital Getúlio Vargas deu início a suas atividades, a Santa Casa de Misericórdia foi desativada, tendo em vista que os recursos para sua manutenção não eram suficientes e as condições de funcionamento não eram adequadas, de forma que a assistência prestada fosse organizada e criteriosa (SILVA, 2009).

4.2 A profissionalização da enfermagem no Piauí

Moreira (1999) destaca a diferença entre ofício e profissão. O primeiro relacionava-se a um tipo de serviço prestado à comunidade, sem delimitação de regras; a segunda, a uma atividade exercida por um grupo de pessoas que conquistaram um título por meio da formação profissional, com intuito de exercer uma mesma atividade.

A enfermagem profissional é aquela exercida pelos indivíduos que passaram por um processo formal de aprendizado, tendo em vista um ensino sistematizado e com currículo definido e normalizado, cumprido em um determinado espaço de tempo, em que, ao final, recebem diploma e titulação (MOREIRA, 1999). No Piauí, por ser um estado distante da capital federal, atrair enfermeiras não era uma tarefa fácil, o que prejudicou ainda mais o processo de profissionalização da enfermagem no estado (NOGUEIRA, 1996).

Em 1938, foi criado o Departamento de Saúde Pública do Piauí, o que favoreceu a instalação do Serviço de Enfermagem, sob responsabilidade e fiscalização da enfermeira chefe, prevendo a criação de uma Escola de Enfermeiras. Naquela época, no estado do Piauí, ainda não eram conhecidas as enfermeiras diplomadas pela Escola de Enfermagem Anna Nery. Manifestava-se, então, a enfermagem como uma profissão submissa às ordens da classe médica, que tinha como uma de suas principais atribuições legais a de auxiliar o médico (NOGUEIRA, 1996).

O Hospital Getúlio Vargas (HGV) de Teresina começou a ser construído em 1936, sendo projetado para 200 leitos; foi inaugurado em três de maio de 1941, e era uma instituição de grande porte para os padrões da época, mas havia a necessidade de recursos humanos qualificados e capacitados na área de enfermagem (VILAR; BORGES; SANTOS, 2008; SAMPAIO; FRANCO, 2015; NOGUEIRA, 1996).

Esta razão gerou a necessidade de criação de uma escola de enfermagem para atender não apenas ao HGV, mas também aos demais serviços de saúde tanto em Teresina, capital do estado, como no interior. Pesquisas realizadas constataram que os registros oficiais da referida escola não foram localizados e as informações obtidas são que essa documentação foi perdida, impossibilitando, assim, análises e registros anteriores da história dessa escola (VILAR; BORGES; SANTOS, 2008).

A ausência de documentos históricos e registros oficiais dificultam o levantamento dos fatos ocorridos, assim como a análise desses fatos para a construção do panorama da saúde e da enfermagem da época.

A primeira enfermeira chefe do HGV foi Dagmar Rodrigues de Oliveira, natural de Minas Gerais. Essa enfermeira articulou diversas decisões, como o treinamento de 30 atendentes de enfermagem do hospital. Contudo, essa decisão não estava de acordo com o Regimento Interno do Hospital, o qual determinava que, enquanto não houvesse escola de Enfermagem oficial no Piauí, o HGV manteria um curso prático de Enfermagem para o aperfeiçoamento dos seus profissionais e para o treinamento dos candidatos às vagas de enfermeiro. A equipe pioneira, formada pela enfermeira Dagmar, foi composta pelas 30 atendentes treinadas por ela mesma e mais 6, as quais foram remanejadas da Santa Casa de Misericórdia (NOGUEIRA, 1996; RAMOS, 2003; SILVA, 2009).

Segundo Basílio e Ferro (2012), já em 1940, no Piauí, algumas moças demonstraram a vontade de dedicar-se ao cuidar, e essa vontade era observada desde a infância. Naquela época, existiam apenas os cuidados em enfermagem realizados pelas irmãs de caridade, executados no Pavilhão de Tuberculosos, onde funciona atualmente o Hospital Infantil Lucídio Portela.

Para que se tenha hoje uma compreensão mais clara da enfermagem, é preciso retornar à análise da situação mais ampla da mulher no momento em que ocorreu sua profissionalização [...] raras eram as oportunidades de trabalho para mulheres, fora do trabalho mal remunerado e realizado em péssimas condições oferecido pelas indústrias nascentes. O âmbito doméstico era o espaço por excelência da mulher. A organização patriarcal da sociedade estava embasada no trabalho gratuito da mulher dentro da família (GASTALDO; MEYER, 1989, p.11).

Na época, a enfermagem, então, apareceu como uma das poucas oportunidades de ingresso da mulher no mercado de trabalho. Como ainda não existiam cursos de enfermagem no Piauí, as moças que demonstravam interesse em cuidar e dar assistência, decidiam buscar a capacitação em outros estados. Como se pode observar, o interesse pela prática da enfermagem já era percebido no estado do Piauí, especialmente expressado pela vontade que as moças da época tinham de exercer a profissão. Porém, na região ainda não existia uma instituição que preparasse as pessoas para tal função.

Muitas enfermeiras do Piauí trabalharam em hospitais fora do estado, morando no próprio hospital. Realizavam diversos treinamentos e capacitações, e repassavam os ensinamentos aos auxiliares de enfermagem que eram pouquíssimos na década de 60. Durante a solenidade de formatura da primeira escola de enfermagem de nível médio do Piauí, havia um ritual, que era a entrega da lâmpada como símbolo para continuidade da assistência, igualmente como acontecia na Escola Carlos Chagas². A primeira escola de enfermagem de nível médio do Piauí foi a Escola de Enfermagem Irmã Maria Antoinette Blanchot, dirigida inicialmente pela Irmã Abrahide Alvarenga, fundada e organizada pelas irmãs de caridade (BASÍLIO; FERRO, 2012).

4.3 A escola de enfermagem Maria Antoinette Blanchot

No final dos anos 50, vieram para o Piauí outras enfermeiras, como Maria Barbosa de Almeida e Filomena Leles Camello, com formação em enfermagem na Escola São Vicente de Paulo, do Ceará. Inicialmente, as enfermeiras priorizaram a capacitação do pessoal, realizando treinamentos como forma de minimizar alguns problemas relacionados à assistência de enfermagem à clientela, de acordo com o diagnóstico feito por elas. Esse treinamento continha alguns conteúdos relacionados a ações básicas de enfermagem, até então, desconhecidas pelas atendentes que ali trabalhavam, como também recebiam instruções durante o seu turno de trabalho na escola (VILAR; BORGES; SANTOS, 2008).

A inexistência de enfermeiras diplomadas e de mão de obra qualificada no HGV implicava danos assistenciais e comprometia a administração da moderna Instituição, havendo, então, a necessidade da retomada de religiosas para a coordenação dos trabalhos. Na ocasião, a responsabilidade foi direcionada para a Congregação das Filhas ou Irmãs da Caridade de São Vicente de Paulo que, além de prestar a assistência, vinham instituindo um trabalho de formação profissional do pessoal de Enfermagem (NOGUEIRA, 1996).

A presença das irmãs no HGV, por certo período, fez com que elas observassem as dificuldades e as limitações nas técnicas utilizadas pela equipe de enfermagem, o que deixou ainda mais evidente a necessidade de realização de treinamentos específicos para esses profissionais. Foi nesse cenário que, em 1956, a

² Primeira escola de enfermagem no Brasil, em Belo Horizonte – MG, a diplomar religiosas, inaugurada em 1933 (BASÍLIO; FERRO, 2012).

Irmã Abrahide Alvarenga assumiu a chefia de enfermagem do HGV; (SANTOS et al., 2005; SILVA, 2009).

A Irmã Abrahide Alvarenga ganhou destaque no hospital pela assistência de enfermagem prestada, especialmente por empenhar-se para que, no estado do Piauí, fosse instituído o ensino de auxiliar de enfermagem (VILAR; BORGES; SANTOS, 2008).

Na Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN), em 1939, formou-se uma turma especial, composta por doze religiosas da Companhia das Irmãs de Caridade, porém, apenas dez colaram grau, em 1942, e, dentre elas, a Irmã Abrahide Alvarenga. Em seguida, outras religiosas da Companhia se formaram em turmas da EEAN, bem como em turmas de outras escolas de Enfermagem. Então, a Enfermagem científica e sistematizada na Companhia das Irmãs de Caridade foi introduzida no Brasil, possibilitando a criação de várias escolas de Enfermagem de caráter religioso, por diversos estados do Brasil (SANTOS et al., 2005).

Assim que assumiu a supervisão do HGV, em Teresina, em 1956, a Irmã Abrahide Alvarenga instaurou mudanças no hospital (SANTOS et al., 2005), pois, com a inauguração, houve a necessidade de formação de pessoal de enfermagem no estado, que foi acentuada graças ao trabalho das irmãs de Caridade, que eram lideradas por essa Irmã :

Ao perceber as deficiências de pessoal de enfermagem, ela promoveu reuniões com as religiosas e enfermeiras que trabalhavam no hospital, com o intuito de criar um centro educacional para profissionalizar auxiliares de enfermagem que pudessem atender ao HGV, e, numa escala maior, servissem como mão de obra especializada para outros hospitais e clínicas da cidade. Foi fundada, em 1958, a Escola Auxiliar de Enfermagem Maria Antoinette Blanchot, a qual funcionou inicialmente nas dependências do HGV. (VILAR; BORGES; SANTOS, 2008, p. 649).

Os esforços da Irmã Abrahide Alvarenga, juntamente com suas articulações com a sociedade teresinense, culminaram na fundação da Escola de Auxiliar de Enfermagem Maria Antoinette Blanchot, mais precisamente no dia 28 de junho do ano de 1958. O nome da escola foi uma homenagem à irmã francesa que iniciou o processo de formação das irmãs vicentinas, desempenhando forte influência na difusão das escolas católicas de enfermagem no Brasil (NOGUEIRA, 1996).

Nunes e Santos (2009) informam ainda que a ABEn-PI (Associação Brasileira de Enfermagem – Seção Piauí) foi criada em 22 de março de 1959, por iniciativa da Irmã Abrahide Alvarenga, então diretora da Escola de Auxiliar de Enfermagem Maria Antoinette Blanchot. O intuito era atender à exigência da ABEn (Associação Brasileira de Enfermagem), a qual define um número mínimo suficiente de profissionais enfermeiros para organização de uma seção em território nacional (NUNES; SANTOS, 2009).

Desta maneira, a Irmã Abrahide Alvarenga finalizou seu período de contribuição no estado do Piauí, quando foi transferida para o Sul do País, no ano de 1962. Apenas no ano de 1975, ela retornou a Teresina, quando ocorreu a solenidade de mudança da Escola de Auxiliar de Enfermagem Maria Antoinette Blanchot para Escola Técnica de Saúde Maria Antoinette Blanchot (SANTOS et al., 2005).

O Curso de Auxiliar de Enfermagem Irmã Maria Antoinette Blanchot foi autorizado por intermédio de uma Portaria de quatro de março de 1959, do Ministro de Estado da Educação, de acordo com o disposto no artigo 10, da lei nº 775, de seis de agosto de 1949. O curso era mantido pela Associação de São Vicente de Paulo, fundado e operacionalizado pelas Irmãs Vicentinas, e fomentou o aprendizado e a qualificação de maneira a direcionar uma assistência de Enfermagem muito mais criteriosa e de qualidade (SILVA, 2009).

No início havia poucos recursos, portanto, a escola foi fundada sem uma sede própria. Dirigida por freiras, funcionava nas dependências do Hospital Getúlio Vargas. As salas eram mal ventiladas e pequenas, localizavam-se no andar de cima, onde funcionava a clínica médica, a secretaria da escola funcionava no corredor, com um balcão e um biombo de madeira (VILAR; BORGES; SANTOS, 2008).

A escola na sua fundação e criação passava por dificuldades financeiras, pois faltavam recursos de diversas naturezas para que as alunas pudessem aprender as técnicas adequadas, com aulas teóricas e práticas.

Apesar de o hospital Getúlio Vargas ter contribuído com o espaço físico para o funcionamento das aulas, ainda seriam necessários recursos financeiros e humanos para dar continuidade ao projeto. Relatos apontam que faltava material, instrumental e havia carência de alunos também. Posteriormente, a situação começou a melhorar, quando a Irmã Abrahide Alvarenga conseguiu a doação de um terreno na Rua Olavo Bilac, no centro em Teresina – PI, junto ao Governo do Estado, para a construção da sede própria da escola. A referida freira angariou recursos da própria congregação e

de diversos outros setores da sociedade para tal feito, melhorando, assim, as condições da escola e de funcionamento do curso (VILAR; BORGES; SANTOS, 2008).

A primeira turma concluiu o curso em 7 de janeiro de 1962, na qual, inicialmente, se matricularam 32 alunos. Após a conclusão desse primeiro grupo de auxiliares, a escola cresceu e se consolidou no cenário piauiense, formando significativo contingente de atendentes de enfermagem que trabalhavam no HGV, como também outras pessoas que desejavam se tornar profissionais da enfermagem (TERESINA, apud VILAR; BORGES; SANTOS, 2008).

A seleção dos alunos era feita por meio de uma avaliação que verificava se o candidato à vaga sabia ler, escrever e efetuar operações básicas de matemática, considerados pré-requisitos básicos para prosseguirem com o curso. Os professores eram cedidos pela Secretaria de Educação do Estado e ministravam as aulas de matemática e português na própria escola, de forma que os alunos fizessem concomitantemente a complementação de estudos do ensino formal e o curso Auxiliar de Enfermagem, permitido pela Lei 775/49 (VILAR; BORGES; SANTOS, 2008)

O referido curso não era gratuito. Dessa forma, os alunos pagavam uma mensalidade para subsidiar parte de suas despesas, existindo diversas formas desse pagamento: alguns alunos, já inseridos no mercado de trabalho, pagavam com fruto do próprio trabalho; outros conseguiam bolsas por intermédio de hospitais particulares e, até mesmo, da própria escola; e, aqueles que não tinham condições financeiras de arcar com a mensalidade, a escola dispunha um auxílio em forma de bolsa, devendo o aluno pagá-lo assim que estivesse trabalhando. O curso supracitado funcionava em dois turnos, manhã e tarde, nos horários de 8h às 11h e de 14h às 18h, com exigência rígida de pontualidade, em caráter intensivo, com duração de 11 meses. Foi inclusive chamado de curso intensivo de auxiliar de enfermagem, pois seu objetivo era qualificar rapidamente o maior número de pessoas (VILAR; BORGES; SANTOS, 2008).

A Escola de Enfermagem Irmã Maria Antoinette Blanchot começou a funcionar em prédio próprio em 28 de junho de 1958. Nessa nova estrutura, existiam dormitórios, refeitório, salas de aulas, laboratório para as práticas de Enfermagem, cozinha, capela, enfim, um espaço destinado à admissão de alunas que queriam uma qualificação na área, algumas residiam na Escola em caráter de internato. A Estrutura da nova sede da Escola Blanchot propiciou aos alunos uma melhor qualificação, pois havia uma preocupação constante no que se refere à qualidade de ensino e de planejamento organizacional. O laboratório

era equipado com todo o material necessário para as práticas e os procedimentos de Enfermagem. As salas de aula possuíam recursos para que estes alunos aprendessem sobre a assistência e os cuidados na área. (SILVA 2009, p.90).

As formaturas eram um dos rituais de maior destaque do curso, comparadas às formaturas de Universidade. Na época, eram celebradas com entusiasmo, e, embora a maioria das alunas não possuísse muitos recursos financeiros, havia comemoração festiva com a presença de familiares e autoridades, sendo algo marcante para toda a cidade (VILAR, BORGES; SANTOS, 2008).

Em 12 de maio de 1978, por intermédio da Resolução CEE 19/78, foi aprovada a transformação da escola de auxiliar em enfermagem para Escola Técnica em Saúde Maria Antoinette Blanchot (TERESINA, apud VILAR; BORGES; SANTOS, 2008).

Em 29 de março de 1977, a Irmã Orminda Santana de Oliveira, Diretora da Escola, escreveu solicitação ao Presidente do Conselho de Estadual de Educação, para que este apreciasse a aprovação das reformas dos estatutos, do ante-projeto do regimento e da proposta para a transformação da Escola de auxiliar de Enfermagem para a Escola Técnica de Saúde Maria Antoinette Blanchot. O presidente do CEE, José Gayoso Freitas, autorizou o funcionamento do curso técnico através da resolução nº CEE 19/78 em 12 de maio de 1978. (SILVA, 2009, p. 101).

A desativação da Escola de auxiliares e técnicos de Enfermagem Maria Antoinette Blanchot aconteceu no início da década de 80, e, de acordo com relatos de pessoas que vivenciaram, foi em consequência da falta de verbas, da ausência de doações e de apoio do governo Estadual para o pagamento dos salários dos professores, bem como para a manutenção (SILVA, 2009).

No ano de 1984, a Escola Maria Antoinette Blanchot fechou suas portas, quando a última turma de alunos concluiu os estudos, deixando uma lacuna na formação profissional da área de enfermagem e em todos aqueles que lutaram e se empenharam naquele projeto. As causas não são totalmente claras, existindo controvérsias, inclusive relatadas por depoentes que vivenciaram a experiência na época, de acordo com Vilar, Borges e Santos (2008). O que se sabe é que, de fato, a influência nacional das religiosas perdeu forças, atrelada às dificuldades financeiras e à ausência de incentivo do governo, muito provavelmente, culminou no fim da instituição (VILAR; BORGES; SANTOS, 2008).

Os profissionais da área da enfermagem eram escassos naquele período e necessitavam de treinamento e aperfeiçoamento assistenciais. Havia poucos enfermeiros no estado do Piauí nos anos 60, tendo em vista que o curso de Enfermagem na Universidade Federal do Piauí (UFPI) somente foi instalado no ano de 1973, vinculado ao Departamento de Medicina Comunitária (VILAR; BORGES; SANTOS, 2008).

Vale destacar que, com o fechamento, o prédio construído pelas irmãs, que era a sede da escola, foi devolvido ao Estado, visto que existia uma cláusula no documento de aquisição do terreno, assegurando que o mesmo deveria ser devolvido, caso não houvesse mais a finalidade educacional. Na ocasião as religiosas colocaram todo o material da escola à venda em uma feira, como os equipamentos, simuladores e livros (VILAR; BORGES; SANTOS, 2008). Na sede, passou a funcionar o Centro Formador de Recursos Humanos Carlile Guerra de Macêdo, órgão subordinado à Secretaria de Saúde do Estado do Piauí, hoje também desativado. Em 1999, passou a funcionar o Centro de Ciências Médicas da Universidade Estadual do Piauí, atual FACIME (Faculdade de Ciências Médicas) (ROCHA, 1999).

5 O CURSO TÉCNICO DE ENFERMAGEM DA UFPI: NARRATIVAS DE UMA TRAJETÓRIA

Neste capítulo, apresenta-se uma retrospectiva histórica da criação dos cursos Técnicos em Enfermagem da Universidade Federal do Piauí, iniciando pelo CTF, em seguida o CTT e por último o CTBJ. Descreveremos a estruturação e o cenário em que os cursos foram fundados, levando em consideração os aspectos sócio-políticos e econômicos em que os fatos ocorreram na sua criação. Também são descritas a estrutura e as condições de trabalho que os professores dispunham na época da criação dos cursos, a receptividade da comunidade em relação a eles e a parceria com a reitoria e demais cursos da UFPI.

5.1 Os cursos Técnicos de Enfermagem da UFPI nos três colégios: CTF, CTT e CTBJ

A Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI) foi instituída pela Lei nº 5.528, de 11 de novembro de 1968, e, oficialmente, instalada em 12 de março de 1971, tendo como o objetivo de criar e manter a UFPI. Suas Unidades de Ensino atualmente são: Centro de Ciências da Educação - CCE, Centro de Ciências da Saúde - CCS, Centro de Ciências Humanas e Letras - CCHL, Centro de Ciências da Natureza - CCN, Centro de Tecnologia - CT, Centro de Ciências Agrárias - CCA, Campus Universitário de Parnaíba, Campus do Junco – CJ. Além disso, possui três Colégios Técnicos: Colégio Técnico de Teresina - CTT, Colégio Técnico de Floriano - CTF e Colégio Técnico de Bom Jesus - CTBJ (UFPI, 2015).

No dia 10 de maio de 1954, o Colégio Técnico de Teresina (CTT) foi instalado por intermédio do Governo do Estado e Federal. O Colégio Agrícola de Teresina deu início as suas atividades depois de um período de dez anos da sua construção. Até o ano de 1976, o colégio permaneceu sob controle direto do MEC, quando o Governo Federal através do Decreto nº 78.672, de 05 de novembro de 1976, vinculou o referido Colégio à Universidade Federal do Piauí, localizado na cidade de Teresina – PI (UFPI, 2015).

No ano do golpe militar, 1964, no dia 9 de maio, durante o governo de Petrônio Portela, foi inaugurada a Colégio Agrícola de Teresina,

conforme autorizava o Decreto n. 53.558, de 13.02.1964, que alterou a denominação das escolas em regime de acordo entre o Ministério da Agricultura, Estados e municípios, sendo autorizada a mudança no Art.1 (BRANCO, 2010, p.131).

A Escola Agrotécnica de Teresina (EAT) possuía uma vasta extensão territorial de 300 hectares, bem próximo ao rio Poty, local propício para os projetos de irrigação. Logo após uma década de construção, a proposta da referida Escola Agrotécnica era priorizar o atendimento aos jovens, filhos de agricultores, com idade entre 14 e 18 anos. Desta forma, a EAT deu início às suas atividades com uma estrutura precária, em que muitos prédios e salas de aula ainda estavam por finalizar sua construção (BRANCO, 2010).

No ano de 1964, o Colégio Agrícola de Teresina (CAT) deu início às atividades como internato somente para alunos advindos de cidades distantes, mas existia a opção do semi-internato, que era voltada para alunos que moravam em Teresina, mas que passavam a semana na escola e eram liberados nos finais de semana, com uma proposta de abrigar 200 alunos (BRANCO, 2010).

Em 1967, o CAT, como escola agrícola da rede federal de ensino, passa, então, a ser vinculado ao Ministério da Educação, e não mais ao Ministério da Agricultura, como era inicialmente. O ano de 1969 foi de extrema importância e determinante para o CAT: houve a seleção para o Curso Técnico Agrícola, com o fim do Curso Ginásial, determinada pela Lei 4.024, que consolidaria os níveis de ensino com a formatura da primeira turma de mestres agrícolas e com a instalação, em nível médio, do Curso Técnico Agrícola (BRANCO, 2010).

A década de 1970 foi tempo de significativas transformações no CAT, em consequência da mudança do discurso político-governamental a respeito das diretrizes educacionais, com a Lei 5.692/71, que foi proposta pela ditadura militar, assim como pela aprovação do projeto de criação da UFPI, sob a influência do senador Petrônio Portela, proporcionando mudanças efetivas na estrutura institucional, no cotidiano dos funcionários, dos estudantes e dos professores da escola (BRANCO, 2010).

Na negociação para que se incorporasse o CAT à UFPI, elaborou-se um projeto a ser enviado ao MEC. Primeiramente, pretendeu-se ampliar o projeto desenvolvido para a Universidade piauiense. Desta forma, o espaço territorial do CAT foi incorporado à UFPI (BRANCO, 2010).

Em 1975, cogitou-se a ideia de se criar uma Escola Agrícola em Floriano. A ideia partiu de um projeto do deputado Jose Bruno dos Santos que alegava, para a instalação da escola, além do ótimo solo, o fato de os estudantes ansiarem pelo Curso de Técnicas Agrícolas. Na nota publicada no “Jornal o Dia” o deputado afirmava a necessidade de técnicos para a escola, sendo apoiado de forma unânime na Assembleia (BRANCO, 2010, p.185).

Em seguida, foi criado o Colégio Técnico de Floriano (CTF), através da resolução nº 01/79, do Conselho Universitário da UFPI, iniciando suas atividades em 19 de março de 1979, com o curso Técnico em Agropecuária, oferecendo cursos em áreas diferentes. O CTF está situado no Campus Amílcar Ferreira Sobral, no município de Floriano - Piauí. Em seguida, o Colégio Técnico de Bom Jesus foi criado, através da Resolução nº 02/81, do Conselho Universitário da UFPI, e deu início as suas atividades em 22 de março de 1982, situado na cidade de Bom Jesus – Piauí (UFPI, 2015).

Em março de 1981, foi implantado o primeiro Curso Técnico de Enfermagem da UFPI, no Colégio Técnico de Floriano, em regulamento de externato, que funcionava de modo integral e tinha duração de três anos, com uma matriz curricular que incluía disciplinas bases do ensino médio e disciplinas específicas do ensino profissional. O ingresso no curso se dava através de aprovação em teste seletivo para candidatos que tinham, na época, o ensino de primeiro grau (ROCHA; NOGUEIRA; ZEITOUNE, 2005).

A formação do curso técnico de enfermagem do antigo CAFS, hoje CTF, desvinculou-se da formação geral em 1998 e passou a funcionar em um só turno, tendo a duração de dois anos. Poderiam realizar o teste seletivo alunos egressos do ensino médio ou mesmo aqueles que ainda estivessem cursando o então 2º ano do ensino médio, seja ele na escola pública ou privada. Em 2005, o corpo docente era composto por nove professores (enfermeiras). A grade curricular, na mesma época, constava de disciplinas específicas do ensino profissional e de 600 horas de estágio supervisionado em Instituições de Saúde daquele município, objetivando atender a proposta de garantir competências para prestar uma assistência de enfermagem de forma holística.

Somente vinte e cinco anos depois, em 2006, o curso Técnico em enfermagem do Colégio Técnico de Teresina foi criado, e, posteriormente, em 2010, o curso foi implantado no Colégio Técnico de Bom Jesus (UFPI, 2015).

O CTBJ tem sua história iniciada em 1980, quando, por interposição do Ato da Reitoria n. 02/81, a Universidade Federal do Piauí instituiu, na época, o Colégio Agrícola de Bom Jesus, para atender as necessidades da comunidade que reside no município de Bom Jesus-PI, localizado a 640 km da capital do estado do Piauí, Teresina, no extremo sul piauiense. Bom Jesus situa-se na região do Vale do Rio Gurguéia, no sul do Estado do Piauí. A população do município de Bom Jesus está estimada em 22.629 habitantes, com uma área de 5.469.156 Km².

Apenas em 1986, foi construída uma sede para o colégio em Bom Jesus, localizada a 3 km do centro da cidade, a primeira, que, até então, funcionava em prédios alugados. O curso oferecido era o de Técnico Agrícola, integrado ao ensino médio, de acordo com o preconizado pela LDB 5692/71. Na mesma época, também era oferecido o curso de 1º grau com pré-qualificação em agropecuária, pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus. Em 19 de fevereiro de 1993, a prefeitura de Bom Jesus fez um convênio com a UFPI, repassando todo o patrimônio dessa escola, inclusive uma área de 50 ha, delegando a responsabilidade de manter o ensino fundamental de pré-qualificação em agropecuária à Universidade, que até então oferecido pelo município, tendo em vista que a UFPI já possuía uma escola Técnica de 2º grau, e os custos de uma escola dessa natureza são muito elevados.

A partir disto, o CABJ adquiriu a sua segunda sede, distante 7 Km da primeira, perfazendo uma área total de 72,5 ha, para onde foram remanejadas todas as atividades didático-pedagógicas. Desde sua fundação até 2007, o CABJ oferecia apenas o curso Técnico em Agropecuária em nível de segundo grau. A partir de então, a escola passa gradativamente a oferecer cursos técnicos em outras áreas, como informática e enfermagem. Todavia, o Ensino Médio tem sido sempre ofertado juntamente com a Educação Profissional, complementando assim a exigência de possuir Ensino Médio para obter a Certificação Técnica Profissional (PPP, BOM JESUS, 2015).

Esse novo contexto dos colégios agrícolas vinculados à UFPI ensejou a alteração da denominação institucional, na Reunião do Conselho Universitário da UFPI do dia 23/01/2013, através da RESOLUÇÃO Nº 003/13 da UFPI. Na forma da Lei Nº 11.892, de 29/12/2008, a denominação passou de Colégio Agrícola de Teresina

(CAT), Colégio Agrícola de Floriano (CAF) e Colégio Agrícola de Bom Jesus (CABJ) para, nesta ordem, Colégio Técnico de Teresina (CTT), Colégio Técnico de Floriano (CTF) e Colégio Técnico de Bom Jesus (CTBJ). Posteriormente, as figuras 2, 3 e 4, na devida ordem, mostram os colégios Técnicos da UFPI de Teresina, Floriano e Bom Jesus (UFPI, 2018).

Figura 2- Colégio Técnico de Teresina (CTT)



Fonte: autoria própria (2018).

Figura 3 – Colégio Técnico de Floriano (CTF)



Fonte: autoria própria (2018).

Figura 4 – Colégio Técnico de Bom Jesus (CTBJ)



Fonte: autoria própria (2018).

5.2 O perfil profissional do técnico de enfermagem da UFPI

O curso Técnico de Enfermagem da UFPI deve proporcionar ao aluno condições para desenvolver habilidades e competências profissionais gerais exigidas para o técnico da área de saúde (UFPI, 2013), sendo elas:

- Identificar os determinantes e condicionantes do processo de saúde-doença, a estrutura e a organização do sistema de saúde vigente, as funções e as responsabilidades dos membros da equipe de trabalho;
- Planejar e organizar o trabalho na perspectiva do atendimento integral e de qualidade;
- Realizar trabalho em equipe, correlacionando conhecimentos de várias disciplinas ou ciências, tendo em vista o caráter interdisciplinar da área, e primeiros socorros em situações de emergência;
- Aplicar normas de biossegurança, princípios e normas de higiene e saúde pessoal e ambiental, e princípios ergonômicos na realização do trabalho;
- Interpretar e aplicar legislação referente aos direitos do usuário;
- Identificar e aplicar princípios e normas de conservação de recursos não renováveis e de preservação do meio ambiente; normas do exercício profissional e princípios éticos que regem a conduta do profissional de saúde;
- Avaliar riscos de iatrogenias, ao executar procedimentos técnicos;
- Identificar e avaliar rotinas, protocolos de trabalho, instalações e equipamentos;

- Operar equipamentos próprios do campo de atuação, zelando pela sua manutenção;
- Registrar ocorrências e serviços prestados de acordo com exigências do campo de atuação;
- Prestar informações ao cliente, ao paciente, ao sistema de saúde e outros profissionais sobre os serviços que tenham sido prestados;
- Orientar clientes ou pacientes a assumirem, com autonomia, a própria saúde;
- Coletar e organizar dados relativos ao campo de atuação;
- Utilizar recursos e ferramentas de informática específicos da área.

Finalizando o curso, o profissional deverá ser capaz de desenvolver as competências e as habilidades, conforme preconiza a legislação atual, com responsabilidade e autonomia, devendo atuar na comunidade, bem como em instituições de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, sendo capaz de identificar e mensurar as consequências e riscos que caracterizam seu trabalho nesta área, tendo em vista a sua própria saúde e segurança no ambiente laboral (UFPI, 2015).

Curso está organizado sob a forma semestral de modo a garantir ao aluno vivenciar situações de aprendizagem de caráter teórico e prático, que permitam o domínio de conhecimentos e habilidades técnicas e o desenvolvimento de atitudes compatíveis com as exigências do perfil profissional que se pretende formar, possibilitando a educação continuada e permitindo ao aluno acompanhar as mudanças de forma autônoma e crítica. O enriquecimento de conhecimentos se dá, também, através de visitas técnicas, sendo escolhidas instituições hospitalares ou órgão público de saúde, feiras, congressos e outros eventos relacionados à área, bem como palestras, monitorias dentro e fora da instituição e estágio de conclusão de curso. (UFPI, 2015, p 15).

O Curso Técnico em Enfermagem da UFPI está organizado em 4 módulos, perfazendo uma carga horária total de 1.800 horas, em que 1.200 horas são de ensino teórico-prático e 600 horas correspondem ao estágio supervisionado. O estágio curricular, supervisionado pelos docentes, é realizado em cada módulo específico do curso, de acordo com o conteúdo desenvolvido, ocorrendo concomitantemente às aulas teórico-práticas. No decorrer dos estágios, o discente integra a equipe de saúde e desenvolve atividades de assistência de enfermagem na prevenção, promoção, recuperação e reabilitação da saúde. Atual matriz curricular está descrita no Anexo C.

5.3 O Prelúdio do Curso Técnico de Enfermagem da UFPI

Floriano é uma cidade considerada o principal centro educacional do sul do estado do Piauí, sendo referência para municípios piauienses e maranhenses. Situa-se à margem direita do rio Parnaíba e localiza-se à 253 km da capital Teresina. Possui 57.690 habitantes, de acordo com o último censo realizado pelo IBGE, tendo o setor da saúde um papel preponderante no mercado de trabalho do município, bem como nos municípios pertencentes à sua microrregião (IBGE, 2017; PPC Floriano, 2013).

Implantado em 1981, no Colégio Agrícola de Floriano, hoje CTF, o Curso Técnico de Enfermagem foi criado visando a atender uma carência de profissionais de enfermagem legalmente habilitados de vários municípios (PPC Floriano, 2013). Como não existia curso técnico de enfermagem na cidade de Floriano na época, havia uma necessidade de profissionais capacitados na área da enfermagem, para atender, principalmente, a demanda dos pacientes do hospital estadual Tibério Nunes.

O hospital que eu trabalhava estava sendo multado. Eu tinha que selecionar uma pessoa, alguém que dissesse: “eu quero trabalhar com enfermagem!”. Então eu a treinava e via se tinha condições para trabalhar. Porque, na época, não tinha ninguém com formação adequada (Depoimento de Lígia Beatriz da Costa e Silva Ribeiro Santos, registrado, em áudio, pela autora, em 16 de outubro de 2018).

Tinha o hospital de Tibério Nunes, que havia sido inaugurado. Acredito que o curso técnico de enfermagem foi para Floriano pela própria necessidade, tinha um hospital do estado, uma demanda boa de pacientes. Havia a demanda, um hospital bom, um hospital que era para durar dez anos, e, até hoje, sofre reformas e reformas e estamos aí com o hospital de Tibério Nunes (Depoimento de Anatália de Almeida Reis, registrado, em áudio, pela autora, em 5 de fevereiro de 2019).

E como Floriano sempre foi um polo educacional, ele [o reitor da época] resolveu implantar o curso técnico de enfermagem em Floriano. A escola era nova e só tinha um curso funcionando... assim... e todo mundo vivia perguntando e querendo o curso. (Depoimento de Lígia Beatriz da Costa e Silva Ribeiro Santos, registrado, em áudio, pela autora, em 16 de outubro de 2018).

Os relatos levam a crer que, impulsionados pela necessidade da população e instituições de saúde locais, aliada à influência política, fomentaram a criação do curso técnico de enfermagem na cidade de Floriano. Além disso, um hospital da cidade corria o risco de ser multado pelo Ministério do Trabalho na época, pois lá existiam poucos profissionais de enfermagem oficialmente habilitados para atender essa

demanda de pacientes que necessitavam de assistência à saúde:

Certa vez, um representante do Ministério do Trabalho veio até o hospital e quis multar, então eu disse: “olha, se o senhor aceitar a primeira pessoa que passar na rua para administrar medicação e fazer os procedimentos tendo o senhor como cobaia, eu a contrato agora. Ela vai ficar.” Então, nós não tínhamos ninguém devidamente preparado. Nós tínhamos poucas auxiliares de enfermagem em Floriano (Depoimento de Lígia Beatriz da Costa e Silva Ribeiro Santos, registrado, em áudio, pela autora, em 16 de outubro de 2018).

Desde o início, o curso foi proposto pelo reitor da UFPI da época, o professor Camilo da Silveira, para funcionar no interior do estado, em Floriano. Como dito anteriormente, a cidade era carente de profissionais capacitados. Por isso, o hospital da cidade estava na iminência de ser penalizado, pois não existiam profissionais com formação na área da enfermagem. Aliado a isso, o CTF era novo e tinha apenas um curso funcionando.

Sobre esse assunto, Manzato e Araújo (2012) ressaltam que a profissionalização dos trabalhadores de enfermagem tem como um de seus objetivos a capacitação desses profissionais e o fortalecimento das escolas técnicas de saúde, buscando melhoria da qualidade do atendimento à população, além de propiciar o aumento de oportunidade para os grupos de trabalhadores de nível médio, para que possam exercer a profissão com consciência e responsabilidade, nos mais diferentes níveis de atuação, sejam eles promoção, recuperação ou reabilitação da saúde.

Em junho de 1980, o então reitor da UFPI, Camilo da Silveira, convocou uma reunião com algumas enfermeiras da cidade de Floriano no CTF para tratar dos assuntos relacionados à criação do curso técnico de enfermagem. Na ocasião, a enfermeira Lígia Beatriz da Costa e Silva Ribeiro Santos trabalhava na diretoria da regional de saúde de Floriano, que incluía a supervisão de mais de 20 municípios:

Como eu trabalhava na diretoria regional de saúde e conhecia todos os municípios, o reitor da Universidade, professor Camilo da Silveira, chegou em Floriano e convocou as enfermeiras da cidade, dizendo que ele pretendia fundar o curso técnico. Eu, como sempre, gosto de chegar bem cedo aos locais de reunião, e cheguei meia hora antes... não me lembro bem o tempo. Na ocasião ele já estava lá, e nós começamos a conversar (Depoimento de Lígia Beatriz da Costa e Silva Ribeiro Santos, registrado, em áudio, pela autora, em 16 de outubro de 2018).

O professor Camilo (reitor) tinha a intenção de levar o curso para Floriano, para ele, parece que era uma satisfação pessoal e de

crescimento para a cidade... ele demonstrava muito esse interesse para nós nas primeiras reuniões que tivemos... começamos a ter nossas primeiras conversas em junho, se não me engano (Depoimento de Iracema Ferreira de Almeida Carvalho, registrado, em áudio, pela autora, em 6 de maio de 2019).

A partir de uma conversa informal entre o reitor Camilo e a enfermeira Lígia, iniciada antes da reunião propriamente dita, surgiu o convite para a coordenação do curso técnico em enfermagem, que seria implantado posteriormente. Em seguida, o reitor solicitou que a mesma começasse a elaborar o projeto do curso e tomar as medidas legais para assumir o cargo proposto. Estavam presentes também na reunião as enfermeiras Isabel Pereira Neves, Iracema de Almeida Carvalho, Anatólia de Almeida Reis e Maria Neuma Dias Castor de Melo.

O convite surgiu antes do início da reunião. Quando todo mundo chegou para a reunião, eu já era coordenadora do curso. Como ele viu que eu entendia do processo todo da regional, disse: “Você topa ser coordenadora do curso de enfermagem?” Eu disse: “Topo”. Ele disse até brincando assim: “É coisa de homem para homem”. Eu disse: “Não, é coisa de homem para mulher.” E mandou que eu começasse a fazer o projeto, que eu pedisse demissão da secretaria de saúde, onde eu trabalhava como coordenadora, para eu ir trabalhar lá. E eu assim fiz. (Depoimento de Lígia Beatriz da Costa e Silva Ribeiro Santos, registrado, em áudio, pela autora, em 16 de outubro de 2018).

A reunião já foi para tratar do início do curso, já tinha, por exemplo, a Lígia, que tinha contato maior, e depois fomos convidadas, eu, Anatólia e Isabel. (Depoimento de Iracema Ferreira de Almeida Carvalho, registrado, em áudio, pela autora, em 6 de maio de 2019).

Não era um projeto político-pedagógico. Naquela época, não existia esse termo político-pedagógico para isso, o termo apareceu depois, foi completamente diferente. Era uma matriz, mostrando as disciplinas, qual era o objetivo, o um plano do curso todo, baseado na grade curricular do MEC. As grades curriculares já vinham prontas, com o mínimo que se poderia fornecer ao aluno. O restante nós adaptávamos. (Depoimento de Lígia Beatriz da Costa e Silva Ribeiro Santos, registrado, em áudio, pela autora, em 16 de outubro de 2018).

Quando eu entrei, a matriz já existia, quem era responsável era a Lígia. (Depoimento de Anatólia de Almeida Reis, registrado, em áudio, pela autora, em 5 de fevereiro de 2019).

Entre os anos de 1960 a 1980, a Escola de Enfermagem Irmã Maria Antoinette Blanchot foi a instituição de ensino de enfermagem mais importante no estado do Piauí. A referida escola foi desativada no início da década de 1980, de acordo com relatos de pessoas que vivenciaram a conjuntura na época, em consequência da

ausência de doações, de verbas e da ajuda do governo Estadual para as despesas de manutenção da escola e para o pagamento dos salários dos professores (SOUSA, CARVALHO e ARAÚJO; 2017; SILVA; 2019). Na ocasião, a futura coordenadora, professora Lígia, viajou para Teresina a fim de conhecer as dependências da escola Antoinette Blanchot, prestes a fechar suas portas, fato ainda desconhecido pela professora naquele momento. O objetivo da visita era observar o funcionamento do curso para idealizar o projeto para a implantação do curso técnico em enfermagem em Floriano:

Para implantar o curso, ainda tive que viajar para conhecer a escola Antoinette Blanchot, que tinha o curso técnico de enfermagem. Para eu ir conhecer, ver como funcionava, com o objetivo de ter uma base para implantar, fazer o projeto e idealizar o curso em Floriano. A escola Blanchot funcionava aqui em Teresina. Estava quase fechando, nós abrimos a nossa, e ela fechou em Teresina. (Depoimento de Lígia Beatriz da Costa e Silva Ribeiro Santos, registrado, em áudio, pela autora, em 16 de outubro de 2018).

De acordo com os relatos, houve, ainda, uma segunda reunião no mesmo ano, no mês de setembro, para tratar da divisão das disciplinas e da carga horária entre os professores. O ingresso das primeiras professoras foi feito à medida em que as disciplinas do curso eram ofertadas. No início, havia duas professoras, em seguida, esse número aumentava de acordo com a oferta de disciplinas.

A seleção dos professores foi sendo feita aos poucos. Nessa época, não tinha concurso na universidade. Então, as primeiras disciplinas que iam surgindo, nós colocávamos o professor que estava disponível, que trabalhasse na área. A professora da disciplina Saúde Pública foi a última a entrar, porque era uma das últimas disciplinas. Primeiro, foi a disciplina Introdução à Enfermagem e Ética. Nós fomos inserindo o professor à medida em que era necessário. No começo, tínhamos dois professores, depois foi passando para três, quatro. (Depoimento de Lígia Beatriz da Costa e Silva Ribeiro Santos, registrado, em áudio, pela autora, em 16 de outubro de 2018).

As primeiras professoras do curso foram as enfermeiras Lígia Beatriz da Costa e Silva Ribeiro Santos, Isabel Pereira Neves, Iracema de Almeida Carvalho, Anatólia de Almeida Reis e Maria Neuma Dias Castor de Melo. O recrutamento das primeiras professoras se deu através de convite, sendo feita a seleção por afinidade com as disciplinas inicialmente ofertadas. A professora Lígia ficou responsável por elaborar a matriz curricular do curso, e, na época, fez baseada nas premissas exigidas pelo MEC.

Para tanto, além da Escola de Auxiliares e Técnicos de Enfermagem Maria Antoinette Blanchot, ela visitou também outras escolas em São Luís (MA) e em Pernambuco. Inicialmente, o curso foi proposto como pós-médio, e, em seguida, concomitante.

A professora Ligia enviou um convite às enfermeiras da cidade para participar da seleção, levando os seus respectivos currículos. Fomos eu, Neuma, Iracema, Isabel e outras. Então, nós começamos, e, a partir daí, as outras que entraram já foram através de concurso. Como eram poucas enfermeiras na cidade, não houve um concurso, houve uma seleção de currículos (Depoimento de Anatólia de Almeida Reis, registrado, em áudio, pela autora, em 6 de fevereiro de 2019).

O curso foi sendo implantado com muita dificuldade, porque não existia concurso para professor na época (Depoimento de Francisco de Assis Sinimbú Neto registrado, em áudio, pela autora, em 8 de agosto de 2018).

Depois é que fizemos concursos, não demorou muito para ser realizado. Acho que só as primeiras professoras que não fizeram concurso (Depoimento de Lígia Beatriz da Costa e Silva Ribeiro Santos, registrado, em áudio, pela autora, em 16 de outubro de 2018).

Em 1998, dezessete anos após a criação do curso técnico de enfermagem em Floriano, houve a elaboração de um projeto com aprovação do MEC para a criação de outro curso técnico de enfermagem em outra escola técnica vinculada à UFPI, só que, dessa vez, na capital, Teresina, por iniciativa da professora Rita Magalhães Mendonça.

Essa professora iniciou suas atividades como colaboradora do CTBJ, na época ainda CABJ, ministrando aulas no curso técnico em agropecuária, no ano de 1984. Em 1989, a professora Rita, então, foi transferida para o CTT, para ministrar disciplinas relacionadas à área de saúde, como Biologia e Programas de Saúde, no curso técnico agrícola. Porém, estava lotada para trabalhar em cursos que não estavam vinculados a sua formação, que era enfermagem.

Eu iniciei no colégio agrícola de Bom Jesus em julho de 1985. Na época, não tinha concurso na cidade, inclusive eu comecei ministrando aula como “serviços prestados”, assim como os demais professores. Só tinham três professores contratados. Então, comecei dando aula das disciplinas Química, Biologia e Programas de Saúde, porque existia apenas o curso técnico agrícola, naquele ano de 1985, e, só depois, em 1989, eu vim transferida para o colégio agrícola de Teresina (Depoimento de Rita Magalhães Mendonça registrado, em áudio, pela autora, em 11 de setembro de 2019).

A comunidade solicitava o curso técnico de enfermagem no CTT, pois havia bastante procura. Existia um espaço físico suficiente, suporte e estrutura, como sala de aulas, laboratório e campo de estágio, para implantação do curso. Além disso, após uma pesquisa feita nos hospitais da cidade, havia uma demanda na cidade de Teresina, que solicitava uma qualificação de integrantes da equipe de enfermagem, tendo em vista que o MEC orientava os auxiliares de enfermagem a complementarem a sua formação para técnicos de enfermagem, como demonstram as falas a seguir:

Na época, um curso técnico de enfermagem era muito procurado, as pessoas precisavam, e o CTT estava à disposição com muitas salas e espaço, a gente tinha o suporte e toda a estrutura. E por que não? (Depoimento de Rita Magalhães Mendonça registrado, em áudio, pela autora, em 11 de setembro de 2019).

Nós vimos que existia uma demanda muito grande para enfermagem, uma deficiência em todo o estado. Fizemos uma pesquisa e, em Teresina, nós descobrimos que tinha 615 auxiliares de enfermagem nos hospitais que eram conveniados com o município. E a gente resolveu abrir para uma melhor qualificação para eles como técnicos, porque o MEC acabou com o curso de auxiliar de enfermagem. Quem era auxiliar de enfermagem, continuou, mas com o fim do curso de auxiliar de enfermagem, os profissionais que desejassem complementar sua formação, precisavam do curso técnico de enfermagem. Então, foi pensando nesse público que nós iniciamos esse processo (Depoimento de Francisco de Assis Sinimbú Neto registrado, em áudio, pela autora, em 8 de agosto de 2018).

Naquela época, em 1998, a direção da escola criou uma comissão no CTT, formada pela professora Rita Magalhães Mendonça, pelo professor Francisco de Assis Sinimbú Neto, professor do curso técnico de agropecuária, e pelo professor José da Fonseca Castelo Branco, que também era professor do curso técnico de agropecuária. A presidente da comissão era a professora Rita, com o intuito elaborar a projeto para a criação do curso técnico de enfermagem em Teresina.

Daí nós criamos uma comissão aqui na escola... a professora Rita, o professor Castelo e eu, para propor uma criação do curso técnico de enfermagem aqui no CTT (Depoimento de Francisco de Assis Sinimbú Neto registrado, em áudio, pela autora, em 8 de agosto de 2018).

Na ocasião, o diretor liberou para que eu fizesse o projeto e nomeou uma comissão - "eu" (Rita), professor Castelo e professor Sinimbú, para elaborar o projeto político pedagógico para a criação do curso (Depoimento de Rita Magalhães Mendonça registrado, em áudio, pela autora, em 11 de setembro de 2019).

Na oportunidade, a comissão buscou auxílio em outras escolas técnicas do país, mais especificamente na escola técnica da cidade de Natal, denominada atualmente de Escola de Enfermagem de Natal (EEN). Desde 1964, essa escola foi incorporada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, agregada, no início, à Faculdade de Medicina da referida instituição. Em 2004, a EEN instalou-se em um outro espaço físico, o Complexo da Enfermagem, onde funcionam os três níveis de ensino: Educação Profissional, Graduação e Pós-Graduação (UFRN, 2006).

A visita tinha a finalidade de buscar orientações sobre a matriz curricular, o funcionamento do curso propriamente dito, a organização e o material necessário. Apesar de tentativas de parceria com as professoras da graduação do curso de enfermagem da própria UFPI as mesmas não demonstraram interesse em contribuir e, tampouco, em prestar auxílio para que o curso de fato acontecesse, expressados nas seguintes falas:

Na época, nós fizemos uma viagem pra Natal - RN, para visitar a escola técnica de enfermagem de lá. E nós ficamos observando e recebendo orientações de várias escolas técnicas sobre como poderia funcionar o curso, a matriz curricular, para que pudéssemos organizar tudo (Depoimento de Rita Magalhães Mendonça registrado, em áudio, pela autora, em 11 de setembro de 2019).

Inicialmente, houve uma negativa de pessoas que nós convidamos do curso superior, não encabeçaram a proposta do curso técnico. Não tiveram o menor interesse (Depoimento de Francisco de Assis Sinimbú Neto registrado, em áudio, pela autora, em 8 de agosto de 2018).

Acho que talvez uma conversa com alguém da enfermagem, mas elas não demonstraram interesse que esse curso fosse criado, talvez conversas informais, mas elas sentarem conosco e ajudar não existiu (Depoimento de Rita Magalhães Mendonça registrado, em áudio, pela autora, em 8 de setembro de 2019).

A proposta então foi levada para o Ministério da Educação, em Brasília, e logrou-se êxito. Apesar da aprovação publicada no diário oficial, em 10 de junho de 1998, na seção 1, nº 109, página 22 (ANEXO F), apenas oito anos depois o curso, de fato, foi iniciado no CTT. Os depoimentos revelam que divergências políticas entre a diretoria da escola e a Reitoria culminaram no arquivamento do processo e no impedimento de sua continuação até o ano de 2006. Porém, a falta de apoio por parte da reitoria ocorria de forma sutil e era captada nas entrelinhas das conversas, de acordo com as falas declaradas:

O curso foi aprovado, inclusive no Diário Oficial da União (DOU), só que o reitor da época não autorizou a liberação do nosso curso para funcionar. O projeto ficou engavetado durante muitos anos, durante todo o mandato dele na universidade, acho que uns 6 anos ou 8 anos, não recordo exatamente (Depoimento de Rita Magalhães Mendonça registrado, em áudio, pela autora, em 11 de setembro de 2019).

Nós levamos o projeto do curso ao MEC, em Brasília, e houve um sinal verde. Conversamos com o reitor da época e tivemos a aprovação no Diário Oficial da União. Foi aprovado e tudo, publicado no DOU, mas ficou em *standby* (Depoimento de Francisco de Assis Sinimbú Neto registrado, em áudio, pela autora, em 8 de agosto de 2018).

O reitor ficava adiando, dizia que não tinha verba, porque também, para criar o curso, nós precisaríamos de que um laboratório tivesse todos os equipamentos, não só aulas teóricas. Deveria haver principalmente a contratação de professores, tinham que fazer concurso, porque só tinha uma enfermeira na escola, no caso eu. Havia todas essas coisas a serem resolvidas e ele (o reitor) ficava postergando (Depoimento de Rita Magalhães Mendonça registrado, em áudio, pela autora, em 11 de setembro de 2019).

Um acordo realizado, em 2004, com o candidato à reitoria, professor Luís de Sousa Santos Júnior, viabilizou a continuidade do processo e a implementação do curso. Em reunião com o candidato referido o mesmo assumiu o compromisso de dar seguimento ao projeto de criação do curso na escola em troca de apoio a sua candidatura à reitoria. Sendo assim, o professor Júnior, como é conhecido, venceu a eleição da reitoria, e, em 2006, tinha início a primeira turma do curso técnico em enfermagem do CTT.

Durante uma reunião de campanha do professor Luís dos Santos Junior, nós fizemos esse pedido: que ele desengavetasse nosso projeto e colocasse nosso curso para funcionar, porque existia uma necessidade muito grande. E foi uma promessa dele, e, quando ele assumiu a reitoria, realmente colocou o curso para funcionar, e o curso começou a partir de 2006, ou seja, o projeto aprovado em 1998 só foi funcionar a partir de 2006 (Depoimento de Rita Magalhães Mendonça registrado, em áudio, pela autora, em 11 de setembro de 2019).

Nós chamamos um candidato à reitoria durante a campanha eleitoral aqui na escola, e ele nos pediu apoio. E nós dissemos para ele que daríamos todo o apoio, desde que ele também desse apoio para a abertura do curso, que já estava aprovado pelo MEC. Já estava há 8 anos aprovado, e a gente não conseguia realizar esse sonho. E assim o candidato a reitor disse: na hora que eu assumir, eu encabeço isso com vocês. E assim fez (Depoimento de Francisco de Assis Sinimbú Neto registrado, em áudio, pela autora, em 8 de agosto de 2018).

Tão logo o reitor Luís Júnior assumiu, foram dados os prosseguimentos para a contratação de professores. Diferentemente de Floriano, os primeiros professores realizaram o processo seletivo através de concurso público, exceto a professora Rita, que já havia sido efetivada em Bom Jesus, como explicitado acima. Os primeiros códigos de vaga foram obtidos pelo diretor do CTT na época. Naquela conjuntura, a direção da escola já havia mudado, passando a gestão para o professor Francisco de Assis Sinimbú Neto, o qual fez uma viagem até Brasília, para, junto ao MEC, pleitear os códigos de vaga aludidos. Porém, durante a viagem, um encontro ocasional favoreceu o objetivo do diretor.

Na ocasião, quando peguei o avião aqui em Teresina para Brasília, o doutor Átila Lira, que hoje é deputado federal aqui do Piauí, naquela época era o secretário da SEMTEC³, ia no mesmo voo. Como já éramos amigos, ele me encontrou e disse: Você vai pra onde, Sinimbú? Eu disse: Eu vou ao MEC. Então ele continuou: Você vai em busca de que? Eu respondi: vou atrás de código de vagas. Depois disso ele falou para ir procurá-lo no dia seguinte. E aí eu fui. Ele nos concedeu quatro códigos de vagas (Depoimento de Francisco de Assis Sinimbú Neto registrado, em áudio, pela autora, em 8 de agosto de 2018).

Somente vinte e cinco anos depois da criação do curso técnico de enfermagem de Floriano, no ano de 2006, é que o curso técnico de enfermagem foi criado em Teresina, ambos vinculados à UFPI. O processo seletivo para o preenchimento dos códigos de vaga aconteceu em Teresina, no ano de 2005, por meio do edital nº 2/2005 (ANEXO G) no qual havia duas vagas. O aviso de edital foi publicado nos principais meios de comunicação veiculados na cidade naquela época, como o jornal Diário do Povo (ANEXO H) e o Jornal O Dia.

Foi então que abrimos o primeiro concurso para a Enfermagem daqui. A gente sabia que, para o curso funcionar bem, deveria ter de seis a sete professores, mas começamos com quatro. Para as primeiras disciplinas, já era maravilhoso, era um bom começo, pois nós conseguíamos manter os substitutos. E assim nós fizemos. Conquistamos essas vagas, abrimos o primeiro concurso. Foram efetivados os professores. Passados mais dois anos, conseguimos mais códigos de vagas, também com o Átila Lira, e implantamos o curso que hoje, para nós, foi sempre a “menina dos olhos” no CTT

³ Secretaria de Ensino Médio e Técnico ligado ao MEC, hoje denominada SETEC- Secretaria de Educação profissional e tecnológica

(Depoimento de Francisco de Assis Sinimbú Neto registrado, em áudio, pela autora, em 8 de agosto de 2018).

Concomitantemente à aprovação do projeto, a gente já foi também se preocupando em começar a comprar materiais para montar o nosso laboratório. Nós fomos comprando aos poucos, tanto que, quando o curso abriu, mesmo com os professores já contratados, a gente já tinha alguns equipamentos para nosso laboratório funcionar. Então, no primeiro concurso entraram as professoras Rosilane, Sheila, Malvina e Concita, eram as quatro professoras da época que estavam junto comigo, no ano de 2006 (Depoimento de Rita Magalhães Mendonça registrado, em áudio, pela autora, em 11 de setembro de 2019).

As primeiras colocadas no concurso foram as professoras Rosana dos Santos Costa (1º lugar), Rosilane de Lima Brito Magalhães (2º lugar), Adélia Dalva da Silva Oliveira (3º lugar), Sheila Coelho Ramalho Vasconcelos (4º lugar), Malvina Thaís Pacheco Rodrigues (5º lugar), Conceição de Maria Franco Sá Nascimento (6º lugar), Juscélia Maria de Moura Feitosa Veras (7º lugar), Lucíola Galvão Gondim Corrêa Feitosa (8º lugar), Noélia Mota de Sousa (9º lugar), e Ana Gabriela Barroso Leal (10º lugar), de acordo com o Ato da Reitoria nº 1298/05, de 09 de setembro de 2005 (ANEXO G). A primeira coordenadora do curso Técnico de Enfermagem do CTT foi a professora Rita de Cássia, nomeada em 02 de janeiro de 2006, de acordo com a portaria nº 002/2006 (ANEXO I) sob a gestão do diretor professor Sinimbú.

Quatro anos depois da criação do curso Técnico De Enfermagem do CTT, em Teresina, no ano de 2010, iniciavam-se as aulas do curso Técnico De Enfermagem de Bom Jesus, localizado ao sul do Piauí, no CTBJ. No ano de 2006, teve início um projeto de expansão do CTBJ, financiado pelo PROEP (Programa de Expansão da Educação Profissional), em que constavam a melhoria e a expansão da estrutura física do CTBJ, bem como a oferta de novos cursos técnicos (UFPI, 2018). Em 2008, o diretor do CTBJ, o professor Raimundo Falcão Neto (conhecido como Tetuca), motivado pela demanda local e pela permissão da administração superior da UFPI, convidou uma comissão de professores para a elaboração de um projeto para levar um novo curso técnico para a instituição referida.

O passo seguinte foi fazer o projeto para implantar o curso técnico de enfermagem no CTBJ, formando uma comissão para elaboração do mesmo. (Depoimento de Raimundo Falcão Neto, registrado, em áudio, pela autora, em 2 de outubro de 2019).

Aí foi feita uma equipe de professores para trabalhar em cima desse projeto que nós íamos elaborar para o CTBJ. (Depoimento de Maria

Angélica Piauilino da Cruz, registrado, em áudio, pela autora, em 19 de setembro de 2019).

Na época, o professor Tetuca me chamou para fazer parte de uma comissão para a elaboração do projeto e levar o curso técnico de enfermagem para Bom Jesus. O reitor já tinha aprovado, e eu tinha experiência em elaboração de projetos. Então, começamos. (Depoimento de Maria Majací Moura da Silva, registrado, em áudio, pela autora, em 17 de setembro de 2019).

De acordo com os relatos, a comissão e o sobredito diretor decidiram implantar o curso técnico de enfermagem em Bom Jesus por diversos motivos, dentre eles, porque era um curso que atenderia a necessidade local, tendo em vista que nem em Bom Jesus nem nos municípios próximos existiam esse curso. Assim, era uma demanda das instituições de saúde da região, pois existiam muitos auxiliares de enfermagem que pretendiam complementar a formação. Alguns membros da comissão sobredita vinham de uma série de experiências anteriores como docente em cursos técnicos de enfermagem de outras instituições no estado do Piauí; e, além disso, já existia o curso nas duas escolas técnicas vinculadas à UFPI, faltando apenas o CTBJ ofertar o curso.

Era uma demanda da região, e, conversando com a comunidade, eles sentiram a necessidade de um curso na área da saúde. Entrando em contato com o reitor, ele disse que fizéssemos o projeto e que ele daria sequência e contrataria os professores que fossem necessários, melhoraria a infraestrutura da escola para que fosse implantado esse curso, e assim fizemos. (Depoimento de Raimundo Falcão Neto, registrado, em áudio, pela autora em 2 de outubro de 2019).

A gente tinha lá só o curso técnico em agropecuária, por isso o nome Colégio Agrícola de Bom Jesus. Aí foi surgindo a necessidade de outros cursos, e um dos cursos mais procurados pela população de Bom Jesus era um curso de enfermagem. As pessoas sempre perguntavam. Então, surgiu a ideia de a gente montar esse curso. (Depoimento de Maria Angélica Piauilino da Cruz, registrado, em áudio, pela autora, em 19 de setembro de 2019).

Era uma necessidade da comunidade, porque não tinha curso na área de saúde de Bom Jesus até a cidade de Corrente. Então, esse era o primeiro. E já tinha o curso técnico de enfermagem em Floriano e já tinha também em Teresina, nas três escolas, e por que não levar pra Bom Jesus? (Depoimento de Maria Majací Moura da Silva, registrado, em áudio, pela autora, em 17 de setembro de 2019).

Para afirmar esse déficit de cursos da saúde em escolas técnicas públicas no

país, Machado et al., (2016) realizaram uma pesquisa com todos os profissionais que tinham registro no COREN, no Brasil, chamando atenção para o fato de os resultados da pesquisa, intitulada “Perfil da Enfermagem no Brasil”, apontarem para a maior participação do setor privado na formação técnica em saúde. Nesta pesquisa, apenas 24,7% dos matriculados em cursos técnicos na área da saúde estavam vinculados a escolas técnicas públicas. Os autores afirmam a necessidade de ações de intervenções para mudanças deste cenário (Machado et al., 2016). A criação de cursos da área da saúde nas escolas vinculadas às universidades brasileiras seria uma alternativa para isso.

Em anuência com a escolha do curso, a comissão formada por três professoras do CTBJ: Maria Majací Moura da Silva, professora Maria Angélica Piauilino da Cruz e professora Oldênia Fonseca Guerra, professoras do Ensino Médio, iniciaram a Elaboração do projeto. Em seguida, a professora Majací, por morar em Teresina e ter acesso facilitado às escolas técnicas da cidade, obteve alguns projetos de cursos técnicos de enfermagem de algumas instituições, inclusive do CTT e CTF. A partir destes projetos, a comissão elaborou um projeto de acordo com a realidade da escola, para que atendesse a demanda de Bom Jesus e dos municípios circunvizinhos.

Como eu morava em Teresina, eu tinha acesso a outras escolas que também tinham curso de técnico de enfermagem. Inclusive eu fui na escola São Camilo, pois eu já tinha trabalhado lá, fui no colégio Opção, que já tinha fechado, mas eu tinha contato com o professor de lá. Ele me passou todo o material, e também vim aqui no CTT, na época, falar com a professora Rita. Professora Rita era coordenadora da enfermagem do CTT na época, e tinha poucos professores. Ela sabia de todo curso, acho que ela ministrava várias disciplinas ou coisa assim. Então, ela me deu o projeto, eu levei para Bom Jesus cerca de cinco projetos de cinco cursos técnicos de enfermagem e falei para a comissão: vamos elaborar um que seja a nossa cara, a nossa realidade! (Depoimento de Maria Majací Moura da Silva, registrado, em áudio, pela autora, em 17 de setembro de 2019).

A professora Majací, muito empolgada com essa questão, como sempre foi, se disponibilizou e foi a primeira a querer participar. Foi formada a comissão que elaborou esse projeto, pegando inclusive o projeto aqui do CTT, além de projetos de outras escolas para analisar e avaliar, e daí elaborar o nosso. (Depoimento de Raimundo Falcão Neto, registrado, em áudio, pela autora, em 2 de outubro de 2019).

Então, nós pegamos todos os projetos, de Teresina, de Floriano e alguns outros também, nós avaliamos esses projetos, e, então, adequamos a nossa realidade. (Depoimento de Maria Angélica Piauilino da Cruz, registrado, em áudio, pela autora, em 19 de

setembro de 2019).

O projeto estando pronto, a comissão marcou uma reunião com o corpo docente do curso Técnico De Enfermagem do CTF, para discutirem o projeto e entenderem toda a logística de funcionamento daquele curso já existente desde 1981. Como o curso Técnico De Enfermagem de Floriano era o mais antigo da UFPI, a comissão que foi designada para elaborar o projeto do CTBJ achou viável uma troca de experiências naquele *campus*, tendo em vista que o curso já existia há 29 anos naquele momento.

Então, alguns professores e eu fomos a Floriano, que já tinha Curso técnico de enfermagem, para ver como funcionava lá. A partir daí, nós fizemos um projeto que foi aprovado e iniciamos esse curso (Depoimento de Maria Angélica Piauilino da Cruz, registrado, em áudio, pela autora, em 19 de setembro de 2019).

Nós marcamos a reunião numa sexta-feira, fomos nós três de Bom Jesus, e uns cinco ou seis professores de Floriano, inclusive, professora Marta também estava, dentre outros que eu não lembro direito. Era muita gente mesmo. A professora Marta convidou todos os professores do curso para se reunir com a gente, para contar toda a experiência deles. (Depoimento de Maria Majací Moura da Silva, registrado, em áudio, pela autora, em 17 de setembro de 2019).

Naquele contexto, não existiam ainda professores efetivos na área da enfermagem no CTBJ, sendo nomeada, então, a professora Maria Angélica como a primeira coordenadora do curso Técnico De Enfermagem do CTBJ. A primeira seleção de professores veio através de concurso para substitutos, apenas no ano de 2009, para ocuparem as vagas por dois anos. Em seguida, aconteceu o primeiro concurso para professor efetivo. Em 2010, iniciaram as aulas da primeira turma do curso técnico de enfermagem do CTBJ.

A primeira coordenadora do curso técnico de enfermagem de Bom Jesus foi Maria Angélica, porque não tinha nenhum professor efetivo da área naquela época. (Depoimento de Raimundo Falcão Neto, registrado, em áudio, pela autora, em 2 de outubro de 2019).

Não tinha nenhum professor da área da enfermagem, como ainda não existia um curso, não tinha professor da área. Então, eram uns professores definitivos da escola, só que de outras áreas. No primeiro momento, me chamaram para ser coordenadora, e eu aceitei coordenar. (Depoimento de Maria Angélica Piauilino da Cruz, registrado, em áudio, pela autora, em 19 de setembro de 2019).

Um estudo realizado sobre a história do curso profissionalizante de enfermagem do Centro Estadual de Educação profissional Pedro Barretto Neto – CEEP, situado na cidade de Cascavel - PR, mostrou que a iniciativa do referido curso também foi determinada pelos movimentos políticos e econômicos do contexto em que se encontrava, tendo como justificativa a formação profissional capacitada, garantindo a assistência de enfermagem para suprir a necessidade existente na área da saúde (FEIBER; RODRIGUES; CONTERNO, 2010). Outro estudo, feito por Stutz (2009), aponta que a primeira instituição escolar pública direcionada à formação de profissionais técnicos na área da saúde em Uberlândia, a Escola Técnica de Enfermagem da Universidade Federal de Uberlândia, foi criada com o objetivo de atender às demandas de saúde do município e das cidades da região, mediante a necessidade de ampliação do setor de saúde ofertados à população, que estava em pleno crescimento.

A implementação do primeiro curso técnico de enfermagem no Rio de Janeiro, que aconteceu na Escola de Enfermagem Anna Nery, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 11 de abril de 1966, foi realizada por enfermeiras possuidoras de representatividade política. É necessário conhecer os meandros dos interesses sociais, políticos e econômicos que possam estar envolvidos na criação e na trajetória dos cursos técnicos de enfermagem, bem como na figura dos profissionais, para a compreensão das questões relacionadas aos motivos de seu início (CAVERNI, 2005).

Os depoimentos dos colaboradores deste estudo, em relação aos fatores que impulsionaram a criação dos cursos técnicos de enfermagem da UFPI, convergem em um mesmo ponto: a existência da demanda local, relacionada à assistência de enfermagem habilitada formalmente. As falas dos entrevistados também apontam que acordos políticos, iniciativas individuais e necessidades da própria região fomentaram iniciativas para a criação dos cursos acima referidos.

5.4 Estrutura física e condições de trabalho

O colégio agrícola de Floriano começou suas atividades antes de ser incorporado à Universidade Federal do Piauí. Inicialmente, funcionavam dois cursos: técnico em agropecuária e técnico em enfermagem. Depois, com o início dos cursos de graduação da UFPI, em Floriano, o CTF foi integrado ao *Campus* Amílcar Ferreira Sobral. Os colaboradores declaram que a parceria escola-universidade existia de

maneira exitosa, pois as demandas, na medida do possível, quando solicitadas, eram atendidas. Os depoimentos afirmam que o CTF dispunha de estrutura física de salas de aula que atendiam à necessidade dos alunos, além de material com apostila.

Tinha uma estrutura boa para época: salas amplas, carteiras novas e boas, quadro de giz. Além disso, eles ofereciam apostilas, o aluno não precisava comprar. Nós ministrávamos o conteúdo da apostila para todos os alunos. Preparávamos as aulas, entregávamos para a secretaria e eles datilografavam, e, em seguida, faziam as apostilas. Era o que se tinha de melhor na época. (Depoimento de Anatólia de Almeida Reis, registrado, em áudio, pela autora, em 5 de fevereiro de 2019).

Eu achava a estrutura do colégio agrícola boa, tinha o básico para se fazer aulas práticas. Por exemplo, quando eu ia para o hospital, com meus alunos que foram da disciplina Enfermagem em Centro Cirúrgico, já conhecia todo material, as técnicas cirúrgicas, arrumávamos uma mesa e víamos, na prática, o que nós havíamos estudado na teoria. Então, já tínhamos aquele preparo. Eu achava eficiente (Depoimento de Iracema Ferreira de Almeida Carvalho, registrado, em áudio, pela autora, em 6 de maio de 2019).

Quando nós estávamos ministrando a aula de Introdução à Enfermagem, já no primeiro período, apresentávamos o hospital para os alunos. Trabalhávamos sempre concomitante a teoria com a prática. (Depoimento de Lígia Beatriz da Costa e Silva Ribeiro Santos, registrado, em áudio, pela autora, em 16 de outubro de 2018).

As falas revelam que, na época, existia a Biblioteca, e todo o acervo bibliográfico solicitado para o curso técnico de enfermagem era atendido. Dentro da UFPI, estruturou-se um posto de saúde para atendimentos de saúde à população no CTF. O posto funcionava como um campo de estágio para os alunos, e os medicamentos eram recebidos da própria universidade. Posteriormente, o posto de saúde foi cedido ao Governo do Estado, e os alunos não tiveram mais acesso a ele para a realização dos estágios curriculares.

Nós tínhamos uma biblioteca, tudo que nós solicitávamos, na medida do possível, era atendido. Por exemplo, eu montei um Posto de Saúde dentro da universidade, na escola. Era uma sala que nós transformamos e adaptamos. Depois de algum tempo, com a disciplina Saúde da Família, a gente não podia mais utilizar a sala para as práticas com os alunos, pois tivemos que doar o posto para o Estado. Mas, antes, quando estávamos em posse da administração desse Posto de Saúde, nós recebíamos até os medicamentos da UFPI, a universidade sempre fornecia (Depoimento de Lígia Beatriz da Costa e Silva Ribeiro Santos, registrado, em áudio, pela autora, em 16 de outubro de 2018).

Em Floriano, tem um posto de saúde que era naquela época, final dos anos 80 e início dos 90, administrado pelas próprias professoras do CTF. Então, nós tínhamos uma escala de atendimento da comunidade no posto. Quando as professoras estivessem em sala de aula ou inseridas em alguma tarefa que não fosse possível o atendimento, a coordenadora ia atender. Então, nós éramos responsáveis pelo atendimento no posto de saúde: era a gente que cuidava, fazia consulta de enfermagem. Nós fazíamos também a distribuição de medicamento mais simples, fazíamos curativos. (Depoimento de Keila Rejane Oliveira Gomes registrado, em áudio, pela autora, em 24 de maio de 2018).

Uma dificuldade que se agravou com o tempo foi o campo de estágio. O hospital Tibério Nunes era o único campo de estágio existente na cidade, dificultando as práticas dos alunos. Uma das alternativas encontradas foi ofertar parte do estágio a esses alunos em Teresina, onde o acordo era feito por intermédio de um ofício, e, a partir disso, designava-se quem eram as enfermeiras que ficariam encarregadas pelos alunos na capital, sob a responsabilidade da UFPI. Outra parte dos alunos faziam o estágio nas cidades do interior do Piauí, como Oeiras, Uruçuí e São Francisco.

Era um enorme trabalho distribuir esses alunos no campo de estágio, por que, no início, como o Colégio Agrícola de Floriano era o pioneiro no curso técnico de enfermagem, o hospital praticamente era disponível para nós, “reinávamos no hospital”. Nós tínhamos o hospital manhã, tarde e noite, se fosse necessário. (Depoimento de Martha Fonseca Soares Martins, registrado, em áudio, pela autora, em 18 de outubro de 2018).

Nós íamos para o hospital com os alunos, claro que naquela época o hospital era disponível para nossas aulas práticas, e, apesar de ser muito bom, não dispunha de todo aparato que era necessário para o aprendizado ideal dos alunos (Depoimento de Iracema Ferreira de Almeida Carvalho, registrado, em áudio, pela autora, em 6 de maio de 2019).

No mês de julho, nas férias, nós mandávamos de dez a quinze alunos nossos para Teresina, de maneira que eles fizessem o estágio lá. Nós tínhamos o apoio dos reitores. Mandávamos um ofício direcionado à reitoria, em seguida, ele fazia uma reunião com as enfermeiras da UFPI para delegar quais ficariam encarregadas de supervisionar os alunos no estágio, sob responsabilidade da Universidade Federal do Piauí. E, como não era possível todo mundo ir, eu distribuía o restante dos alunos em algumas cidades mais próximas, como Oeiras, Uruçuí e São Francisco. Eu entrava em contato com as enfermeiras de Teresina e elas assumiam a responsabilidade de ficar com esses alunos no estágio. Quando terminavam os estágios e eles retornavam, na primeira aula de agosto, nós fazíamos uma mesa redonda, cada um falando sobre sua experiência. Eles tinham que trazer, por escrito, um relatório de tudo que eles aprenderam, as dificuldades, as

sugestões de melhoria, e era muito interessante. (Depoimento de Anatólia de Almeida Reis, registrado, em áudio, pela autora, em 5 de fevereiro de 2019).

Ao tempo em que alguns entrevistados achavam que a estrutura correspondia às necessidades da época, outras falas revelam a insatisfação relacionada à estrutura física existente no início, como a ausência de auditório, de laboratórios, de peças anatômicas e de materiais de insumo para que as aulas práticas ocorressem a contento. As professoras improvisavam laboratórios nas próprias salas de aula, levando órgãos de animais para simular peças de laboratório. Posteriormente, a estrutura foi se adequando à imprescindibilidade gerada pela situação dos alunos em sala de aula.

Nós não tínhamos bons laboratórios. Então, por exemplo, se a gente precisava fazer uma esterilização com a autoclave, então, a gente preparava todo o material para esterilização e levava para o hospital Tibério Nunes, para fazer a esterilização lá. Porque a gente só tinha a estufa. Se precisasse de outro tipo, tinha que levar para o Tibério Nunes. (Depoimento de Keila Rejane Oliveira Gomes registrado, em áudio, pela autora, em 24 de maio de 2018).

O próprio auditório não existia na época, foi construído depois que saí. O laboratório de enfermagem também foi construído depois, mas ainda tive a oportunidade de desfrutá-lo, melhorando muito a qualidade da aula. Antes fazíamos a simulação ali entre nós, mas depois não. Com o laboratório próprio, no primeiro ano, o aluno fazia as práticas lá, e, quando ia para o hospital Tibério Nunes, o aluno já possuía alguma experiência. Quando chegava no hospital, o paciente não notava a insegurança do aluno porque ele já havia treinado. (Depoimento de Anatólia de Almeida Reis, registrado, em áudio, pela autora, em 5 de fevereiro de 2019).

Nós, os professores, ministramos a disciplina Fundamentos de Enfermagem. Ministrei também Anatomia, e, na ocasião, nós levávamos para a sala de aula até peças vivas, como por exemplo: fígado de boi, coração de boi, porque peças humanas não tínhamos disponíveis. Dessa maneira, dava para o aluno pelo menos ter algum tipo de experiência próxima da realidade. Infelizmente, os materiais de laboratório sempre foram escassos. Outro exemplo: montavam na sala de aula a pia para lavagem das mãos... então era assim. Tinha a teoria e a prática, no sentido de que a prática era realizada dentro da sala de aula. Foi assim até a construção dos laboratórios. (Depoimento de Martha Fonseca Soares Martins, registrado, em áudio, pela autora, em 18 de outubro de 2018).

Tendo em vista a necessidade dos laboratórios para a efetividade das aulas práticas do curso técnico de enfermagem, na década de 1990, o CTF passou por

algumas reformas, incluindo a construção de um laboratório, fato que, na opinião dos colaboradores, contribuiu para a melhoria da qualidade da formação dos alunos.

Em 1994, mudou a direção da escola e o novo diretor me convidou para a ser a nova coordenadora do curso. Quando eu iniciei como coordenadora do curso técnico de enfermagem, nós começamos a adquirir peças anatômicas, esqueleto, fitas de vídeos que demonstravam as práticas de realização das técnicas... Então, tudo isso não deixou de ser um aprendizado, e os alunos se empolgavam e gostavam. (Depoimento de Martha Fonseca Soares Martins, registrado, em áudio, pela autora, em 18 de outubro de 2018).

O colégio na época passou por uma reformulação e reestruturação, tanto na parte física como na parte acadêmica e estrutural, e foi onde a gente viu a necessidade de laboratórios, porque o que acontecia com determinadas disciplinas, por exemplo, Fundamentos de Enfermagem, Anatomia e Fisiologia, não tínhamos um laboratório, mas a gente fazia as atividades, e transformava a sala de aula em um laboratório. (Depoimento de Keila Rejane Oliveira Gomes, registrado, em áudio, pela autora, em 24 de maio de 2018).

A estrutura não era precária, mas hoje está muito melhor. Eu acho que a estrutura física da escola foi sempre melhorando. (Depoimento de Lígia Beatriz da Costa e Silva Ribeiro Santos, registrado, em áudio, pela autora, em 16 de outubro de 2018).

Em Teresina e em Bom Jesus, pelo fato de os cursos terem sido implementados mais recentemente, a estrutura de laboratório era satisfatória para o atendimento das demandas iniciais do curso, porém, com perspectivas de melhoria e ampliação dos espaços físicos e materiais, em especial dos próprios laboratórios. Os discursos revelam que, com o passar dos anos, tanto o campo de estágio como os recintos de aulas teóricas e práticas na instituição aprimoraram-se.

A infraestrutura e os nossos laboratórios tendem a melhorar a cada vez, até porque nosso diretor nunca se recusou a adquirir nenhum equipamento que a gente precisasse. Lá sempre foi assim, apesar da gente não contar muito com o apoio do laboratório de enfermagem do curso superior, mas o nosso laboratório é bem equipado, além disso, hoje a gente conta com o Hospital Universitário que abriu campo de estágio para o nosso curso e assim as enfermeiras que estão aqui hoje, estão trazendo coisas novas, novas tecnologias para aplicar no curso, novas metodologias, e isso está fazendo com que nossos alunos tenham uma evolução muito boa (Depoimento de Rita Magalhães Mendonça registrado, em áudio, pela autora, em 11 de setembro de 2019).

Eu ingressei como docente e já encontrei o curso em andamento, cheguei no segundo período, mas tudo à contento. Já todo bem estruturado, com as aulas teóricas, com o laboratório próprio e com os

campos de estágio disponíveis na nossa rede hospitalar. (Depoimento de Conceição de Maria Franco de Sá Nascimento, registrado, em áudio, pela autora, em 23 de agosto de 2019).

A nossa infraestrutura com relação à sala de aula era insuficiente para implantar qualquer outro curso, o reitor já tinha um projeto pronto de salas de aula e esse projeto ele levou para Bom Jesus e construiu. Aproveitamos um laboratório de topografia da época e adequamos para um laboratório de enfermagem (Depoimento de Raimundo Falcão Neto, registrado, em áudio, pela autora, em 2 de outubro de 2019).

Em relação à infraestrutura, a gente tem um laboratório muito pequeno, mas a gente já tinha um laboratório adequado e também alguns simuladores, alguns materiais necessários para o início, salas de aulas. Mas aí tem o projeto de um outro local, com enfermaria, uma coisa mais específica para a enfermagem. Mas a gente tinha tudo o que se precisava para esse primeiro momento (Depoimento de Maria Angélica Piauilino da Cruz, registrado, em áudio, pela autora, em 19 de setembro de 2019).

Oliari, Padilha e Backes (2017) revelam em seus estudos que a realidade não foi a mesma, para a criação do curso Técnico de Enfermagem no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), em Florianópolis. Uma das fragilidades encontradas no período de seu início foi a falta de estrutura física e de materiais para o seu funcionamento. “O curso iniciou na capital do estado com dificuldades na estrutura e na aquisição de materiais necessários para as aulas práticas, como luvas, agulhas, seringas e água destilada.” (OLIARI; PADILHA; BACKES, 2017, p.5). Então, foi necessário que alunos e docentes da primeira turma do curso adquirissem os materiais através dos recursos próprios, e não institucionais. Boa parte do acervo de livros e materiais didáticos foram doados ou foram elaborados pelos próprios docentes do curso. Por não existir laboratório próprios, as aulas de anatomia eram realizadas no mesmo laboratório utilizado pelo curso técnico em radiologia que já existia, e as aulas práticas de enfermagem ocorriam na própria sala de aula onde aconteciam as aulas teóricas (OLIARI; PADILHA; BACKES, 2017).

O Código Brasileiro de Ocupações do profissional Técnico de Enfermagem é 322205, sendo determinado através do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, e, para o seu funcionamento, a instituição mantenedora deve possuir, no mínimo, estrutura de: Biblioteca e videoteca com acervos atualizados da área da saúde; Laboratório de Informática; Laboratório de enfermagem (semiotécnica e semiologia); e Laboratório de anatomia e fisiologia (BRASIL, 2016).

Em relação aos laboratórios de enfermagem, Kloh e Reibnitz (2014) destacam

como fundamentais para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, além do desenvolvimento das mais diversas competências que são requeridas para o exercício da enfermagem enquanto profissão. Esse espaço deve ter como objetivo o ensino do cuidado de forma responsável, permitindo ao aluno experiências que priorizem a prática do cuidado de enfermagem, visando ao comprometimento do futuro profissional com os indivíduos que serão assistidos.

Trevidan et al. (2014) destacam o desafio da articulação entre a teoria e a prática no ensino da enfermagem. Este desafio é pré-requisito fundamental para a atuação na prática clínica. A reflexão sobre o tipo de aprendizagem nesse espaço é indispensável, necessitando-se analisar o que pode e deve ser modificado.

O trabalho da área da saúde, em particular o da enfermagem, é caracterizado por suas peculiaridades e especificidades, tendo em vista que é o profissional da área que mantém um contato direto com o paciente e por um período de tempo muitas vezes prolongado. O técnico de enfermagem dispensa os mais diversos tipos de cuidado aos indivíduos, para a prevenção, manutenção ou recuperação da saúde, carecendo, desta forma, estar devidamente qualificado para tal ofício. Estrutura física de sala de aula, laboratórios, bem como campo de estágio suficiente e eficiente são primordiais para que isso ocorra. Percebe-se que, apesar de satisfatórios na opinião da maioria dos colaboradores, ainda existe a necessidade de melhoria neste aspecto estrutural.

5.5 Relação com a comunidade, reitoria e demais cursos

Os depoimentos revelam que a comunidade acolheu o curso técnico de enfermagem de forma positiva, pois representavam uma oportunidade de capacitação dos profissionais que já atuavam na área, mas não eram devidamente habilitados, além de atender às demandas da própria comunidade. A reitoria da Universidade também se mostrou receptiva aos cursos técnicos de enfermagem, e a comunicação, bem como o apoio a esses cursos, ocorria de maneira exitosa.

A comunidade acolheu o curso muito bem, até mesmo porque foi implantado um Posto de Saúde lá, que ajudou e aproximou muito essa comunidade. Eu sempre digo que os reitores da nossa época viam o curso técnico de enfermagem com muito carinho, com muito respeito, tanto que hoje cresceu. Todos eles, quando era a época de final de ano, festa junina, essas datas festivas, vinham até a escola, e era

aquele acolhimento! Eu acho que foi uma grande parceria com a reitoria (Depoimento de Anatália de Almeida Reis, registrado, em áudio, pela autora, em 5 de fevereiro de 2019).

A comunidade em geral e a sociedade só aplaudiram desde o início da criação do curso técnico de enfermagem, inclusive as pessoas que moravam próximas lá do Colégio Técnico de Teresina puderam ter a oportunidade de participar de um processo seletivo e começar o curso. Foi um curso que nós divulgamos muito em hospitais, em especial para os auxiliares que ainda não tinham curso técnico, para que eles também participassem da seleção. Então, o curso teve uma aceitação excelente. (Depoimento de Rita Magalhães Mendonça registrado, em áudio, pela autora, em 11 de setembro de 2019).

O relacionamento do curso com a comunidade era excelente. Nunca tivemos nenhum problema (Depoimento de Lígia Beatriz da Costa e Silva Ribeiro Santos, registrado, em áudio, pela autora, em 16 de outubro de 2018).

O curso foi muito bem recebido, tanto que foi um dos cursos de maior procura quando foram abertas as inscrições. Nós temos três cursos: informática, enfermagem e agropecuária. Então, a maior procura foi dentro do campo da enfermagem. (Depoimento de Maria Angélica Piauilino da Cruz, registrado, em áudio, pela autora em 19 setembro de 2019).

A avaliação do curso de enfermagem começa muito bem vista pela sociedade, não só por Bom Jesus, mas por toda microrregião, que atende aquelas cidades todas e circunvizinhas, mas a avaliação excelente, aceitação muito boa. (Depoimento de Raimundo Falcão Neto, registrado, em áudio, pela autora, em 2 de outubro de 2019).

No Brasil em 2019, segundo dados do MEC, já são mais de 661 unidades de ensino pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Técnica e Tecnológica, sendo estas vinculadas a 38 Institutos Federais, a 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), à Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), a 22 escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais e ao Colégio Pedro II.

De acordo com o MEC, as Escolas Técnicas Vinculadas constituem-se em unidades de ensino pertencentes à estrutura organizacional das Universidades Federais, pertencendo, portanto, às mesmas (BRASIL, 2018). A Portaria nº 907 do MEC, de 20 de setembro de 2013, regulamenta ainda: “Art. 3º - A implantação de novos cursos nas Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais está condicionada à aprovação no Conselho Superior da Universidade e à existência de recursos físicos, humanos e orçamentários” (BRASIL, 2013). Os entrevistados concordam, em seus relatos, no que tange ao apoio da Reitoria, com a implantação dos cursos técnicos de enfermagem nas respectivas escolas técnicas vinculadas à

UFPI.

Eu acredito que a reitoria dava o apoio necessário, porque, quando o curso foi fundado, nós observávamos que o reitor realmente desejava que o curso fosse iniciado em Floriano. Se tinha algumas arestas de alguma coisa, passou despercebido entre nós. (Depoimento de Iracema Ferreira de Almeida Carvalho, registrado, em áudio, pela autora, em 6 de maio de 2019).

Tudo o que nós solicitávamos, tínhamos as portas abertas e, geralmente, éramos atendidos. Nós não tivemos nenhuma dificuldade de relacionamento com a universidade e com a reitoria. (Depoimento de Lígia Beatriz da Costa e Silva Ribeiro Santos, registrado, em áudio, pela autora, em 16 de outubro de 2018).

Todo mundo acolheu bem, professores, a universidade em geral. Na verdade, não tem como não acolher um curso a mais, porque só tem a acrescentar, então, todo mundo abraçou a ideia. (Depoimento de Maria Angélica Piauilino da Cruz, registrado, em áudio, pela autora, em 19 de setembro de 2019).

Não tivemos nenhum problema com a comunidade universitária e outros cursos, e a comunidade aceitou de forma positiva. (Depoimento de Raimundo Falcão Neto, registrado em áudio, pela autora, em 2 de outubro de 2019).

Quando indagados sobre a relação entre o Curso Técnico de Enfermagem e os demais cursos da UFPI, alguns colaboradores explicitaram que existe uma segregação entre os professores do ensino superior e os professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, percebida nas falas abaixo:

Existe um fator interessante na Universidade Federal como um todo. Eles sempre criaram uma separação, não é só para o curso de enfermagem. Eles sempre acharam que o EBTT era inferior ao magistério Superior. Nós estamos mostrando aqui dentro que os professores também são capazes de fazer as mesmas pesquisas que eles fazem. (Depoimento de Francisco de Assis Sinimbú Neto registrado, em áudio, pela autora, em 8 de agosto de 2018).

Preconceito sempre existiu, mas era velado, sabe? Ou seja, eu era professora do mestrado em Ciências e Saúde, uma pessoa competente, elogiada técnica e academicamente, tudo maravilhoso. Só que não servia para ser, por exemplo, coordenadora do curso de mestrado. Porque era professora do curso técnico. Os coordenadores nunca me consultavam se queria me candidatar ao cargo, mas consultavam a todos os outros membros do colegiado, todos docentes de graduação. Quando me candidatei ao cargo, mesmo não havendo outros candidatos, fui repelida pela coordenadora da época, que ainda disse “Será uma vergonha sermos representados nas reuniões da CAPES por uma docente do ensino básico”. A CAPES nunca

discriminou nenhum professor. O direito que o Ministério dá ao professor da graduação, ele dá ao professor do técnico. Então, eu nunca me senti discriminada pelo Ministério, pela CAPES. Parte significativa da comunidade acadêmica na UFPI é muito preconceituosa com o professor do Ensino Técnico. (Depoimento de Keila Rejane Oliveira Gomes, registrado, em áudio, pela autora, em 24 de maio de 2018).

Eu via segregação não pela UFPI, mas pelos próprios professores que chegavam lá pra dar aula. (Depoimento de Maria Majací Moura da Silva, registrado, em áudio, pela autora, em 17 de setembro de 2019).

As entrevistas revelaram outro fato: quando questionados sobre a relação entre o Curso Técnico de Enfermagem e o Curso Superior de Enfermagem da mesma instituição, os colaboradores declaram existir uma discriminação entre os professores do curso de enfermagem do nível superior em relação aos professores de enfermagem do nível técnico, revelada como “preconceito”, “separação” e “inferioridade”, como mostram os depoimentos:

Nenhum professor do Ensino Técnico estava na pós-graduação, eu fui a primeira, ainda em 1999, e lá fiquei sozinha por muito tempo. E claro, sofrendo todo preconceito que até hoje existe. Colegas, queridas amigas, diziam assim pra mim - e elas achavam que estavam me elogiando: “por mim, você ficava aqui na graduação, porque você é muito competente!” Aí elogiavam um monte de coisa e diziam que não era pra eu estar no Ensino Técnico. Como se dissesse: “os competentes ficam na graduação e os incompetentes ficam no técnico”. Aí depois ouvi de outras colegas do departamento de enfermagem e, também, de outro departamento do Centro de Ciências da Saúde. Todavia, nunca senti preconceito vindo dos coordenadores e pró-reitores de pós-graduação da UFPI. (Depoimento de Keila Rejane Oliveira Gomes, registrado, em áudio, pela autora, em 24 de maio de 2018).

Dentro desta instituição, pelo que percebo, quase não existe essa relação entre o superior e o técnico. O curso de graduação teria como envolver o curso técnico tanto nos eventos realizados por eles, como também no laboratório. Lá é muito bem estruturado, daria para ambos os alunos trabalharem juntos. Mas quase não tem convite e nem iniciativa (Depoimento de Conceição de Maria Franco de Sá Nascimento, registrado, em áudio, pela autora, em 23 de agosto de 2019).

Eu acho que a relação deixa a desejar, podiam ser mais entrosados, mais próximos, mas há pouco envolvimento entre o Curso Técnico de Enfermagem e o Curso Superior de enfermagem, uma vez que, quando eles vieram abrir o curso em Floriano, nós já estávamos aqui. No primeiro ano de adaptação, eles usaram até as nossas dependências, mas, infelizmente, a gente não vê essa interação, os alunos não são requisitados, nem os professores. Tentamos fazer

Semana de Enfermagem, às vezes, conjuntamente, mas não deu certo. Então fica separado técnico e superior, apesar de que todos fazem parte da mesma equipe. Eu acho que existe uma discriminação (Depoimento de Martha Fonseca Soares Martins, registrado, em áudio, pela autora, em 18 de outubro de 2018).

Sendo sincera, no corpo docente da UFPI do Curso Superior de Enfermagem, muitas enfermeiras não viram com bons olhos o nosso Curso Técnico, e eu não sei o porquê, tendo em vista que o curso Superior é uma coisa, e Técnico é outra. A gente percebia, por parte de algumas enfermeiras da UFPI, que elas não consideravam positivo o nosso Curso Técnico de Enfermagem. Algumas delas, às vezes, dificultavam o nosso acesso. Mas isso nunca nos intimidou, porque contávamos com o apoio principal que era da gestão superior. O reitor sempre abriu todas as portas e facilitou todo processo e andamento do Curso Técnico de Enfermagem. (Depoimento de Rita Magalhães Mendonça, registrado, em áudio, pela autora, em 11 de setembro de 2019).

Falcione e Amorim (2009) comentam que a educação profissional no decorrer da história se paramentou de uma roupagem com diferentes discursos e objetivos, mas uma questão é certamente comum em todas as experiências profissionais: a preservação do sistema capitalista e das relações de classes. A consequência disso:

[...] acentuação da dualidade no sistema educacional, engessamento da estrutura social (criando complicadores para uma hipotética ascensão social do indivíduo de classe baixa) reprodução da desigualdade social, econômica e política e, reprodução das relações de classes vigente baseado numa minoria privilegiada e numa maioria excluída (FALCIONE; AMORIM, 2009, p.11).

Logo, desde sua gênese, a formação profissional esteve direcionada às classes menos favorecidas, definindo uma diferenciação entre os que detinham o saber (Ensino Superior) e os que executavam as tarefas (Ensino Técnico). Na década de 1940 e 1950, o ambiente hospitalar passa por um processo de transformação de suas práticas, consolidando-se o modelo hospitalocêntrico, curativo. Esse modelo capitalista, inserido no setor da saúde, levou à carência de profissionais para atuar no trabalho de enfermagem. Uma solução para resolver a problemática foi a criação, em 1949, dos primeiros cursos de auxiliares de enfermagem, de orientação clínico-hospitalar (GERMANO, 2003).

Ribeiro (2009) atesta que essa providência trouxe para a enfermagem a divisão de seu processo de trabalho, atendendo às necessidades dos hospitais, deparando-se com a baixa escolaridade da maioria das mulheres brasileiras. Na área da

enfermagem, essa legislação reforçou mais ainda a divisão social e técnica do trabalho: as enfermeiras passaram a executar as ações administrativas, a supervisão e a educação, e as auxiliares passaram a executar as atividades de cuidado direto ao paciente, existindo, claramente, a distinção entre trabalho intelectual e trabalho manual. Os cursos de auxiliares proporcionavam apenas o adestramento dos indivíduos para atuar na assistência curativa, supervisionados pelo enfermeiro, alimentando a dicotomia entre o saber e o fazer na área de enfermagem (STUTZ, 2009).

Nesse contexto, mesmo com a existência das duas categorias legalizadas no exercício da enfermagem, sentiu-se a necessidade de profissionais que fossem mais habilitados que os auxiliares para atuar junto aos pacientes mais graves. Foi então que a categoria do técnico de enfermagem foi criada. Dessa maneira, surgiram, na enfermagem, os profissionais que exerciam o labor de supervisão e gerência de ensino superior, e os que exerciam os cuidados diretamente ao paciente, no caso os auxiliares e técnicos de enfermagem, com educação baseada em noções básicas sobre técnicas de enfermagem. Com esta situação, fica evidente a dualidade da educação na enfermagem, que, ao tratar de forma desigual o compartilhamento do saber, estrutura-se de maneira segregada, e que, em sua concepção, limita o conhecimento dos trabalhadores, evidenciando as contradições do modo de produção capitalista (KUENZER, 1991).

Os depoimentos indicam que as relações de poder definidas historicamente na profissão de enfermagem persistem ao longo dos anos. Os relatos de situações de segregação e de exclusão são reflexos ainda de uma representação da dualidade na educação, reverberando para os profissionais que atuam na educação das respectivas categorias. Por consequência, a lógica desse tipo de discurso é: se eu ministro aula no Ensino Superior, eu detenho o conhecimento; se ministro aula para o Ensino Técnico, apenas detenho noções básicas. Essa conclusão equivocada fica evidente nas falas dos entrevistados, ao relatarem expressões como “por mim, você ficava aqui na graduação, porque você é muito competente!”.

Não se pode conceber mais, na atualidade, esse tipo de cenário. Deve-se superar o enfoque dualista da educação básica, pois o profissional necessita do entendimento global da situação e não somente do domínio de determinada técnica. Os docentes de nível técnico têm a mesma formação e preparo (ou mais) daqueles docentes de nível superior. Além disso, uma equipe de enfermagem é composta, em

sua grande maioria, por técnicos de enfermagem, e eles estão sendo, cada vez mais, preparados para atender às diversas demandas sociais, pela excelência de sua formação profissional.

5.6 Relação aluno-professor

A relação entre professor e aluno é caracterizada como um aspecto que influencia nos fatores relativos ao aprendizado, cuja satisfação é revelada no compromisso, na construção do conhecimento e no interesse demonstrado pelo discente (GONÇALVES, 2015). A relação deve ser fundamentada no respeito, na confiança e na afetividade. O docente tem a função de orientar o discente para o seu crescimento profissional, participando ativamente nos momentos de interação e diálogo (RODRIGUES et al., 2013).

Ainda, os laços de respeito e amizade entre docentes e discentes torna possível uma maior interação, troca de conhecimentos e experiências (OLIVEIRA et al, 2014). O espaço da sala de aula constitui um local a partir do qual o professor pode manifestar saberes e vivências adquiridas ao longo de sua trajetória de vida e experiência profissional para responder às demandas dos alunos de enfermagem (BRAGA, 2013).

A interação dos alunos com os professores nas três escolas, de acordo com os colaboradores, era muito afetuosa. A relação entre o alunado e o corpo docente é relatada como um vínculo de respeito, de confiança e de cumplicidade, como se pode observar nas falas:

A relação com os alunos era maravilhosa mesmo, existia aquela cumplicidade entre aluno e professor, quando o aluno tinha uma dúvida, até problema íntimo deles, vinham conversar com o professor. Tinha muita confiança, existia um respeito. (Depoimento de Anatólia de Almeida Reis, registrado, em áudio, pela autora, em 5 de fevereiro de 2019).

Eu acho que era uma relação entre aluno e professor com muita afetividade, e existia muito respeito professor e aluno. Nós conseguíamos repassar as aulas e sentíamos um *feedback* positivo. Eu percebia os alunos interessados. (Depoimento de Iracema Ferreira de Almeida Carvalho, registrado, em áudio, pela autora, em 6 de maio de 2019).

Existia sempre uma relação muito boa entre alunos e professores. (Depoimento de Rita Magalhães Mendonça, registrado, em áudio, pela

autora, em 11 de setembro de 2019).

Se uma pesquisa for feita com os nossos alunos da época, será comprovado: nós éramos quase mães deles. Tínhamos uma relação muito próxima. Ainda hoje, quando encontro com alunos no Hospital de Urgências de Teresina, elas dizem: “ô professora, eu ainda hoje agradeço o que a senhora fez por mim”. Parecia realmente uma família. (Depoimento de Lígia Beatriz da Costa e Silva Ribeiro Santos, registrado, em áudio, pela autora, em 16 de outubro de 2018).

Eu vejo uma relação muito boa, sabe? Quando tivemos a felicidade de ser professores que tinham um bom relacionamento com os alunos, que levavam eles lá para o comecinho de tudo, então, eu via uma relação dos alunos com os professores, uma relação muito boa, muito amigável. (Depoimento de Maria Angélica Piauilino da Cruz, registrado, em áudio, pela autora, em 19 de setembro de 2019).

É essencial a convivência, a aprendizagem das relações sociais e o reconhecimento do contexto escolar, bem como da cultura, favorecendo a interação entre os próprios docentes, entre docentes e discentes, e entre discentes e a comunidade. Espera-se que o docente tenha domínio do conteúdo que deve compartilhar, conheça as peculiaridades do contexto da ação para adequação de proposições metodológicas e entenda o processo ensino-aprendizagem como atividade complexa, associada a um compromisso ético e político (ARAÚJO; GEBRAN; BARROS, 2016).

Em seus relatos, os colaboradores enfatizam sobre a mudança ocorrida dos primórdios do curso até os dias atuais, e isso refletiu também na mudança do comportamento dos alunos:

Com a evolução dos tempos, a relação mudou, os alunos, que antes tinham aquele respeito e proximidade, já ficavam mais afastados, ficavam mais com os colegas. (Depoimento de Anatália de Almeida Reis, registrado, em áudio, pela autora, em 5 de fevereiro de 2019).

A relação mudou muito. Eu acho que os alunos eram mais interessados, bem mais respeitosos. O aluno estudava mais, hoje eles querem as coisas muito esmiuçadas, eles não querem se envolver mais. Tem a questão dessas redes sociais, o uso do celular também tem prejudicado muito as aulas e, de qualquer maneira, prejudica os professores também e a dinâmica dentro da sala de aula. (Depoimento de Martha Fonseca Soares Martins, registrado, em áudio, pela autora, em 18 de outubro de 2018).

Um dos relatos afirma que o comportamento mudou, entendendo que o aluno se mostra mais dedicado ao curso e à continuação dos estudos em outros níveis de

formação:

Noto pelo interesse do aluno, comparando o aluno de antes e o de hoje, que é completamente diferente. O aluno de hoje é muito mais ativo, muito mais responsável no que diz respeito à aquisição de conhecimento e não é um aluno acomodado, que queira o curso só com intenção de trabalhar. Os alunos, hoje em dia, têm a intenção de seguir depois fazendo uma graduação, ou está pensando em dar sequência ou que vai trabalhar pra manter um curso superior. Então, é muito diferente o pensamento do outro que tinha mais a intenção de trabalhar exclusivamente como técnico (Depoimento de Conceição de Maria Franco de Sá Nascimento registrado, em áudio, pela autora, em 23 de agosto de 2019).

A relação professor-aluno é uma condição do processo de aprendizagem, pois esta dinamiza todo o método educativo. Em vários casos, essa relação entre o professor e o aluno pode se mostrar conflituosa, pois é baseada no convívio de vários indivíduos de classes sociais, culturas, valores e objetivos diferentes. Ainda assim, em vários estudos envolvendo a observação de algumas aulas, viu-se um ambiente de respeito, em que os discentes se sentem à vontade para indagar e expor suas ideias, sendo os docentes acessíveis e interativos com os alunos, porém sem diminuir o nível de exigência (ARAÚJO; GEHRAN; BARROS, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta central desta pesquisa foi discutir a trajetória histórica da criação do Curso Técnico de Enfermagem da UFPI, nas três escolas vinculadas, CTF, CTT e CTBJ. Este trabalho é fruto de uma pesquisa de campo com seu alicerce teórico-metodológico em obras que abordam a história da enfermagem, fazendo referência aos principais autores renomados, brasileiros e piauienses, acerca do tema.

A história da enfermagem tem como propósito explicar a situação vivida e possibilitar um meio de percepção acerca de todo esse processo. Ao se refletir sobre a história da Enfermagem e seu desenvolvimento, torna-se possível o reconhecimento da profissão e dos desafios enfrentados, permitindo problematizar a construção dessa história. Esta pesquisa tem um valor imensurável pelo resgate histórico da criação do curso Técnico De Enfermagem na UFPI, que envolve não somente os fatos contados através de leis, resoluções ou outros documentos físicos, mas também as vivências daqueles que fizeram acontecer essa história, corroborando autores da literatura.

Esse estudo é pertinente para sensibilizar o leitor sobre as circunstâncias do prelúdio dos cursos Técnicos de Enfermagem da UFPI e instigar o interesse de pesquisadores em história da enfermagem para estudar a trajetória e a contribuição de cada um desses cursos, tendo em vista que, uma categoria profissional indiferente à compressão do seu passado e de sua história, tem dificuldade de edificar o seu futuro, pois a valorização deste contexto histórico possibilita uma melhor fundamentação da enfermagem.

As orientações que sucederam ao ingresso no doutorado do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade deram subsídio ao desenvolvimento do trabalho, como também construíram e desconstruíram conceitos outrora engessados por, até então, uma concepção limitada da autora sobre os caminhos da história da enfermagem. Foi possível, a partir deste “novo prisma”, perceber que a história não tem apenas um lado e carrega consigo a subjetividade humana. A observação do trabalho de um historiador proporcionou-nos contemplar o quão difícil é se fazer uma pesquisa histórica, quantos questionamentos, indagações, afirmações, informações, desinformações, lembranças, memórias (ou a falta delas) podem surgir durante o processo da pesquisa, o que torna o trabalho ainda mais complexo.

No que se diz respeito aos fatores que impulsionaram a criação e a origem do

curso nas três escolas da UFPI, descobriu-se que, além da demanda local por déficit de profissional habilitados, estão os interesses políticos da própria instituição e a solicitação por parte da comunidade. O curso foi inaugurado e, a partir de uma reunião entre o reitor e um grupo de enfermeiras da cidade, formou-se o corpo docente inicial, com a seleção da coordenadora do curso. O primeiro Curso Técnico de Enfermagem da UFPI foi idealizado para se instalar em Floriano, desde o princípio. Teresina-PI passou por um processo de criação mais demorado, pois, entre a autorização do MEC e o início das aulas propriamente dito, passaram-se 8 anos. Os relatos revelaram que desencontros de interesses por parte da administração superior e os professores que idealizaram o curso no CTT colaboraram para tal demora. Por fim, o curso foi ofertado em Bom Jesus- PI, diante das circunstâncias de aspiração da própria reitoria, aliadas aos interesses da direção em iniciar o curso no CTBJ, tendo em vista que era a única escola vinculada à UFPI que ainda não ofertava tal curso.

Os recursos físicos e materiais para o início das aulas eram satisfatórios para a época, de acordo com os colaboradores da pesquisa. Os colégios dispunham de salas de aulas amplas, material com apostila disponível, bibliotecas com acervos bibliográficos para atender à demanda dos alunos. Porém, algumas limitações foram citadas: em relação ao campo de estágio, alguns alunos tinham que se deslocar da sua cidade para realizar estágio supervisionado em outros municípios; em relação a laboratórios, alguns eram improvisados, bem como foi apontada a ausência de peças anatômicas e inexistência de auditórios nas escolas, na ocasião da criação dos referidos cursos.

A reitoria da universidade sempre foi solicita às demandas do curso nas três escolas. Entretanto, alguns relatos revelaram que a colaboração vinda do curso superior de enfermagem da UFPI era limitada, no sentido de estabelecimento de parcerias acadêmicas/ institucionais. A comunidade acolheu o curso de enfermagem de forma positiva, pois a mesma requisitava o curso pela necessidade de formação de profissionais da enfermagem.

A relação entre os professores e os alunos ocorria de maneira afetuosa, com respeito, confiança e cumplicidade, porém, alguns colaboradores aludiram mudanças no comportamento dos alunos, quando comparados aos primórdios do curso, expressadas nas falas como “menor interesse dos alunos” e “mais dispersão”. Houve relato, ainda, sobre mudança no comportamento do aluno de maneira positiva, em que se mostrou mais dedicado ao curso, buscando a continuidade dos estudos em

outros níveis de formação.

À proporção que rememoramos a trajetória histórica da criação do Curso Técnico de Enfermagem da UFPI, através dos relatos de quem a vivenciou, acredita-se que foi possível demonstrar um pouco da dinâmica para que o curso virasse uma realidade, bem como os esforços dos atores envolvidos nesse processo. O curso era um projeto, que se tornou um objetivo e, em seguida, um fato, mediante, principalmente, a necessidade que o cenário de saúde apresentava na época. Havia poucas escolas formadoras de profissionais de enfermagem devidamente habilitados, o que causava um déficit na assistência à saúde, e, portanto, foi um fator impulsionador para que os cursos fossem criados.

Os resultados desta pesquisa trouxeram informações relevantes para o conhecimento da origem dos cursos técnicos de enfermagem da referida universidade. A categoria de enfermagem é imprescindível dentro da equipe multidisciplinar, sendo de extrema necessidade que compreendamos as suas origens, para que os atuais e futuros profissionais se reconheçam dentro do labor, bem como valorizem a sua trajetória histórica.

Dessa maneira, como conhecedores da importância do resgate histórico para a consolidação do curso e da profissão, é que se corrobora o valor desse estudo para a preservação da memória dos profissionais da enfermagem, tornando-se também um componente importante da história dos discentes e docentes desse curso.

Apesar da pesquisa ser pioneira em sua concepção, encontrou-se limitações em relação aos aspectos operacionais e logísticos, frente à distância e o deslocamento para as cidades de realização das entrevistas. Outra grande limitação foi que as escolas fundadas na década de 1980 apresentam grande parte do seu corpo docente aposentado, havendo grande dificuldade para localizar esses colaboradores.

Acredita-se, entretanto, que é indispensável ainda avançar mais nas produções e pesquisas sobre a história da enfermagem, nos seus múltiplos cenários, com destaque para os Colégios Técnicos e os seus respectivos cursos técnicos de enfermagem, pois o reconhecimento da enfermagem perpassa necessariamente pelo conhecimento dessa história. Percebe-se também a importância de se divulgar e propagar os resultados das pesquisas históricas, para que os profissionais, estudantes e sociedade como um todo compreendam como a enfermagem foi se constituindo enquanto profissão ao longo do tempo.

O estudo em questão apresenta uma importante fonte de pesquisa relacionada à história dos cursos técnicos de enfermagem da UFPI, tendo em vista que não existe, na literatura científica, pesquisas mais aprofundadas sobre a temática. Pretende-se que este trabalho possa representar uma contribuição para a história dos cursos Técnicos de Enfermagem da UFPI.

REFERÊNCIAS

ATTEWELLI, A. Florence Nightingale (1820-1910). **International Bureau of Education**, v. 18, n. 1, p. 153-66, 1998.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, A. S.; HEROLD JÚNIOR, C. Trabalho, educação e enfermagem: marco contextual da formação profissional de nível médio em saúde. **Revista HISTEDBR**, v.1, n.49, p.231- 258, 2013.

BASÍLIO, A. C.; FERRO. M. A. B. Enfermeiras piauienses que contribuíram para a enfermagem brasileira: história e memória de experiências profissionais. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, v. 1, n. 1, p. 68-85, 2012.

BERTOLLI FILHO, C. **História da saúde pública no Brasil**. São Paulo: Ática; 1996.

BOLSONI, V. B. **O cuidado de si e o corpo em Michel Foucault: Perspectivas para uma educação corporal não instrumentalizador**. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1577/920>. Acesso em: 20 Abr. 2020

BRANCO, J. V. C. **Entre trilhas e veredas**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves; 2010.

BRASIL. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. 3. ed. Brasília: Ministério da Educação; 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2017-pdf/77451-cnct-3a-edicao-pdf-1/file>. Acesso em: 15 Mar. 2018

BRASIL. **CBO- Código Brasileiro de Ocupações**. Brasília: Ministério do Trabalho; 2017. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/downloads.jsf>. Acesso em: 15 Mar. 2018.

BRASIL. **Comissão Central de Revisão dos Currículos**. Parecer nº 163/72. Brasília: Ministério da Educação; 1972. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reben/v25n1-2/0034-7167-reben-25-02-0152.pdf>. Acesso em: 15 Mar. 2018.

BRASIL. **Lei Federal nº. 7498 de 25 de Junho de 1986**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7498.htm. Acesso em: 15. mar. 2018.

BRASIL. **Lei nº. 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura; 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 Mar. 2018.

BRASIL. **Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Conselho Nacional de Saúde; 2013. Disponível em:

<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> . Acesso em: 02 Abr. 2015.

CAMPOS, C. J. G. Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v.57, n. 5, p. 611-614, 2004.

CARDOSO, C. F. S. **Uma introdução à História**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense; 1983.

CARDOSO, M. M. V. N.; MIRANDA, C. M. L. Anna Justina Ferreira Nery: um marco na história da enfermagem brasileira. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 52, n. 3, p. 339-348, 1999.

CAVERNI, L. M. R.; OGUISSO, T. **Curso técnico em enfermagem: trajetória histórica e legal 1948 – 1973**. 2005. Dissertação [Mestrado em Enfermagem]- Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2005.

COMERALATO, F. Hospital de Caridade, parte da história de Santa Catarina. **Biblos**, v.15, p.69-85, 2003.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM (COREN). **Quais são e para que servem**: Conheça as entidades de enfermagem e o que elas podem fazer por você. *EnfermagemRevista*, p.33-40, 2014. Disponível em: https://portal.coren-sp.gov.br/sites/default/files/08-quais_sao_e_para_que_servem_0.pdf. Acesso em: 08 set. 2020

CUNHA, J. P. P., CUNHA, R. E. **Sistema Único de Saúde-SUS: princípios**. In: CAMPOS, F.E., OLIVEIRA JÚNIOR, M., TONON, L.M. *Cadernos de Saúde. Planejamento e Gestão em Saúde*. Belo Horizonte: COOPMED; 1998. Cap. 2, p. 11-26.

ESTEVES, L. S.; KOWAL, I. C.; CUNHA, O et al. Trajetória histórica do estágio curricular na graduação em enfermagem no Brasil: Dilemas e tensões. **Cogitare Enfermagem**, v.23, n.4, p.e58024, 2018.

EVANGELISTA, M. B. A transcrição em história oral e a insuficiência da entrevista. **Revista História Oral**, v. 4, n.7, p. 169-182, 2010.

FEIBER, D. T.; RODRIGUES, R.; CONTERNO, S. F. R. História do curso profissionalizante de enfermagem do Centro Estadual de Educação Profissional Pedro Boaretto Neto- CEEP. **Educere et Educare**, v.9, n.17, p.307-315, 2014.

FONSECA, R. M. G. S.; GUEDES, R. N.; ANDRADE, C. J. M. **Gênero e História da enfermagem**. In: *Pesquisa em História da Enfermagem*. Org:

OGUSSI, T; CAMPOS, P.F.S.; FREITAS, G.F. 2 ed. Barueri, Manole; 2014.

FRANÇA, S. B. A presença do Estado no setor saúde no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v.49, n.3, p.85-100, 1998.

FRANCO, R. J. O modelo luso de assistência e a dinâmica das Santas Casas de Misericórdia na América Portuguesa. **Estudos Históricos**, v.27, n.53, p.5-25, 2014.
FREITAS, G. F. **Conceituação sobre direito e normas éticas e legais**. In: Trajetória histórica e legal da enfermagem. OGUISSO, T. São Paulo: Manole; 2007.

GALLEGUILLOS, T. G. B.; OLIVEIRA, M. A. C. Agênese e o desenvolvimento histórico do ensino de enfermagem no Brasil. **Revista da Escola de Enfermagem USP**, v.35, n.1, p.80-87, 2001.

GEORGE, J. B. **Teorias de enfermagem: os fundamentos à prática profissional**. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GEOVANINI, T.; MOREIRA, A.; DORNELLES, S.; MACHADO, W. C. A. **História da enfermagem: versões e interpretações**. 3 ed. Rio de Janeiro: Revinter; 2010.

GOMES, M. M.; Ferrari, M.; LEMOS, F. O cuidado de si em Michel Foucault: um dispositivo de problematização do político no contemporâneo. **Fractal: Revista de Psicologia**, v.30, n.2, p.189-195, 2018.

GUERRA, E. L. A. **Manual de pesquisa qualitativa**. Belo Horizonte: Anima Educação; 2014.

HADDAD, V. C. N.; SANTOS, T. C. F. A teoria ambientalista de Florence Nightingale no ensino. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 15, n. 4, p. 755-761; 2011.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso 15 mar. 2020

KLETEMBERG, D. F.; SIQUEIRA, M. T. A. D. A criação do ensino da enfermagem no Brasil. **Revista Cogitare Enfermagem**, v. 8, n. 2, p. 61-67, 2003.

KUNZ, C. A. Martinho Lutero: vida, doutrina e contribuições. **Revista Via Teológica**, v. 17, n. 34, p. 1-19, 2016.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: UNICAMP; 2003.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MATOS, J. S.; SENNA, A. K. História oral como fonte: problemas e métodos. **Historiae**, v. 2, n. 1, p. 95-108, 2011.

MATSUI, T. CRUZ, S. C. G. R. OGUISSO, T. In: **História da Enfermagem: Instituições e Práticas de Ensino e Assistência**. OGUISSO, T.; FREITAS, G. F. Rio de Janeiro: Águia Dourada; 2015.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola; 1996.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola; 2005.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História Oral**: como fazer, como pensar. 2. ed. São Paulo: Contexto; 2013.

MEIHY, J. C. S. B.; RIBEIRO, S. L.S. **Guia prático de história oral**: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto; 2011.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 34ª ed. Petrópolis: Vozes; 2016.

MONTEIRO, B. A.; OGUISSO, T. **Visão Histórica da Lei nº 775/49 e seu Impacto no ensino da enfermagem no Brasil**. In: História da Enfermagem: Instituições e Práticas de Ensino e Assistência. OGUISSO, T.; FREITAS, G. F. Rio de Janeiro: Águia Dourada; 2015.

MOREIRA, A. **A profissionalização da enfermagem**. In: Trajetória histórica e legal da enfermagem. OGUISSO, T. São Paulo: Manole; 2007.

MOREIRA, A.; OGUISSO, T. **Profissionalização da enfermagem brasileira**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

MOREIRA, M. C. N. A Fundação Rockefeller e a construção da identidade profissional de enfermagem no Brasil na Primeira República. **Rev. História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 3, n.1, p. 621- 645, 1999.

NEIVA, M. J. L. M. **Trajetória histórica do Conselho Regional de Enfermagem do Piauí 1975 a 1993**. 2013. 98 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal do Piauí, Teresina-PI, 2013.

NOGUEIRA, L.T. **A Trajetória da Enfermagem Moderna no Piauí: 1937-1977**.1996. 217 f. Tese [Doutorado em Enfermagem]. Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 1996.

NUNES, B. M. V. T.; SANTOS, A. M. R. **História da associação brasileira de enfermagem seção Piauí: 50 anos de responsabilidade ético-social**. Teresina: ABEn; 2009.

OGUISSO, T. Considerações sobre a legislação do ensino e do exercício técnico de enfermagem e do auxiliar de enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 30, n. 13, p. 168-174, 1977.

OGUISSO, T. História da legislação do exercício da enfermagem no Brasil. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 53, n. 4, p. 197-207, 2001.

OGUISSO, T. **Trajetória histórica e legal da enfermagem**. 2.ed. São Paulo: Manole; 2007.

OGUISSO, T.; CAMPOS, P. F. S.; Por que e para que estudar história da enfermagem? **Enfermagem em Foco**, v. 4, n.1, p. 49-53, 2013.

OGUISSO, T.; CAMPOS, P. F.S; MOREIRA, A. Enfermagem pré-profissional no Brasil: questões e personagens. **Enfermagem em foco**, v. 2, p. 68-72, 2011.

OGUISSO, T.; FREITAS, G. F. **História da Enfermagem**: Instituições e Práticas de Ensino e Assistência. Rio de Janeiro: Águia Dourada; 2015.

OLIVEIRA, V.L.; SCHUBERT, B. V. M.; COELHO, M. I.; CESAR, M. R. Evolução do conhecimento científico na enfermagem: do cuidado popular à construção de teorias. **Investigación y Educación en Enfermería**, v. 25, n. 2, p.108-115, 2007.

OLLIARI, L. P.; PADILHA, M. I.; BACKES, V. M. S. Fortalezas e fragilidades do curso técnico de enfermagem no Instituto Federal de Santa Catarina. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v.37, n.spe, p.e69074, 2017.

PADILHA, M. I. C. S. As representações da história da enfermagem na prática cotidiana atual. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 52, n. 3, p. 443-454, 1999.

PADILHA, M. I. C. S.; BORENSTEIN, M. S. História da enfermagem: ensino, pesquisa e interdisciplinaridade. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 10, n. 3, p. 532-536, 2006.

PADILHA, M. I. C. S.; BORENSTEIN, M. S. O método de pesquisa histórica na enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 14, n. 4, p. 575-584, 2005.

PADILHA, M. I. C. S.; MANCIA, J. R. Florence Nightingale e as irmãs de caridade: revisitando a história. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 58, n. 6, p. 723-726, 2005.

PADILHA, M. I.; BELLAGUARDA, M. L. R.; NELSON, S. et al. O uso das fontes na condução da pesquisa histórica. **Texto contexto-enfermagem**, v.26, n.4, p.e2760017, 2017.

PEREIRA, A. V. Relações de gênero no trabalho: reflexões a partir de imagens construídas de enfermeiras e enfermeiros. **Cadernos Espaço Feminino**, v.24, n.1, p.49-77, 2011.

PEREIRA, G. L. A redescoberta do pensamento de João Calvino para o diálogo ecumênico. **Revista Atualidade Teológica**, v.1, n. 39, p. 611-21, 2011.

PEREIRA, M. J. B.; FORTUNA, C. M.; MISHIMA, S. M.; ALMEIDA, M. C. P.; MATUMOTO, S. A enfermagem no Brasil no contexto da força de trabalho em saúde: perfil e legislação. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v.62, n.5, p.771-777, 2009.

PIRES, D. A enfermagem enquanto disciplina, profissão e trabalho. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v.62, n.5, p.739-744, 2009.

PUGLIA, D. **Charles Dickens**: um escritor no centro do capitalismo. 2006.186p. Tese [Doutorado em Letras]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2006.

RAMOS, Francisco Ferreira. **Memorial do Hospital Getulio Vargas: Contexto histórico- político sócio - econômico e cultural.** Teresina: Gráfica do povo; 2003.

ROCHA, J. B. B. **A prática do técnico de Enfermagem egresso do campus Almicar Ferreira Sobral no Hospital Regional de Floriano-PI.** 1999. Dissertação [Mestrado em Enfermagem]. Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 1999.

ROCHA, J. B. B.; NOGUEIRA, L. T.; ZEITOUNE, R. C. G. Entre o prescrito e o real: (des)compasso entre ensino e prática do técnico de enfermagem. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 9, n. 2, p. 237-246, 2005.

SÁ-SILVA, J. R. ALMEIDA, C. D . ; GUIDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SAMPAIO; M, R, F, B; FRANCO; C, S. **Implantação da Enfermagem Moderna no Piauí.** In: História da Enfermagem: Instituições e práticas de Ensino e Assistência. OGUISSO, T; FREITAS, G. F. Rio de Janeiro: Águia Dourada, 2015.

SANTO, T. B. E. **Gênero e Enfermagem: Reafirmação de papéis sociais na seção feminina da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras (1920-1921).** 2012. Tese [Mestrado em Enfermagem]. Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2012.

SANTOS, A. M. R.; NUNES, B. M. V.; NOGUEIRA, L. T.; MOURA, M. E. B. M.; VASCONCELOS, M. R. P. A. A atuação da irmã de caridade Abrahíde Alvarenga no Piauí: uma história a ser contada. **Texto Contexto Enfermagem**, v. 14, n.4, p. 551-6, 2005.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, v.20, n.2, p.71-99, 1995.

SILVA, A. C. B. **O ensino de enfermagem no Piauí: história e memória.** 2009. 170 f. Dissertação [Mestrado em Educação] – Universidade Federal do Piauí, Teresina-PI; 2009.

SILVA, M.C.S.; MOURA, M. E. B.; MAGALHÃES, P. R. S.; SANTOS, V. R. M.; SANTOS, Y. C. C. O conhecimento da equipe de enfermagem sobre o cuidado ao paciente com infecção causada por microorganismo multirresistente. **Revista de Enfermagem UFPI**, v. 4, n.2, p. 48-54, 2015.

SILVA, V. P.; BARROS, D. D. Método história oral de vida: contribuições para a pesquisa qualitativa em terapia ocupacional. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 21, n. 1, p. 68-73, 2010.

STUTZ, B. L. As primeiras escolas de enfermagem e o desenvolvimento desta profissão no Brasil. **Cadernos de História da Educação** , v. 9, n. 2, p. 347- 362, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI). Departamento de Enfermagem. **Regimento interno do Programa de pós-graduação em enfermagem nível**

mestrado acadêmico. Teresina: UFPI; 2013. Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/mestenfermagem/arquivos/files/reg1.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI). Universidade Federal do Piauí. Colégio Técnico de Bom Jesus. **Projeto Pedagógico do Colégio Técnico de Bom Jesus.** Bom Jesus: UFPI; 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI). Universidade Federal do Piauí. Colégio Técnico de Bom Jesus. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Enfermagem.** Bom Jesus – PI: UFPI; 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI). Universidade Federal do Piauí. Colégio Técnico de Teresina. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Enfermagem.** Teresina – PI: UFPI; 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI). **Histórico Do CAT/CTT.** Disponível em: <http://leg.ufpi.br/cat/index/pagina/id/237>. Acesso 20 abr. 2020

VILAR, B. M.; BORGES, L. D. V. M.; SANTOS, A. M. R. Escola Maria Antoinette Blanchot e a institucionalização do ensino auxiliar de enfermagem no Piauí. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 61, n. 5, p. 647-52, 2008.

**APÊNDICE A- TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE
INFORMAÇÕES DE EMPRESAS/INSTITUIÇÕES/ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS
OU PRIVADAS**

Empresa/Instituição/Organização:

CNPJ: _____ Inscrição Estadual:

Endereço completo: _____

Nome do representante legal: _____

RG: _____ CPF: _____

Telefone: (____) _____ e-mail:

Tipo de produção: () TCC¹ () TCCE² () Dissertação () Tese

Título/subtítulo:

Autor³: _____

Código de matrícula³:

Orientador:

Co-orientador:

Curso/Programa de Pós-graduação:

Como representante legal da empresa/organização/instituição acima nominada, declaro que os, as informações e/ou documentos disponibilizados pela empresa/organização/instituição para a elaboração do trabalho citado:

() Podem ser publicados sem restrição.

() Podem ser publicados com restrição de acesso pelo período⁴ de _anos, pelos seguintes motivos:

Local e Data

Assinatura do Representante legal

ANEXO A – LEI Nº 755

26/04/2018

L775



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 775, DE 6 DE AGOSTO DE 1949.

[\(Vide Decreto nº 27.426, de 1949\)](#)

[\(Vide Lei nº 2.367, de 1954\)](#)

[\(Vide Lei nº 2.995, de 1956\)](#)

[\(Vide Lei nº 3.875, de 1961\)](#)

Dispõe sobre o ensino de enfermagem no País e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O ensino de enfermagem compreende dois cursos ordinárias:

- a) curso de enfermagem;
- b) curso de auxiliar de enfermagem.

Art. 2º O curso de enfermagem terá a duração de trinta e seis meses, compreendidos os estágios práticos, de acordo com o Regulamento que for expedido.

Art. 3º O curso de auxiliar de enfermagem será de dezoito meses.

Art. 4º Para a matrícula em qualquer dos cursos apresentará o candidato:

- a) certidão de registro civil, que prove a idade mínima de dezesseis anos e a máxima de trinta e oito;
- b) atestados de sanidade física e mental e de vacinação;
- c) atestado de idoneidade moral.

Art. 5º Para a matrícula no curso de enfermagem é exigido, além dos documentos relacionados no artigo 4º, o certificado de conclusão do curso secundário.

Parágrafo único. Durante o prazo de sete anos, a partir da publicação da presente Lei, será permitida a matrícula a quem apresentar, além dos documentos relacionados no artigo 4º, qualquer das seguintes provas: [\(Vide Lei nº 2.995, de 1956\)](#)

- a) certificado de conclusão de curso ginasial;
- b) certificado do curso comercial;
- c) diploma ou certificado de curso normal.

Art. 6º Para a matrícula no curso de auxiliar de enfermagem exige-se-á uma das seguintes provas:

- a) certificado de conclusão do curso primário, oficial ou reconhecido;
- b) certificado de aprovação no exame de admissão ao primeiro ano ginasial, em curso oficial ou reconhecido;
- c) certificado de aprovação no exame de admissão.

Parágrafo único. O exame de admissão, que será prestado perante a própria escola, constará de provas sobre noções de português, aritmética, geografia e história do Brasil.

Art. 7º Verificado excesso de candidatos sobre o limite de matrículas iniciais no curso de enfermagem, serão todos submetidos a concurso de seleção, elaborado pelo órgão competente do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 8º O Regulamento disporá sobre o currículo de cada curso, o regime escolar, as condições de promoção e as de graduação e funcionamento dos cursos de post-graduação, inclusive a enfermagem de saúde pública e as instruções para autorização de funcionamento dos referidos cursos.

26/04/2018

L775

Art. 9º O Regulamento de que trata a presente Lei deverá ser expedido pelo poder competente, dentro do prazo improrrogável de noventa dias, a contar da publicação desta Lei.

Art. 10. Para que um curso de enfermagem ou de auxiliar de enfermagem se organize e entre a funcionar, é indispensável autorização prévia do Governo Federal, a qual se processará nos termos do Regulamento a que se refere o artigo desta Lei.

Parágrafo único. A Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Saúde promoverá as verificações que, reunidas em relatório, serão submetidas, com parecer, ao Ministério da Educação e Saúde, a qual expedirá portaria de autorização para funcionamento, válida pelo período de dois anos.

Art. 11. Decorrido o primeiro ano letivo, o estabelecimento será obrigado a requerer, dentro de sessenta dias, o reconhecimento do curso, sob pena de ser cassada a autorização.

Art. 12. Quando o aconselharem razões de natureza didática ou de interesse público, o Conselho Nacional de Educação poderá propôr a prorrogação da autorização por um ano letivo. Cabe-lhe, ainda, decidir na forma da lei sobre a transferência de alunos regularmente matriculados, quando negado o reconhecimento do curso.

Art. 13. Ao aluno que houver concluído o curso de enfermagem será, expedido diploma; ao que houver concluído o curso de auxiliar de enfermagem, será expedido certificado.

Art. 14. A concessão de reconhecimento de curso far-se-á mediante decreto do Presidente da Republica, sendo indispensável prévio parecer favorável do Conselho Nacional de Educação.

Art. 15. Os cursos de enfermagem atualmente equiparados passam à categoria de cursos reconhecidos.

Art. 16. Os alunos e ex-alunos diplomados pelas escolas oficiais de enfermagem, uma vez organizado o curso de enfermagem, poderão receber o diploma a que se refere o artigo 13 desde que sejam aprovados em tôdas as matérias do currículo de trinta e seis meses, de acôrdo com o artigo 2º.

§ 1º As escolas oficiais de enfermagem já existentes são autorizadas a manter cursos de enfermagem e de auxiliares de enfermagem, de acôrdo com a presente Lei.

§ 2º O Poder Executivo expedirá novo regulamento para essas escolas.

Art. 17. Os estabelecimentos que mantêm cursos de enfermagem e de auxiliar de enfermagem, autorizados ou reconhecidos, serão fiscalizados de acôrdo com as instruções aprovadas pelo Ministério da Educação e Saúde.

§ 1º Essa fiscalização será executada sem ônus algum para as escolas.

§ 2º Até que seja criado o órgão próprio para cuidar dos assuntos referentes ao ensino de enfermagem, a fiscalização será feita por inspetores itinerantes diplomados em enfermagem e subordinados à Diretoria do Ensino do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 18. Uma vez instalado o órgão próprio no Ministério da Educação e Saúde, será realizada, de acôrdo com as instruções que forem baixadas, prova de habilitação para o exercício da função de inspetor, de que trata a presente Lei, exigida do candidato a apresentação do diploma de enfermagem por escola oficial ou reconhecida.

Art. 19. As atuais escolas de enfermagem ou de auxiliar de enfermagem, ainda não autorizadas ou reconhecidas, existentes no País, ao ser publicada esta Lei, deverão requerer, dentro dos sessenta dias imediatos a essa publicação, a respectiva autorização do Poder Executivo.

Parágrafo único. Será concedido o reconhecimento imediato, se a autoridade encarregada da inspeção comprovar, que a escola satisfaz às exigências da presente Lei.

Art. 20. Em cada Centro Universitário ou sede de Faculdade de Medicina, deverá haver escola de enfermagem, com os dois cursos de que trata o art. 1º.

Art. 21. As instituições hospitalares, públicas ou privadas, decorridos sete anos, após a publicação desta Lei, não poderão contratar, para a direção dos seus serviços de enfermagem, senão enfermeiros diplomados.

Art. 22. Aos atuais cursos de enfermagem obstétrica será facultada a adaptação às exigências da presente Lei, de modo que se convertam em cursos de enfermagem e de auxiliares de enfermagem, destinados à formação de enfermeiras e de auxiliares de enfermeiras especializadas para a assistência obstétrica.

Art. 23. O Poder Executivo subvencionará tôdas as escolas de enfermagem que vierem a ser fundadas, no País e diligenciará no sentido de ampliar o amparo financeiro concedido às escolas já existentes.

26/04/2018

L775

Art. 24. A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1949; 128º da Independência e 61º da República.

EURICO G. DUTRA
Clemente Mariani

Este texto não substitui o publicado no DOU de 13.8.1949

▪

ANEXO B – RESOLUÇÃO Nº 003/13**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

Campus Universitário (Alcides Ferreira Farias), Eldorado, Teresina, Piauí, Brasil, CEP 64049-550
/ telefone: (86) 3216-6511/3216-5511/3216-2516; Fax: (86) 3337-1813/3337-1216
Internet: www.ufpi.br

**Resolução Nº 003/13****CONSELHO UNIVERSITÁRIO****Altera nome das Escolas Técnicas Vinculadas à
Universidade Federal do Piauí (UFPI).**

O Reitor da Universidade Federal do Piauí e Presidente do Conselho Universitário, no uso de suas atribuições, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 21/01/2013 e, considerando:

– a Lei Nº 11.892, de 29/12/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências,

– a criação de novos cursos técnicos nas Escolas Vinculadas às Universidades,

o Processo Nº 23111.018436/12-83,

RESOLVE:

Alterar o nome das Escolas Técnicas Vinculadas a esta Universidade, na forma da Lei Nº 11.892, de 29/12/2008, de Colégio Agrícola de Teresina (CAT), Colégio Agrícola de Floriano (CAF) e Colégio Agrícola de Bom Jesus (CABJ) para, respectivamente, **Colégio Técnico de Teresina (CTT)**, **Colégio Técnico de Floriano (CTF)** e **Colégio Técnico de Bom Jesus (CTBJ)**.

Teresina, 23 de janeiro de 2013

ANEXO C – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA UFPI

Matriz Curricular: Área de Saúde/ Subárea de Enfermagem				Curso: Técnico em Enfermagem				
Módulo	Núcleo	Função	Subfunção	T	P	C.H.		
I	Princípios Básicos de Saúde	Proteção e Prevenção I	Anatomia e Fisiologia Humana	75	-	75		
			Microbiologia, Parasitologia e Imunologia	45	-	45		
		Recuperação e Reabilitação I	Educação para o cuidado em Saúde	30	-	30		
			Organização do Processo de Trabalho em Enfermagem	45	-	45		
		Gestão em Saúde I	Noções de Pesquisa em Enfermagem	30	-	30		
			Português Técnico	30	-	30		
		Apoio ao Diagnóstico I	Sistematização do Cuidar em Enfermagem I	60	-	60		
				Estágio Supervisionado I	-	90	90	
				TOTAL (MÓDULO I)	360	90	450	
		II	Ensino de Enfermagem I	Proteção e Prevenção II	Saúde Coletiva II	60	-	60
Infecção em Serviços de Saúde	30				-	45		
Educação em Saúde	Terapias Integrativas e Complementares			30	-	30		
	Saúde do Adulto			75	-	75		
Recuperação e Reabilitação II	Fundamentos Básicos de Enfermagem II			60	-	60		
	Noções de Farmacologia			45	-	45		
Apoio Diagnóstico II				Estágio Supervisionado II	-	170	170	
				TOTAL (MÓDULO II)	300	170	470	
III	Ensino de Enfermagem II			Recuperação e Reabilitação III	Assistência Perioperatória I	60	-	60
					Saúde e Segurança no Trabalho	45	-	45
		Neonatologia	45		-	45		
		Saúde da Mulher	60		-	60		
		Saúde do Idoso	30		-	30		
		Noções de Administração nos Serviços de Saúde	30		-	30		
		Gestão em Saúde II		Estágio Supervisionado III	-	170	170	
				TOTAL (MÓDULO III)	270	170	440	
		IV	Ensino de Enfermagem III	Recuperação / Reabilitação IV	Assistência a Pacientes em Estado Grave	30	-	30
					Saúde Mental	60	-	60
Urgência e Emergência	60				-	60		
Assistência Perioperatória II	30				-	30		
Saúde do Idoso	30				-	30		
Saúde da Criança e do Adolescente	60				-	60		
				Estágio Supervisionado IV	-	170	170	
				TOTAL (MÓDULO IV)	270	170	440	
				TOTAL GERAL	1200	600	1800	

ANEXO D – TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS COM OS COLABORADORES

Anatália de Almeida Reis

Sou do município de Oeiras. Em 1955 vim pra estudar, fiz o primário. Fiz o vestibular na Ana Nery... e na Alfredo Pinto, e passei nas duas... Em 69, janeiro de 1969. Cheguei no Rio em 68, fiz 4 meses de pré-vestibular da escola Ana Nery fiz vestibular nas duas e depois fiz a opção pela Alfredo Pinto e na Ana Nery era regime de internato e eu queria trabalhar e por isso eu fiz a opção da Alfredo Pinto... Na verdade, quando eu sai daqui pra ir pro Rio eu ia fazer serviço social, minha mãe queria, minha família toda, quando eu cheguei no Rio, conversando com amigas daqui do Piauí, elas perguntaram, Natalia você pretende voltar para o Piauí? Claro, tinha deixado namorado né, aí disse que sim, então você escolheu a profissão errada, porque serviço social nem todo hospital tem uma, e quando tem é uma, já enfermagem, se você fizer pra enfermeira tem mais chances, principalmente pra voltar pro Piauí. Aí eu fiz sem dizer nada pra minha família. Sim, eu só comuniquei pra minha família quando já tinha passado nas duas. Quando eu recebi a aprovação das duas, eu ainda me inscrevi nas duas, eu e outra colega, daqui do piaui. Ela estudava aqui, mas era do Barão de Grajaú, a Ivonice, nos duas passamos nas duas e fizemos a inscrição nas duas faculdades, só depois de uma semana que resolvemos qual realmente queríamos. Comecei a trabalhar com um ano e dez meses. Primeiro eu comecei a trabalhar numa casa de saúde, Santa Terezinha...eu não era nem enfermeira nem auxiliar, iriam assinar minha carteira como auxiliar de enfermagem e eu ia trabalhar como enfermeira, nessa instituição eu só trabalhei um mês, porque quando chegou o final do mês eles tinham assinado minha carteira como atendente, ai eles não tinha fito o combinado, eu trabalhei como enfermeira sozinha no plantão da noite, que era noite sim e noite não, ai como eles não cumpriram o acordo eu também não aceitei, insistiram mais eu aceitei, estava em jogo ai também a minha valorização. Ai com um ano e dez meses eu fui convidada para trabalhar na Ordem Terceira do Carmo na rua Riachuelo. Por que na nossa turma estudava duas freiras e um padre, e como eu fiz amizade com a irmã Iraci, então quando surgiu uma oportunidade lá ela me convidou, à noite, 'Natalia vem aqui que uma funcionária desistiu', e eu fui. Comecei trabalhar a noite, eu fui a primeira enfermeira que não era freira nessa instituição, que era de portugueses, só havia enfermeira freiras, e trabalhando sozinha no plantão e fazendo

enfermagem. Quase não tinha auxiliar, a maioria dos profissionais de saúde na enfermagem, dentro de um hospital eram atendentes, poucos auxiliares de enfermagem. Aí fiquei trabalhando noite sim e noite não, eu conseguir pra eu entrar mais cedo, a colega recebia o plantão, mas cedo e eu entregava o plantão mais cedo. Hoje sete horas eu ia pra faculdade, entrava oito horas, tinha almoço e tudo lá, quando saia as quatro e quarenta eu pegava o ônibus e ia direto pro trabalho, a Ordem Terceira do Carmo. Ai lá eu recebia o plantão as dezoito horas e quando era seis do outro dia a colega recebia pra mim. Foi um acordo, tudo certinho e legalizado. Eu me formei em 70 e em 71 fiz a especialização em saúde pública, lá mesmo. Bem, antes eu fiz licenciatura em enfermagem pra poder dar aula. Eu estava certa de trabalhar num curso técnico de enfermagem que tinha no meu hospital e nesse tempo eu já fazia parte do INAMPS, que ainda era INPS, trabalhava no INPS de Ipanema, aí eu fiz por isso, por que era importante para instituição que as enfermeiras fizessem licenciatura plena. Em 74 eu fiz...aí minha transferência foi em 76. Já transferida do INPS do rio para o INPS de Florianópolis. Com o cargo de chefia, onde eu chefei por quinze anos aqui. Antes de vim pra cá eu ainda trabalhei no hospital no Leblon, Miguel Colto, pelo estado da Guanabara, tanto que minha carteira vim mudar agora... lá mesmo em Teresina quando eu desci do avião eu me apresentei para o superintendente, já vim pra Florianópolis como diretora chefe da unidade mista de saúde. Ai depois de alguns anos que eu estava lá, em 81 já existia o curso da agropecuária, acho que já funcionava tinha um ou dois anos, aí resolveram implantar o técnico de enfermagem. Como eram poucas enfermeiras na cidade, não houve um concurso, houve uma seleção de currículos. Foi através da própria escola, nesse tempo a diretora era Ligia Beatriz, ela era coordenadora, ela mandou para as enfermeiras um convite, para fazer a seleção, levar os currículos, e nós levamos, eu Neuma, Iracema, Isabel e outras. Aí começamos, daí pra frente as outras que entraram já foi através de concurso. Acredito que pela própria necessidade, tinha um hospital do estado, uma demanda boa de pacientes. Tinha o hospital de Tibério Nunes, que havia sido inaugurado... Não, tinha escola que formava técnicos de enfermagem, não que eu tenha conhecimento não. Sim, tinha a demanda, um hospital bom, que foi um hospital tipo de campanha, que era pra durar dez anos, e até hoje sofre reformas e reformas e até hoje estamos ai com o hospital de Tibério Nunes, nessa época o diretor de lá foi o doutor Alfredo de Carvalho. Sim já existia um projeto político pedagógico, mas era só a Ligia com o pessoal mesmo. Na época eu comecei dando higiene e profilaxia, psicologia e enfermagem materno infantil. Tinha

uma estrutura boa, pra época, salas amplas, carteiras novas, boas, quadro de giz...e eles ofereciam apostilas, o aluno não comprava. Nos dávamos o conteúdo da apostila pra eles, tinha que preparar suas aulas dar pra eles e eles datilografavam e faziam as apostilas. Era o que se tinha de melhor na época. A relação dos alunos com os professores era ótima, maravilhosa mesmo, existia aquela cumplicidade entre aluno e professor, quando o aluno tinha uma dúvida, até problema íntimo deles, eles vinham conversar com o professor... tinha muita confiança, existia um respeito, na aula inaugural sempre fazíamos uma dinâmica, primeiro fazíamos a chamada, que no tempo existia a chamada. Fazíamos a chamada pedindo para que cada um se identificasse, dizendo de onde vinha, e fazíamos aquela apresentação, que era uma forma de conhecer os alunos e os outros colegas também... depois a gente fazia uma dinâmica, que a finalidade dessa dinâmica também era o reconhecimento do aluno, o entrosamento, ali todo mundo já ficava descontraído. Quando terminava a aula todos já eram amigos. Com certeza, evolução dos tempos né, os alunos que antes tinha aquele respeito, aquela coisa, não é que houvesse desrespeitos, mas já eram mais afastados, ficavam mais com os colegas, já tinha aquela intimidade com o colega, os namoros entre colegas e até casamentos, é a evolução dos tempos, está se dando lentamente e gradativamente. A comunidade acolheu muito bem, até mesmo por que foi implantado posto de saúde lá, que ajudou muito a comunidade, tanto aproximou como a ajudou, e aí com a parte do pré-natal também foi muito bom, por que as mães lá do bairro Meladão, elas vinham fazer o pré-natal lá, e houve uma interação muito boa, e em relação a própria universidade, eu sempre digo que os reitores, não sei os de agora, mas os reitores da nossa época via o curso técnico com muito carinho, bons olhos mesmo, muito respeito, e respeito, tanto que hoje cresceu e nós temos uma universidade. Todos eles quando é época de final de ano, festa juninas, essas datas festivas, eles vinham, e eles têm nossos amigos, eu mesma me deu muito bem com todos eles, professor Leopoldino, professor Chagas, todos eles foram meus amigos e que quando eu ia à Teresina resolver qualquer assunto, eu sentia também aquele aconchego deles, aquele acolhimento, eu acho que foi uma grande parceria deles. Tanto é que foram e ainda são profissionais competentes no Brasil inteiro, e até fora do Brasil, por onde se estendeu tem sido profissionais bons. É temos quase todos enfermeiros de Floriano, passaram pelo campus Amílcar Ferreira Sobral, e não é só enfermeiro, tem outras áreas, de vez em quando eu encontro um aluno, 'ooohhh, professora' e é aquele aconchego, aquele abraço, lá em Brasília mesmo várias vezes

eu fui surpreendida por ex-alunos nossos nos hospitais, formados aqui. Eu acho que ele continua sendo de qualidade. Não tenho ido assim, em termo de sala de aula, de observar, mas eu vejo que o curso continua bom. Não, eu acho que foi sempre melhorando, a estrutura de lá foi sempre melhorando...O próprio auditório, não tinha na época, foi construído depois....laboratório de enfermagem para as aulas práticas, também veio depois, mas ainda em meu tempo, melhorando muito a qualidade da aula, por que antes fazíamos a simulação ali entre nós, mas depois não veio o laboratório próprio que o primeiro ano o aluno passava fazendo, recebendo essa praticas lá e quando ia para o hospital Tibério Nunes o paciente não ia mais servir de cobaia como se diz, que antes ia agora não...até meu tempo eles tinham um laboratório que fazia uma técnica, todas, aferir sinais vitais, tudo feito lá...quando chegava no hospital não notava a insegurança do aluno porque ele já tinha treinado. A relação com os outros cursos era boa, nos procurávamos, porque o espaço era pequeno, primeiro era só nos, depois foi surgindo, até mesmo as universidades, tinha a FAESP, a UESPI, então cresceu, e mais outros cursos técnicos de enfermagem, que aí surgiram...aí aumentou a quantidade de aluno e o espaço era o mesmo. Eu fui a única enfermeira que que ainda levou alunos do CAPS, pra estagiar na casa de saúde doutor Sebastiao Martins e no hospital do barão, fui a única, porque os outros foi só aqui mesmo no hospital. E tanto que no mês de julho nas férias, acho que só nós fazíamos isso com apoio dos nossos reitores, nos mandávamos, dez a quinze alunos pra Teresina, para estagio de lá, também eu que fiz isso, mandava para o reitor o oficio, para ele fazer lá uma reunião com as enfermeiras pra saber quais as enfermeiras de lá que iriam ficar responsáveis pelos alunos de estagio e eles iam, sob a responsabilidade da universidade federal do piaui. E como não dava pra ir todos eu distribuía em algumas cidades, tipo Oeiras, Uruçuí, São Francisco, não lembro se tinha outras, eu entrava em contato com as enfermeiras de lá e elas assumiam a responsabilidade de ficar com esses alunos no estágio. Ai quando chegava, quando terminava, na primeira aula de agosto, a gente ia fazer tipo uma mesa redonda sabe, cada dizendo, eles tinham que trazer por escrito, um relatório de tudo que eles aprenderam, as dificuldades, no outro melhorar, e era interessante, porque você via que ele, sabe que cidades pequenas não tinha nada a nos oferecer, mas nos entrava muitas técnicas boas, a parte humana ajudava muito esses alunos. Sim, ocupei cargos de coordenação e chefia também nos estágios, coordenação tanto na universidade como nos estágios.

Conceição de Maria Franco Sá Nascimento

Bem eu sou piauiense, natural da cidade de campo maior, onde estudei até o curso de ginásial, porque na época a gente dividia ginásio aí segundo grau e hoje que já mudou essa nomenclatura. Quando eu terminei o ginásio fui fazer meu segundo grau em Fortaleza e me submeti a um vestibular que eu perdi mas no meio do ano tinha em São Luís e pra lá eu fui e passei, quer dizer no mesmo ano que eu perdi um mas eu já passei em outro local e fiz o meu curso na universidade federal do maranhão. Terminei em 1978 e de lá eu retornei pra Teresina já pra trabalhar e ai naquela época né década de 70 o aluno recém-formado ele não tinha a visão que os alunos de hoje tem de ingressar logo numa pós, eu não fui estimulada, então naquela época a gente tinha uma sede mesmo para trabalhar e foi o que eu fiz como enfermeira assistencialista, trabalhava no hospital Getúlio Vargas aqui em Teresina e daí só algum tempo depois que eu arranjei segundo emprego, mas nem pensava em fazer logo uma especialização tanto é que essa só aconteceu uns 10 anos depois eu fiz umas 3 especializações, a primeira foi em UTI que já veio acontecer assim de certa forma muito tardiamente porque como eu já falei a gente não tinha esse estímulo de publicar, de ingressar nessa parte, e eu fiz a primeira especialização em UTI, depois eu fiz docência para o ensino superior, mas muito tempo depois que eu já estava trabalhando na FACID, eu senti a necessidade ai eu fiz docência para o ensino superior numa época até então concomitante eu fiz enfermagem no trabalho só que essa eu não cheguei a fazer a publicação que era exigida no final, então essa eu cursei mas eu não fiquei com o título de especialista porque eu não entreguei o artigo que deveria ter entregue e a questão do mestrado só veio acontecer já no final de 2008 que fui. Então já um tempo bem grande entre o tempo de formada e o tempo que eu fiz especialização pra continuar na pós fazendo mestrado. Já foi em 2008 que eu fui fazer, já estava aqui no CTT e ai foi quando apareceu o curso de mestrado aqui em Teresina que eu fui da segunda turma, que eu como casada, trabalhando e com família era mais difícil tentar um mestrado em outro local, então quando surgiu em Teresina eu fui logo da segunda turma. Na época eu trabalhava no SAMU-Teresina, eu era gerente de enfermagem do SAMU e eu não fiquei sabendo por esta vendo na internet o edital do concurso, eu já fui saber assim, o concurso já encerrando as inscrições porque as enfermeiras me pedindo uma declaração de que trabalhavam lá e eu tive a curiosidade de perguntar pra que era e elas disseram que já era o último

dia de inscrição pra esse concurso e daí eu vi que eu também poderia fazer, poderia tentar porque eu já estava a essas alturas sendo docente de enfermeira assistencialista eu também era docente porque eu era professora substituta nas UESPI, já tinha sido aqui da federal e da UEMA, em Caxias e aí eu vi que seria uma oportunidade de está ingressando no serviço federal e fiz a inscrição já no apagar das luzes e tive a feliz sorte de não passar dentro das vagas, mas fui a primeira classificada. Isso foi em 2006, porque eu já entrei, o curso tinha começado e aí eu entrei no segundo semestre ainda da primeira turma. A estrutura do curso, a gente contava ainda com poucas professoras, era a Rita coordenadora e no máximo eu não lembro exatamente, éramos 5 professoras. Já tinha a Rita, e mais umas duas e eu, Rosilene e Malvina, acho que comigo estava completando a sexta nessa época. E aí eu não participei de nada do projeto político pedagógico porque já entrei o curso sendo em andamento, cheguei no segundo período, mas tudo já bem formado com as aulas teóricas, com laboratório e com os campos disponíveis na nossa rede hospitalar. Eu não tive muita dificuldade porque como eu já disse, eu já tinha muito domínio de sala de aula, então foi só uma experiencia a mais trabalhar aqui. O meu contrato desde o início foi já dedicação exclusiva e a gente tinha um tempo maior e isso era bom porque como era só uma turma a gente tinha mais tempo pra ir planejando as coisas com mais cautela por que hoje em dia você ver que a gente tem as duas turmas, nós temos estagio e a gente tem um tempo menor pra essa dedicação mas isso ai não compromete em nada por que por outro lado hoje em dia eu percebo, que os alunos são muito mais inquisidores do conhecimento de querer puxar as coisas da gente e a gente continua no envolvimento grande pra atender essa demanda do psicológico deles de quererem também de estar participando de estagio extracurricular, de estar participando de eventos científicos então isso ai mudou do alunato que a gente tinha no início, era aquele que estava mais preocupada só mesmo com a formação pra após os dois anos ingressar no campo de trabalho. Uma diferença que eu percebo e grande, eu acho também que em função do tempo, já está o que com uns 13 anos, hoje a uma concorrência muito grande, o aluno de hoje é muito mais preocupado em formar currículo melhor pra competitividade do mercado de trabalho que o espera o nosso aluno primeiro, nas primeiras turmas, eles não tinham esse interesse, eles não nos cobravam, eles eram alunos assim, mais passivos, tudo que a gente programava e colocava estava de bom aceite pra eles, por que eles não tinham ainda essa visão de ter um currículo para melhor formado pra assumir a competitividade ai do mundo,

depois que estão formados e hoje em dia não, a gente ver os alunos querendo mesmo, participando dos eventos, querendo está fazendo o PIBIC, querendo está participando das pesquisas. Eu não percebo na questão da ética e do respeito, eu não considero que tenha havido muita mudança não, mas a gente sente que hoje em dia o aluno cobra mais, ele quer sempre ir mais, saber e confirmar algo que ele pesquisa fora que ele ouve fora, na mídia, então ele vem sempre com as inquirições pra gente no sentido de saber mesmo o conhecimento que a gente tem sobre aquilo, questionam mais, os outros eram mais pacíficos com relação a essa sede de conhecimento. Eu não percebo, porque eu sempre soube assim me impor e eu também procuro demais respeitar o aluno para justamente eu não passar por nenhuma situação de vexame com relação a dar espaço dele me desrespeitar, então eu procuro demais dar o exemplo do respeito, não compreensão dos problemas, quando algum não está bem ou quando eu percebo que está se afastando do perfil dele em sala de aula, mas isso eu faço com muita cautela e eu nunca me detive assim num caso pior pra eu perceber que as coisas mudaram, então eu acho que assim também depende muito de como a gente se comporta, de como a gente vai trabalhando. Eu percebo, mas a mudança em termo de curiosidade, de conhecimento, de garra, mas na relação aluno-professor eu não percebo assim. Eu acho que poderia haver uma inter-relação melhor para que a gente partisse de um ponto e unificasse. Nós já tentamos isso uma vez, fazendo uma modificação no nosso PPP juntamente com as três escolas juntas, mas no decorrer dos anos subsequentes não verificou-se que isso estava acontecendo na pratica esse unanimidade de pensar e vez por outra a gente se depara com problemas do tipo assim, transferência de um aluno daqui pra lá, que não bate direito a carga horaria o modo de proceder de um curso e outro embora sejamos do mesmo estado estejamos sob a mesma forma contratual, por outro lado eu tento compreender que aqui é mais fácil da gente trabalhar dificuldades tipo que eu vejo como dificuldades os campos de estagio então numa cidade do interior isso é bem, eles são mais precários e eu acho que isso ai é um ponto de estrangulamento e que eles vão se modificando dando um jeito sendo flexíveis para a realidade que eles enfrentam lá, então eu acho assim que nunca vai dar certo para querermos caminhar exatamente igual por que as realidades de cada cidade, entre cidade e capital é diferente. Eu vejo diferenciação da matriz curricular, da cobrança de algumas tarefas, que eles cobram e a gente não cobra aqui, por exemplo eles cobram TCC ao final do curso, nós não cobramos aqui e eu fica imaginando se isso é pra conseguir complementar alguma carga horaria de

estagio que não foi bem contemplada eu não sei exatamente só sei que existe essa diferenciações. Dentro desta instituição sob o meu olhar eu não vejo que exista nenhuma relação muito esporadicamente quando a gente sabe de um evento lá que a gente pode estar inserindo os nossos alunos a gente vai, mas completamente por iniciativa nossa, nos nunca recebemos convite até onde eu sei pode ser que nos meus afastamentos isso possa ter acontecido mas até onde eu sei nunca recebemos, convite pra o nosso aluno... e outra coisa que eu percebo também que o curso de graduação teria como nos envolver tanto nos eventos como também no laboratório que lá é muito bem estruturado daria para nossos alunos aqui trabalharem junto com o alunato de lá nessas situações clínicas que hoje em dia é forma melhor, mais atual. Eu vejo o curso como um crescimento enorme muito grande em todos os aspectos principalmente no aspecto da qualificação dos profissionais que a grande maioria se qualificou depois fez um mestrado e a grande maioria já tem doutorado, no momento só duas pessoas não tem por opção própria eu sou uma delas porque como já comecei minha pós tardiamente, nesse estágio da minha vida eu não tenho mais pretensão de fazer um curso de doutorado pra mim eu acho que me realizei já com o mestrado tenho outros propósitos pessoais então não faz parte de mim pensar num doutorado. Então nessa situação só tem dois, começa a mudança a partir daí, da qualificação dos profissionais, depois passa pelo interesse do aluno, que o nosso aluno que entrou aqui e para o que entra hoje é completamente diferente é um aluno muito mais ativo, muito mais responsável no que diz respeito a aquisição de conhecimento e não é um aluno acomodado que queira o curso só com intenção de trabalhar. Os alunos hoje em dia tem a intenção de seguir depois fazendo uma graduação, então eles estão aqui mas já é aquele aluno que já está pensando em dar sequência ou que vai trabalhar pra manter um curso superior, uma graduação pagando alguma universidade particular, então é muito diferente o pensar do outro que tinha mais um pensamento de trabalhar exclusivamente como técnico. A mudança outra que eu vejo é que nosso aluno é muito bem aceito e reconhecido no mercado de trabalho aqui do Piauí e fora daqui, são alunos que se sobressaem em concursos públicos, são alunos que tem seus currículos aceitos nas empresas particulares e são alunos que destacam mesmo nos outros cursos, tem muitos alunos fazendo mestrado no curso de agronomia, tem gente já tentando doutorado e são alunos que já retornaram fazendo concurso daqui por que já cursaram uma graduação, então assim eu vejo um progresso imenso, enorme, nós já mudamos também a matriz curricular

umas duas vezes, tentando inserir disciplinas mais próximas da nossa realidade, da modernidade, então já houve até mesmo modificação na matriz curricular, que a gente tem avançado no intuito de acompanhar essa evolução. A dificuldade e limitação que eu percebo mais é com relação a nossas praticas, nosso laboratório estão muito aquém do que nos necessitamos, do desejado e a outra dificuldade é o próprio distanciamento da graduação que poderia está nos apoiando e poderíamos está numa situação muito melhor, mais favorável para nosso avançar e outro destaque que eu queria ressaltar são as dificuldades também de colocar esse aluno na pratica, pra estagiar, a gente consegue mas é com muito esforço, com muita dificuldade a passo de que se gente já tivesse utilizando o próprio laboratório clinico da universidade a gente já tivesse sanado metade dessas dificuldades, mas no mais eu acho que estamos muito bem e que até mesmo já no rumo de melhorar essas dificuldade que eu hoje eu cito, por que já começamos a ter uma treinamento pra aquisição de novos materiais e manequins pra nosso laboratório já também começamos um pequeno diálogo com a UFPI com o nosso interesse em levar o aluno pra fazer um estágio concomitante ao deles lá na medida do possível a gente vai acertar os períodos e é isso.

Iracema Ferreira de Almeida Carvalho

Nasci 5 de novembro de 1952, na cidade de São Joao dos Patos. Eu ainda trabalhei dois meses em Coroa, como enfermeira, fui logo contratada, terminei num dia e no outro já convidada pra trabalhar. Trabalhei numa clínica, mas aí eu tinha um namorado que a gente passou esses cinco anos, e aí vim passear aqui e teve uma pressão danada aí voltei um mês depois e aí um mês depois eu casei. Comecei a trabalhar no hospital Tibério Nunes, em Floriano, e por sinal fui a primeira enfermeira lá, eu nem digo pra ninguém, mas fui, e comecei a trabalhar também na casa de saúde nessa época, eu trabalhava de manhã, até as quatorze horas, de sete as quatorze...Era colégio agrícola, ainda hoje chamamos de colégio agrícola... eu sei que doutor Camilo ele tinha a intenção muito grande, para ele parece que era uma satisfação pessoal e de crescimento para a cidade, que eu sabia ele demonstrava muito pra gente nas primeiras reuniões que tivemos que foi em 80, o curso aqui de Floriano foi fundado em 78, de agropecuária e o nosso, começamos a te nossas primeiras conversas em junho se não me engano do professor Camilo. Foi, já tinha por exemplo, Ligia que já

era enfermeira tinha contato parece maior, e depois fomos convidadas, eu, Natalia, Isabel e Lisbela éramos as enfermeiras da cidade, que a Isabel era também daqui de Barão, mas ai nós tivemos esse primeiro contato, teve mais outras reuniões já pra dizer que o curso que começar no outro ano, já fomos separando disciplinas quem é que vai ficar quem não vai, e Neuma também estava. E a disciplina de Neuma não entrava no primeiro ano, as nossas entravam e a gente começou. Durante o ano eu fui logo pra enfermagem que na época era chamada de cirúrgica, Isabel pra enfermagem medica, a Natalia com obstétrica a Ligia como coordenadora, a Neuma foi pra saúde pública que não entrou logo e Lisbela, eu acho que errei, ela não estava na reunião, entrou depois. Eram nós 5, eu, Isabel, Natalia, Neuma e Ligia. O meu foi pedido currículo, mas eu tinha uma irmã que já trabalhava no colégio técnico aqui de barão, Deusolita, que eu não sei se em algum momento falaram em Deusolita por que ela foi primordial pra formação desse curso, porque ela já era coordenadora do agrícola e doutor Amílcar era muito amigo dela, e ela era praticamente uma diretora, só que ela era uma coordenadora muito eficiente, ela morava aqui em barão, casada com gente daqui da região grande professora, ela era se não me engano pedagoga, e ela já tinha convidado a minha irmã, que é professora de história pra agropecuária né, ai ela me convidou, ela falou para o professor Amílcar que éramos essa enfermeiras e ela me convidou pra eu ir para a reunião e Ligia também me convidou. Mas foi junho de 80, a primeira reunião e foi lá no colégio agrícola e se não me engano a segunda reunião foi em setembro de 80 na décima regional de saúde, que foi onde nós definimos as disciplinas pra cada professor, talvez os pensamentos e lembranças discordem um do outro quando você ver. Mas são algumas informações que uma lembra outra não e ai eu vou construindo... é porque talvez uma discorde da outra porque ai depois é até bom, porque as vezes falha a memória, mas essa ai eu lembro demais. Aí nos iniciamos, eu sei que fui convidada. Não, eu não fiz especialização, eu tinha um treinamento da secretaria de estado do Piauí, porque como eu trabalhei no hospital eu fiz alguns treinamentos, passava 2, 3 meses fazendo treinamento, e esse treinamento era uma capacitação para repassar conhecimento, porque naquele tempo eram atendentes, ai tinha a formação de auxiliar, e tínhamos o crescimento na própria instituição do estado que era o hospital, porque a maioria deles eram aqueles que tinham chegado e dito que tinham gostado da enfermagem, eu escutei muito isso, sem ter um. Pra cuidar das outras pessoas e muitos davam essa capacitação dentro do hospital eram aqueles funcionários que já estavam trabalhando, já estavam no

processo de conhecimento técnico, mas precisava um pouquinho da teoria, então eu só tinha a capacitação ai depois eu fui fazer na Católica de Belo Horizonte em minas gerais. Eu fiz especialização em administração e gerenciamento de serviços públicos. Sim, curso técnico, a gente dava aulas, tinha aquela responsabilidade tão grande de repassar o conhecimento, que ainda hoje, tem muitos que quando encontram ainda dizem, professora eu sou enfermeira de centro cirúrgico por causa de você, ai chega outro e diz a mesma coisa, isso ai é que engrandece a gente que fortalece. Nós participamos através dessas reuniões que eram feitas e era dito o que ia fazer e o que não ia, participamos não assim diretamente. Não, era com a professora Lígia mas nos por causa dessas reuniões, a gente via o que estava acontecendo e participávamos indiretamente, eu acredito que seja mais ou menos assim. Certo! Ai depois, eu lembro que quando a gente começou nos sentávamos como que era as diretrizes e foi modificando, modernizando, as diretrizes eram distribuídas pelo ministério da educação, chegava e dizia qual o modelo que a gente.... participávamos. Eu acho que a necessidade era grande. Eu estudava aqui em Floriano, fui pra São Luís e passei 5 anos, quando eu voltei diretamente para o hospital encontrei essa situação, talvez ela já existisse a muitos anos, e eu comecei a trabalhar e tinha auxiliar mas era muito pouco e tinha essa necessidade, eles aprendiam muito na pratica e tinha a necessidade, eu acho que a demanda aqui era necessária, e eu acredito também que a comunidade reivindicasse e como também acredito que a intenção maior foi de crescimento de aumentar a formação e também de capacitar as pessoas e dar a oportunidade de crescimento para a comunidade e região, por que o curso não foi só pensado em Floriano. É aqui é um polo e o que se viu, que quando terminou a absorção eu não senti que a absorção tinha sido aqui, ou eu não sei também se nos colocamos talvez muito conhecimento assim desbravamento que tinham que crescer e aquilo outro, eles começaram a ir onde tinha oportunidades, parecia, eu acho, edital de concurso que formava e eles corriam atrás, procurando coisas melhores, eu acredito que sim. Não só aqui, eu acredito que isso era uma coisa que a gente começava a ver eles correndo atrás e procurando e o que a gente notou também que Floriano começou a absorver, a gente chegava em Teresina via que tinha ex-alunos nossos que tinham nas clínicas em Teresina. Eu mesma cheguei na med imagem e logo em seguida encontrei, não ficou, mas encontrei e aquilo é gratificante. As clínicas de Floriano não eram aquelas clínicas, eram consultórios aí chamar um técnico pra consultório talvez não tivesse muito absorção, e naquela época era muito cargos

políticos, onde era que tinham os concursos? Ai isso aí também talvez era a dificuldade que eles começaram a sair. Eu acho que era uma relação além de respeito afetividade tinha demais, mas o respeito professor e aluno tinha demais e a gente conseguia repassar as aulas e sentia um feedback, eu achava que os alunos interessados, o colégio agrícola no começo não tinha isso de que se foi reprovado tinha que fazer um novo teste pra entrar de novo pra começar o primeiro ano. Em 2004, janeiro de 2004, eu trabalhei de 80 e aposentei em 2004. Não até quando eu sai achei os alunos ótimos, eu fiz concurso 2 vezes e voltei, passei 2005, logo que eu sai fui pra UESPI e 2006 eu fiquei lá, ai 2007 fiquei porque não pode fazer o concurso ai sei que eu voltei e passei mais 1 ano se não me engano, lá de novo, no colégio. Quanto ao aluno nessa época eu já senti um pouquinho a diferença, aí eu já achava, eu é que preciso mudar, a gente tem que acompanhar os tempos aí gente ia se adaptando. Eu achava assim que os alunos naquele momento eles tinham alguém que já estava ali pela necessidade de uma, no meio entendimento, que eles já estavam precisando de ter um conhecimento pra poder entrar no mercado de trabalho era uma oportunidade que eles também gostavam, mas ali se via uma oportunidade de estarem ali... eu achava que no início teve uma diferença, acredito que você já ouviu, nós tínhamos no começo, nosso alunos eram concomitantes, ensino médio e o curso, quando foi mudando toda essa capacitação de aluno, como também colégio técnico, formação de ensino médio, ensino técnico, ai ficou dando vaga pra, isso acho que você já deve ter ouvido isso, então tinha vagas para o concomitante e tinha vagas para aqueles que já tinham o ensino médio e ali a gente sentia que nesses já tinha pessoas que queriam entrar no mercado de trabalho, já tinham até outras profissões, já esses aqui já tinham quase aquele perfil do passado, mas esses dois eu já achava a diferença. Muitas vezes mães e pais de família tinham muitas obrigações, muitas coisas pra fazer e muitas vezes muito interessando e tinham outras atividades. Esses aqui muitas vezes já eram os pais que nem sabiam se eles queriam, mas eles estavam aqui. Olha eu acredito que naquela época eram bons demais, eu estava vendo que quando eu estudei no maranhão, ainda era fundação universidade do maranhão, lembro que até ganhava bolsa pra pagar os estudos. Eu achava a estrutura do colégio agrícola boa, tinha o básico pra se fazer aulas práticas, eu mesma quando ia para o hospital, meus alunos que foram do enfermagem cirúrgico, eles já conheciam as técnicas cirúrgicas que a gente dava na teoria, a gente conhecia todo o material, arrumávamos uma mesa, já tínhamos aquele preparo. Eu achava eficiente. Aí nós

íamos para o hospital, claro que naquela época tinha, não era lá essas coisas, mas quem tinha os estágios no hospital geral de São Luís, eu achava que estávamos dentro do padrão normal. Eu acho que nós sofremos um pouquinho dentro do próprio hospital, pelo próprio nível de profissionais que nós tínhamos dentro do hospital, assim, nós não tínhamos muitos enfermeiros para nos acolher, dentro da medida do possível, mas as vezes quando você bota pra ensinar, você ensina tudo corretamente, você calça luvas, mas antes você tem que lavar suas mãos, antes você tem que pegar todas técnicas, isso ai demora um pouquinho mais pra fazer um procedimento, então talvez esse momento a gente atrapalhava o desenvolvimento do trabalho que tinha lá, por exemplo, uma auxiliar que tinha que fazer não sei quantos medicações, enquanto elas faziam muitas nós fazíamos poucas, talvez isso causava um pouquinho de desconforto, mas a gente o que fazia, nos assumíamos o nosso trabalho, por exemplo, quando eu ficava numa sala cirúrgica com o médico que ia fazer uma determinada cirurgia, como eu tinha trabalhado dentro do hospital tinha assumido muito essa parte cirúrgica, eu não tive dificuldades, sabia onde estava tudo, se o médico chegasse e pedisse qualquer coisa eu estava junto com meus alunos eu podia assumir uma sala, claro que eu não ia assumir por que tinha instrumentador que auxiliava, ai que claro que nessa parte não, mas na hora da instrumentação, da circulação, sala cirúrgica podia me deixar, nós não atrapalhávamos nos ajudávamos, eu me sentia muito feliz que mesmo meus alunos sendo no primeiro dia e aquilo outro, mas estavam comigo e podia ter confiança, tinham uns que tremiam pra instrumentar e eu dizia pega isso pega aquilo, passando confiança, como eu já tinha um pouquinho, o que me favoreceu ficar nessa disciplina foi tido um estágio maior da complementação pós universidade dentro do centro cirúrgico, e pra eu passar o conhecimento pra eles não era difícil. Eu acredito que dava o apoio necessário, porque quando ele foi fundado, a gente via que o reitor, ele realmente botou que queria aquele curso, se tinha algumas arestas de alguma coisa, não deu para a gente notar, podia notar mais nada que pudesse empatar o curso. Nós fomos fazer nossa pós-graduação em belo-horizonte porque aqui não tinha e eles nos davam condições de viagem, claro que não era 100% mas tinha ajuda, tinha interesse de modificar o curso de dar ajuda para seus professores, como quem chegou antes que tentaram fazer mestrado e doutorado foram, como a Keila que nem voltou pra nós, por isso que eu digo, se tinha alguma coisa entre nos eu digo que dava. Nós começamos com carteira assinada, nos pagávamos por hora a aula, nós passamos ainda um ano e... Eu acho que era, eu não sei se na formação,

no conhecimento deles se eles tinham a dimensão do que realmente eles estavam assumindo, mas eu acreditando que eles eram, tanto que a maioria dos nossos alunos saíram foram concursados e foram aprovados em concursos e a aquilo foi gratificante pra nos. Eu acredito que um percentual grande, poucos saíram, tiveram a oportunidade de ficar assim como muitos profissionais hoje enfermeiros fazem e fazem e quando pensam que não tão em outra área, dependendo do mercado de trabalho como a gente mesmo falou nesse momento onde formou não assumiu logo né. Não eu não sei quando chegou. Mas eu não me lembro, acredito que não estava lá. Eu voltei depois pra Pronatec dei aula lá na universidade, mas no Pronatec. Como eu estou um pouco afastada no momento, eu sempre dizia que era uma maravilha na minha vida eu ser enfermeira e professora, eu me sentia assim uma pessoa que dava, como se diz, fazendo o que queria e o que gostava, repassando conhecimento com muito prazer, tenho muita satisfação hoje e por sinal as coordenadoras hoje daqui que trabalham comigo, uma é coordenadora da vigilância sanitária e a outra é a coordenadora da atenção básica elas foram minhas alunas no colégio técnico, trabalharam como técnica em enfermagem e hoje são enfermeira as duas e o que eu vejo é que o técnico cresceu muito e cresceu justamente na mentalidade das pessoas que queriam mais, não só isso e isso é muito bom, agora o que eu vejo hoje, como eu estou afastada, não sei assim das limitações, eu acredito que que ainda continua bom que eles ainda tenham vontade, que ainda tenham uma demanda grande, eu não sei assim como que está no momento as estratégias que estão sendo usadas hoje pra captar mais alunos, pra passar mais informações pra dizer realmente como que está hoje o mercado de trabalho, pra eles, eu não sei te dizer. Eu acredito que esteja bom dentro das limitações, assim como pra enfermeiro como pra outras profissões eu não tenho a acrescentar. Não eu fui pra FAESPI, passei 2 anos na UESPI e passei 8 na FAESPI. Como coordenadora durante 6 meses lá na FAESPI mas não queria mesmo e fui ser professora até junho de 2012, ai em 2012 sai e fui para o Pronatec ai fiquei até março de 2015 e entrei aqui em janeiro de 2013. Aaahh eu tenho saudade das formaturas, saudades dos alunos daquele encontro todo dia, eu era muito radical no horário, daquela pontualidade, daquele momento de ficar em sala de aula de rigidez, de hora de descontração de companheirismo, porque os alunos no fundo, eu acho, me renovava a cada dia. Oooww professora a senhora tá novinha e eu dizia são vocês que me renovam. Eu sinto muita falta hoje desse convívio, como eu tenho saudade daquela formatura deles, daquela ansiedade que eles estavam terminando, dos

momentos de sala de aula, do momento dentro da prática, de alguma coisa que a gente conversava com eles, isso aí é uma boa lembrança que eu tenho na minha vida. Eu me aposentei bruscamente do colégio agrícola, que por sinal foi no momento que teve uma mudança. Eu tinha completado 50 anos, na época de mudança do Lula e disse eu ia ter modificação como agora na previdência, e eu fiquei com receio de mudar os 25 anos de... sei lá e fui em Teresina verificar meus tempos de serviço e quando eu cheguei lá eu já tinha passado 2 anos, porque antes eu morava em São Luís, eu já era professora de ginásio, eu já tinha esse tanto de tempo, minha filha terminou o curso, casou e foi morar na minha casa e tudo isso juntou, sentimento de vó, sentimento que eu já tinha condições de me aposentar e de repente o marido estava candidato a prefeito, e tudo isso aí contribuiu, eu estava sendo secretária de saúde no momento aqui e passava muita coisa na cabeça, eu achava que podia me dedicar mais a esse lado, nunca vou deixar de trabalhar e realmente nunca deixei. Sei que dei um impacto para o colégio, ninguém sabia desse processo, primeira reunião de renovação pedagógica eu recebi a carta que estava aposentada, e depois eu disse, meu Deus porque eu fiz isso, não sei, ninguém acreditou, e eu acho que fiz bem, nunca me arrependi, porque eu tive a oportunidade de voltar, eu voltei, e trabalhei e vi que já estava essa mudança dos alunos, já tinham.... aí eu disse não, me aposentei no momento certo. E aí eu fui dar aula no ensino superior, na UESPI, foi uma experiência formidável, aí fui também pra FAESPI que fui também dar aula pra ensino superior passei mais 8 anos, aí vim pra cá. Continuei dando aula no Pronatec então eu nunca me senti aposentada. O que eu queria dizer pra você é que eu me sinto muito feliz por ter sido professora do colégio agrícola de Floriano e de hoje ser uma professora aposentada e dizer com muito orgulho que durante 24, 25 anos trabalhei no colégio agrícola, não é dizer que foi tudo só maravilhoso, tivemos problemas mas superamos, o que gosto, o que eu sinto hoje quando volto lá que poucas pessoas são daquele tempo que trabalhei lá me sinto feliz demais, e não tinha nenhum momento assim em voltar assim, teria que aprender tudo novamente, mesmo na idade que eu estou hoje estou disponível para aprender e ter sido uma das primeiras nos contatos e ter visto crescer a cada momento a satisfação de saber que nossos alunos eram absorvidos no momento por vários empreendimentos, por vários estados, pra aquilo era gratificante, saber que meus alunos estavam bem.

Francisco de Assis Sinimbú Neto

Eu sou o professor Sinimbu, lotado no Colégio Técnico de Teresina, tive minha origem, vim de cidade do interior, de Oeiras – Piauí. Estudava no Colégio Agrícola daquela época, que era ginásio agrícola e depois fiz o segundo grau como técnico agrícola, na década de 70. Conseqüentemente, vim trabalhar na extensão rural da Emater, depois fiz vestibular para agronomia. No Piauí não tinha ainda o curso de agronomia, fui para o Rio Grande do Norte, onde eu cursei agronomia e retornei para o Piauí. Em 1988 eu fiz concurso para professor da Universidade Federal do Piauí, onde hoje fui lotado no colégio de Teresina. E continuo até hoje lotado no colégio, com passagens como professor, como supervisor pedagógico, como coordenador do curso técnico em agropecuária, depois eleito diretor por dois mandatos e, agora, representando as escolas do EBTT como superintendente de ensino das três escolas voltadas à Universidade Federal do Piauí: Bom Jesus, Floriano e Teresina. Tivemos um empenho muito grande na ampliação de cursos e criação de novos cursos nos três colégios. A escolha do curso de Enfermagem para o Colégio Técnico de Floriano deveu-se muito mais por uma ação política da região. Professores e a comunidade se envolveram em um pedido junto à reitoria da época a criação de um curso. Porque nós só tínhamos o curso de agropecuária. E assim o pioneiro foi o colégio de Floriano. Com muita dificuldade porque não existia concurso pra professor e assim foram lotando professores substitutos e, tão logo, surgiram códigos de vagas esses substitutos foram sendo substituídos por professores efetivos. Não, não. Em Teresina quando nós fizemos a primeira proposta, tivemos uma negativa. Houve uma negativa de pessoas que nós convidamos do curso superior, não encabeçaram a proposta do curso técnico. Não tiveram o menor interesse. Daí nós criamos uma comissão aqui na escola... a professora Rita, o professor Sinimbu e o professor Castelo, né? Pra propor uma criação. Nós levamos ao MEC em Brasília e houve um sinal verde. Conversamos com o reitor da época e tivemos a aprovação no diário oficial. Foi aprovado e tudo, publicado no diário oficial, mas ficou em stand-by. Não tinha o apoio da reitoria, por conta da briga do Maurício, que era um ex-diretor, que votou contra... o grupo dele votou contra o reitor. Aí o reitor não teve interesse em dar continuidade. Era diretor do colégio. O Maurício que era dono do frango leste ali... Brigou com o reitor, e era o Charles. Aí o Charles travou, apesar de estar criado e tudo, ficou bloqueado. E quando eu assumi a diretoria, juntamente com a professora Rita, nós chamamos uma

campanha eleitoral de reitor... Nós chamamos um candidato aqui na escola, e ele nos pediu apoio. E nós dissemos pra eles que daríamos todo o apoio, desde que ele também desse apoio para a abertura do curso que já estava aprovado pelo MEC. Já estava há 8 anos aprovado, e a gente não conseguia realizar esse sonho. E assim o reitor disse: na hora que eu assumir, eu encabeço isso com vocês. E assim fez. Nós criamos o curso de Enfermagem, numa reunião em Brasília, do qual eu participava. Era o secretário da SENTEC, que era uma secretaria do ensino técnico, o doutor Átila Lira, que hoje é deputado federal aqui do Piauí, ele era o secretário da SENTEC. E eu por amizade a ele, não política, porque já conhecia de outras empreitadas. Meu vizinho e tudo... Aí quando peguei o avião aqui em Teresina, ele ia no mesmo voo. Aí ele disse: tu vais pra onde, Sinimbu? Eu disse: eu vou pro MEC. Aí ele disse: tu vais buscar o que? Aí eu disse: vou atrás de código de vagas. Aí ele: pois me procure lá amanhã. E aí eu fui. Ele nos concedeu quatro códigos de vagas. Foi que abrimos o primeiro concurso para a Enfermagem daqui, né? A gente sabia que para o curso funcionar bem, funcionaria de 6 a 7 professores, mas começamos com 4. Para as primeiras disciplinas já era maravilhoso, era um bom começo, que a gente podia manter os substitutos. E assim nós fizemos. Conquistamos essas vagas, abrimos os primeiros concursos. Foram efetivados os professores. Passados mais 2 anos, conseguimos mais códigos de vagas, também com o Átila Lira, e implantamos o curso que hoje, pra gente, foi sempre a menina dos olhos em colégio. Tivemos a felicidade dos primeiros professores, todos... Surgiu um mestrado no magistério superior, todos se candidataram e passaram na prova do mestrado. Fizeram a Rita, a Concita, a Nayra, a Rosilane... e depois que foi a Malvina. Não, a Malvina já veio com mestrado. E assim foram surgindo novos professores, novas oportunidades de mestrado e também de doutorado. E a satisfação pra gente maior ainda é que a gente ver que todos os professores do curso de Enfermagem, sem exceção, buscaram cada dia novos conhecimentos, novos caminhos. Se engajam na pós-graduação... Aí posso ver o caso da Rosilane, da Malvina, da Keyla. Hoje tem mestrados que dominam, que só estão crescendo. Nós vimos o mestrado que pra mais de 200 candidatos pra uma avaliação, isso é muito bom. Conhecimento que vocês podem estar trazendo pra gente, isso mostra assim... Quando nós abrimos o primeiro processo seletivo do curso de Enfermagem, veio 14 candidatos por vaga. Fomos para o segundo com 19, o terceiro com 21 candidatos. Igual, igual ao magistério superior. Nós vimos que existia uma demanda muito grande pra enfermagem, uma deficiência em todo o estado. Nós

tivemos no passado, aqui na escola, além do curso de técnico em agropecuária que foi o carro chefe, foi o primeiro. Foi criado o curso de economia doméstica, formava as ecônomas domésticas. Esse curso foi extinto porque quem contratava as ecônomas domésticas daquela época era só a secretaria de agricultura e a EMATER. E aí a EMATER foi se acabando, deixou de abrir concurso. E o curso ficou formando duas, três pessoas. E com isto o surgimento do curso de enfermagem porque nós fizemos uma pesquisa e, em Teresina, nós descobrimos que tinha 615 auxiliares de enfermagem. Em Teresina, nos hospitais, que são conveniados com o município, contratado pelo município tinha 615 auxiliares de enfermagem. E aí a gente resolveu abrir, porque eles passavam pra gente um prato feito, pra uma melhor qualificação pra eles como técnicos. Porque o MEC acabou com o curso de auxiliar. Quem era auxiliar, continuou auxiliar. Mas agora não tem mais o curso de auxiliar de enfermagem, é o curso técnico de enfermagem. Então, foi pensando nesse público que nós iniciamos esse processo. Fizemos. Já, já estava com 2 anos em Floriano. Já existia em Floriano. Floriano sempre foi mais politizada. A mesma comissão, aí já com apoio. Aí eles já viram que o pessoal do magistério superior passou a contribuir na montagem das grades curriculares, né? Nós tivemos também a contribuição de pedagogo da Universidade. Nós trouxemos 3 pedagogos pra ajudar a montar a grade e o pessoal do magistério. A Inêz, teve outra professora... vieram duas professoras do magistério. Mas a pedido do Pedro Leopoldino, que era o reitor na época. Ele pediu e ela veio. Existe um fator interessante na Universidade Federal como um todo. Eles sempre criaram uma separação, não é só para o curso de enfermagem. Magistério superior e magistério EBTT. Eles sempre acharam que o magistério EBTT era inferior ao magistério superior. Criaram isso de natureza. Então, quando eles veem o nosso crescimento, entendeu? Eles ficam agora enciumados. Porque a qualidade de professores que nós temos hoje é, em termos percentuais, muito mais qualificado que o magistério superior que tem um número muito grande. Isso já melhorou o nosso visual. Nós éramos o patinho feio, e a história tá mudando. Eles não nos aceitavam, agora estão passando a nos aceitar. Precisa que... o que foi que aconteceu, nós tivemos professores que saíram daqui para o magistério superior. Nós tivemos a... Como é o nome dela? A gaúcha. Tá lá no magistério superior, bem grandona, da enfermagem... a Elisiane. E antes da Elisiane, teve a Sheyla, que foi pra Recife. A ida delas para o magistério superior, já começou a mudar. A permanência dos nossos professores no mestrado começou a ter uma grande abertura também. Porque a

Rosilane tentou entrar como professora auxiliar na pós-graduação e foi bloqueada no começo, até reverter à situação, teve que mudar até o regimento do curso de enfermagem. Então, tudo isso a gente sabe. A gente vem furando, sem briga, sem confusão e mostrando que aqui dentro que os professores também são capazes de fazer as mesmas pesquisas que eles fazem. Então, quando a gente ia pra essas reuniões, a gente ia brigar por orçamento das escolas. Então, quanto mais escolas, mais professores, mais alunos, melhor o orçamento da nossa escola. Esse colégio, quando eu recebi, ele só tinha um curso, ele tinha 164 alunos. Quando eu fui eleito diretor, ele tinha só o curso de agropecuária. Aqui em Teresina. Quando eu entreguei o colégio, em 2011. Terminei o mandato em 2011, como diretor. Em 20 de dezembro de 2011. Mas aí eu já entreguei pro Zé Beto, com 3 cursos, com 554 alunos. Quer dizer, nós crescemos em curso, crescemos em alunos. O orçamento até estourou. Só na minha gestão, todas essas obras que foram feitas eu gastei 3 milhões e 200 mil. Meu vice-diretor era o professor Martinho, que já tinha sido diretor anteriormente. A Rita foi a primeira coordenadora de enfermagem. Uma maneira de valorizar, porque a Rita já era nossa professora, mas ela estava na área de biologia e... como era o nome da disciplina que era voltada à...? Biologia e outro nomezinho. Voltada para área da saúde. Mas lá foi feita uma pesquisa regional. E descobriu-se que era necessária a criação, pois atenderia toda aquela região. Bom Jesus estava sendo naquele momento uma explosão muito grande, por conta do pessoal do Sul que estava chegando. Tanto melhorou para o curso de agropecuária, mas também os hospitais tiveram que melhorar. Então, se você fizer uma análise nas 3 escolas, o curso de enfermagem é o curso que tem maior procura de alunos, no processo seletivo, e os alunos são mais maduros. Porque são alunos que já tem segundo grau. Em Floriano quando criou o curso de Enfermagem, era um curso concomitante, como o de agropecuária é. Faz o ensino médio e o ensino técnico. E aí o que nós descobrimos... uma das dificuldades que a gente tinha, na hora de levar um aluno pra um hospital para o estágio, ele era menor de idade, não tinha responsabilidade nenhuma sobre aquilo. Até a gente poder convencer... aí o outro com idade já maior. É difícil mudar, mas mudou.

Keila Rejane Oliveira Gomes

Eu me formei em fevereiro de 1987. Nem queria ser professora, não era esse o meu

desejo de estudante, né? Eu queria na verdade ser enfermeira da Marinha, então apareceu essa oportunidade, aí as colegas, todo mundo recém-formado, todo mundo “não, vamos fazer, vamos fazer”. Aí insistiram tanto e como diziam que eu levava jeito pra dar aula, mas eu: não, não é isso que eu quero. E aí eu acabei fazendo o concurso, mas só por experiência, eu não queria ser professora. E aí, só que eu passei. Tinham duas vagas, que uma vaga foi ocupada por mim, a outra pela professora Luciene, que também tá até hoje em Floriano. Ainda não se aposentou. E aí, nós... ficou naquela história de vai assumir ou não. Acabei também aquela coisa do serviço público, emprego federal, não sei o que. Você vai trocar um passarinho que tá voando por um que tá na mão. Aí acabou que a universidade me mandou uma carta me perguntando se eu ia assumir ou não, que ela precisava chamar alguém pra assumir a vaga. E aí acabei assumindo, né? morava aqui, né? Ainda tinha aquela história de que teria que ir pra uma outra cidade, no interior, onde as chances de crescimento profissional como enfermeiro eram muito pequenas e tudo mais. Não teria como fazer curso e tudo mais. Mas essa era a visão que eu tinha antes de assumir, mas claro acabou se mostrando exatamente as facilidades muito maiores pra que eu fizesse... é, crescimento acadêmico. E aí eu fiz especialização na... na verdade, eu e a professora Luciene fomos, não só nós duas, mas várias pessoas da universidade na época foram contratadas no nível errado, né? Então, eu era pra ter entrado no nível C, como a maioria dos colegas. Porque naquela época existia o nível A, B, C, D e E. Então no nível A entrava quem, digamos assim, não tinha nem graduação; no B eram as pessoas com curta duração; no C eram as pessoas com graduação plena. Acontece é que a universidade entendeu em nos colocar no A, ou seja, ela não reconheceu o próprio título que ela tinha dado. Sim, eu me formei aqui. E a professora Luciene, eu não sei. E aí eu fui... e tentamos, tentamos diversas vezes corrigir isso. E a universidade sempre dizendo que não, que estava certo. Porque, claro, a universidade nós temos sérias dificuldades de convencer que eles estão errados. Então isso várias pessoas, e até que a gente entrou naquele negócio lá de professores... meu Deus, na CPPD, e pedimos pra CPPD decidir isso. Até que uma pessoa... várias vezes, a gente ia, botava de novo. Dizia que não dava, a gente ia, pedia de novo. E era desse jeito... só que aí com essa dificuldade, os colegas de Floriano vendo que... porque quando eu entrei, eu sempre fui dedicada aquilo que eu faço. Então, eu não queria ser professora, mas já que eu era, então eu ia fazer a coisa bem feita. Eu era, conforme a opinião dos meus colegas, uma boa professora, muito dedicada. E aí eles viam que

na época antes de assumir o emprego na universidade, eu era enfermeira do Hospital São Marcos, né? Mas foi muito pouco tempo, era recém-formada. Me formei em fevereiro e em fevereiro mesmo eu assumi no São Marcos, e em abril assumi na universidade. Então meu tempo de enfermeira foi muito pouco. E aí eu entrei na universidade com 20 horas, e essas 20 horas eram muito poucas. Então, se hoje é pouco, você imagina naquela época, né? Era completamente miserável, não tinha dinheiro pra pagar o táxi. Então eu ia a pé da rodoviária de Floriano, vários quilômetros, porque não tinha dinheiro pro táxi. É, então eu fiquei algum tempo lá em Floriano, insistindo com a universidade pra que eles corrigissem o problema. Tanto eu quanto a professora Luciene. E nada foi feito. Então, os colegas vendo a situação que era muito ruim, eles me ajudavam... como eu também cobria folga e férias no pronto socorro do HGV, então os colegas em Floriano me ajudavam dessa forma. Eu ficava... condensava minhas disciplinas, digamos assim, de terça a sexta. E aí sexta-feira eu já vinha pra Teresina, trabalhava no pronto socorro, pra poder ganhar um pouco mais. E aí eles viam que era uma situação insustentável. Não dava pra ser a vida inteira desse jeito. Que a universidade não fazia nada pra corrigir, né? E aí eles disseram: só tem um jeito, vá fazer especialização. Pra poder você pular e já ir pro nível D. aí você escolhe e vá pra onde você quiser, os próprios colegas do colégio técnico. “escolha onde você quiser que a gente lhe libera”. E a Luciene também, também foi dita a mesma coisa. Só que a Luciene... com filho, é tudo mais difícil. Aí eu escolhi, por conta que eu gostava muito de uma professora, digamos assim “eu quero ser essa professora quando eu crescer”, então ela era professora de enfermagem obstétrica. Por conta dela é que eu fiz enfermagem obstétrica, me interessei por saúde da mulher, mas por conta dela, que é a professora Inês Nery. Eu já disse isso pra ela, né? Que eu virei enfermeira obstetra por causa dela. E aí eu acabei fazendo em São Paulo, que chamava naquela época Escola Paulista de Medicina... departamento de enfermagem, fiz especialização em enfermagem obstétrica. Excelente curso. Eu acho que nos próximos 2000 anos não existirá um curso tão bom. Impossível, impossível ter algo tão bom quanto aquilo. Então, foi um curso excelente, foi de janeiro... comecei em fevereiro até as vésperas de natal. A gente só terminou o curso as vésperas de natal. E aí terminamos, eu continuei... e o pessoal “ah, mas você” ... as professoras da escola paulista de medicina... só tinha de professora no curso, tinha gente do Brasil inteiro fazendo esse curso, só tinha duas professoras. Eu e uma professora do Rio Grande do Sul. E as professoras da escola paulista diziam: vocês

duas são professoras, você tem que voltar pra fazer o mestrado, não pode deixar de fazer o mestrado. Como é que a universidade vai crescer e tudo mais...E aí acabamos o curso e voltamos cada uma pra sua universidade... aliás, ela continuou lá ainda algum tempo, fazendo alguma outra coisa e eu voltei já com a incumbência de ter que voltar pra fazer o mestrado. Com o compromisso de voltar pra fazer o mestrado. Isso era final de 89. Eu fiquei aqui o ano de 90, em Floriano. E trabalhando a questão do mestrado, e os colegas “não, não tem problema. Você pode ir.” Aí só que agora eu concorri ao mestrado em enfermagem obstétrica e também saúde pública, porque eu queria ampliar, né? Eu achava que como enfermeira obstétrica eu estava satisfeita, porque meu curso foi muito bom. Então, eu estava satisfeita, eu queria ampliar indo pra saúde pública. Aí eu passei na época nos dois, e fui... a preferência foi para a saúde pública, e acabei fazendo mestrado, doutorado em saúde pública, né? Na faculdade de saúde pública da USP. E defendi o doutorado em fevereiro de 99. Foi quando eu vim pra universidade. Também já veio aquela história, quando eu estava na escola de saúde pública, os professores diziam “agora na sua universidade não existe pós-graduação em área nenhuma da saúde, você tem que ter o compromisso de criar um curso de pós-graduação pra sua universidade. Afinal de contas foi muito investimento.” Eu disse: nossa, isso é meu sonho, né? Quem dera eu possa. Aí como eu ia defender em fevereiro, em julho do ano anterior eu vim e conversei com o professor Pedro Leopoldino pra dizer que eu estava fazendo esse curso e queria criar um curso na área de saúde pública, e aí ele disse “olhe, professora, vou lhe integrar a um grupo que já está sendo feito. Professor José Ivo tá criando um grupo, então a senhora caiu do céu. Porque é exatamente na sua área, na área de saúde coletiva.” Aí eu, ótimo. Aí eu trabalhei com esse pessoal, né? E foi quando ele disse “vai ficar muito complicado você ficar em Floriano e você trabalhar aqui na pós-graduação.” E aí, então, o que foi que ele fez, me emprestou pro departamento de enfermagem, na graduação. Porque não existia curso técnico de enfermagem aqui em Teresina na época. E eu fiquei então praticamente 10 anos no curso de graduação em enfermagem, aqui em Teresina. E depois fui mandada de volta pra Floriano, em 2008. Em 2008, fui mandada de volta. Não, o curso ele tinha, se eu me lembro, existia de professores que eu lembre... era eu, professora Ligia, professora Iracema, professora Natália, professora Neuma, professora Luciene e tinha um professor... professor Francisco, que agora esqueci o sobrenome dele. Que era um médico, ele dava algumas disciplinas. Não me lembro se era anatomia, alguma coisa assim, ele dava...

era um médico. Então, assim, se eu não tiver esquecendo ninguém eram 6 professoras, 7 com ele. Eram duas vagas. E aí era assim, as turmas eram minúsculas. As turmas tinham menos de 10 alunos. Então, entrava um número razoável de alunos, não lembro agora se era 25 ou 50. Mas quando terminava era assim. Olha, na verdade, eu acredito que o reconhecimento maior era pela instituição, entendeu? Independente do curso que fosse. Você é professor da Universidade Federal do Piauí, então você é uma autoridade no que você ensina. Então, sempre houve, como eu acredito que até hoje, né? A instituição UFPI ela é muito respeitada no nosso Estado, né? Então, você ser professor da UFPI, você pode ter certeza que, digamos assim, tem o respeito da comunidade. Lá, como não havia graduação, porque a graduação só foi muito recentemente criada, então por décadas só existiu o colégio técnico de Floriano. Então, a Universidade Federal do Piauí, as instituições federais, porque hoje tem IFPI. Naquela época, só existia a UFPI, então era A instituição. Então, nós não tínhamos ensino médio. Na época não existia o ensino médio, era somente o curso técnico. Técnico em enfermagem, técnico em agropecuária. E os alunos... acontece é que o Estado era muito diferente do que é hoje. Porque o que fez mudar o Estado e a valorização da Enfermagem foi o PSF. Então, com o surgimento do PSF tudo cresceu. Então, os alunos iam fazer o curso técnico em enfermagem, mas a questão é que não havia emprego pra eles, muitas vezes. E o que existia? Existia, logo depois criou-se o PAC, mas acontece que não tinha lugar pra todo mundo. Só depois. Quando eu entrei em 87, se não me engano, nem existia o PAC. Então, não tinha emprego pra enfermeiro. Por isso se formaram 13 em duas turmas, juntando duas turmas. Certamente é o que eu acho. Veja, quem criou o curso foi a professora Lígia, que é enfermeira e é de Floriano. A família dela é de lá, ela sempre escolheu viver em Floriano. Então, se ela criou um curso técnico porque não tinha condições de criar uma graduação, não é? Então, ela criou o curso técnico e, claro, colocou a profissão dela na cidade dela. Eu acredito que seja isso, e não só por isso, porque Floriano é um grande polo, não é? Então hoje se a gente observar Floriano é uma cidade universitária. Temos a UESPI, faculdades privadas e tudo mais. Então, Floriano da época que eu cheguei lá em 87 se a gente compara com a de hoje, é uma cidade universitária. Uma cidade que as pessoas vão morar lá pra estudar. Tanto a graduação... a graduação, então, formava-se várias e várias turmas... só pra você ter uma ideia, eu durante todo meu curso de graduação e formatura, eu só conheci dois enfermeiros no Piauí. Um que já era formado, e era enfermeiro do Pronto Socorro do

HGV. E um colega que era meu contemporâneo, o Davi. Fora isso, não existiam enfermeiros. Técnicos existiam muitos, não é? Mas formados não sei onde, aqui em Teresina. Mas lá em Floriano existia a formação mais predominantemente por mulheres. E o que observo também da questão de as pessoas é... com relação ao respeito pelo curso, sempre foi muito grande. Aqueles alunos que se formavam no curso técnico de enfermagem lá na escola em Floriano eles eram disputadíssimos. Eu me lembro que tinha um aluno que o pessoal dizia... como naquela época, na década de 80 até o começo dos anos 90, não tinha enfermeiro, então os municípios menores não tinham enfermeiros, não tinham médicos, até hoje não tem médico, né? Mas não tinha enfermeiro, então as pessoas, a medicina, a área da saúde, eram centralizadas em Teresina. Não existia nada nos municípios menores. E mesmo nos maiores, como era o caso de Picos, Floriano, Parnaíba, a concentração era muito menor. Então, os alunos que conseguiam se formar eram muito disputados, os técnicos de enfermagem. Então muitas vezes eles eram os únicos, aliás, o único profissional de saúde daquele município. Eu me lembro de um aluno nosso que as pessoas falavam que ele era o único profissional de saúde que tinha na Vereda Grande. Que ele era o responsável pela saúde de todos os presos. Assim, nós não tínhamos laboratórios. Nós não tínhamos bons laboratórios, não tínhamos... eu lembro que lá em Floriano tem um posto de saúde que era naquela época administrado pelas próprias professoras. Então, nós tínhamos uma escala de atendimento da comunidade no posto. Então quando as professoras estivessem em sala de aula ou em alguma coisa que não desse, a coordenadora ia atender. Então nós éramos responsáveis pelo atendimento no posto de saúde. Então, nós tínhamos, por exemplo, se a gente precisava fazer uma esterilização com a autoclave, então a gente preparava todo o material pra esterilização e levava para o hospital Tibério Nunes, pra fazer a esterilização lá, né? Porque a gente só tinha a estufa. Então, se precisasse de outro tipo tinha que levar pro Tibério Nunes. Mas era a gente que cuidava, tinha consulta que a gente fazia, a gente fazia distribuição de medicamento mais simples... fazíamos curativos. Não, naquela época era bem diferente do que é hoje. Porque naquela época todo mundo cumpria a carga horária no trabalho. Era de 8 às 12, de 14 às 18. Então, era um ambiente assim... de muita... eu acho assim as pessoas muito interessadas em fazer as coisas crescerem, em fazer funcionar. Então, o nosso dia-a-dia era o curso. Então, estava todo mundo lá, todas as professoras e os professores estavam lá. De manhã, de tarde, da hora que abria à hora que fechava. Então era sempre

assim. Hoje não é mais porque a universidade cresceu, os professores se envolveram em outras atividades, né? Antes a gente não tinha esse negócio de extensão, não tinha pesquisa, não é? Então era só o ensino, então a gente estava lá. E fazia isso. Hoje a gente vê os professores cada um tem seus projetos. A universidade cresceu muito, né? Então hoje a gente olha, tem professor que tá na pós-graduação, que tá na extensão, que tá em vários cursos de pós-graduação, diga-se de passagem. Então, é impossível que o professor fique como a gente ficava naquela época de 8 às 12, de 14 às 18, unicamente pensando no curso técnico de enfermagem. A gente o respirava. Só que aí quando eu passei a ficar, como é que chama... no departamento de enfermagem, né? E na pós-graduação. Eu já comecei a ver algumas coisas, mas muitas vezes eu ficava calada e tudo mais. E, por exemplo, preconceito sempre existiu, mas era velado, sabe? Ou seja, a Keila era professora do mestrado em ciências e saúde, uma pessoa competente, elogiada tecnicamente, academicamente perfeita, tudo maravilhoso. O que ela diz é uma verdade, é segura no que diz, ótimo. Só que não serve para ser, por exemplo, coordenadora do curso. Porque ela é professora do curso técnico. Então, isso sempre foi velado. Foi velado. Naquela época eu não pensava como hoje, porque eu já deveria ter batido briga desde aquela época. Porque, veja, você vai aguentando um monte de coisas. Por exemplo, quando mudava o coordenador... eu sempre fui do colegiado, porque todos os professores eram do colegiado, aí foram saindo alguns, entrando outros e a gente como tinha aquele grupo que carregava o curso nas costas, pós-graduação, então a gente era o colegiado. Porque era a gente que tocava o curso pra frente. Então pra isso eu servia, era ótima, né? Tudo o que pediam pra Keila, ela fazia. De tudo, tudo. Tudo o que precisasse a Keila fazia. Mas não só eu, vários outros professores, éramos um grupo muito coeso pra trabalhar pelo curso. Aí o que acontece, mas eu notava que quando chegava a época de trocar de coordenador, a Keila nunca era consultada se queria ser pelo menos subcoordenadora. E, claro, aquilo eu via, mas deixava passar porque, de certa forma, nem eu mesma tinha certeza se poderia, né? Eu não tinha certeza. E também como eu estava lá, eu queria era trabalhar, sabe? Eu queria era fazer as coisas acontecerem, o curso crescer e tudo o mais. Então, pra mim, não me... digamos assim... era indiferente. Pra mim eu trabalharia sendo coordenadora ou não sendo. Trabalho do mesmo jeito. Porque cargo eu nunca me interessei por nenhum. E aí, acontece que houve uma época em que uma coordenadora ia sair, e ninguém queria ficar no lugar dela. E aí foi aquela história, tentaram convencer, fizeram várias

reuniões, ninguém queria. E eu vi que o curso ia fechar, porque quem ia ser coordenador? Ninguém. Só que todo mundo perguntava a todo mundo se queria, menos a Keila. Tinha um motivo. Aí o que acontece, eu já sabia qual era o motivo, mas só que eu sabia também... isso eu já estava em Floriano, já tinham me devolvido pra Floriano. Então eu perguntei. Se não me engano era 2009 isso. Eu já tinha voltado pra Floriano em 2008. Aí eu perguntei então. Em ciências e saúde. Então, eu perguntei. Eu não quis me candidatar, eu primeiro fui consultar os recursos humanos se havia algum impeditivo pra que eu fosse... Isso porque eu já era pós-doutora nos Estados Unidos. A CAPES nunca discriminou nenhum professor, o Ministério não discrimina nenhum professor. Se você quiser fazer pós-graduação, sabe? O direito que o Ministério dar pro professor da graduação, ele dar pro professor do técnico. Então, eu nunca me senti discriminada pelo Ministério, pela CAPES. A CAPES sempre me deu, era só pedir. Isso era 2008, portanto 2009 eu já tinha feito o pós-doutorado nos Estados Unidos, em uma faculdade de ponta, que tinha sido considerada no ano anterior o melhor pós-doutorado na área, aliás, de todas as áreas nos Estados Unidos. E eu estava lá, tinha acabado de fazer. Aí o que acontece, mesmo com todo esse pós-doutorado e com a universidade querendo que eu voltasse para ajudar a melhorar a nota do curso, eu não podia ser coordenadora. Até hoje tem preconceito. E não pense que não tem até hoje. Até hoje é assim. Então, o que é que eu ouvia de pessoas queridas, amigas, elas achavam que estavam me elogiando. Sabe o que elas diziam pra mim? Quando voltei pro técnico, eu sempre fui daqui. Eu estava lá emprestada, qualquer hora eu poderia sair. Aí o que acontece... colegas, queridas, amigas, diziam assim pra mim, elas achavam que estavam me elogiando: "Keila, eu não sei... por mim, você ficava aqui na graduação porque você é muito competente, você..." Aí elogiava um monte de coisas e dizia que não era pra eu estar no ensino técnico. Como se dissesse os competentes ficam na graduação e os incompetentes ficam no técnico. Aí isso uma das colegas, né? Aí depois ouvi de outras colegas, do departamento de enfermagem. Depois ouvi de outro departamento. Duas professoras. "Eu não entendo, você agora criou um curso de pós-graduação e você continua dando aula no ensino técnico." Eu digo: e qual é o problema, professora... professora, o que me faz ser pesquisadora não é dar aula na graduação. O que me faz ser pesquisadora é estar na pós-graduação, porque infelizmente é onde a pesquisa acontece no Brasil. Então se eu for professora do jardim da infância. A universidade tiver jardim da infância e lá tiver uma professora doutora com currículo suficiente pra estar na pós-graduação,

nada impede. Nada, nada, nada impede. Então, porque as normas da CAPES não discriminam nenhum professor. A comunidade acadêmica é preconceituosa. Então, quando houve a eleição, né? Aí houve o dia eleição e eu podia me candidatar, só que aí o corporativismo dos membros do colegiado que eram quem iam votar, só tinha eu. Por muitos e muitos anos, na Universidade Federal do Piauí, eu fui a única professora na pós-graduação. Nenhum professor do ensino técnico estava na pós-graduação, eu fui a primeira e lá fiquei sozinha por muito tempo. E, claro, sofrendo todo preconceito que até hoje existe. Então, quando eu criei esse curso, veio os colegas me dizer: não sei o que você tá fazendo dando aula em técnico. Se você acabou de criar um curso de pós-graduação acadêmico, junto a CAPES. Um curso que a Universidade sempre quis ter e ninguém nunca conseguiu abrir e você conseguiu, né? Então, é um feito. Um feito. Claro, não vou dizer para as pessoas de fora, mas é exatamente isso... exatamente as pessoas entenderem que a CAPES não tem preconceito nenhum conosco, quem tem é a comunidade da Universidade Federal do Piauí e, mesmo assim, nem são todos os professores. Olha, nem mesmo todos os professores do departamento de enfermagem. Existem professoras que tem muito respeito, só pra você ter uma ideia depois que eu criei esse curso acadêmico, aí dizem “é profissional, não é?”. Eu digo “não, querida, é acadêmico.” Porque eles acham, claro, é muito mais fácil você abrir um curso profissional do que acadêmico. Então, eles achavam que já que eu consegui, sou professora do técnico, deve ter sido profissional. Porque é mais fácil. O preconceito é grande. Não, e o pior... essa você tem que saber. Quando eu fui fazer o pós-doutorado, eu sempre quis fazer o pós-doutorado fora do Brasil, mas nada a ver com a questão aqui interna, sabe? Essa já era externa. Porque como eu sempre fui assim, meio... não diria revolucionária. Não chega a tanto. Mas sempre me incomodou o preconceito. Então, quantas vezes eu, professora da Universidade Federal do Piauí, da pós-graduação, e olha que eu nem falava que era professora do técnico porque não tinha a menor importância isso, né? Quando eu ia conversar com alguns professores fora daqui professores da USP, professores da ENSP, tudo mais. São duas grandes escolas de saúde pública. Quando eu comentava que era da UFPI tinha gente que me atendia caminhando. Não existia aquela atenção de dizer: “professora, eu agora não posso lhe atender, mas se a senhora puder vir, a gente conversa.” Aquele respeito pelo o seu colega que é igual a você. Não existia isso. Me atendia caminhando e não dava o telefone. Não se interessava. A Keila veio do Piauí, então lá só tem gente incompetente. Então, eu dizia pra mim mesma que não... eu

não conseguia um curso onde eu queria fazer, porque eu não conhecia ninguém. Geralmente, pra você fazer um curso nos Estados Unidos, alguém te apresenta a alguém de lá, geralmente o seu orientador ou algum colega dele lhe apresenta a uma Universidade, lhe recomenda pra que você seja...Eu não tinha ninguém, porque a professora, minha orientadora, tinha contato em Londres e mesmo assim era pra doenças infectocontagiosas. E eu não quero, eu só quero se for saúde da mulher, saúde do adolescente, principalmente. Porque eu já tinha essa afinidade com saúde do adolescente. E aí o que acontece, eu fiquei batendo de porta em porta, e eu não queria qualquer universidade. Ou é uma das melhores de saúde pública, ou eu não vou. Aí eu só batia na porta da Johns Hopkins, de Harvard, da UNC, que foi o melhor pós-doutorado. Que é para a CAPES, o departamento materno-infantil, foi onde eu fiz, é considerado o melhor pós-doutorado que a CAPES recomenda que todo mundo vá fazer esse pós-doutorado. Pra ela é o melhor departamento fora do Brasil. Tá lá no documento da CAPES, na área de saúde coletiva. Então, quando eu fui... como o meu inglês precisava ser melhorado, eu tirei umas férias de 45 dias e fui pra Universidade da Pensilvânia estudar inglês. E aí eu aproveitei que a Pensilvânia é perto de Nova York e perto da Johns Hopkins, de Princeton... é perto de tudo ali. Todas as grandes universidades da costa leste, na área de saúde pública estavam lá, e eu só queria se fosse uma dessas. Eu não quero menos. Eu quero é uma das poderosas. E aí, assim eu fiz. Eu ficava lá no curso e ficava mandando e-mail pra todo mundo. Claro, eu não tinha ninguém me recomendando, era muito difícil, mas mesmo assim eu mandei pra Universidade de Columbia, em Nova York. E aí o professor Guilherme Ramos, sei lá... não me lembro mais não. Aí mandei um e-mail pra ele me apresentando, tudo mais, falando do meu interesse e eis que ele marcou uma entrevista comigo, eu achei um máximo. Digo: "Nossa Senhora, pelo menos consegui uma entrevista. De tantos anos tentando, consegui uma entrevista". Aí eu consegui essa entrevista, fui lá, conversei com ele. Ele disse que estava tudo bem e não sei o que. E, claro, eu vi a grandiosidade que é uma universidade americana. Quando eu cheguei lá o cara tinha um andar, quase que todo, só para as pesquisas dele. Então, eu fiquei maravilhada. Aqui, como você sabe, eu ocupo a sua mesa porque você me emprestou, né? Porque se não nem tinha aonde trabalhar. Isso com 30 anos de Universidade Federal do Piauí, com pós-doutorado. São as coisas que a gente não consegue entender nessa universidade e nem no Brasil. E aí o que acontece, ele disse que tudo bem, que eu fosse pra casa fazer o projeto e você me manda o projeto. Voltei, fiz o projeto. Mandei pra ele. Só que

aí, claro, eu estava toda animada... voltei pra universidade, falei no departamento de enfermagem. Só que as pessoas jamais acreditaram que eu conseguiria, afinal de contas eu era professora do técnico. Como é que elas da graduação não iam? Como é que eu, professora do técnico, ia? Um absurdo. Aí o que acontece, eu falei pra elas, voltei animada. “gente, consegui meu tão sonhado pós-doutorado, não sei o que...”. mas ninguém nunca fazia festa porque eu tinha conseguido, mas tudo bem. Quando eu mandei o projeto, aí o professor me disse que ele tinha tido uns problemas, não sei o que, não sei o que lá... que não dava mais pra me receber porque ele tinha ganho mais outros projetos e não tinha condição de acompanhar um pós-doutorando. Aí me faltou o chão. Pra mim foi como dissesse assim: morreu sua mãe. Mais ou menos assim. Eu estava no computador e não acreditava, eu lia 10 vezes e não queria acreditar que meu sonho tinha acabado. Ainda mais com todo o preconceito que tinha. Então, o que foi que eu fiz, chorei, chorei, chorei, tudo o que eu podia chorar. Agradei. Mandei um e-mail agradecendo e tudo mais. Que eu entendia e tudo mais. Mas não tem nada não, quando foi no dia seguinte eu comecei a procurar de novo. Não esperei nem o segundo dia, no dia seguinte mesmo. Aí eu mandei pra todo mundo que tinha me dito que não tinha tempo porque estava cuidando de projeto, porque estava isso e aquilo. Aí comecei por uma professora lá da Universidade da Carolina do Norte. Mandei um e-mail perguntando... porque ela ia pra África cuidar de um projeto. Eu perguntei se ela já tinha voltado. Aí ela foi e me respondeu e disse que ela própria trabalhava em uma instituição de pesquisa, não era na universidade. Ela trabalhava com os professores da universidade, mas na instituição dela não tinha pós-doutorado, que ela não era professora da universidade. Mas que ela ia tentar conseguir uma pessoa pra mim. E aí ela foi no departamento materno-infantil, ela demorou e eu já estava ansiosa. E aí eu perguntei se tinha dado certo e ela disse que sim, que tinha conseguido uma professora. Aí, claro, evidente, eu já não falava pra ninguém. Porque de pensamento negativo já estava cheio. Então, eu só comentei para as pessoas chave. E pedia: não comente com ninguém porque eu só quero que as pessoas saibam quando já estiver tudo certo. Então, de fato, quando eu perdi... só pra você ter uma ideia de como era o nível das coisas, que quando eu perdi o primeiro pós-doutorado, aí eu fiquei muito triste. E nunca ninguém veio lamentar, dizer: “oh, Keila, lamento, você sonhava tanto”. Ninguém. Eu acredito que as limitações que a gente tinha era de, digamos assim, condições de trabalho. Por exemplo, no primeiro ano que eu fiquei lá, eu acompanhava o estágio de fundamentos de enfermagem. Quando dizia

assim: “professora, tem uma sonda vesical pra passar.” Eu já me preparava que ia ter problema, porque não existia um pacote e nem sonda. Aí você não tinha sonda no número do paciente, você não tem pacote pronto, não sei o que... era um Deus nos acuda pra fazer uma sonda vesical. Então, a limitação era por conta disso. Mas como as turmas eram muito pequenas, então se tinha uma coisa que a gente não tinha problema, era de superlotação. Primeiro não tinha outro curso. Só tinha aquele. Então, o hospital todo era nosso. Então, tudo o que era possível a gente fazia. E todas as professoras eram abnegadas. A gente fazia tudo e mais um pouco se precisasse. Também. É, aí eu já não estava mais no colégio. Não, aí só as professoras que vivenciaram esse período. Eu já estava fazendo pós-graduação, já estava vindo pra cá. Porque eu fiquei lá o ano de 87, 88 e 90. Somente. E, se não me engano, o segundo semestre de 94. Fiquei só os 4 meses, aí já voltei por conta do doutorado. Não, não existia pós-graduação. Só pra você ter uma ideia, eu pra fazer especialização tive que ir pra São Paulo porque não existia, não tinha curso de nada. Pra se ter uma ideia, como eu morava em Floriano, né? Porque depois eu passei pra dedicação exclusiva pra poder aumentar o meu salário, aí eu parei de fazer os plantões aqui em Teresina, fiquei como dedicação exclusiva. Aí eu já morava em Floriano, e ficava a semana toda lá e quando... Como eu morava em Floriano e queria concorrer pro mestrado, tinha uma prova de inglês, só que meu inglês era péssimo. O que eu fiz? Em Floriano não tinha escola de inglês, então eu estudava sozinha. E graças a Deus consegui passar. É, porque como eu não fiquei muito tempo lá, em Floriano. Porque o tempo todo eu estava na pós-graduação e, naquela época, o mestrado não era como era hoje: 2 anos. Mestrado eram 4 anos. Doutorado eram trezentos anos, seis. Eram assim. Então, só pra você ter uma ideia quando eu fiz mestrado não existia computador, era máquina de datilografar.

Lígia Beatriz da Costa e Silva Ribeiro Santos

Eu me formei em São Luís do Maranhão, em 1980. Pela Universidade Federal do Maranhão. Cheguei em Floriano para trabalhar, ainda sem fazer nada, só lá que eu fiz habilitação em Enfermagem. Que era uma espécie de especialização que tinha naquela época, né? Em saúde pública, por mais bem dizer... habilitação em Saúde Pública. Aí cheguei em Floriano, cheguei em um domingo. Na segunda-feira fui empregada em uma casa particular que tinha lá, me botaram. Não com o salário de

enfermeira, mas com um salário mínimo. Pra você ver qual era a realidade daquele tempo. Que, inclusive, eu disse: “olha, eu posso até aceitar o salário mínimo, porque eu não estou trabalhando em nada, mas só são três horas de trabalho. Claro que eu vou ficar mais, né? Porque eu tenho que olhar tudo e ver tudo. Mas na hora que eu arranjar uma coisa pra trabalhar, eu só posso dar, no máximo, três horas por aqui”. Isso em 81. Pois bem, aí lá eu trabalhei algum tempo, ai depois foi na época que tinha o Dr. Vagner... Dr. Abner Brasil, né? Que era secretário de saúde, que tinha como meta botar as enfermeiras que trabalhassem naquela cidade, que morassem lá, pra trabalhar nas diretorias regionais de saúde. Aí quando foi em 80 e pouco, eu fui trabalhar na diretoria regional de saúde. Que englobava 20 e tantos municípios e a gente viajava pra lá pra fazer supervisão da saúde. Lá em Floriano. Eu sou de Floriano. Nasci em Floriano, estudei o primário lá, estudei o segundo grau aqui e fui fazer o curso superior em São Luís. A minha outra formação, antes que a gente continue aí, depois eu digo da universidade que vai ter lá... é, que eu acho que é formação que você estava querendo saber. Eu fiz depois dessa habilitação em saúde pública, eu fiz especialização em metodologia do ensino, quando já estava na universidade, lá no curso técnico. Que a gente chamava era Campus Amílcar Ferreira Sobral, não era escola técnica. Escola técnica mudou agora. Era colégio agrícola. Que foi também... eu até dizia muito: eu sou enfermeira veterinária. Era Colégio Agrícola de Floriano, na época que botou o curso. Eu não me lembro do ano do colégio agrícola, mas três anos depois de fundação do colégio agrícola, surgiu o curso técnico em Enfermagem lá. Que depois a gente vai falar. Pois bem, fiz metodologia do ensino, depois eu fiz saúde da família, especialização. Depois eu fiz terapia intensiva, agora, depois que já estava aposentada. Antes de fazer terapia intensiva eu fiz o mestrado em avaliação educacional, no Ceará. Já, já estava no colégio. No colégio agrícola, lá em Floriano. Que já tinha mudado para Campus Amílcar Ferreira Sobral. Porque o Colégio Agrícola em si parece que foi fundado em 1980 e três anos depois botou o curso técnico em enfermagem. Como eu trabalhava na diretoria regional de saúde, e conhecia todos os municípios, um belo dia o reitor da Universidade, professor Camilo da Silveira, gente muito sábia, chegou lá e convocou as enfermeiras da cidade, e disse que ele pretendia fundar o curso técnico lá. Eu, como sempre, gosto de chegar cedo nos locais e cheguei uma meia hora, quinze minutos antes... não me lembro bem o tempo. E nisso ele estava lá e nós começamos a conversar e ele perguntando pela regional, onde era que tinha hospital, onde era que tinha unidade mista, eu conhecia

tudo como a palma da mão. Em Floriano. Mas isso foi antes do início da reunião. Quando todo mundo chegou pra reunião, eu já era coordenadora do curso. Aí como ele viu que eu entendia do processo todo, da regional toda, ele disse: “você topa ser coordenadora do curso de enfermagem?”. Eu disse: “topo”. Ele disse até brincando assim: “é coisa de homem pra homem”. Eu disse: “não, é coisa de homem pra mulher”. Aí quando chegou o restante das pessoas, ele disse o que estava pretendendo e tudo. E me mandou que eu começasse a fazer o projeto, que eu pedisse demissão da secretaria de saúde, que eu trabalhava como coordenadora, pra eu ir trabalhar lá. E eu pedi. Do curso técnico. Pra implantar o curso ainda, pra viajar pra conhecer aquela Antonieta Blanchot, sei lá como é... que tinha outros cursos, né? Pra eu ir conhecer, pra ver como era, pra implantar, fazer o projeto. É, idealizar o curso. Tinha aqui em Teresina. Tava fechando quase, nós abrimos a nossa, e ela fechou aqui, era do Estado e fechou. Não, a escola tava funcionando, ele não sabia nem que ela ia fechar. O Ministério abriu a probabilidade desses cursos para serem feitos pela Universidade, né? Como a universidade trabalha sempre com curso superior e curso de segundo grau. Porque quando não sai o dinheiro pra um, sai pra outro, né? E ajuda na manutenção. A disponibilidade do curso era pra lá. Falou só lá. Não, tinha não. Depois que foi fundado. O do Sul do Estado, né? E depois o daqui. O daqui foi depois que eu me aposentei. Porque o daqui nem tinha. Eu acredito... eu acredito não, porque é verdade. Floriano é uma cidade, polo educacional e polo de comércio, né? E pro lado da saúde também. Inclusive, das cidades do interior, foi a primeira que teve o COREN, o Conselho Regional de Enfermagem. É uma cidade que tem muito aluno, durante o ano letivo ela recebe 5000 alunos ou mais, não é? E nas férias diminui mais. E como lá era um polo educacional, ele achou por bem, a escola era nova e só tinha um curso funcionando. Achou por bem botar lá. Mas não teve, assim... e a gente vivia e o povo vivia perguntando e querendo. A sociedade. Inclusive, no hospital que eu trabalhava, eu tinha que pegar uma pessoa, e estava sendo multado, inclusive. Alguém que dissesse: eu quero trabalhar com enfermagem. Aí pegava, treinava e via se dava pra trabalhar. Porque não tinha ninguém com formação. Então, era um polo bom de funcionar. Antonieta não tinha fechado ainda. Inclusive, eu vim olhar. Ela fechou depois. Eu até disse pra ele quando eu voltei: “lá parece que vai fechar. Vou olhar pra uma escola que já está quase indo”. Pois bem, inclusive lá chegou um rapaz do Ministério do Trabalho e quis multar, eu disse: “olha, se o senhor aceitar a primeira pessoa que passar no meio da rua, e chamar, pra dar medicação pro senhor e lhe

internar aqui. Se o senhor aceitar, eu vou contratar ela e ela vai ficar por tempo todo. Porque eu tenho que passar, pelo menos, uns três meses. Pra eu ver a adaptação, se a pessoa dá pra aquilo, se acerta fazer, se aprende com facilidade”. Então, nós não tínhamos ninguém assim. Nós tínhamos poucas auxiliares de enfermagem lá em Floriano. Todas eram atendentes, a maioria. Inclusive a gente fez curso profissionalizante para os atendentes mudarem de nível, pra auxiliar. Professor Camilo da Silveira. Não, ele já faleceu, é o pai do professor Charles da Silveira. Que depois também foi reitor aqui da Universidade. Pra mim, no meu ponto de vista, foram os dois melhores reitores. Essa captação dos professores a gente foi fazendo aos poucos. Nessa época, não tinha concurso na universidade. A gente tinha que aproveitar lá, pelo menos lá a gente não fazia, não tinha o hábito, o costume de fazer. Até mesmo porque quando a gente começou a fazer concurso apareceu mais gente de fora, e todo mundo queria sair de lá pra voltar. Aí terminava não ficando. Então, foi assim, as primeiras cadeiras que iam surgindo, a gente ia botando professor que tivesse, que trabalhasse... saúde pública, a professora de saúde pública foi a última a entrar, né? Porque o curso de saúde pública era o último. Aí introdução de enfermagem, a ética. A gente foi botando proporcional. No começo tinham dois professores, depois foi passando pra três, quatro... Eu lembro, não estou me lembrando muito bem do nome. Me lembro que uma das primeiras professoras, hoje está em Brasília. Não está mais nem aí. Que era irmã da Isabel e da Iracema. Mas teve a Iracema, teve a Natália, teve a Luciene, que ainda está lá. A Luciene ainda está, que entrou depois, né? Mas das primeirinhas fui eu, a Natália, a Nelma, Luciene, parece que era Isabel, a que foi pra Brasília. Mas faz tanto tempo, ela foi rápido. Ela demorou pouco com a gente. Mas isso você pode pegar lá que tem. Acho que dar. Tem a ficha dos professores do início, acho que é melhor você ir, do que ir pela minha memória. Depois é que a gente passou a fazer concursos, né? Que tem de concursada, tem a Jesane, a Keila, que tá aqui. Inclusive, eu fiz parte da mesa dela, do concurso dela. Tem a Keila, tem a Jesane, tem Marta, todas essas aí foram concursadas. Eu acho que o concurso foi de 90 pra cá, não demorou muito não. Acho que só as primeiras mesmo que não foram. É, docência eu já fiz já estava na universidade. Fiz metodologia do ensino. Fiz, inclusive, aqui, na Federal do Piauí. Meu mestrado é em Educação. Foi em 2006, já foi depois. Mestrado foi o último. Aliás, só não foi o último porque o último foi a UTI, que eu já estava aposentada da Universidade. Fiz o concurso pro HUT aqui. Já aposentada. Depois que me aposentei fiz o concurso. Passei 6 meses aposentada e fiquei louca sem saber

o que que eu fazia. Acostumada a fazer as coisas, sempre na ativa, aí eu fiz. Depois de fazer croché, de fazer bijuteria. Não aguentei, aí fiz o concurso. Eu disse “vou fazer os dois”. Fiz pro PSF, numa cidadezinha próxima a Floriano. E quando cheguei aqui ia ter concurso pra Fundação Municipal de Saúde. Eu não posso trabalhar aqui que é muito longe. Não, mas vai ter pra plantonista. Eu disse: pra plantonista só é 12 horas, 24 horas, dá certo. Se eu não passar lá, eu passo aqui. Aí passei nos dois e fiquei sem saber o que eu fazia. Fiquei nos dois. Andando 1200 km. E aguentava. Aí como parei de fazer ginástica... Sim, aí perguntava pra cada uma, o que era, o que mais gostava, o que mais se... Sim, e fui pra outras, que nem me lembro mais. Eu fui, eu fui também a Pernambuco, eu fui a outros locais. Era, pra poder pesquisar como funcionava. Eu já tinha visto como funcionava a de São Luís, né? São Luís eu não retornei, era uma escola até de freiras. É, não foi nem político-pedagógico. Naquela época não tinha político-pedagógico. Político-pedagógico nós já fizemos depois. Muito depois. Era só um... eu não considerava político-pedagógico. A palavra político-pedagógico apareceu depois, foi completamente diferente. Era, era como se fosse uma matriz. Dizendo o que se ia dar, qual era aquele objetivo, era um plano geral do curso todo, baseado na grade curricular do MEC. Que também o MEC exigia pra dar, que tinha que ser feito. Não, mas você encontra até no site se entrar, botando a data. Porque como era no MEC mesmo. Depois a gente mudou tudo, o curso começou só como técnico, depois ele foi feito pra ter o ensino médio junto com o técnico, concomitante. Agropecuária já era concomitante. Depois tornou-se sem ser concomitante. Foi, foi feita uma troca danada. Que eu não me lembro mais nem... que eu acho que estou me lembrando agora que só o curso técnico, começou só como curso técnico. O de agropecuária já era concomitante, depois teve concomitante e sem ser concomitante. Teve os dois. Aí depois desvincularam. Tinha só ensino médio e o curso técnico. Quer dizer, foi uma confusão na cabeça da gente. Toda hora mudando grade, mudando. Mas eu acho que tudo isso aí você encontra no MEC, se você entrar. É, a gente tinha que obedecer ao que o MEC dizia. A grade vinha do MEC. Já tinha, já era o Ministério. Era, as grades curriculares já vinham prontas, com o mínimo que você podia fornecer ao aluno. O restante a gente adaptava. Aí no decorrer eles mudaram os nomes, com aquela reforma da educação que teve, que a gente participou também, né? Era feminino porque a procura era mais de mulheres, mas tinham homens também. Eu não diria nem que ali era uma escola. Se você entrevistar os nossos primeiros alunos e até agora, há pouco tempo. Até a época que eu existi lá, a gente era quase que mãe para

aqueles meninos, sabe? Eu ainda hoje encontro com gente aqui no HUT, elas dizem: “ô professora, eu ainda hoje agradeço o que a senhora fez por mim”. Era aluno que queria desistir porque achava que não queria o curso, e a gente conversava: “minha filha, o curso técnico é um curso que serve pra vida. Se você não for trabalhar nele, vai servir pra você cuidar dos seus filhos. Ter uma noção de saúde e tudo. E quem sabe fazer um curso superior trabalhando. A gente não sabe no que vai trabalhar”. Ela hoje é uma enfermeira, ela disse: “olha, professora, graças a senhora eu encontrei um caminho”. Quer dizer, a gente tinha aquele cuidado. Tinha o alojamento. No início, era só pros alunos de agropecuária. Depois, ficou pros de agropecuária e enfermagem. As mulheres não, porque a gente não tinha alojamento feminino. Só tinha masculino. Eu acho que hoje só tem masculino. Eles reformaram, eu não andei mais lá. Que as meninas até estavam dizendo “a senhora não anda mais lá”, mas a gente fica andando, ficam dizendo “quem é aquela?”. Ninguém conhece mais. Vocês não me chamaram aqui, se chamasse eu vinha. Quando chama, eu vou. Parecia uma família. Não, não eram precárias, não. Mas hoje tá muito melhor. Hoje tá um luxo, né? Nós tínhamos a biblioteca, tudo que a gente pedia, conseguia. Por exemplo, eu montei um posto de saúde dentro da universidade, da escola. Que depois a gente teve que dar pro Estado, não deu a estrutura, porque fica dentro, é uma sala que nós transformamos, mas foi dado, porque depois com a saúde da família a gente não podia mais fazer. Mas a gente recebia os remédios no NUEPA, a universidade fornecia. Tudo o que a gente pedia, a gente tinha as portas abertas. Nós não tivemos nenhuma dificuldade com o relacionamento com a universidade. A universidade existe de agora, o curso superior. O colégio agrícola tinha os dois cursos, agropecuária e enfermagem. Depois virou o Campus Amílcar Ferreira Sobral, com o curso técnico em enfermagem e o curso técnico em agropecuária. Aí depois foi que... teve uma leve confusão. Enquanto não tinha o curso superior lá. Inclusive, eu dei aula também. Nós tivemos o curso de educação física, superior. Mas dos professores que vinham daqui e aproveitando alguns de nós, de lá. Não, tinha não. Quando começou o superior, aí eu senti. Foi mesmo, por exemplo, quando eu fiz... já não era mais professora de lá. Nós fizemos o curso em estratégia de saúde da família lá, eles cederam o espaço. E eu cheguei, estava um pouco mudado, perguntei, eles disseram que era na sala de informática. Tinha outra sala de informática grande. Entrei na nossa, que era anteriormente. Já. E aí eu entrei na sala e perguntei: “a sala de informática não é essa?” É, esta é do curso superior. Eu já senti assim. “Pois é, eu estou procurando a

pós-graduação”. Eu que disse pra ele, né? Porque eu achei assim muito deselegante. Quer dizer, tem outra sala ali, né? “Não, esta sala é do curso superior”, que era nossa antes. Porque tinham feito outra pra nós do curso técnico. Aí eu senti. Porque ela foi pra funcionar lá dentro e, de repente, eles estavam criando era transtorno. Aí agora não. Têm os dois prédios, o nosso e o deles. Não sei como é que tá, porque eu não me meto, não fui lá. Existiu o curso superior como eu estou te dizendo, indo os professores daqui pra dar aula lá, sem ser um concursado, sem abrir mesmo o curso superior. O primeiro curso superior que o professor Camilo quis abrir foi o de Enfermagem. Eu mesmo fui a primeira a dizer que não era bom. Por quê? Hoje Florianópolis já tem uma estrutura melhorzinha, mas ainda não é a contento pra ter curso superior de nada. Mas tá tendo lá, né? Porque não tem um hospital, não tinha campo de estágio que fosse diferente para o que nós damos pros nossos técnicos. Eu mesmo disse: professor Camilo, devia ter deixado. Eu até me arrependo, que eu devia ter deixado abrir porque pela Universidade Federal teria sido muito melhor. Mas não tinha estrutura nenhuma, não tinha tanto posto do PSF pra funcionar bem. Hoje, tem. Os postos são bem equipados, tem vários postos, em cada bairro. O hospital melhorou muito, já tem UTI, já tem... não tinha, não tinha UTI, não tinha a parte neonatal, não tinha nada. Como era? Pra que? O que era que ia aprender? Então, eu fui a primeira a mostrar pra ele isso. Ele disse: “é mesmo, minha filha”. Não tem. A não ser que a gente leve, não tinha um hospital universitário que a gente pudesse trazer pra cá. Porque o hospital universitário foi agora. Por exemplo, eu fui professora de introdução à enfermagem, fundamentos. Eu nem me lembro mais porque mudou fundamentos pra introdução ou foi introdução pra fundamentos. Mas teve essa troca aí de nome. Mas era a mesma coisa, né? Quando a gente estava dando a aula de introdução, pelo menos o primeiro período, a primeira parte, a gente já mostrava no hospital. A gente trabalhava sempre concomitante. Depois foi que passou pra ser assim, o que não é bom. Não é bom. Porque você aprende muito mais praticando. A gente tinha as aulas, né? As aulas, assim, de anatomia, fisiologia... É, no segundo período também. Porque já tinha a introdução em enfermagem, a gente já ia. Depois que tivesse a base. A gente tinha aquela preocupação de botar primeiro... ética, essas disciplinas que não precisavam de estágio, mas eram base para o estágio. Depois que ia para o estágio. E outra coisa que é muito importante, sempre foi, e não vejo a universidade fazer... as de hoje. Eu era professora de introdução à enfermagem ou de fundamentos de enfermagem, como queiram, porque mudou de novo duas vezes. E eu era a

professora do estágio. Você tem que acompanhar. Tinha outros professores que acompanhavam junto com a gente. Hoje, o professor dá aula e o aluno vai fazer o estágio sozinho. Não pode. E tem que ser o da própria universidade, dando aula. Ou do próprio curso técnico. Porque isso não existe um dá e o outro... não. Olhe, eu tenho o maior orgulho de lhe dizer que, de Brasília pra cá, todo mundo que saía pra fazer concurso e pra ser entrevistado. Na hora que tinha alguém do Colégio Agrícola de Floriano, do curso técnico em enfermagem, acabou as vagas pros outros. De tão bom que eles eram. Que eles eram não, que eu não sei hoje. Estou dizendo na época, até o tempo que eu fiquei. Todos os nossos alunos se sobressaíram. Eu tive o orgulho de estar na plateia de um congresso, que eu não lembro mais nem qual foi o ano, nem onde, mas eu fiquei tão orgulhosa e bestificada. Estava minha aluna, já como mestra, era enfermeira e era mestra, dando uma palestra lá que eu fiquei assim... eu quase que morro, de feliz. Então, os nossos alunos eram bons, sempre foram bons. Aqui, no concurso do HUT, tem um monte de aluno nosso. Remanescente do curso lá de Floriano. Eu saí em 2006/2007. Por aí, assim. Estou com 10 anos no HUT. Estou com 11 anos que saí de lá, né? Que eu saí, com 6 meses eu fiz. É gratificante ser professor quando você quer ser. E a universidade sempre foi uma mãe pra nós, sempre. Ela foi quem nos deu o curso de mestrado, no Ceará. Nós fomos, foi uma parceria que ela fez, a Universidade Federal do Piauí com a Universidade Federal do Ceará. O curso de metodologia do ensino também foi. Eles tinham sempre a preocupação de estar qualificando. Então, eu não tenho nada a reclamar. Eu sempre dizia para as meninas: “a universidade é uma mãe, quem reclama hoje pode ir.” Agora eu sou suspeita porque sou uma pessoa muito feliz com a vida, muito. Mas eu lhe garanto como não tem.

Maria Angélica Piaulino da Cruz

Nasci no dia 30 de dezembro, na cidade de Bom Jesus. Eu fiz o concurso, primeiro eu trabalhei como substituta por dois anos, aí depois teve o concurso definitivo, aí eu fiz e ingressei. Começamos com o ensino fundamental de 5 a 8, e era a única escola que tinha o ensino fundamental, ai não podia, então cada ano a gente eliminava uma turma, porque o ingresso era sempre por concurso, você fazia aquela prova pra poder entrar, ai a gente foi tirando até finalizar. A gente tinha lá só o curso técnico em agropecuária né Por isso nome colégio agrícola de bom Jesus aí foi surgindo a necessidade de outros cursos bom em um dos cursos mais procurados pela

população de bom Jesus era um curso de enfermagem As pessoas perguntavam então surgiu a ideia da gente montar esse curso Aí foi feita uma equipe de professores para trabalhar Em cima desse projeto Aí outros professores inclusive eu e outras professoras fomos a Floriano que já tinha Curso técnico de enfermagem para ver como funcionava aí a partir daí nós fizemos um projeto que foi aprovado e iniciamos esse curso. O professor Tetuca que na época era o diretor Junto com a vice-diretora que era professora Oldênia Aí eles viajaram nisso viram a necessidade aí a gente começou a trabalhar nisso aí e o curso técnico seria pra escola concomitante com o ensino médio. Essa equipe foi formada por professores definitivos... Era eu professora Kátia, professora Majaci, não tinha nenhum professor da área da enfermagem como não tinha um curso não tinha professor da área aí era um professores definitivos da escola só que de outras áreas a professora Kátia de letras, a professora Majaci de biologia eu tinha outro professor acho que era professora Eliete que era de Geografia aí foi o grupo né que foi informado, aí no primeiro momento a gente foi nesta, aí me chamaram para ser coordenadora aí eu fui coordenar né trabalhamos nessa concomitância técnico e médio aí os alunos no primeiro ano do curso técnico o primeiro ano é só médio a partir do segundo vai para concomitância e no primeiro ano do técnico de enfermagem a gente já percebeu que não dava certo ficar junto com o ensino médio por que os alunos não tinham maturidade fazer um curso técnico de enfermagem no hospital eles desmaiavam eles tinham medo de injeção aí a gente já tinha começado e tinha que terminar aí depois disso daí nós mudamos, eu fiquei 2 ou 3 anos e nos sempre reuníamos coordenação com direção e os próprios professores, pra gente debater sobre tudo isso, aí nós falamos pro coordenador e diretor que não dava certo o curso técnico de enfermagem com alunos do ensino médio porque a idade era assim 15, 16 e 17 então eles não tinham maturidade. Exatamente da própria comunidade, a gente sentia a sua necessidade, aí foi chegando, ai o diretor junto com o professor foram analisando em Teresina, em Floriano que já tinha, nós não tínhamos porque a nossa preocupação era no momento dos estágios , porque também tem toda essa dificuldade você achar um local para colocar esse tanto de aluno, hospitais ,algumas clínicas não querem receber aí a gente tinha essa dificuldade ,mais graças a Deus a gente já conseguiu, partiu mesmo assim dá vontade da coordenação dos diretores dos coordenadores e todos abraçaram a ideia e aí a gente conseguiu. Foi muito bem recebido é tanto que foi um dos cursos de maior procura quando foram abertas inscrições a maior procura porque a gente tem informática informar

enfermagem é agropecuário então a maior procura foi dentro do campo da enfermagem. Não de jeito nenhum, todo mundo acolheu bem, sabe todo mundo acolheu bem na verdade né não tem como não acolher um curso a mais, porque só tem a acrescentar então todo mundo abraçou abra sua ideia. Passamos um dia só no campo de Floriano, como Teresina ficam muito longe Floriano fica mais perto é a gente podia ir e voltar no mesmo dia saímos muito cedo daqui, então a gente passou o dia no campo de Floriano, com campo de Teresina a gente teve contato direto mas não fomos visitar então a gente pegou todos os projetos, Teresina, de Floriano e alguns outros também que eu não lembro bem assim, nós pegamos esses projetos e nós adequamos a nossa realidade mas a visita mesmo nós só fizemos no campo de Floriano. A estrutura física inclusive até hoje, a gente ainda não tem um laboratório, mas já é um projeto a gente tem um laboratório muito pequeno, mas a gente já tinha um laboratório adequado e a gente tinha alguns bonecos, alguns materiais necessários para o início, sala de aula tinha sim, tinha laboratório também, temos, e a gente tinha um laboratório bom, agora hoje a gente tem um laboratório bom mas aí mas aí tem o projeto de local, uma enfermaria, uma coisa mais específica mas a gente tem um laboratório também a gente tinha tudo que a gente precisava para esse primeiro momento. Se não me falha a memória o professor Júnior tinha uma paixão aqui pela escola tudo o que a gente queria todo o tempo com planejava melhorar ele estava no ponto de organizar e fazer, manda pra mim o material ,para universidade então nós não tivemos problemas quanto a isso não nós tínhamos uma ligação muito boa muito acolhedora do reitor. Tinha a professora Kátia, agora está me faltando uma terceira pessoa a Oldênia era a coordenadora ela somente fazia parte da comissão, ela não viajou com a gente pra Floriano, ela era coordenadora então ela era a cabeça assim da história, estava sempre com ela , mas era eu, Oldênia, Cátia esposa do seu Tetuca. Eu lembro que alguém sempre trazia todo esse material para nós eu acho que Majacir também pode ter feito isso, eu não me lembro muito mas como ela morava aí ela tinha essa facilidade era mais fácil pra ela, ela ajudou muito nesse sentido aí de tá trazendo esse material, mas a equipe mesmo não foi. Isso aí a gente queria formar um profissional capacitado, tinha poder de decisão na hora de resolver algum problema coisas que fossem de urgência e que tivesse segurança, conhecimento, o curso de técnico de enfermagem foi um curso muito bom depois teve um concurso vieram professores, como a professora Cristiane que está em Floriano, só foram professores assim que fizeram trabalhos muito bem feito então essa primeira turma

que foi uma turma o que foi formada poucos alunos por causa do médico e a partir daí, a partir da subsequência foram profissionais tanto que aqui em Bom Jesus eles procuram a escola pra poder indicar pessoas para levar para as clínicas porque eles sabem do compromisso o que a escola tem e sabe dos profissionais que saíam, então a gente conseguia formar pelo respaldo que tem na sociedade e porque tem credibilidade. Hoje eu vejo que tá cada vez melhor e eu acho assim que valeu a pena a gente tem lutado para implantar esse curso porque é um curso assim, muito bem trabalhado o que você sabe que o curso de enfermagem não é como um curso de agropecuária, de informática você mexe com gente, eles vão para hospitais, então hoje eu vejo, estava até um dia comentando, que valeu a pena, valeu a pena a gente lutar por esse curso porque cada vez, cada ano que passa a gente percebe o comprometimento dos alunos em querer aprender e fazer melhor e os professores também então eu vejo que é um curso que valeu a pena, cada ano que passa ele vai ficando cada vez melhor. Pois é eu vejo assim uma relação muito boa sabe quando a gente deu a sorte de ter professores assim que falavam a língua deles, que levavam eles lá para o comecinho de tudo, então eu via uma relação dos alunos com os professores eu vejo até hoje uma relação muito boa, muito amigável, a gente percebe isso quando eles tem a semana da enfermagem alunos querem mostrar que está aprendendo, a gente percebe isso essa relação deles eu vejo que é uma relação muito boa, muito comprometida e muito amigável. Hoje assim eu não tenho assim muita segurança em TI dizer por que eu não acompanho mais por que a minha área é outra o que eu vejo é só mesmo a falta da sala desse laboratório mais organizado eu acho que quando o laboratório for feito pode ter certeza, já foi até aprovado a construção de outras salas entre elas o laboratório vai ser um laboratório grande com maca com tudo então eu acho que a limitação é a falta ainda dessa sala desse laboratório. É a maior dificuldade que a gente tinha mesmo era no campo de estágio, a gente tinha em torno de 40 alunos eram turmas grandes, aqui pra você conseguir fechar esses estágios com esses rodízios esses alunos sabe, botar todos no mesmo espaço porque tem alunos como eu te digo aqui ainda hoje tem clínica que não quer receber, então a maior luta que a gente tinha mesmo era na hora de ir para o campo pra estagiar. Cidade pequena você sabe como é a gente teve essa preocupação desde quando começou a multa ao projeto A maior preocupação mesmo era o campo de estágio professore a outra coisa deixa eu lhe perguntar como é que se dá a relação hoje ou naquela época também do curso técnico de enfermagem com os demais

cursos da universidade é super tranquilo ou gerava algum ciúme é tranquilo super tranquilo como hoje é subseqüente é como se fosse assim alunos de outra escola aqui eles não se misturam com os alunos da concomitância e os professores como a opção não há relação com todos os professores é bem interessante são super assim na escola uma beleza agora os alunos mesmo como a concomitância de manhã de tarde e os alunos do pack eles ficam mais na parte da tarde faz uns ténis eles ficam mais assim afastado como todos os cursos técnicos não só de enfermagem é essa visão que eu tenho sabe. Só te dizer assim, da importância que é né esses cursos, eles devem ser tratados com o respeito mesmo, eu vejo no colégio agrícola o cuidado, o zelo que os professores têm por conta do curso a responsabilidade de você levar para a sociedade alunos gabaritados, que tenham um respaldo a entrada em qualquer lugar, o que eu tenho a acrescentar é isso, essa alegria que eu tenho hoje em saber que fiz parte de um momento muito importante que foi a implantação desse curso e ver hoje o tanto que ele cresceu e o tanto que ele é importante na sociedade.

Maria Majací Moura da Silva

Nasci na cidade de Parnaíba-Piauí em 02 de agosto de 1962 e morei lá por 14 anos depois vim para Teresina. Nesse período eu estive em Belo Horizonte, estive em Fortaleza, estive em Bom Jesus e depois voltei para Teresina. Eu comecei primeiro fazendo graduação em química em Fortaleza passei lá dois anos, depois tive uma decepção amorosa, voltei para Teresina e fui começar outro curso na área de biologia, comecei e terminei o curso de biologia e depois eu voltei a fazer química novamente. Sim, porque ele achava que eu ia criar um curso pra colocar os professores numa situação ruim, porque lá em Bom Jesus é assim, se você faz uma e não passa a cidade toda fica sabendo, como a cidade é pequena todo mundo sabe o que todo mundo faz. Ai já imaginou, um professor lá de Bom Jesus fazendo prova dessa e não passando o que o pessoal ia dizer, a o professor lá do colégio agrícola, porque o pessoal acha que quem trabalha no colégio agrícola é um pessoal que ganha bem, que é o pessoal intelectual, criaram uma certa imagem que não é lá bem a correta a real. Então ele me chamou, acho que ele não viu ninguém com condições de fazer, ai me chamou e me botou nessa comissão, botou eu, Oldênia e a Teca. Era pra 2009 o curso, mas ele só foi criado definitivamente em 2010. Ai como eu morava em Teresina, eu tinha acesso a outras escolas que também tinham curso de especialização de técnico de

enfermagem. Inclusive eu fui na escola São Camilo que eu já tinha trabalhado lá, fui no Opção que já tinha acabado, mas eu tinha contato com o professor, ele me passou todo o material e também vim aqui na época falar com a professora Rita. Professora Rita era coordenadora da enfermagem na época e tinha poucos professores porque ela sabia de todo curso né, acho que ela dava várias disciplinas ou coisa assim. Então ela me deu o projeto, eu levei pra Bom Jesus 5 projetos de 5 cursos técnicos de enfermagem e falei lá para a comissão, vamos elaborar um que seja a nossa cara, a nossa realidade, vamos ver as disciplinas que tem nos 5 e as minhas colegas não tinham tempo para fazer isso, e marcamos um dia lá em Floriano, aaaah também peguei o de Floriano, Floriano tinha acabado de começar o curso. Sei que nós fomos lá peguei também lá a cópia, na época a coordenadora de lá era um a professora que andava de cadeira de rodas, professora Marta, ela me deu também o projeto de Floriano, ai eu peguei o projeto daqui, de Floriano e de mais três escolas particulares e levei pra Bom Jesus, ai lá tinha dizendo que não podia participar alunos com menos de 18 anos, dizia que não podia e eu coloquei isso também no projeto que não podia se matricular o aluno que tivesse menos de 18 anos. Aí levei para as duas colegas olharem né, as duas cortaram essa parte, ai eu disse, vocês vão cortar porquê? Nós não podemos deixar, porque a cidade precisa de pessoas e não sei quer, que sejam formadas com menos de 18 anos e aí a tudo bem. Ai em função disso nos marcamos uma reunião lá em Floriano com todo curso de enfermagem e nos três fomos para lá. Só o de Floriano, nos marcamos foi numa sexta-feira, foi nos três de Bom Jesus e uns 5 ou 6 professores lá de Floriano, inclusive professora Marta também estava e outros que eu não lembro direito que era muita gente mesmo. A professora Marta convidou todos os professores do curso para se reunir com a gente, pra contar toda a experiencia deles. Ai um dos pontos que foi levantado foi justamente esse da idade de ingresso e nesse dia as meninas não gostaram porque elas foram voto vencido e eu fiz esse projeto todo baseado nos que já existiam e todos eles diziam que não podia entrar com menos de 18 anos, inclusive o daqui também dizia. Eu sei que a gente mudou o nosso projeto em função disso. Primeiro elas queriam que a gente colocasse que só podia participar menor de idade ai quando chegaram em Floriano que elas virem tiveram que mudar o projeto ai atrasou um pouco mais, invés de sair no ano que nós fomos pra lá, saiu no ano seguinte ai chamaram o colegiado lá pra se reunir, pra aprovar, sei que esse período demorou uns dois meses, ai veio pra cá pra Teresina e sei que só foi aprovado mesmo, fizeram concurso pra professor lá,

contrataram pra começar o curso 6 professores. Ela é formada em letras, ela não podia ser coordenadora, e lá no projeto também eu coloquei isso, que pra ser coordenador tinha que ser formado em enfermagem com uma especialização definida, em projeto nenhum tinha isso, mas eu coloquei, pra ser coordenadora tinha que ser uma enfermeira com especialização ou um mestrado que não podia ser só a graduação, porque as que foram substitutas lá, quando iniciou o curso, todas só tinham graduação, ficaram só um ano lá. Porque eu já tinha muita experiencia em dar aula no curso de enfermagem e já tinha enfermagem aqui em Floriano e já tinha também em Teresina, nas três escolas, e por que não levar pra Bom Jesus? Até porque eu já conhecia o curso porque eu já tinha ministrado aulas, então conversando com os diretores eu consegui uma cópia de cada projeto, eu tinha uma cópia de cada numa pasta. Sim com professores substitutos, contrataram 5 professores substitutos e como não tinha estagio nem nada então dava pra começar muito bem, porque eles iam ficar ali dois anos sendo substitutos, como todos ficavam, então nesse período de 2010 a 2011 foi efetivado o concurso que as pessoas foram chamadas pra assumir em 2012, não foram chamados em 2010, mas em 2011. Não, até porque nem eu nem a comissão que fez o projeto não podíamos dar aula, porque nos colocamos no projeto que só podia dar aula no curso quem fosse enfermeiro, ou seja formado em enfermagem, isso tá no nosso projeto, nem o projeto de Teresina nem o de Floriano tá escrito isso, mas nos amarramos justamente porque a gente queria que todo o projeto fosse realizado por formados em enfermagem. Sim, mas tem algumas disciplinas como inglês, a gente botou lá uma disciplina que depois foi tirada a de libras que foi até uma disciplina revolucionaria o Tetuca queria que tirasse porque não tinha nenhum professor pra dar aula, nos botamos também informática ligada a enfermagem que não tinha lá, algumas disciplinas que não tinham nenhum projeto que eram disciplinas inovadoras a gente colocou. Eu não ministrava aula, mas eu percebia que era uma relação muito boa, uma relação de respeito de admiração e que os professores se envolviam muito bem com os alunos porque tudo que o professor queria fazer ele conseguia com os alunos e outra coisa não tinha muita falta, eles não faltavam muito as aulas até porque a demanda era de Bom Jesus e de cidades vizinhas a gente discutia muito quando tinha reunião de coordenação que eles chamavam os coordenadores e professores de várias áreas pra discutir e planejar ai eles sempre planejavam isso. A primeira colação de grau que teve na época, eu vi os vereadores a própria população aproveitava pra discursar e agradecer pelo curso ter

sido implantado lá, agradecia ao diretor o Tetuca. Era uma necessidade da comunidade porque não tinha curso na área de saúde em Floriano até Corrente não tinha nenhum curso na área da saúde, então esse era o primeiro. Eu via segregação não pela UFPI, mas pelos próprios professores que chegavam lá pra dar aula, os que foram concursados primeiramente eu acho achava eles mais humildes. Achei que a aceitação foi normal, não teve nada que causasse grandes impactos nem positivos nem negativos. A primeira turma eram de alunos que já tinham uma certa idade, que já estavam exercendo a profissão, já eram auxiliares de enfermagem e estavam lá para fazer o técnico, por sinal desses alunos nós tínhamos 8 alunos que eram da escola que tinham feito agropecuária e tinham voltado para a escola pra fazer o curso técnico de enfermagem e por incrível que pareça todos esses alunos que se formaram todos arranjaram emprego, ano tem um aluno dessa primeira turma que tenha ficado sem emprego...até porque era uma demanda reprimida que estava lá realmente esperando um curso dessa área. Eu vou deixar essa pergunta sem resposta, porque desde que eu sai de lá em 2013 eu nunca mais voltei lá, aí eu não sei como que está, não conversei com mais ninguém sobre o curso. Eu não vejo que haja discriminação eu acho que haja um certo destaque a própria composição do corpo docente se faz por destacar pela a experiencia que eu tive lá em Bom Jesus.

Martha Fonseca Soares Martins

Eu me formei, fiz o ensino médio em Fortaleza, de lá fiz enfermagem na UNIFOR (Universidade de Fortaleza), assim que eu me formei, a gente muito novo doído pra voltar pra casa, retornei pra casa dos meus pais que moram aqui em Floriano e quando eu voltei, eu não tinha um emprego à vista, sabia que a enfermagem era promissora e fiquei aguardando para fazer concurso, como meu pai é médico cirurgião, eu comecei a trabalhar com ele também, sempre tive uma queda, tinha uma paixão pela cirurgia. Aí foi com esse trabalho que fui preenchendo meu tempo e tudo mais. Aí foi quando o hospital de Tibério Nunes, trocou de diretor e esse diretor era um amigo nosso, e eu...ele me convidou pra trabalhar no hospital com um serviço prestado, aí eu aceitei. Dava plantões aos sábados e aos domingos. Ainda permaneci mais ou menos uns 8 meses no hospital de Tibério Nunes. Ai nesse intervalo surgiu um concurso para o maranhão, no estado do maranhão para a saúde... em 1992, me formei e 1990, ai fiquei por aqui em 1991 e surgiu esse concurso, trabalhei no hospital,

trabalhava nos fins de semana dando plantões, no sábado e no domingo e no ano de 91 surgiu o concurso, fiz e fui aprovada, fui chamada para trabalhar em São Luís no hospital do estado do Maranhão que por sinal pagava bem melhor que o Piauí. Ai nesse intervalo eu assumi em São Luís em fevereiro de 1992, aí quando foi mais ou menos em maio pra junho, minha mãe me liga dizendo que a Ligia estava dizendo que ia abrir um concurso efetivo aqui, até então colégio agrícola de Floriano. Aí eu disse, não, eu não quero ser professora, quero trabalhar na assistência, mas ela disse que era federal e que eu tinha que aproveitar. Então comecei a trabalhar em São Luís, gostei, me identifiquei, aí surgiu a vaga, pedi pra minha mãe mandar o edital para eu dar uma lida, enfim, terminei vindo fazer o concurso né... e fui aprovada aqui. Obviamente eu tinha que largar o Maranhão por que aqui era dedicação exclusiva. Aí pedi demissão do hospital de São Luís e vim pra cá e foi quando eu assumir o concurso em foi em julho, mais efetivamente em agosto enquanto ajeitava os tramites aquela coisa toda. Aí assumi no dia 18 de agosto de 1992. Quando eu entrei a coordenadora era a professora Ligia e trabalhavam outras colegas que já estão aposentadas, quando eu entrei era a mais novinha de todas, eu recém-formada e elas com mais experiencia, todas tinham trabalhado pelo hospital Tibério Nunes, tinham tido outras experiencias e estavam aqui também, e eu larguei a parte de assistência e me dediquei à docência, claro que a gente aprende praticando, ai fui praticando, me identificando, fui gostando e estou aqui até hoje. Existia um projeto político pedagógico com uma grade curricular extensa, então era dedicação exclusiva, e naquele tempo era rigoroso, porque o colégio funcionava manhã e tarde, a gente tinha que dar aulas manhã e tarde, o estágio 3 vezes na semana, segunda, quarta e sexta e obviamente quando tinha estagio pela manhã, a tarde tinha aula por que era concomitante com o ensino médio. O aluno só podia se matricular fazendo o médio e o técnico junto, ai tinhas as disciplinas do ensino médio e disciplinas do curso técnico de enfermagem, então era aquela coisa concomitante bem misturada, eles tinham aula de química e depois de fundamentos e etc... a carga horaria de estagio era grande, 720 horas, e essa grade ela estava em vigor até 18 anos, o curso foi aberto em 81, eu entrei em 92 e mais 8 anos permaneceu a mesma grade que eram as 720 horas de estagio, 3200 horas-aula, então era uma grade puxada, mas é o tipo da coisa a gente quando entrava, dava aquilo que nos era ofertado né, já (murmurinhos) ministrei diversas disciplinas. Para você ter uma ideia minha primeira turma só tinha 5 alunos, entraram na média de 30 a 40 anos, e só se formaram 5, pra você ver como era puxado, tinha

que se dedicar somente à ele e reprovava mesmo, por que a carga horaria era muita, médio e ensino técnico, mas a gratificação e quando todos se formavam, ainda hoje acontece, até então de primeira, aquelas dificuldades que ainda hoje acontecem, quando diziam que eram do colégio agrícola de Floriano, as portas eram abertas, tanto era que esses nossos primeiros alunos, dessas primeiras turmas, tem aluno em Brasília e até no exterior, em Brasília, tem vários alunos nossos. Mudou muito. Eu acho que os alunos eram mais interessados, bem mais respeitosos, o aluno ele temia, no sentido de mais respeito, eu posso dizer, professora Francimeire, que é a mais nova é testemunha disso, do grupo aqui da enfermagem, aluno nunca deixou de ter aulas, nos sempre cumprimos, nós sabemos que tem uma série de fatores, mas o aluno da enfermagem se o professor viajava e precisava trocar uma aula ou coisa assim, ele nunca ficava sozinho ou desamparado.... aaaaah o professor faltou, vamos despachar a turma, nunca aconteceu isso, tinha muita entrosarão entre os professores com a coordenação, então isso é um ponto muito bom, por que o aluno ver que ele não está ali brincando e que nós estamos aqui pra ensinar. Mas eu lhe digo uma coisa, mudou muito, eu percebo que o aluno, ele tinha mais interesse, o aluno estudava mais, hoje eles querem as coisas muito mastigadas, eles não querem se envolver mais, é a questão dessas redes sociais, o uso do celular tem prejudicado muito o aluno e de qualquer maneira prejudica a nos também, a dinâmica dentro da sala de aula. Na nossa relação, a gente procura até ser mãe deles. É a mãe, é psicóloga é tudo, por que nós sabemos que, talvez nem tanto antigamente, que muita coisa mudou, muitos valores mudaram, até o próprio conceito de família propriamente dito, então os alunos do tempo que entrei pra cá, eu digo muito que a gente mudou não para melhor e sim para pior, por que eles não estão valorizando muitos as coisas, até mesmo para o professor se aproximar do aluno né, ele fica criando aquela resistência e perdendo aquele compromisso, eles querem fazer um curso para terem qualquer coisa e a gente fala, briga, que isso aqui é curso para cuidar de vida, que amanhã podem ser vocês. Já perguntei, vocês que não se interessam que não querem estudar, que só pensam naquela notinha básica, de quererem tudo mastigado, e se forem vocês amanhã, como pacientes de uma pessoa assim, vocês iam gostar? Então esse é um dos problemas que a gente sente. Depois que a professora Ligia foi coordenadora do curso, que ela passou um tempo, desde quando foi fundado o curso, até período de 91 a 93, em 94 mudou a direção e o novo diretor me convidou para a ser a nova coordenadora do curso. Ai eu entrei como coordenadora do curso técnico

de enfermagem, ficando até 2012, que foi quando eu sofri esse acidente e me afastei e a gente viu que depois, até as próprias diretrizes curriculares vindas lá de cima, começaram a ser mexidas e o colégio na época passou por uma reformulação e reestruturação, tanto na parte física como na parte acadêmica estrutural e das próprias grades curriculares que foi onde a gente viu a necessidade de laboratórios, por que o que acontecia com determinadas disciplinas, fundamentos de enfermagem, anatomia e fisiologia, não tínhamos um laboratório, mas a gente fazia da sala de aula um laboratório. Então os professores, como eu também deu fundamentos de enfermagem, dei anatomia, a gente levava para a sala de aula até peças vivas, fígado de boi, coração de boi, humano a gente não tinha como conseguir, dava pro aluno pelo menos sentir alguma coisa né, infelizmente os materiais sempre foram escassos. Ai a partir de reestruturação nós começamos a adquirir peças anatômicas, esqueleto, fitas de vídeos que demonstravam as práticas de como fazer, então tudo isso não deixou de ser um aprendizado, e os alunos se empolgavam e gostavam, montavam na sala de aula a pia para lavagem das mãos, então era assim, tinha a teoria e a pratica no sentido da pratica ser realizada dentro da sala de aula até a construção dos laboratórios. Para a enfermagem foram construídos 2 laboratórios, um para fundamentos de enfermagem e outro para centro cirúrgico. No centro cirúrgico conseguimos a mesa cirúrgica, materiais e tudo mais, mas como as turmas com o passar do tempo foram crescendo a procura do curso se tornava cada vez maior, nós chegamos a ter turmas com 50 alunos, como era concomitante ao ensino médio, então não tinha como barrar esse aluno, ele entrava com 15 e 16 anos. Qual era o nosso maior problema mais lá na frente? As práticas no hospital. Por que quando você chega com um aluno de 15 e 16 anos e até 14 anos para fazer uma técnica com um paciente, as vezes ele não queria deixar, olhava para cara do aluno e dizia “você não sabe, eu não vou dar meu braço pra você puncionar uma veia”, entendeu? A gente começou a notar que isso estava sendo um fator que estava ponde em dificuldade as práticas deles no hospital. Ai a gente viu que pra rever isso, tínhamos que reformular a grade curricular, por que vai ser uma batalha a gente querer brigar dizendo que só vai querer aluno com o ensino médio completo para o curso de enfermagem e realmente foi uma batalha, foi da noite para o dia não, lembro que a gente começou a bater durante uns 3 anos querendo mudar, que de ante mão o próprio colégio dizia que ia perder aluno, que não ia ter sentido, nem mercado, não vai ter demanda, só que a gente só ia saber tentando, ai o que a gente fez por experiencia na primeira vez, abrimos uma turma

com concomitante e a outra sem concomitante. Foi o período que mais formamos alunos, pense num trabalho pra distribuir esses alunos no campo de estágio. Por que até então como o colégio agrícola de Floriano, era o pioneiro no curso técnico de enfermagem, então o hospital praticamente era nosso “reinávamos no hospital”. Nós tínhamos o hospital manhã, tarde e noite e se quiséssemos. Mais aí o que era que tinha, podíamos até usar manhã e tarde, mas como a grade era concomitante com o ensino médio e eles tinham aula à tarde, como fazer o estágio à tarde? Aí terminavam os estágios pela manhã e as vezes colocávamos a obstetrícia à noite, pelo maior número de partos e tudo mais, só que muitos pais começaram a reclamar, por que o filho era menor de idade e ficava saindo a noite para o estágio. E naquele tempo Floriano não era perigosa se você for comparar Floriano daquele tempo com agora, realmente, se eu fosse mãe hoje até questionaria né, mas antigamente não era, mas fazer o que? Os alunos só podiam sair com a autorização dos pais, se acontecesse alguma coisa quem é que ia se responsabilizar? Com o tempo vimos que estava sendo um fator que não podia mais acontecer. Qual era a solução? Fazer com que esse curso fosse pós-médio. Por que o aluno do ensino médio, subentende-se que acabe com 17 anos e no decorrer do curso ele já tem 18 anos e já está e maior, pode ser, pelo menos nesse sentido, dono do próprio nariz. Para a universidade era um fator que contribuía bastante. Mesmo a gente sabendo que idade não tem a ver com maturidade psicológica e tudo mais, mas enfim, conseguimos, aí com isso foi a primeira reforma da grade que nós fizemos, aí passamos a ver se esse aluno que vem do pós-médio, já tem que se pensar o seguinte, esse aluno já pode trabalhar, se esse aluno já trabalha, o curso sendo pela manhã, será que vai empatar ou não a questão do estágio e isso e aquilo? Mas até pela própria dinâmica do hospital por terem mais atividades realizadas no período da manhã, foi o jeito arriscar e colocar os estágios mesmo pela manhã. Foi quando a gente começou a ver que podíamos dar mais uma enxugada nessa grade. por que a grade com estagio 3 vezes na semana, 3200 horas com mais 720 de estagio, então vimos que podia ser enxuto essa grade curricular. Até quando veio a primeira proposta de que a gente tinha como fazer a reformulação, o que podíamos tirar, acrescentar ou diminuir. Foi em 98 que começamos a primeira mudança. Porque colégio técnico colégio agrícola de Floriano até então, primeiros cursos de agropecuária, depois veio o curso de técnico de enfermagem e depois o curso de informática né, vamos dizer assim os pioneiros, só que sempre tivemos é, antigamente, uma boa relação, professores aqui, ninguém nunca, de primeiro a sala

dos professores era uma só não havia tanta divisão, eu acho que o entrosamento era maior, era bem melhor, eram menos professores, eram menos alunos, eram menos servidores, claro que tudo isso por um lado é ótimo, favorável, a gente se entrosa mais, fica mais perto mais junto, mas tudo vai crescendo, o progresso vai acontecendo né, a escola começou a se expandir fisicamente, a partir do momento que ela se expande fisicamente, aí outras exigências vem junto, que é abrir mais turmas, abrir mais vagas para alunos, mas só que a gente batia sempre na mesma tecla, a gente tem que prezar pela qualidade e não pela quantidade, por isso que quando a gente começou a cogitar em tirar a concomitância do curso técnico de enfermagem foi uma briga, em certo sentido, por que a direção e a coordenação da UFPI achavam que iam perder alunos, mas só que a gente dizia, sim vocês podem até está perdendo aluno pra enfermagem mas pode ter alunos para as outras áreas que não lidam com vida, gente que não lida com vida, como criar turma para informática, criar turma para agropecuária, mas só que eles achavam que, tirando, reduzindo a concomitância né, reduzindo o número de alunos, como se a gente estivesse reduzindo o nosso trabalho e não era, continuava todo mundo com suas cargas horarias, o que era definido e estipulado, que só de estagio são 10 horas semanais, por que é 5 horas dois dias, segunda e quarta, que por um lado foi uma “briga” que a gente sempre teve aqui no colégio de não valorizar os estágios no sentido de estagio valer como aula, essa era uma briga eterna que ninguém queria entender isso aí, a própria universidade, vem lá de cima mesmo, o reitor, sempre quando fui coordenadora, sempre fui bem recebida, graças a Deus, por todos os reitores, eu tinha liberdade pra dizer isso pra eles, professor não é a mesma coisa, a gente dar aula, não tem como desvincular pratica de teoria, por que a parte pratica não é aula? Tem o curso, mas assim mesmo é mais recente, vou lhe dar uma opinião pessoal, eu acho que deveria ser mais valorizado por quem somos, por que, eu acho por eu não ter me formado em Teresina, que não vem ao caso, muitas colegas se formaram, mas senti isso, eu acho que tem uma discriminação, a professora Keila, converse com ela, é importante se entrevistar a professora Keila, ela é uma experiencia viva disso aí, dela ter sido formada no curso técnico de enfermagem, ter chegado no pós doutorado e nunca terem aceito né, engolido direitinho que ela veio de um curso técnico de enfermagem, e eu acho que não é por aí, a questão da competência cada uma, não quer dizer nada né. Por parte geral, o que eu lhe digo, que eu tive uma experiencia quando coordenadora, antes do acidente, em maio de 92, eu era a coordenadora e o professor Haroldo era o diretor

que teve um encontro de escolas técnicas em Uberaba-MG das escolas federais vinculadas, e era só para a parte de enfermagem, eu como coordenadora fui, em maio de 1992, aí tinham escolas técnicas de Rio Grande do Norte, tinha a nossa, vários locais do Brasil, Rio Grande do Sul e por aí vai, e a gente percebia no relato das colegas que o nível superior, o curso técnico de enfermagem com o curso superior de enfermagem elas tinham um entrosamento bem mais íntimo, eu não sei como funcionava isso dentro da universidade, eu sei que é um ponto relevante, mas elas tinham projetos que eram juntas, existia aquela parceria, e aqui não existe. Não, não existe. Temos aí o curso técnico de enfermagem como professora, modesta parte nosso corpo de professores são excelente, todas nós somos capacitadas, todas têm mestrados, outras doutorado, outras com pós-doutorado, como era a Keila, todo mundo com uma goma de experiência, de bagagem, mas não existe projeto, professor aqui não convidado pra dar palestra, banca de TCC, pra não lhe dizer fiz parte de uma banca uma vez por que, por que era uma ex-aluna nossa, alguns que tem mais afinidade com a gente, chamam particularmente, mas quando a gente chega ficam meio, não é bem recebida, não é uma coisa confortável, natural, infelizmente, se nos juntássemos seria bem melhor. Aí você falava da comunidade, é o seguinte, desde quando foi fundado aqui também com o curso técnico de enfermagem foi construído um posto de saúde, o então posto de saúde Camilo Filho, e este posto de saúde da universidade, ele era um posto que atendia exclusivamente atendia município... A relação você me perguntando aí eu acho que deixa a desejar, eu acho que a gente podia ser mais entrosados, mais próximos, é em elaboração de projetos, troca de conhecimentos, mas há pouco envolvimento entre o curso técnico de enfermagem e o curso superior, uma vez que quando eles vieram abrir o curso nós já estávamos aqui, e no primeiro ano de adaptação, eles usaram até as nossa dependências, o colégio cedeu espaço pra poder, iniciar a implementação, e tudo mais, mas infelizmente a gente que poderia ter tido um entrosamento maior, mas infelizmente a gente não viu isso, os alunos não são requisitados os professores também não são, tentamos fazer semana de enfermagem as vezes conjunta, mas não deu certo, então como é técnico e é superior, apesar de que, todos fazem parte da mesma equipe, mas ao mesmo tempo na hora da formação e do aprendizado parece que, isso não acontece, no intuito de, é como se diz o nível superior se dar por que muitos dos alunos lá foram nossos alunos aqui, muitos mesmo, a maioria. Eu acho que não, de jeito nenhum, eu acho que tem uma certa exigência, você sabe como é a questão da carreira EBTT, principalmente quando

se fala em estágio não querem reconhecer que o professor tá no corpo de estágio ele tá dando aula, tem que contar como hora-aula, seja 5 horas, 10 horas semanais, professor no campo de estágio ele não para, se o professor tá ali na unidade hospitalar, ou centro cirúrgico ou pronto-socorro ou numa ala do hospital ou no posto de saúde, ele tem que dar conta de todo aquele serviço, extrapola além do seu tempo e não consegue. Eu acho que podia melhorar muita coisa, desde a parte física, com a criação dos nossos laboratórios, criação de equipamentos, podia melhorar até a aquisição de, trazer um centro de saúde, era um sonho antigo que a gente tinha, os diretores aaah, vamos ver se gente consegue, mas infelizmente a gente teve um posto de saúde, só que o posto de saúde foi cedido pra estratégia saúde da família, que não foi um bom negócio, por que nós perdemos um espaço muito rico, muito vantajoso, se eu tivesse coagido, talvez a gente pudesse solucionar muita coisa em relação à campo de estágio também, por que deixa muito a desejar por que eles não consideram mais aqui a escola uma comunidade que pode precisar do posto de saúde, por incrível que pareça, se o aluno adoecer, se o aluno tem alguma coisa os profissionais do posto não querem atender querem mandar pro pronto-socorro, é inadmissível, mas infelizmente acontece, então com isso nos perdemos né, e eu acho que tinha muito que melhorar, a biblioteca específica, com a expansão aqui do campus a biblioteca deixou de ser exclusiva dos cursos técnicos e passou a ser uma biblioteca grande e se for olhar se perdeu muito com isso, o aluno ele não tem o hábito de ir pra lá, além do mais se você for lá e ver, é uma biblioteca grande que tem bastante livro, mas é mais direcionada para o nível superior, por mais que a gente mande lista de livros, N vezes já fiz listas de livros pra poder incluir né, os livros para o técnico de enfermagem direcionado para o técnico, infelizmente não tem, os tem não atendem a demanda, os que já estão, estão mais ultrapassados, então a gente tem falta disso ai tudo. Eu acho que essa escola foi e é um fator diferencial pra nossa região né, eu se hoje em dia é muito fácil qualquer pessoa no mundo ter uma oportunidade de estudar, nos interiores mais longínquos que a gente nunca achava que ia chegar e tem, tem os cursos à distância, que eu acho fim da picada, eu não concordo com curso técnico de enfermagem à distância por hipótese alguma, por que nós vimos que o presencial deixa a desejar você imagina a distância, mas independente de tudo isso a escola ela tem uma história, que faz toda uma diferença na nossa cidade aqui na nossa região, já formamos muitos alunos né, a maioria, como eu falei no início, o perfil do aluno era diferente, todos reconhecem a importância que foi a escola, se engajaram, trabalham

na profissão ou pelo menos, como tem alguns casos que começaram como técnico e hoje são enfermeiros, outros que começaram como técnicos, depois como enfermeiros e hoje são médicos, mas ali na área de saúde e muitos outros né, que se saíram muito bem, alunos nossos que já foram secretários de saúde do município, então a gente ver que tem, e graças a Deus a gente tem todo um diferencial, quando eles vão e vêm que o currículo é do colégio técnico de Florianópolis, antigo colégio agrícola, tem todo um respaldo toda uma história, e isso a gente fica contente. Eu só sinto muito por que a geração do jovem de hoje não tem mais o compromisso que se tinha antigamente, que a gente sempre disse pra eles, gente esse é um curso que além de lidar com vidas é um curso que serve como uma, vamos dizer assim, pra vida inteira independentemente de você cursar e querer ou não, você aprende tanta coisa, você sai com uma bagagem de conhecimento tão grande que não compara, mas pra isso vocês também tem que se dedicar, estudar, tem que correr atrás, hoje nós sabemos que eles querem tudo muito mastigadinho, tudo na mão, você sente e fica desestimulada, por que ver que o aluno não tem interesse, eles tão fazendo por fazer, as vezes como a gente no primeiro dia de aula faz uma enquete perguntando por que que eles estão fazendo o curso de técnico de enfermagem, alguns relatam que estão fazendo por sempre sonharam em estudar aqui e fazer esse curso, outros relatam por que alguém da família já fez um pai ou uma mãe já formou aqui, outros relatam que tão aqui por que o pai ou a mãe querem que ele seja técnico em enfermagem ai a gente diz, pois está errado primeiro quem tem que querer são vocês, por que não adianta vocês não quererem e fazer o curso de qualquer jeito por que de qualquer maneira vocês estão tomando vagas de quem realmente queria ser técnico em enfermagem e a gente sempre diz também, gente acabou a concomitância por que a gente viu que a concomitância interessava o ensino médio pra passar no vestibular, agora o técnico de enfermagem tem que vir fazer o técnico pondo na cabeça que realmente ele quer por que ele tem que ter a profissão dele de enfermagem por que se não vai extinguir, se todo mundo for fazer técnico de enfermagem pensando em ser enfermeiro e ai como que nós vamos parar, ai tem esse lado também, eu sei que, eu tenho só que agradecer a essa escola, que pelo menos pra mim no início que achava que não tinha nada a ver com a docência, a gente termina se identificando, gostando, fazendo amizades, e já faz 27 anos que estou aqui, foi praticamente meu primeiro emprego, já fiz 27 e daqui um tempo se eu quiser já posso aposentar e tudo mais, mas bora ver se eu demoro mais um pouquinho, por que eu gosto, me identifico

eu tenho prazer em vir e tudo e se o aluno fosse aquele aluno comprometido como no começo que eu peguei essas fases, década de 90, depois veio a mudança de século, paradigmas né, com tanta mudança seria ainda melhor. Mas infelizmente tem isso, hoje em dia o que a gente nota é que esses alunos, eles faltam muito a família, muito, aqui já teve diversos casos de alunos que tentaram suicídio né, alunos que querem desistir do curso por questões né, alunos que acham que não vão conseguir e que a gente ver que tem o potencial e você não dar a mão pra aquilo ali pra ser pelo menos um técnico, não vai ser ninguém na vida. Quantos alunos a gente já não resgatou daquele jeito, que a gente via que jamais tinha capacidade de ir pra frente, ele chegou aqui e era barrado, as vezes o aluno chegava aqui repetia 2, 3 vezes ai a gente chegava naquele conselho de professores de fim de ano, e dizia, minha gente o que a gente faz reprova de novo ou dar uma chance pelo menos pra ver se dava algum estímulo e alguns reconhecem né, depois a gente encontra, ver que voltou pra sua cidade anterior, conseguiu um emprego estão extremamente satisfeito e realizaram um sonho e estão felizes e isso é gratificante, mas eu torço que melhore que esses alunos criem cada vez mais maturidade, responsabilidade, compromisso, como falei no início, é aquela história eles não querem como as vezes a gente chega e diz, minha gente como é que vocês vem pra sala de aula e não trazem um caderno um lápis, como é que pode?

Raimundo Falcão Neto

Sou engenheiro agrônomo, fui formado na UFC. Sou mestre em ciências do solo. Em que ano, o senhor lembra? Fui o primeiro mestre do campus, mais ou menos em 2005, logo em seguida eles iniciaram o mestrado e eu fui primeiro mestre lá do campus. Sou filho de Bom Jesus, e surgiu o colégio, foi fundado em 82, e com muita dificuldade na época né, não tinha professor e essa coisa toda, abriu o concurso pra agrônomo e veterinário e eu recém-formado fiz. Isso ai é uma demanda da região né, e conversando com a comunidade eles sentiram a necessidade de um curso na área da saúde, e entrando em contato com o reitor, ele disse vamos fazer o projeto e a gente dá sequência e contrata professor o que for necessário, melhora a infraestrutura da escola pra gente implantar esse curso e fizemos. O passo seguinte foi fazer o projeto, formar uma comissão pra elaboração do projeto. Majací muito empolgada com essa questão, toda vida ela foi, e ela se disponibilizou, foi a primeira a querer participar e

foi feita essa comissão, fez esse projeto pegaram inclusive o projeto aqui do CTT, pegaram projetos de outras escolas pra analisar e avaliar e daí elaborar o nosso. Não teve nenhum impedimento que eu lembre não, foi mesmo o seguimento de concurso, aprovação, quem foi aprovado no nosso conselho, depois teve que vim pra CEPEX normalmente eles pedem algumas alterações, mas não teve nada de impedimento. Foi substituo. Depois é que tivemos um concurso pra professor efetivo. Foi Maria Angélica a primeira coordenadora, porque não tinha nenhum professor da área efetivo. Junto com a elaboração do projeto, assim que tivemos o aval da reitoria, a nossa infraestrutura com relação a sala de aula, era insuficiente para implantar qualquer outro curso, o reitor já tinha um projeto pronto de salas de aula e esse projeto ele levou para Bom Jesus, e construiu e aproveitamos um laboratório de topografia da época e transformamos em um laboratório de enfermagem, adequamos para um laboratório de enfermagem, transcorreram as coisas, correram tudo junto. Já tem área nova na escola, não só pra enfermagem, que são 4 salas de aula mais conhecido como bloco da enfermagem, foi criado na verdade para implantação desses cursos. Eu não percebi não, a relação dos alunos, até porque os alunos que já tem o ensino médio, um grau de instrução bem maior, diferente daqueles alunos que entraram no primeiro ano dos cursos concomitantes, então não houve nenhum problema, o relacionamento continua o mesmo, muito bom entre aluno e professor, sem problemas maiores. Sim, nós tivemos a primeira turma era concomitante, depois da gente avaliar os alunos eram muito, imaturos ainda, pra exercer a profissão de técnico em enfermagem e também tem a questão da resolução do COREN que não permitia menor de idade. Essa mudança a gente sente no curso das antigas, foi criado bem antes, mas nos anos de 2000 mais cá não tem muita mudança não, mas pra traz com certeza. Não tivemos nenhum problema com a comunidade universitária e outros cursos e a comunidade aceitou, a avaliação hoje do curso de enfermagem começa muito bem visto pela sociedade não só por Bom Jesus, mas por toda microrregião, que atende aquelas cidades todas e círculo vizinhos, mas a avaliação excelente, aceitação muito boa. Não tem nenhum problema, inclusive quando nós fomos criar o curso técnico de enfermagem, a gente teve o conselho das outras escolas de técnico de enfermagem que esse curso é complicado, graças a Deus o nosso nunca tivemos problemas. Não é obvio que qualquer curso, a gente desenha, porque o perfil é um desenho, mas nem sempre acontece, é obvio que no curso tem alunos que tem aquele perfil que dão continuidade fazem outros curso de enfermagem nível superior, saem

do técnico de enfermagem e vão fazer enfermagem outros alunos já aconteceu que passaram no Enem e foram fazer medicina, mas tem aqueles que acham enfermagem é um excelente mercado de trabalho fazem o curso mas não tem aquela vocação, que é natural de qualquer curso, não tem essa discrepância, ou seja, entre o nós queremos e que formamos. Com certeza, nossos alunos nos concursos daquelas prefeituras, daquela microrregião são os primeiros colocados, são os egressos do colégio. Nosso curso, é obvio que a gente precisa melhorar muito essa questão de laboratório, nós temos inclusive um projeto de laboratórios de enfermagem, ainda não conseguimos realizar esse sonho, mas conseguir, mas nossas limitações são essas, mais isso também a gente consegue contornar, um outro problema aqui é levantado pelos professores questão do estágio, porque como a cidade é muito pequena e não só tem o curso técnico lá do colégio, tem particular também, o campo de estagio fica mais reduzido, mas a gente consegue atender a carga horaria prevista no nosso projeto e acompanha-los porque nossos professores acompanham os alunos nos estágios, nos postos de saúde, hospital e todos os lugares. Não, só dizer que o curso apesar da limitação com essa questão do laboratório que eu te falei, mas ainda hoje continua sendo o mais procurado no nosso campo seletivo é o curso técnico de enfermagem e a demanda é continua a nos exigir que nós tenhamos até a meta de vagas, a gente espera que possa conseguir mais professores.

Rita Magalhães Mendonça

Eu iniciei no colégio agrícola de Bom Jesus em 1985, eu entrei em julho de 85 na época não tinha concurso na cidade, inclusive lá eu comecei dando aula de serviços prestados, como todos os professores, só tinham 3 contratados o resto eram todos serviços prestados, ai comecei dando aula de química, biologia e programa de saúde porque I aso tinha apenas o curso técnico agrícola na época em 1985 e só depois em 89 eu vim transferida para o colégio agrícola de Teresina. No colégio agrícola de Teresina, eu dava aula de biologia e programas de saúde no curso técnico agrícola. Quando eu cheguei no colégio agrícola, eu acho que já tinha o colégio técnico de enfermagem em Floriano e I aso tinha técnico agrícola, como eu no papel de enfermeira, só tinha eu de enfermeira no colégio agrícola, o meu grande sonho sempre foi trabalhar na minha área, hospital eu não podia mais ir, porque eu já estava muito com dedicação exclusiva na Federal, então... Sim...lá em Bom Jesus ainda. Assim eu

não tinha dedicação exclusiva, mas eu tinha 40 horas depois que eu passei para a dedicação exclusiva. E aí meu grande sonho era trabalhar na área de enfermagem, então em conversas com o diretor na época, os diretores, eu falava que tinha vontade de colocar o colégio técnico de enfermagem, se a gente podia fazer o projeto, ver que havia essa necessidade, porque na época um curso técnico de enfermagem era muito procurado, as pessoas precisam né, e aí o colégio estava lá na disposição com muitas salas e tudo mais, a gente tinha o suporte e toda a estrutura e porque não? Aí foi quando o diretor liberou para que eu fizesse o projeto e nomeou uma comissão eu Rita, professor Martinho e professor Sírio, pra elaborar o projeto político pedagógico do curso. Não o professor Castelo nomeou nos três a comissão para fazer o projeto político pedagógico do curso para fazer a criação do curso. Foi, a ideia partiu de mim e ele apoiou até porque já existia esse curso em outros colégios agrícolas vinculados pela universidade, então tinha muito possibilidade de a gente colocar na nossa escola também. Aí nós fizemos o projeto enviamos para o MEC, foi aprovado... Nós 3 fizemos, através de, nessa época a escola não tinha pedagogo... Sim a gente na época fez uma viagem pra Natal, e eu fui ver a escola técnica lá de enfermagem e a gente ficou pegando orientações de várias escolas técnicas sobre como poderia funcionar o curso, a matriz curricular pra gente organizar tudo, porque a gente não contava assim com ajuda de pedagogo não, na época né. E a gente foi mesmo pesquisando informações nas escolas que já tinham o curso. Acho que talvez uma conversa com alguém da enfermagem, mas assim, elas lá não demonstraram interesse que esse curso fosse criado e na realidade assim, conversas informais mesmo, delas sentarem conosco e ajudar não teve. Foi aprovado, inclusive no diário oficial da união, só que o reitor da época ele não autorizou a liberação do nosso curso pra ele funcionar aquela história que diz, o projeto ficou engavetado durante muitos anos, todo mandato dele lá, acho que uns 6 anos ou 8 anos não lembro mais, e aí o reitor que procedeu esse aí, o professor Luís dos Santos Junior, em campanha, a gente fez esse pedido de que ele desengavetasse nosso projeto e colocasse nosso curso pra funcionar porque necessitava bastante e foi uma promessa dele que quando ele assumiu a reitoria, ele realmente colocou o curso pra funcionar e o curso veio a funcionar a partir de 2006, ou seja, o projeto aprovado em 1998 só foi funcionar a partir de 2006. Procurar a gente sempre procurava, e ele lá, eu não lembro bem o que ele dizia não, ficava adiando, dizia que não tinha verba, porque também a gente pra criar o curso, nos precisaríamos também de um laboratório ter todos os equipamentos,

não só aulas teóricas, tinha que haver principalmente a contratação de professores, tinham que fazer concurso porque só tinha eu de enfermeira e aí existia todas essas coisas a serem resolvidas e ele ficava adiando e em fim. Sim apoiamos a candidatura apoiamos os 8 anos que ele se candidatou novamente, ficou na reitoria e sempre nos ajudou muito, a gente sempre pode contar com I junto a esse curso técnico não só com ele mas com todos os diretores da época desde a época do professor Castelo com a criação do projeto até a implantação do curso, os diretores que foram passando, todos apoiaram o curso. Foi, eu cabeceando mais por eu ser enfermeira, entendia um pouco, eu fui olhar também na época, consultar os cursos técnicos que já existiam aqui em Teresina pra ter uma base. Lembro muito bem, um curso que era muito famoso que ainda hoje é, é o curso da escola da Oselina aquela enfermeira, a São Camilo, pronto, a Oselina foi uma pessoa que me ajudou assim, ela me deu muito material me orientou, então assim ela me ajudou muito, nós contamos muito com o apoio dela na época. Na época foram abertas em torno de 4 ou 5 vagas, que entrou Concita, Malvina, Rosilane, acho que foram 4 vagas mais ou menos isso, e aí até a gente fazer essa, concomitantemente da aprovação do projeto já foi também se preocupando em começar a comprar materiais pra montar o nosso laboratório, a gente já foi comprando aos poucos, é tão tal que quando o curso abriu mesmo com os professores já contratados a gente já tinha algumas coisas para nosso laboratório funcionar. Então o primeiro concurso já foi com a Rosilane... o primeiro concurso entrou as professoras Rosilane, Sheila, Malvina e Concita, eram as 4 professoras da época que estavam junto comigo, no ano de 2006. Não, foi em 2006 mesmo, porque a gente assim colocamos na época de férias para começar ainda em 2006. Começamos em março ou foi fevereiro que as aulas sempre começavam em março, acho que foi março. Como eu fui coordenadora do curso técnico de enfermagem durante uns 5 anos mais ou menos e eu sempre tive muita facilidade de me relacionar com os professores, com alunos com diretores com todo o corpo técnico e administrativo da instituição nos nunca tivemos problemas no curso, existia sempre uma relação muito boa entre alunos e professores, na época tínhamos muito facilidade de conseguir estágios que hoje em dia a gente nota que isso aí tá um pouco mais difícil, as instituições hospitalares só querem que o técnico vá estagiar na parte da tarde, na nossa época da criação do curso a gente tinha acesso livre em vários hospitais de Teresina, UBS tanto na manhã quanto no turno da tarde, dentro de centro cirúrgico, maternidade, muita facilidade no campo de estágio, nós não tivemos

dificuldade nenhuma não. Hoje em dia a gente ver que o campo de estagio é muito restrito devido ao fato de existir hoje muitos cursos técnicos na nossa cidade e a demanda é muito grande não tem como absorver, e colocar muito técnico no campo de estagio ao mesmo tempo porque geralmente os estágios sempre acontecem na mesma época pra todas as escolas técnicas, então hoje a gente tem essa dificuldade mas está dando certo, sempre deu, e assim o curso de enfermagem posso dizer, inclusive que muito orgulho que eu digo que nossos diretores todos sempre diziam que lá, logo em seguida do curso de enfermagem foi criado o curso de informática, que o curso técnico de enfermagem era um curso que não nos dar problemas, não temos problemas com professores, alunos, campo de estagio, com nada, o curso sempre transcorreu muito bem até porque graças a Deus as enfermeiras sempre foram muito envolvidas no processo de educar, então assim nosso curso graças a Deus só brilha e é referência, realmente é um curso de alto nível isso a gente pode dizer desde o início que os concursos que tinham sempre no início do ano da prefeitura, nossos alunos passavam e eram em primeiro e segundo lugar, então sempre foi um curso de excelência então eu sinto muito orgulho, sou muito feliz por ter criado esse curso, por ter feito parte dele muito tempo. A verdade seja dita o corpo docente da UFPI, o curso superior, muitas enfermeiras elas não viram com bons olhos o nosso curso técnico, e eu não sei porque, tipo assim curso superior é uma coisa e técnico é outra, não existe concorrência entre os dois, ou a pessoa quer fazer o curso técnico ou quer fazer o curso superior, e muitos técnicos nossos já saiam direto para concorrer ao Enem ou vestibular e fazer o curso superior então assim, mas a gente percebia por algumas enfermeiras da UFPI que elas não viam com bons olhos o nosso curso técnico de enfermagem, elas as vezes dificultavam o nosso acesso pra fazer um mestrado depois pra fazer doutorado, assim eu nunca entendi isso, enfim, mas a gente conseguiu avançar muito com relação a isso, nunca nos intimidou, porque exatamente contávamos com o apoio da principal que era a gestão superior, o reitor sempre abriu todas as portas e facilitou todo processo e andamento do curso técnico de enfermagem hoje, então, a opinião era a opinião. E a comunidade em geral e a sociedade só tem a aplaudir desde o início da criação do curso inclusive as pessoas próximas lá do colégio técnico puderam ter a oportunidade de quem ia fazer o curso técnico participar do processo seletivo né e fazer. foi um curso que depois a gente divulgou muito ele em hospitais para os auxiliares que não tinham curso técnico também participar e fazer e aí uma aceitação excelente. Também, com certeza para a

comunidade e sociedade piauiense porque depois de muito tempo que foi surgindo os outros cursos técnicos nas outras escolas. Sim até porque a gente tinha muito cuidado na época que eu criei o curso, eu criei essa vamos dizer assim, nos primeiros dias de aula a gente sempre sentava com eles, já que a gente não tinha, não podia fazer uma entrevista antes, fazer uma prova teórica pra eles antes de entrar no curso, a gente não era permitido fazer uma entrevista para saber da colocação de porque ele queria fazer o curso, a gente não podia fazer isso, mas na hora que iniciava o curso tínhamos esse cuidado de sentar com eles fazer uma roda de conversa, aplicar tipo um questionário e sentir os alunos, quem estava ali por vocação, quem estava ali porque foi indicado, enfim, e a gente sempre ficava feliz de que a maioria dos alunos que estavam ali ou já tinham cuidado de pessoas doentes na família, ou tinham aquele desejo de seguir a área da saúde, então sim a gente via que uma turma de 30 alunos, 20 ou 25 alunos tinham essa aptidão essa vontade e a maior prova disso é, que os alunos que concluíam o curso com a gente uns eram apaixonados pela área, eles desenvolviam bem as atividades, as competências da área de enfermagem. Não eu acho que o curso tem evoluído bastante, até mesmo o corpo docente, as enfermeiras hoje que estão lá praticamente, vamos dizer assim, 80% todas tem doutorado ou estão concluindo o doutorado, assim com relação ao corpo técnico, são professores capacitados, cada vez mais habilitados e acredito que o curso cada vez mais ele está tendo sucesso. A infraestrutura também, nossos laboratórios tendem a melhorar cada vez, até porque nosso diretor nunca recusou a adquirir nenhum equipamento que a gente precisasse lá sempre foi assim, apesar da gente não contar muito com o laboratório de enfermagem do curso superior, mas o nosso laboratório é bem equipado e hoje a gente conta com o hospital universitário que abriu campo de estágio pra nós e assim as enfermeiras que estão hoje, estão trazendo coisas novas, novas tecnologias para aplicar no curso, novas metodologias e isso está fazendo com que nosso curso tenha uma evolução muito boa.

ANEXO E – DIÁRIO OFICIAL Nº 109

Art. 1º Instaurar a Versão 1.0 do conjunto de Formulários de Informações Periódicas dos Planos Operadores de Incentivo Livre – FIP/PGIL, em anexo, que consolida os quadros demonstrativos a serem encaminhados, à SUSEP, pelas Sociedades Seguradoras que possuem permissão para operar planos de previdência privada aberta, referentes à situação econômico-financeira, dados cadastrais e informações operacionais.

Art. 2º As Seguradoras que possuem permissão para operar planos de previdência privada aberta terão que readequar os dados para microcomputadores, compatíveis com IBM/PC, contendo programas para captação das informações requeridas no Formulário de Informações Periódicas - FIP.

Parágrafo Único - O Formulário de Informações Periódicas - FIP será acompanhado por Manual de Orientação, para orientação quanto ao preenchimento dos quadros demonstrativos.

Art. 3º Os prazos para encaminhamento do Formulário de Informações Periódicas - FIP à SUSEP estão fixados no Manual de Orientação.

Art. 4º As informações relativas ao Formulário de Informações Periódicas - FIP serão fornecidas em Real.

Art. 5º Esta Circular entrará em vigor a partir de 1º de maio de 1998, aplicando-se, também, seus efeitos às informações referentes a dezembro de 1997.

HELIO OLIVEIRA PORTOCARRERO DE CASTRO

(Of. nº 60/98)

04.018.0110.2481.0001 Fomento e Assistência Cooperativista	4540	150	951.498,00	4530	150	651.498,00
	4880	150	100.000,00	-	-	-
04.018.0110.2481.0002 Cooperativismo em Projetos Especiais	4540	150	387.494,00	4530	150	437.494,00
	4550	150	78.000,00	-	-	-
22.913.04.040.0001.3464.0004 Assistência Financeira para Construção de Parques de Exposição em Fátima Preto - SC.	4880	100	60.000,00	4540	100	60.000,00
			60.000,00			60.000,00
Total			1.348.732,00			1.348.732,00

(Of. nº 58/98)

Ministério dos Transportes

SECRETARIA DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

PORTARIA Nº 14, DE 9 DE JUNHO DE 1998

O SECRETÁRIO DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, tendo em vista o disposto no artigo 8º do Anexo I ao Decreto nº 1.642, de 25 de setembro de 1995, e no parágrafo 2º do artigo 4º do Regulamento Administrativo aprovado pelo Decreto nº 91.030, de 1º de março de 1985, e considerando o que consta no Processo nº 50000 004302/98-83, resolve:

Art. 1º - Habilitar ao tráfego intermunicipal o terminal de uso privativo explorado pela empresa Cimento Vencemos da Amazonia Indústria e Comércio Ltda., localizado à margem esquerda do Rio Negro, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, que possui instalações e condições operacionais adequadas ao referido tráfego.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILDAN DA FONSECA MAGNO

(Of. nº 185/98)

Ministério da Educação e do Desporto

**SECRETARIA EXECUTIVA
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento**

PORTARIA Nº 4, DE 8 DE JUNHO DE 1998

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SUBSTITUTO DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, no uso da subdelegação de competência conferida pela Portaria MEC/GM nº 341, de 23 de abril de 1998, e tendo em vista o disposto no inciso III do § 7º do art. 6º, da Lei nº 9.473, de 22 de julho de 1997, acrescentado pela Lei nº 9.627, de 13 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º - Promover, na forma do anexo a presente Portaria, a modificação da modalidade de aplicação de dotações orçamentárias, da Unidade 26101 - Ministério da Educação e do Desporto, constantes da Lei nº 9.598, de 30 de dezembro de 1997.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

ISRAEL LUIZ STAL

JUSTIFICATIVA

A alteração da modalidade de aplicação pretendida objetiva corrigir erro detectado em Emenda Orçamentária à Lei nº 9.598, de 30 de dezembro de 1997, cuja modalidade de aplicação fora identificada como Transferências a Estados e ao Distrito Federal (30), quando o objeto da mesma refere-se a uma Entidade Privada.

ANEXO

26080 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
26101 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

RS 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO	ESF	ID	PONTE	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	
					SIT. ANTERIOR	SIT. ATUAL
EDUCAÇÃO E CULTURA ENSINO SUPERIOR ENSINO DE GRADUAÇÃO						
08.044.0295.2281 ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES UNIVERSITÁRIAS NÃO FEDERAIS						
08.044.0295.2281.0040 ASSIST. FINANCEIRA PARA A FUNDE. EDUC. DOS MUN. DO ALTO IRAN (FEMAI) EM XANXERE - SC	F	0	199	150.000 150.000 150.000	30	50

(Of. nº 176/98)

Ministério da Agricultura e do Abastecimento

**SECRETARIA EXECUTIVA
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento**

PORTARIA Nº 7, DE 8 DE JUNHO DE 1998

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 140, de 23 de abril de 1998, resolve:

Art. 1º - Promover, na forma do Anexo a esta Portaria, a modificação das modalidades de aplicação das dotações orçamentárias, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, em conformidade com as disposições do Decreto nº 2.550, de 18/04/98.

Parágrafo Único - As justificativas exigidas pelo Inciso III do Art. 1º da Lei 9.627, de 13 de abril de 1998, constam do processo MA - 21000.003256/98-07.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO CÉSAR DE O. DE A. PEREIRA

ANEXO

Código	Redução			Acréscimo		
	Modalidade	Fundo	Valor	Modalidade	Fundo	Valor
22101.04.014.0075.2399 Defesa e Vigilância Fitossanitária	-	-	91.800,00	-	-	91.800,00
04.014.0075.2398.0013 Defesa Sanitária Vegetal Nacional	4980	109	75.300,00	4540	199	75.300,00
	3450	109	16.500,00	3450	199	16.500,00
22.101.04.018.0118.2481 Cooperativismo e Assistências Rurais	-	-	1.088.882,00	-	-	1.088.882,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA

PORTARIA Nº 29, DE 9 DE JUNHO DE 1998

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 8.394, de 20 de dezembro de 1996, Decreto nº 2.253, de 17 de abril de 1997, Portaria Ministerial nº 546, de 14 de maio de 1997 e os Pareceres nºs 3.764/74, 457/7 e 3.814/78 e Resolução nº 07/77 do antigo Conselho Federal de Educação e, tendo em vista, o que consta no Processo nº 23000.002780/98-32, resolve:

22

SEÇÃO 1

DIÁRIO OFICIAL

Nº 109 QUARTA-FEIRA, 10 JUN 1998

I - Autorizar o funcionamento do Cargo Técnico Pós-Médio em Enfermagem, a ser ministrado pelo Colégio Agrícola de Teresina da Universidade Federal do Piauí.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RUY LEITE BERGER FILHO

(Of. nº 1.022/98)

ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÃO JOÃO EVANGELISTA

DESPACHOS

Tendo em vista a documentação constante do Processo nº 23000.080290/98-11, face ao Parecer Jurídico, reconheço a presente situação de inexistência de licitação, com fundamento no Artigo 25, item II, combinado com o Artigo 13, item I, da Lei 8.666/93, referente à despesa com contratação da firma Multi Sensu Consultoria e Treinamento Ltda., para planejamento e desenvolvimento de projeto na área de marketing, no valor de R\$ 3.800,00.

Em 21 de maio de 1998
JOSE ROGERIO FERREIRA
Coordenador-Geral de Administração e Finanças

Ratifico, nos termos do Artigo 26, da Lei 8.666/93, a inexistência de licitação.

Em 21 de maio de 1998
LOURENÇO DA COSTA SANTOS
Diretor-Geral

(Of. nº 95/98)

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE ALAGOAS

PORTARIA Nº 242, DE 8 DE JUNHO DE 1998

O DIRETOR-GERAL DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 18 do Regulamento Interno da Escola, aprovado pela Portaria Ministerial nº 504, de 16 de outubro de 1975, e publicada no D.O.U. de 04 de novembro de 1975, torna público e homologa o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos para a Cadeira do Grupo Magistério, Professor de Ensino de 1ª e 2ª Graus, regido pela Lei nº 8.112, de 11/12/60, integrante do Quadro de Pessoal desta Escola, conforme Edital nº 2, de 30/04/98, publicado no D.O.U. de 08/05/98.

ÁREA: Letras

DISCIPLINA: Inglês e outras disciplinas de acordo com o Registro do MEC

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	Nº DE INSCRIÇÃO	MÉDIA
1ª	Jean Marcelo Barbosa de Oliveira	006	69,9

MARIO CESAR JUCA

(Of. nº 256/98)

Ministério da Cultura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 185, DE 9 DE JUNHO DE 1998

O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao disposto no artigo 18 da Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterado pela Medida Provisória 1.611-9, de 28 de maio de 1998, publicada no DOU de 29 de maio de 1998, resolve:

Art. 1º - Aprovar o projeto cultural, abaixo relacionado, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no parágrafo 6º do artigo 19 da Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991:

1. PROJETO: Projeto Cultural Rotary
PROCESSO: 01400 001562/98-81 Nº PRONAC: 98-SP-1921-833
PROponente: Rotary Club de Campinas - Sul
CGC: 50.089.895/0001-50
CIDADE/UF: Campinas - SP
VALOR DO APOIO: 15.294,98 ufrs
PRAZO DE CAPTAÇÃO: 09/06/98 a 30/09/1998

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO WEPFOT

(Of. nº 115/98)

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTE

DESPACHOS

Tendo em vista o que consta do processo nº 01530.001467/98-47 e face ao parecer da Procuradoria Jurídica, reconheço a Dispensa de Licitação para a contratação direta da EJB CENTROS COMERCIAIS S/A para a locação de salas destinadas ao funcionamento da Coordenadoria Regional de Brasília da FUNARTE, com fundamento no art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93.

Rio de Janeiro, 5 de junho de 1998

TOMÁS DE AQUINO CHAVES DE MELO
Diretor do Departamento de Planejamento e Administração

Ratifico o ato acima nos termos do art. 26, da Lei nº 8.666/93

Rio de Janeiro, 5 de junho de 1998
MARCIO GONÇALVES BENTES DE SOUZA
Presidente da Fundação

(Of. nº 159/98)

Ministério da Previdência e Assistência Social

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 4.487, DE 9 DE JUNHO DE 1998

O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições regulamentares e considerando a necessidade de agilizar o elevado número de processos em trâmite na 1ª Turma de Julgamento da Paraíba, vinculada a 3ª Junta de Recursos do Pernambuco, resolve:

Nº 4.487 - Art. 1º - Autorizar a 3ª, 1ª e 2ª Juntas de Recursos, respectivamente, dos Estados de Pernambuco, Maranhão e Piauí e as Turmas de Julgamento dos Estados de Sergipe e Alagoas, a julgarem processos oriundos da 1ª Turma de Julgamento do Estado da Paraíba.

Art. 2º - Determinar a remessa de 500 (quinhentos) processos para a 3ª Junta de Recursos do Pernambuco, 2.800 (dois mil e oitocentos) processos para a 1ª Junta de Recursos do Maranhão; 2.000 (dois mil e oitocentos) processos para a 2ª Junta de Recursos do Piauí; 1.500 (um mil e seiscientos) processos para a 1ª Turma de Julgamento de Sergipe e 2.300 (dois mil e oitocentos) processos para a 2ª Turma de Julgamento de Alagoas, ambas pertencentes a 4ª Junta de Recursos do Estado da Bahia.

Art. 3º - Atribuir competência específica para essas Unidades Jurisdicionais, para instrução e julgamento dos processos, zelando pela segurança e controle na tramitação desses processos.

Art. 4º - Delegar competência ao Presidente do Conselho de Recursos da Previdência Social para ampliar temporariamente e por necessidade de serviço, a competência territorial das Juntas de Recursos.

WALDECK ORNÉLAS

(Of. nº 135/98)

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 5 de junho de 1998

AVOCATÓRIA MINISTERIAL REFERÊNCIA: Processo nº 35320.002948/95-88. INTERESSADO: EMMERICIA ABRAHAM. EMENTA: Direito Previdenciário - Benefício - Acumulação - Regime urbano e rural - Impossibilidade Aplicabilidade da Lei Complementar nº 11, de 1971, art. 14 e do Decreto nº 83.080, de 1979, art. 287, §4º. Precedentes Pareceres/CJ nºs 720/96, 1.041/97, 1.051/97 e 1.116/98. Decisão: Visto o processo em que é interessada a parte acima indicada. Com fundamento no Parecer/CJ nº 1349/98 da Consultoria Jurídica deste Ministério, que aprova, avoco o presente processo para reformar o acórdão nº 1.013/97 proferido pela 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos da Previdência Social e, em consequência, restabelecer a decisão que cancelou o benefício rural nº 96.139.459-5 da seguradora EMMERICIA ABRAHAM.

AVOCATÓRIA MINISTERIAL REFERÊNCIA: Processo nº 35311.002926/94. INTERESSADO: LEÔNIDAS MARCELINO FARIAS. ASSUNTO: Auxílio-Suplementar. EMENTA: Direito Previdenciário - Acumulação de Auxílio Suplementar com Aposentadoria - Inadmissibilidade Aplicabilidade do disposto no art. 9º da Lei nº 6.367, de 1976. Precedentes Pareceres/CJ nºs 543/96, 1.127/98 e 1.152/98. Decisão: Visto o processo em que é interessada a parte acima indicada. Com fundamento no Parecer/CJ nº 1350/98 da Consultoria Jurídica deste Ministério, que aprova, avoco o presente processo para reformar o acórdão nº 2279/97 da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos da Previdência Social e, em consequência, cessar o benefício auxílio-suplementar nº 73.420.059-5 do segurado LEÔNIDAS MARCELINO FARIAS.

AVOCATÓRIA MINISTERIAL REFERÊNCIA: Processo nº 35259.000008/95 (CRPS nº 3 132714) INTERESSADO: ALZIRA GRABOSKI RIBARCZYKI. EMENTA: Direito Previdenciário - Benefício - Acumulação - Regime Urbano e Rural. Aplicabilidade da Lei Complementar nº 11, de 1971, art. 14 e do Decreto nº 83.080, de 1979, art. 287, do Decreto nº 83.080, de 1979. Impossibilidade. Precedentes: Pareceres/CJ nºs 720/96, 1.041/96 e 1.116/98. Decisão: Visto o processo em que é interessada a parte acima indicada. Com fundamento no Parecer/CJ nº 1351/98, da Consultoria Jurídica deste Ministério, que aprova, avoco o presente processo para reformar o acórdão nº 1.099/95 da 18ª Junta de Recursos no Rio Grande do Sul-JRS e o acórdão nº 6.942/96 da 1ª Câmara de Julgamento - CJ do CRPS, restabelecendo, via de consequência, a decisão que cessou o benefício de pensão por morte nº B-01/96 639 917-1 da seguradora ALZIRA GRABOSKI RIBARCZYKI.

ANEXO F- ATO DA REITORIA REFERENTE AO EDITAL Nº2/2005

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ INSTITUÍDA PELA LEI Nº 5.528 DE 11.11.68	NÚMERO <i>1298/05</i>
	ATO DA REITORIA	

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e considerando:

- o Edital nº 2/2005-UFPI, publicado no D.O.U. de 05.05.2005;
- o Processo nº 23111.003217/05-15;

RESOLVE:

Homologar o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos, para o provimento do cargo de Professor Efetivo de 1º e 2º Graus MMC-1, em regime de Dedicação Exclusiva, na área de **Enfermagem em Clínica Médica e Enfermagem Saúde da Criança e do adolescente (Área Hospitalar)**, do Colégio Agrícola de Teresina, habilitando os candidatos: ROSANA DOS SANTOS COSTA (1º colocado), ROSILANE DE LIMA BRITO MAGALHÃES (2º colocado), ADÉLIA DALVA DA SILVA OLIVEIRA (3º colocado) SHEILA COELHO RAMALHO VASCONCELOS MORAIS (4º colocado), MALVINA THAÍS PACHECO RODRIGUES (5º colocado), CONCEIÇÃO DE MARIA FRANCO DE SÁ NASCIMENTO (6º colocado), JUSCÉLIA MARIA DE MOURA FEITOSA VERAS (7º colocado), LUCÍOLA GALVÃO GONDIM CORRÊA FEITOSA (8º colocado), NOÉLIA MOTA DE SOUSA (9º colocado) e ANA GABRIELA BARROSO LEAL (10º colocado), e classificando para nomeação o primeiro e o segundo habilitados – Códigos de Vagas nºs 0207737 e 0331884.

Teresina, *09* de setembro de 2005.

ANEXO G- JORNAL DIÁRIO DO POVO

JORNAL: DIÁRIO DO POVOPÁGINA: 05

COLUNA: _____

COLUNISTA: _____

EDIÇÃO: 06.05.2005
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
COLÉGIO AGRÍCOLA DE TERESINA
CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR EFETIVO
DO ENSINO DE 1º e 2º GRAUS

O Rector da Universidade Federal do Piauí e o Diretor do Colégio Agrícola de Teresina, no uso das atribuições legais, e mediante autorização constante da Portaria MP nº 293/2004 do Ministro do Estado do Planejamento Orçamento e Gestão, publicada no DOU em 11 de novembro de 2004, alterada Portaria MP nº 08/2005 de 07 de janeiro de 2005, e, considerando o Anexo I da Portaria nº 411/2005 do Ministro do Estado da Educação publicada no DOU de 10 de janeiro de 2005, bem como, as disposições contidas na Portaria Ministro do Estado do Planejamento Orçamento e Gestão nº 450/2002 de 06 de novembro de 2002 e o Anexo I à Resolução 004/88 CONSUN/UFPI, torna público que estão abertas as inscrições para Concurso Público, para provimento de vagas na Carreira de Magistério de 1º e 2º Graus, pertencentes ao quadro de pessoal desta Universidade, na Classe de Professor MMC1.

Unidade de Ensino	Área	Requisitos	Regime de Trabalho	Nº de vagas	Remuneração	Taxa
Colégio Agrícola de Teresina	Enfermagem em Clínica Médica e Enfermagem Saúde da Criança e do Adolescente (Área hospitalar)	Ser Graduado em Enfermagem, com Título de Especialista	DE	02 (Duas)	R\$ 2.634,46	R\$ 57,00

PERÍODO, LOCAL DE INSCRIÇÃO E PRAZO DA VALIDADE

- 1) Período de inscrição: de 09 a 20/05/05
- 2) Local: Secretaria do Colégio Agrícola de Teresina - Campus SOCOPO, Telefone - 215-5894
- 3) Horário: dias úteis, das 08:30 às 11:30 e das 14:30 às 17:30 h, de 2ª a 6ª Feira.
- 4) Prazo da Validade: Será de até um ano, prorrogável por igual período, contada a partir da data de publicação da homologação do concurso no DOU.

Obs: Serão aceitas inscrições por procuração. O Edital está disponível em www.ufpi.br/concurso.br

Teresina (PI), 04 de maio de 2005

Prof. Dr. Luis de Sousa Santos Junior
Rector/UFPI

Prof. MS Francisco de Assis Sinimbu Neto
Diretor do CAT/UFPI

ANEXO H- NOMEAÇÃO PARA COORDENAÇÃO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI
COLÉGIO AGRÍCOLA DE TERESINA
Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, Bairro Ininga,
Teresina Piauí, Brasil; CEP 64049- 550 Telefone fax 215 -5694.
Internet: www.ufpi.br

PORTARIA Nº 002/06

Teresina, 02 de janeiro de 2006

O DIRETOR DO COLÉGIO AGRÍCOLA DE TERESINA, no uso
de suas Atribuições Legais;

R E S O L V E:

Nomear a professora **RITA DE CÁSSIA MAGALHÃES MENDONÇA**, para responder pela Coordenação do Curso Técnico em Enfermagem a partir de 02/01/2006.

Cientifique-se

e

Cumpra-se